

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NAIARA ANDREOLI BITTENCOURT

**A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO
NEODESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO: UMA CRÍTICA TEÓRICO-JURÍDICA**

CURITIBA

2017

NAIARA ANDREOLI BITTENCOURT

**A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO
NEODESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO: UMA CRÍTICA TEÓRICO-JURÍDICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Direito, Setor de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal
do Paraná, na linha de Direitos Humanos e Democracia,
como requisito parcial à obtenção do grau de Mestra em
Direito.

Orientador: Prof. Dr. Celso Luiz Ludwig

CURITIBA

2017

B624s

Bittencourt, Naiara Andreoli

A superexploração da força de trabalho no neodesenvolvimentismo brasileiro: uma crítica teórico-jurídica / Naiara Andreoli Bittencourt; orientador: Celso Luiz Ludwig. – Curitiba, 2017.
216 p.

Bibliografia: p. 203-216.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba, 2017.

1. Relações de trabalho. 2. Direito do trabalho. 3. Neoliberalismo I. Ludwig, Celso Luiz. II. Título.

CDU 331.1

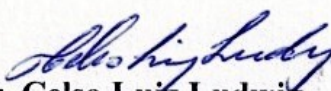
**Catalogação na publicação - Universidade Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas - Biblioteca de Ciências Jurídicas**

TERMO DE APROVAÇÃO

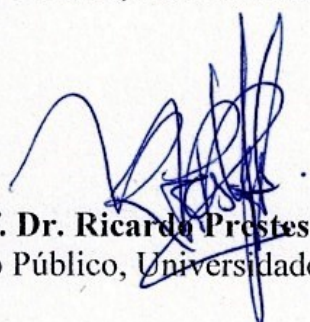
NAIARA ANDREOLI BITTENCOURT

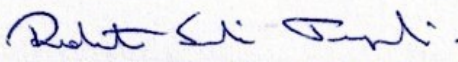
A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO NEODESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO: UMA CRÍTICA TEÓRICO-JURÍDICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná, na linha de Direitos Humanos e Democracia, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestra em Direito, pela seguinte banca examinadora:


Prof. Dr. Celso Luiz Ludwig
Orientador

Departamento de Direito Privado, Universidade Federal do Paraná (UFPR)


Prof. Dr. Ricardo Prestes Pazello
Departamento de Direito Público, Universidade Federal do Paraná (UFPR)


Profa. Dra. Roberta Sperandio Traspadini
Departamento de Relações Internacionais e Integração Latino-Americana, Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Curitiba, 30 de março de 2017.

*Às trabalhadoras e aos trabalhadores brasileiros,
ao precariado, às batalhadoras e aos batalhadores
superexplorados que resistem, que lutam, que
sonham.*

*Ao povo que enfrenta bravamente a ofensiva
contra a democracia e constrói na práxis a
alteridade.*

Para que a dor nunca nos seja indiferente.

E porque é preciso refletir para construir o novo.

AGRADECIMENTOS

*Não mexe comigo, que eu não ando só,
Eu não ando só, eu não ando só...¹*

Eu não ando só, caminho ao lado de companheiras e companheiros que iluminam meus passos, tecendo manhãs, colhendo lírios, colorindo encontros e cavando resistências. Agradeço em especial, às pessoas e coletividades que me construíram nestes dois anos e que foram fundamentais em todo o processo do dissertar.

À minha mãe, Cléa Mara, a quem dedico este trabalho. Por ser exatamente quem é. Por abrir minhas asas para encontrar quem realmente sou. Horizonte de mulher trabalhadora que guerreou desde sempre contra as garras da desigualdade que via e sentia na pele. Sua sensibilidade é expressada na dureza com que encara a injustiça. Você me inspira, me motiva, me ajuda e me acalma. A você devo a possibilidade de concluir mais essa fase, complexa e transformadora, de minha vida.

Ao meu pai, Carlos, por nossas afinidades. Pela capacidade de diálogo e respeito mútuo, os quais ampliamos nesses dois anos. Sua trajetória também é parte da minha, sua luta de décadas de resistência e dedicação também me projetam. O movimento estudantil, a organização partidária, a luta sindical e camponesa, estas agora também são nossas semelhanças.

À Tai, minha flor, minha cor, minha cara. Irmã, diâmetro oposto de uma mesma face, você é colorido, você é incentivo, você é o mundo que desbrava e a presença certa nos momentos mais difíceis. Mesmo longe na gestação desta dissertação, foi a maior acompanhante dos dramas e das felicidades de dissertar. Este trabalho é parte seu, pelo incentivo incondicional, pelas trocas e relatos mundo afora, que também provocaram dúvidas, contestações e divagações. Pelas correções, formatações e especialmente, pelo conhecimento de recursos tecnológicos que facilitaram minha narrativa. Os créditos da formatação impecável dos gráficos e tabelas são seus.

À minha grande família, pela trajetória de resistência, enfrentamento e defesa intransigente da democracia. Espero contribuições e diálogos deste trabalho.

Ao André, por crescermos juntos no período que deu raízes a este trabalho. Por descobrirmos as várias formas do amor e do companheirismo, mesmo em caminhos diversos. Nossas trocas são de aprendizado mútuo e doçura.

À imensidão de amigas e amigos que me fazem seguir leve e confiante:

Às irmãs: Luana, pelo espelho que és em mim e pela afinidade desta e de outras vidas. Tchenna, pela plenitude, pela sensibilidade, pelas trocas em todos os âmbitos da vida.

Àquelas com quem divido meu teto: Dindi, amiga companheira de vida, compartilhar a morada contigo foi fundamental para não surtar. Os cafés no meio da tarde, os palheiros acendidos e divididos eventualmente, os conselhos sinceros e assertivos deram asas e respiro à minha produção em vários âmbitos. Ananda, pelo ombro, afagos e consolos. E por me lembrar sempre de respirar. Sua sensibilidade foi fundamental. Jébs, fofinha, como é bom contar contigo para desconectar, desanuviar e sorrir.

¹ Maria Bethânia, **Eu não ando só**, 2012.

Aos companheiros de Santos Andrade a todo sempre: Laura, querida, por compartilhar as coisas boas da vida. Somar felicidades e integralidades só nos faz mais inteiras. Pannuti, irmão que ganhei de presente – até nas implicações – confio plenamente em sua sinceridade. Allan, cópia de mapa astral, pelas semelhanças cancerianas e pelo modo de construir a intelectualidade. Marcela, pela doçura, carinho e conforto nos melhores e piores momentos. Bia, por conseguirmos nos entender até nas divergências.

Aos parceiros da construção da advocacia popular: à Paulinha, um exemplo, pela sociedade que já travamos desde o momento que nos conhecemos. Construir uma cultura feminista e de igualdade no mundo do trabalho é mais suave contigo. Gui, sócio, amigo, parceiro e companheiro. Pela profundidade em todos os âmbitos possíveis: acadêmicos, da advocacia, da militância, da vida, de sonhos e de esperanças.

Às bruxas que encantam e empoderam coletivamente nosso caminho: Dindi, raio de sol. Mari Auler, linda, pelo esplendor em que consegue se comunicar ao mundo. Dressa, por compartilhar as durezas da pós-graduação, com empatia e alegria. Isa, pela irmandade de Yewá e pela agilidade e determinação inspiradoras. Mainé, mar de profundidade. Hannah, diva serena.

Aos amigos-exemplos: Renato, minha admiração, a universidade é carente de lutadores como você. Thi Hoshino, que conquistou meu coração desde os tempos de caloura. Você é paradigma de fé, de intelecto e de amizade.

Aqueles e aquelas que admiro na vida e na luta: Elô, quanta força, quanta disposição e persistência. Sté, lindeza, parceira sem pestanejar, vejo em você a construção da luta na leveza. Edi, te escutar é sempre aprender. Rubens, Tóia, Pedro Carrano, Clara Lume, Fernando Prioste, Darci Frigo, Júlia Franzoni...

À Márcia, por encorajar o desabrochar e o florescer.

Ao Programa de Pós-graduação em Direito, personificado nos mestres, professores, servidores e aos colegas que se fizeram amigos. Às/aos professoras/es, especialmente aqueles com quem aprendi em sala de aula, Celso Ludwig, Aldacy Coutinho, Clara Borges, Liana Carleial, Vera Karam, Katya Kozicki, Melina Fachin, Ana Carla Matos, Luis Fernando Pereira e Ricardo Marcelo Fonseca. Aos/às queridos/as Vanessa, Mauro e Eduardo, servidores que acompanham e nos salvam dos dramas. Aos amigos, Rafa Julião, Alessandra, Dhyego, Lawrence, Diorlei, Lígia.

À Consulta Popular, pela construção coletiva de um projeto popular para o Brasil e, em especial, ao núcleo Anita Pereira Cézar: os juristas populares.

À Marcha Mundial de Mulheres, por descobrir um espaço de luta de mulheres contra o patriarcado, na intersecção necessária entre o gênero, a raça e a classe.

Às Promotoras Legais e Populares, pelo lutar cotidiano na educação popular feminista.

À Terra de Direitos, por existir como resistência crítica no/ao direito e por me construir como advogada popular.

À Turma do Pronera, pelo aprendizado inenarrável. Vocês me encantam, vocês me mostram a faísca da universidade popular, vocês reinventam e questionam a educação formal superior. E foram vocês que me incentivaram a seguir com segurança os tabulados da sala de aula. Agradeço todos os encontros que tivemos. Em especial à Daiane, Jaqueline, Isabel, Ana, Mônica, Jeferson, Danielle e Débora.

Ao NEFIL, Núcleo de Estudos Filosóficos, pelos aprendizados e trocas acadêmicas que me formaram desde 2013. Esta dissertação é fruto de nossos debates, agradeço imensamente. Em especial Celso, Pazello, Márcio, Pedro. Ao Pedro também pelas contribuições e revisões certas neste trabalho.

À CAPES, pelo financiamento imprescindível dos estudos durante o mestrado.

Ao Professor Celso Luiz Ludwig, mestre de uma profundidade teórica inimaginável, agradeço pela orientação, pela disposição, por construir uma filosofia do direito da libertação em nossa América Latina.

Ao Professor Ricardo Prestes Pazello, “guia” acadêmico e militante exemplar, por abrir caminhos em direção ao sul da produção marxista.

À Professora Roberta Traspadini, por reconstruir a Teoria Marxista da Dependência no Brasil e por enfrentar o machismo ainda neste campo. Obrigada por prontamente aceitar avaliar este trabalho.

*Yo tengo tantos hermanos
Que no los puedo contar
Cada cual con sus trabajos
Con sus sueños, cada cual
Con la esperanza adelante
Con los recuerdos detrás*

*Gente de mano caliente
Por eso de la amistad
Con uno lloro, pa llorarlo
Con un rezo pa rezar
Con un horizonte abierto
Que siempre está más allá
Y esa fuerza pa buscarlo
Con tesón y voluntad*

*Y así seguimos andando
Curtidos de soledad
Nos perdemos por el mundo
Nos volvemos a encontrar*

*Y así nos reconocemos
Por el lejano mirar
Por la copla que mordemos
Semilla de inmensidad*

*Y así, seguimos andando
Curtidos de soledad
Y en nosotros nuestros muertos
Pa que nadie quede atrás*

*Yo tengo tantos hermanos
Que no los puedo contar
Y una hermana muy hermosa
Que se llama ¡libertad!²*

² Atahualpa Yupanqui, **Los Hermanos**, 1969 (incompleta).

*Vim de longe, vou mais longe
Quem tem fé vai me esperar
Escrevendo numa conta
Pra junto a gente cobrar
No dia que já vem vindo
Que esse mundo vai virar*

*Noite e dia vêm de longe
Branco e preto a trabalhar
E o dono senhor de tudo
Sentado, mandando dar
E a gente fazendo conta
Pro dia que vai chegar*

*Marinheiro, marinheira
Quero ver você no mar
Eu também sou marinheira
Eu também sei governar
Madeira de dar em doido
Vai descer até quebrar*

*É a volta do cipó de aroeira
No lombo de quem mandou dar*

Geraldo Vandré, Aroeira, 1967.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo o aprofundamento teórico-crítico acerca das relações de trabalho no Brasil durante o período denominado Neodesenvolvimentista, a partir do crivo jurídico. Com alicerce na Teoria Marxista da Dependência e nas Teorias Descoloniais latino-americanas, busca-se compreender as metamorfoses no cenário do trabalho brasileiro, delineando as alterações e continuidades da superexploração da força de trabalho e os respectivos impactos no/do fenômeno jurídico. Para tanto, imprescindível situar o neodesenvolvimentismo como conjunto de políticas-econômicas dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, que difere, porém não rompe com o trajeto neoliberal e com a condição de dependência brasileira. Tendo como enfoque a reestruturação produtiva e a conformação de uma nova apresentação da classe trabalhadora brasileira, pretende-se problematizar os três fatores que moldam a superexploração da força de trabalho, segundo Ruy Mauro Marini: a elevação da jornada de trabalho, a elevação da intensidade do trabalho e a remuneração do(a) trabalhador(a) abaixo do seu valor. Tais elementos são necessários para apontar a existência de relações jurídicas dependentes na América Latina, em especial nas relações contratuais de trabalho, com fundamento na crítica marxista e descolonial ao direito que o identificam como relação social jurídica vinculada ao valor nas sociedades capitalistas. Todavia também se mira para a superação destas relações dependentes. As novas configurações no mundo do trabalho também podem engendrar potencialidades de sua transformação, com fundamento nas práticas dos movimentos populares, na exterioridade ou enquanto trabalho vivo, fonte criadora de riqueza. Esta atuação se dá também no âmbito do direito, percebendo sua insuficiência estratégica, mas inevitabilidade tática, crítica e política por meio da práxis insurgente.

Palavras-chave: Superexploração; Neodesenvolvimentismo; Direito; Trabalho; Teoria Marxista da Dependência; Colonialidade do Poder.

RESUMEN

Esta tesis de maestría tiene como objetivo la profundización teórica y crítica acerca de las relaciones laborales en Brasil durante el período llamado Neodesarrollista, desde el examen jurídico. Con base en la Teoría Marxista de la Dependencia y las Teorías Descoloniales latinoamericanas, se busca entender la metamorfosis en el escenario del trabajo brasileño, delineando los cambios y las continuidades de la explotación de la fuerza de trabajo y el impacto del/en el fenómeno jurídico. Por lo tanto, es necesario señalar el Neodesarrollismo como un conjunto de políticas económicas de los gobiernos de Luiz Inácio Lula da Silva y Dilma Vana Rousseff, que se diferencia, pero no se rompe con la trayectoria neoliberal y la condición de la dependencia brasileña. Con el foco en la reestructuración productiva y la formación de una nueva presentación de la clase trabajadora brasileña, se pretende discutir los tres factores que dan forma a la superexplotación de la fuerza de trabajo, de acuerdo con Ruy Mauro Marini: la elevación de la jornada laboral, el aumento de la intensidad del trabajo y la remuneración del(de la) trabajador(a) por debajo de su valor. Tales elementos son necesarios para indicar la existencia de relaciones jurídicas dependientes en América Latina, particularmente en los contratos de trabajo, a partir de la crítica marxista y descolonial al derecho, que lo identifican como relación social jurídica vinculada al valor en las sociedades capitalistas. Pero también se apunta para la superación de estas relaciones dependientes. La nueva configuración en el mundo del trabajo también puede generar potencial de su propia transformación, por las prácticas de los movimientos populares, de la exterioridad o del trabajo en vivo, fuente creadora de riqueza. Esta actuación puede darse en el ámbito del derecho, dándose cuenta de su insuficiencia estratégica, pero también de su inevitabilidad táctica, crítica y política, por medio de la praxis insurgente.

Palabras-clave: Superexplotación; Neodesarrollismo; Derecho; Trabajo; Teoría Marxista de la dependencia; Colonialidad del Poder.

ABSTRACT

This dissertation aims the improvement of the theoretical and critical knowledge of labor relations in Brazil during the period called “neodevelopmentism” from the legal point of view. Based on the Marxist Dependency Theory and the Decolonial Latin American theories, the objective is to meet and understand the changes in Brazilian labor market, outlining the changes and continuities of the super exploitation of the labor force and its impacts in/of the legal phenomenon. For this purpose, it is necessary to situate the “neodevelopmentism” as a set of economic policies of the governments of Luiz Inácio Lula da Silva and Dilma Vana Rousseff, which differs but does not break with the neoliberal path and with the Brazilian dependency condition. Focusing on the productive restructuration and on the conformation of a new presentation of the Brazilian working class, it is intended to discuss and to analyze the three different factors that shape the super exploitation of labor according to Ruy Mauro Marini. They are the elevation of the working hours, the elevation of the intensity of labor and the remuneration of workers below its value. Such elements are required to point out the existence of dependent legal relations in Latin America, especially in the working contractual relations, with basis in the Marxist and decolonial critics to the Law, which identify it as a legal social relation linked to value in capitalist societies. Furthermore, it is also aimed the overcoming of these dependent relations. The new compositions in the labor world may create potentialities of its transformation as well, with basis in the practices of popular and social movements, in the exteriority or as living work, the creative source of richness. This action is also existent in the law field, noticing its strategic insufficiency, but tactic, critic and political inevitability through the insurgent praxis.

Key words: Super exploitation; Neodevelopmentism; Law; Labor; Marxist Dependency Theory; Coloniality of Power.

INDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Comparativo salário mínimo legal e salário-mínimo necessário de 1994 a 2016.....	121
Tabela 2 - Quadro histórico do salário-mínimo necessário no Brasil.	123
Tabela 3 - Rendimento da população ocupada acima de 16 anos por faixa de rendimento e distribuição étnico/racial de 1995 a 2014.	125
Tabela 4 - Rendimento da população ocupada acima de 16 anos por faixa de rendimento, distribuição étnico/racial e gênero nos anos de 1995, 2004 e 2014.	126
Tabela 5 - Comparativo de Jornada de Trabalho legal entre nações.	131
Tabela 6 - Comparativo de Jornadas de Trabalho semanais e diárias entre países latino-americanos.	132
Tabela 7 - Evolução da média de horas trabalhadas por semana e porcentagem de trabalhadores que trabalham mais de 44 horas e mais de 48 horas por semana, Brasil, 1992-2008.	137
Tabela 8 - Média de horas trabalhadas no mercado de trabalho e na casa, população de 16 anos ou mais de idade ocupada, por sexo, Brasil, 2013.....	138
Tabela 9 - Condições de trabalho e terceirização, 2013.	146
Tabela 10 - Quantidade de acidentes do trabalho por motivo - 1991/2014.....	149
Tabela 11 - Quantidade de acidentes do trabalho liquidados por consequência - 1991/2014.....	150

INDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Brasil – Número de Empregos Formais – 2003 a 2005.	72
Gráfico 2 - Percentual dos trabalhadores ocupados com jornada superior a 44 horas, por sexo — Brasil, 1992 a 2006.	136
Gráfico 3 - Percentual de trabalhadores ocupados com jornada superior a 44 horas, por cor/raça - Brasil, 1992 a 2006.	136
Gráfico 4 - Taxa de rotatividade no mercado celetista Brasil - 2003 – 2013 (em %).	147
Gráfico 5 - Número de Greve de Trabalhadores no Brasil (1984-2013).	166

LISTA DE SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ALBA	Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
BEAT	Boletim Estatístico de Acidentes do Trabalho
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Grupo de cooperação internacional entre Brasil, Rússia, Índia e China
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAT	Comunicado de Acidente de Trabalho
CBDT	Central Brasileira Democrática dos Trabalhadores
CCP	Câmaras de Conciliação Prévia
CEPAL	Comisión Económica para América Latina y el Caribe
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CONLUTAS	Coordenação Nacional de Lutas
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUFA	Central Única de Favelas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DATAPREV	Divisão de Planejamento e Estudos Estratégicos
DEJT	Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EPL	Estudantes pela Liberdade
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV-SP	Fundação Getúlio Vargas de São Paulo
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIFA	Fédération Internationale de Football Association

FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
MAPA	Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento
MBM	Movimento Brasil Livre
MCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
MP	Medida Provisória
MPL	Movimento Passe Livre
MPT	Ministério Público do Trabalho
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NAIR	Nova Escola Jurídica Brasileira
NCST	Nova Central Sindical de Trabalhadores
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PLR	Participação nos Lucros e Resultados
PLS	Projeto de Lei de iniciativa do Senado
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
ProUni	Programa Universidade para Todos
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SMN	Salário Mínimo Nacional
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TMD	Teoria Marxista da Dependência
UNAM	Universidad Nacional Autónoma de México
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UnB	Universidade Nacional de Brasília
UST	União Sindical dos Trabalhadores

SUMÁRIO

CONTEXTUALIZAÇÃO	19
INTRODUÇÃO METODOLÓGICA.....	23
CAPÍTULO I. NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E NEODESENVOLVIMENTISMO: OS REFLEXOS NO CAPITALISMO PERIFÉRICO. 32	
1.1.A divisão internacional do trabalho e os impactos no continente do labor: entre a Dependência e a Colonialidade do Poder	33
1.2.A reestruturação produtiva, a desterritorialização do capital e a nova dependência: Neoliberalismo e Neodesenvolvimentismo	42
1.3.A formação da classe trabalhadora brasileira superexplorada, a flexibilização no mundo do trabalho e o neodesenvolvimentismo: precariedade do trabalho	60
CAPÍTULO II. DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL SOB A CONDIÇÃO LATINO- AMERICANA: AS RELAÇÕES JURÍDICAS PERIFÉRICAS.	77
2.1. A crítica marxista ao direito: a forma-valor.....	78
2.2. As relações jurídicas dependentes e a colonialidade do poder no direito do trabalho latino- americano	91
2.3. A flexibilização no mundo do direito: as legislações trabalhistas dependentes	98
2.3.1. O direito do trabalho no Brasil: meandros da flexibilização de uma legislação que já nasce morta - do Varguismo ao Neoliberalismo.	101
2.3.2. Neodesenvolvimentismo e Reforma Trabalhista: uma análise do panorama do direito trabalhista nos governos Lula e Dilma	117
a) A remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor:.....	118
b) Elevação da jornada de trabalho	128
c) Intensificação da exploração: mais-valia relativa	139

CAPÍTULO III. A EXTERIORIDADE E O TRABALHO-VIVO: A POTENCIALIDADE DOS MOVIMENTOS POPULARES NO BRASIL	154
3.1. A classe e os movimentos populares: da exterioridade ao trabalho vivo	156
3.2. Os novos sujeitos no Neodesenvolvimentismo: a transversalidade dos movimentos populares e descoloniais.	163
3.3. Entre a tática e a estratégia: a insurgência contra a superexploração da força de trabalho nos âmbitos jurídico e político.	184
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	197
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	203

CONTEXTUALIZAÇÃO

Como dissertar em tempos de golpe?

Apesar de você, amanhã há de ser outro dia...

“Trabalhe, ascenda, consuma”, “produza, atinja a meta”, “qualifique-se, adapte-se ao mercado”, “flexibilize sua jornada, negocie, ceda”, “não pense em crise, trabalhe”, “tempo é dinheiro, não o perca”. Os discursos empresariais e o imaginário ideológico em ascensão pós reestruturação produtiva neoliberal toyotista colonizaram e fixaram suas garras em todos os aspectos de reprodução da vida dos trabalhadores e trabalhadoras, seja o econômico em si, o cultural, o social, o religioso, o afetivo e o jurídico. A mercantilização e invasão do trabalho superexplorado sobre o tempo integral da vida dos trabalhadores, em verdade, nada mais é que do que uma continuidade refinada e estrategicamente direcionada de reprodução do capital e assentamento de uma nova etapa de acumulação, ampliação da transferência de valor e concentração de renda.

Contudo, tal fenômeno, denominado por alguns de globalização neoliberal, não se apresenta da mesma forma nos países de capitalismo central e nos países de capitalismo periférico. Do mesmo modo, não impacta aos trabalhadores de forma equivalente. Isto é, na América Latina, realidade em que pisamos e pensamos, a superexploração da força de trabalho apresenta-se acirrada, flexibilizada, precarizada com mais intensidade e esgotamento da vida, do corpo, da saúde e das relações humanas pela classe que vende sua força de trabalho ou pelo povo pobre, na acepção ampla do termo. E assim o é, porque além da transferência de valor do/a trabalhador/a ao patrão, também há transferência de valor entre nações, garantidas por relações jurídicas que travestem de igualdade o que é essencialmente desigual nas trocas mercantis capitalistas.

Tal reconfiguração apresentou muitas vertentes em âmbitos de políticas de governo e do papel estatal desempenhado para impulsionar, acompanhar ou redefinir as iniciativas dos mercados e das frações de classes capitalista, desde os conglomerados transnacionais às burguesias internas. O direito, e especialmente o direito trabalhista, que, garantindo a circulação de mercadorias, flexibiliza-se, desregulamenta-se, abre as comportas ao imaginário de que a “excessiva proteção” trabalhista – falaciosa – não atende mais aos anseios da sociedade líquida, fluida, ágil. Nas palavras traduzidas do mercado, é preciso, portanto, ampliar a negociação, limitar os freios da jornada de

trabalho, da remuneração, do tempo à disposição do empregador, da estabilidade no emprego e ampliar as formas de contratação indiretas, enxutas, que externalizam ou terceirizam os conflitos inevitáveis oriundos das relações de trabalho.

Afinal, a receita para o banquete da acumulação e concentração do capital nunca foi tão exitosa ao capital: uns maços de ideologia individualista com métodos de gestão competitiva, fiscalizatória e panóptica entre os próprios trabalhadores; alguns pés de fragmentação e enfraquecimento da representatividade sindical, com modelos de organização das entidades atrelados ao Estado, de perseguição ao direito de liberdade sindical ou táticas de acomodação e corrupção; altas doses de concentração fundiária; umas boas medidas de monopólio dos meios de comunicação midiáticos; e especificamente para a receita latino-americana: misturar a cartilha neoliberal dos impérios com o atrelamento da dependência por meio da dívida externa; substituir o desenvolvimento tecnológico pela especialização e produção agrícola de *commodities*; elevar a quantia de remessas de lucros; abrir o mercado às empresas transnacionais, diminuir salários e aumentar jornadas.

No Brasil, a receita pareceu funcionar com limitações na década de 1990, atingindo o objetivo de crescimento do bolo da concentração de renda e do aumento do lucro patronal. Também se ampliou a dependência, mas isso, para os chefes de governo e empresários neoliberais, era apenas um tempero que se sentia, só que cujo sabor era indiferente. Inclusive, o então presidente Fernando Henrique Cardoso concluiu que era melhor comer as sobras esqueléticas de um banquete servido há séculos - mesmo tendo colhido boa parte da comida que é servida neste banquete - do que aplicar um novo método ou questionar a receita hegemônica e de sucesso no mercado. Consentiu sem pestanejar em ser apenas o assistente secundário dos grandes chefes mundiais, obedecendo a cada ordem emanada para o receituário do alimento refinado que jamais foi servido aos/as trabalhadores/as de seu país.

No entanto, os/as trabalhadores/as brasileiros/as questionaram a fome que sentiam, o coração ressentia o desemprego e as demissões, e a mente sabia que era preciso mudar a receita. Contudo, a tática para mudanças não correspondeu às expectativas. O pragmatismo da possibilidade de acesso ao poder institucional acabou por rebaixar o programa popular construído desde a década de 1980 com o Partido dos Trabalhadores e investiu-se na conciliação entre setores populares e parcelas da burguesia interna, organizadas em uma “frente neodesenvolvimentista”.

O neodesenvolvimentismo, neste sentido, é entendido aqui como um conjunto de políticas econômicas heterodoxas aplicadas nos governos do Partido dos Trabalhadores por Luiz Inácio Lula da Silva, especialmente após seu segundo mandato em 2006, e por Dilma Vana Rousseff até o episódio do impeachment ilegítimo em agosto de 2016.

Desde o anúncio de Luiz Inácio Lula da Silva veiculado na “Carta aos Brasileiros” antes das eleições de 2002, com a finalidade de acalmar o mercado financeiro, já se percebia que o prato principal seria mantido, mas com incrementos fundamentais que diferenciavam da receita anterior. Durante os governos petistas, colocou-se uma pitada de políticas sociais, houve elevação da educação formal e técnica, uma razoável quantia de consumo e ampliação do número de empregos, ainda que em postos subalternizados. Todavia, a estrutura dependente não mudou, a maior parte do banquete permaneceu sendo servida aos países de capitalismo central. Houve desindustrialização em termos de manufaturamento, mas hipertecnificação na indústria agrária de *commodities*, com ampliação da concentração fundiária e aumento da exportação de matérias-primas, com baixa complexidade industrial.

A crise do capitalismo financeiro, provocada pelo setor rentista se espalhou para os ramos industriais, a qual rastejava desde a década de 1980 e eclodiu em 2008, foi relativamente controlada com as políticas econômicas heterodoxas adotadas nos governos neodesenvolvimentistas. Contudo, a partir de 2013, com intensificação em 2014 e 2015, o país passou por um período de forte agitação social em razão dos reflexos tardios da crise mundial no Brasil, que somou a instabilidade econômica à social e política. A frente neodesenvolvimentista começou a apresentar rachaduras em seu interior. A pressão e o sangramento desta frente foram impulsionados por setores da burguesia alinhada aos interesses estrangeiros, de forma a creditar desconfiança do receituário aplicado e tentativas de retomadas da cartilha neoliberal dependente “puro sangue” aplicada na década de 1990.

No entanto, sequer se aguardou a possibilidade “legítima” de aplicação do programa por meio da (débil e recente) democracia formal brasileira. Ao que se edificou um golpe de Estado nacional travestido juridicamente de impeachment, e afastou à força, mas sem enfreteamentos significativos, a presidenta Dilma Rousseff. Importante ressaltar que o próprio Poder Judiciário, elitista e antidemocrático, teve papel ativo na corroboração do trâmite e dos deslindes da usurpação do Executivo nacional.

Os/as trabalhadores/as ora apáticos/as, ora estarecidos/as, ora manipulados/as engoliram a seco a nova receita já bruscamente empurrada por medidas que congelam os gastos sociais estatais, cortam políticas públicas, escondem esquema de corrupção e objetivam minar em absoluto a legislação laboral e a seguridade com reformas previdenciária e trabalhista.

A questão é: o que fazer diante deste panorama? Resgatar a receita dos anos 2000 é suficiente? Ou precisamos pensar numa reformulação completa das políticas econômicas adotadas? Para isso, é imprescindível analisar as alterações e continuidades desse período, sem saudosismo, com criticidade, mas também com pés no chão. É a isso que nos propomos nesta dissertação, em especial a análise de como se deu o trabalho e as respectivas configurações jurídicas neste período, a apresentação de novos trabalhadores e trabalhadoras e de novas conformações de relações laborais no Brasil.

Dissertar neste período de turbulências não foi tarefa fácil. Somado ao fato do objeto deste estudo ser exatamente a realidade que passava em um relampear de raios, tempestades, trovões - ano regido por linsã, afinal - em que a velocidade dos acontecimentos assombrava, desesperava e confundia quem em determinados momentos sentia nas entranhas a tarefa histórica de elaboração da crítica simultaneamente em que se desesperava por ver o desmanche já das parcas - porém significativas - conquistas sociais que se obteve neste período. O ajuste fiscal e a criminalização dos movimentos populares já anunciavam que tempos complexos e sombrios estariam por vir, dentro dos marcos dos governos neodesenvolvimentistas. Mas o golpe à democracia, com ofensiva direta, violenta e conservadora ao povo pobre brasileiro aterrorizava com a notícia de que é preciso resistir e lutar com mais vigor.

As ruas e as organizações populares chamavam à ativa, às movimentações de mulheres, ao circo da democracia, ao diálogo com o povo, às marchas e aos atos. Ao mesmo tempo, era preciso escrever, o prazo de entrega da dissertação se aproximava e o enclausurar para assentar no papel era preciso. Por isso, faz-se um alerta ao leitor e à leitora, da impossibilidade de cindir a Naiara militante da Naiara acadêmica. O texto elaborado contém doses elevadas de vivências, compartilhamentos coletivos, críticas percebidas na prática. Também aponta a esperança, a possibilidade de renascer, de florescer após a tempestade, a partir da força das mãos e pés dos/as trabalhadores/as brasileiros/as, retomando a educação popular e o diálogo esquecido nesses últimos tempos. A análise complexa e difícil de denúncia deve servir à atuação firme do anúncio.

INTRODUÇÃO METODOLÓGICA

O método representa um caminhar. Mas não simplesmente um caminhar em que se tem o ponto certo de chegada e apressa-se para alcançá-lo desatentamente. O método é a preparação para a caminhada acadêmica, a escolha de cada instrumento necessário para um longo percurso teórico, de pesquisa e investigação que mira um ponto como objetivo, mas não é seguro que será aquele o ponto final da síntese do percurso. Neste caminho é inevitável perder-se, encontrar-se, desviar-se, dar voltas, mas se há algo sólido e confiável são os instrumentos teóricos escolhidos no início do percurso, como uma bússola, ainda que ao caminhar outros apoios possam ser encontrados, sustentando um ao outro de forma inovadora, sem preciosismos, mas com rigorosidade na não miscelânea de instrumentos que possam divergir frontalmente do caminho teórico a ser seguido.

Sendo assim, nesta pesquisa, segue-se o caminho do método marxista, materialista histórico, portanto, que parte da realidade, da concretude, da transformação histórica, do movimento, da transitoriedade, do conflito e da formação social. A pesquisa e a formulação teóricas são interpretações ideais de uma realidade que existe independentemente do sujeito que o pesquisa. Por meio do método, é possível desvendar a aparência daquilo que se pesquisa e objetivar atingir a essência da realidade investigada. Segundo José Paulo Netto, “a teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa”³.

Se a pesquisa é realizada por sujeitos e se estes sujeitos são históricos, que vivem as contradições, conflitos e a materialidade do que pesquisam, sua neutralidade é impossível. Respalda e corroborar ou questionar e criticar. Mesmo uma pretensa pesquisa apenas “contemplativa” ou “analítica” implica uma escolha do pesquisador. A inércia ou o “não fazer” em verdade representa uma ação, mormente de continuidade. Esta pesquisa, ao revés, se coloca no campo crítico, o qual pretende objetividade e rigorosidade da realidade analisada, mas sem neutralidade. E assim o é porque o que se pretende é transformar, rumando a sua superação, não apenas interpretar⁴.

O objeto de pesquisa, tema desta dissertação, ressalta o caráter ativo da pesquisadora. Seja em razão da atualidade histórica da realidade retratada, que, turbulenta, conflituosa e ambígua, é

³ NETTO, José Paulo. **A introdução do método em Marx**, 2011, p. 21.

⁴ Segundo Marx, na famosa 11ª Tese sobre Feuerbach, “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém o que importa é transformá-lo”. MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach** (1845), 2009, p. 126.

passível de interpretações teóricas distintas; seja pela práxis em constante dialética com a teoria, vez que se fez parte ativa das movimentações políticas, das organizações de resistência, de reuniões ao lado de trabalhadores e, especialmente, ao lado das trabalhadoras neste período. Assumir uma posição “neutra” ou complacente nunca esteve neste projeto teórico.

Destarte, o objetivo geral desta dissertação é análise crítica do panorama do trabalho no Brasil no período Neodesenvolvimentista, com enfoque específico no fenômeno jurídico. Nesta toada, a hipótese levantada correspondia a uma insuficiência ou debilidade das políticas econômicas adotadas neste período para a superação da superexploração da força de trabalho brasileira. Isto é, supôs-se que, embora registrados alguns avanços em termos redistributivos de renda e emprego formal, os resultados foram aquém do almejado para uma mudança substantiva do teor de extração do valor da força de trabalho.

Para compreender este momento complexo que implicou novas configurações sociais, exigiu-se métodos inovadores e heterodoxos de pesquisa. Inovadores não no sentido de inéditos, mas no de aproveitamento do que há de melhor dentro das correntes teóricas do marxismo para explicação do fenômeno jurídico neste período que se propôs a destrinchar. Assim, sentiu-se a necessidade de diálogo entre vários campos de teorias marxistas (econômico, filosófico, sociológico e jurídico)⁵ com outras vertentes em que é preciso complementaridade do marxismo, especialmente no campo cultural, filosófico e sociológico.

Contudo, o que deve ser frisado enfaticamente é que se priorizaram em absoluto as teorias latino-americanas, que partem de nossa realidade. Utilizou-se, então, teorias marxistas “heterodoxas”, pois pensar o capitalismo periférico exige a leitura de especificidades tanto das relações de produção como dos sujeitos, das opressões, das explorações e das dominações que aqui se delineiam, diferentemente do contexto do capitalismo central. Do mesmo modo, foi preciso avançar no que Ricardo Pazello denomina de uma “tradição criativa do marxismo na América Latina”, em que se fundamenta a crítica ao sistema capitalista “sem deixar de estar com o pé no barro de nossa América”⁶.

⁵ Não se trata aqui de uma vinculação absoluta a determinada vertente marxista europeia, seja ela do Marxismo Ontológico de György Lukács, do Estruturalismo Althusseriano ou da Teoria Crítica da Escola Frankfurt. Mas sim partir de contribuições relidas por teóricos latino-americanos no que há de mais aproveitável para a compreensão do momento complexo analisado.

⁶ PAZELLO, Ricardo Prestes. **Direito insurgente e movimentos populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito**, 2014, p. 39.

Para este diálogo, que não é isento de divergências e oposições entre as teorias, alicerçou-se metodologicamente em duas bases: a Teoria Marxista da Dependência e as Teorias Descoloniais.

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) tem seu auge na década de 1970, protagonizada por Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Orlando Caputo, influenciados pelos debates de André Gunder-Frank, e se propõe a reler o marxismo, criticando seu eurocentrismo e interpretando-o à realidade latino-americana, tendo como percepção os limites do desenvolvimentismo proposto pela CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe) e a necessidade de rompimento brutal com o capitalismo que subordina os países periféricos⁷. Em outros termos, as teorias cepalinas objetivavam, em sua primeira fase, o desenvolvimento nacional por meio do fomento industrial, do fortalecimento estatal e do investimento interno, para fortalecer a burguesia nacional em detrimento da burguesia dos países imperialistas. Já a Teoria Marxista da Dependência vislumbra a totalidade das relações de dependência entre nações, a integração subordinada latino-americana na economia mundial e a impossibilidade da superação desta condição dentro dos marcos capitalistas⁸.

Nasceu predominantemente de teóricos brasileiros pós golpe militar de 1964 no país, sistematizou-se no Chile⁹, onde os pensadores foram exilados, e consolidou-se no México, em especial na UNAM (Universidad Nacional Autónoma de México), ambiente onde os teóricos supracitados tornaram-se catedráticos¹⁰. Nesse período, além da ofensiva de regimes autoritários em toda a América Latina¹¹, houve um marco fulcral que implicou a reavaliação do revisionismo marxista eurocêntrico para a reformulação do marxismo latino-americano, considerando novos sujeitos protagonistas e o questionamento do pensamento etapista e economicista: a Revolução Cubana em 1959.

Sem embargo, é importante ressaltar que a Teoria da Dependência se traduz por dois matizes bem distintos. Há o marxista, acima descrito, e o weberiano. A teoria weberiana,

⁷ MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina**, 2011.

⁸ SOTELO VALENCIA, Ádrian. **Teoria da Dependência e Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina**, 2008, p. 152.

⁹ Em período anterior à formação da Unidade Popular que levou Salvador Allende ao poder chileno. Os pesquisadores reuniam-se no grupo denominado Centro de Estudos Sócio-Econômicos (CESO), vinculado à Faculdade de Economia da Universidade do Chile e concentrava uma gama impressionante de teóricos marxistas da América Latina. OURIQUES, Nildo Domingos. **Por uma teoria marxista da dependência**, 2016, p. 139.

¹⁰ SOTELO VALENCIA, Ádrian. **Teoria da Dependência e Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina**, 2008, p. 150.

¹¹ Destacam-se os regimes militares ditatoriais e violentos da Guatemala (1954-1993), o Paraguai (1954-1989), o Brasil (1964-1985), o Peru (1968-1980), a Bolívia (1971-1982), o Uruguai (1973-1985), o Chile (1973-1990), e a Argentina (1966-1973 e 1976-1983).

shumpeteriana ou da (inter)dependência¹² é protagonizada por Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e José Serra, ganhando projeção internacional. Segundo esta vertente, a dependência latino-americana era “fruto da pouca visão criativa do empresariado nacional”¹³ e propunha o desenvolvimento dependente e associado passando gradativamente à interdependência. Para tanto, dever-se-ia abrir o mercado nacional às empresas transnacionais, fortalecer a concorrência, privatizar e ampliar a parceria com o capital estrangeiro¹⁴, isto é, uma “dependência negociada”¹⁵.

Diametralmente oposto da Teoria Marxista da Dependência (TMD), que tem como pilar a crítica das teorias que propagam o binômio desenvolvimento/subdesenvolvimento, elucidando a impossibilidade do “desenvolvimento” do capitalismo periférico nas relações intrínsecas de transferência de valor entre nações, de sua compensação pela superexploração da força de trabalho na consolidação da divisão internacional do trabalho e a especialização produtiva como estruturante das relações de subordinação mundiais.

Mas por que resgatar a Teoria Marxista da Dependência no século XXI? Justamente porque vivemos em um período em que o debate (neo)desenvolvimentista foi retomado como horizonte de transformação do capitalismo periférico brasileiro (e latino-americano, se consideradas as semelhanças em alguns dos países irmãos, como a Argentina). Em oposição a um neoliberalismo forte que devastou a força de trabalho e a organização popular e desmantelou o já débil Estado por meio de privatizações, desregulamentações e desindustrialização nacional, pautou-se o neodesenvolvimentismo, o qual pouco se assemelha ao desenvolvimentismo cepalino e sim a uma reformulação, mediante conciliação, de um desenvolvimento dentro dos marcos neoliberais. As teorias econômicas hegemônicas brasileiras percebem o “fim da história” no capitalismo¹⁶, com possibilidades limitadas de manejar instrumentos de política macroeconômica para “suavizar” os reflexos do capitalismo dependente na população pobre brasileira. A TMD responde teoricamente e assertivamente as impossibilidades e o esgotamento de tal perspectiva.

No entanto, para compreender a configuração da força de trabalho no Brasil e suas transversalidades, a Teoria Marxista da Dependência apresenta algumas lacunas¹⁷. Cingir-se aos

¹² TRASPADINI, Roberta. **A teoria da (inter) dependência de Fernando Henrique Cardoso**, 2014.

¹³ TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro. **Introdução à obra: Ruy Mauro Marini - vida e obra**, 2011, p. 28.

¹⁴ TRASPADINI, Roberta. **A teoria da (inter) dependência de Fernando Henrique Cardoso**, 2014, p. 40-42.

¹⁵ MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina**, 2011, p. 235.

¹⁶ PERRY, Anderson. **O fim da história: de Hegel a Fukuyama**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1992.

¹⁷ Ramón Grosfoguel, teórico descolonial, tece duras críticas à teoria da dependência, que chegam a descartar ou equiparar equivocadamente alguns posicionamentos da TMD, ao que indica que são fruto de um projeto teórico moderno e por isso estariam imbuídas da ideia eurocêntrica de progresso. Ver: GROFOGUEL, Ramón.

aspectos econômicos abre brechas nos impactos reais ao povo que necessita vender sua força de trabalho. A análise quantitativa de dados não responde com integralidade às novas configurações no mundo do trabalho brasileiro. Essa, portanto, é a principal crítica dos teóricos descoloniais aos teóricos dependentistas, que percebem as relações econômicas como lente principal de análise, o que acaba obscurecendo relações de ordem cultural e ideológica¹⁸ e, por vezes, relacionando o reflexo do econômico sobre todos os outros campos.

Assim, buscou-se travar um diálogo entre a Teoria Marxista da Dependência, com suas importantes e atuais análises da situação de dependência entre centro e periferias e o *locus* latino-americano neste cenário, com as teorias descoloniais latino-americanas e os devidos recortes transversais que caracterizam não apenas um sistema capitalista, mas uma complexa e enredada estrutura de poder, o que explica as diferenças, heterogeneidades e opressões dentro das categorias de classe e de superexploração da força de trabalho. Ou seja, adota-se aqui a complementaridade dos estudos na percepção da totalidade, sem reduzi-la a “economicismos” ou “culturalismos”.

As teorias descoloniais latino-americanas adotam a perspectiva de inseparabilidade da dominação do poder, do conhecimento e das ideologias que o compreendem. Pautam que existe um padrão de dominação e exploração mundial que colonizam o pensamento e a práxis dos povos e países oprimidos ou subjugados. Consideram, como leciona Quijano, que a colonização da América Latina inaugura um novo paradigma da modernidade e funda a classificação racial conhecida nas formações sociais capitalistas, o que significou uma nova maneira de legitimar as relações de dominação e exploração com base em hierarquias dependentes da raça e do gênero¹⁹. A perspectiva descolonial é o reconhecimento do discurso da exterioridade e alteridade a partir do outro, deslocando a análise do centro à periferia não só em termos geopolíticos, mas de consideração dos oprimidos em diversas esferas da exclusão²⁰.

Mas assim como há uma divisão entre a teoria marxista da dependência e a teoria weberiana da dependência, há a cisão entre as teorias descoloniais²¹ e pós-coloniais. As teorias pós-coloniais

Developmentalism, Modernity, and Dependency Theory in Latin America. In: Nepantla. Views from South. Vol. 1(2). Durham: Duke University Press, 2000.

¹⁸ GROSFUGUEL, Ramón. **Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**, 2008, p. 132.

¹⁹ QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade del poder, eurocentrismo y América Latina**, 2014.

²⁰ DUSSEL, Enrique Domingo. **Filosofia da Libertação: crítica à ideologia da exclusão**, 1995.

²¹ Apesar de alguns autores adotarem posições que adotam a equivalência do Descolonial e o Decolonial, utilizando ambos os termos em seus escritos, como é o caso de Walter Mignolo e Aníbal Quijano, nesta dissertação pauta-se propositalmente o uso do termo Descolonial, com o “S”. Ricardo Pazello delineia três razões para o uso do termo Descolonial: 1) Pela distinção entre Colonização e Colonialidade e seus inversos descolonização e descolonialismo e

derivam de uma abordagem desenvolvida, em linhas gerais, por intelectuais oriundos de antigas colônias britânicas (África e Ásia) e que, portanto, pensam a “questão colonial” da forma como foi formulada, aplicada e experimentada no imperialismo inglês. O pós-colonialismo ergue-se nas décadas de 1960 e 1970 a partir das lutas pela independência, cujos principais expoentes teóricos são o palestino Edward Said, os africanos Frantz Fanon, Aimé Césaire, Edward Said e Amílcar Cabral e os indianos Gayatri Spivak, Ranajit Guha, Dipesh Chakrabarty e Homi Bhabha. Teve receptividade nos estudos europeus e norte-americanos, também com as perspectivas dos estudos subalternos. Ademais, a análise dos estudos pós-coloniais é centrada nas relações do colonialismo a partir da tradição crítica de Frankfurt²².

Mignolo aponta que o projeto descolonial difere do pós-colonial porque se afasta das teorias críticas europeias, se desprendendo e se abrindo a “possibilidades encobertas” pela racionalidade moderna²³. A genealogia do pensamento descolonial é “pluriversal”, não universal, que não esquece da ferida colonial e ao mesmo tempo reintroduz “línguas, memórias, economias, organizações sociais e subjetividades inferiorizadas pela colonização²⁴.”

Outra questão crucial é a própria colonialidade. Os estudos pós-coloniais, como afirma Grosfoguel, não percebem a diferença entre o colonialismo e a colonialidade, isto porque não haveria um “pós” nas relações coloniais, sendo esta uma temporalidade inexistente, vez que não superada a colonialidade do poder²⁵”. De outro lado, o termo pós pode sugerir a ideia de progresso histórico linear, propagando uma ideia da inauguração de uma nova era que rompe com a anterior.

Com base nessas críticas, diversos teóricos latino-americanos problematizaram que era preciso descolonizar os estudos pós-coloniais e os estudos subalternos, somando o acúmulo gerado pelas teorias da libertação, principalmente a filosofia e a teologia da libertação, e a teoria da dependência latino-americanas, já bastante desenvolvidas desde a década de 1960. Desse modo, no

descolonialidade e giro descolonial; 2) Pela remissão anglicista ao Decolonial, de forma que as línguas latinas português e espanhol remetem ao uso do S; 3) “Porque o “S” da descolonialidade representa ao mesmo tempo o Sul do mundo assim como o resgate do imaginário que relaciona os centros deste mundo com suas periferias”. PAZELLO, Ricardo Prestes. **Direito insurgente e movimentos populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito**, 2014, p. 38.

²² GROSFOGUEL, Ramón. **Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**, 2008, p. 28

²³ MIGNOLO, Walter. **El pensamiento des-colonial, desprendimiento y apertura: un manifiesto**, 2014, p. 64.

²⁴ MIGNOLO, Walter. **El pensamiento des-colonial, desprendimiento y apertura: un manifiesto**, 2014, p. 88

²⁵ “Antes de hablar de un mundo realmente pos-colonial primero tenemos que pasar por un serio proceso descolonial de todas las relaciones de poder que componen el patrón de poder colonial del sistema-mundo actual”

(GROSFOGUEL, Ramón. **Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**, 2008, p. 39).

início dos anos 1990, o peruano Aníbal Quijano foi o precursor na formulação sobre a colonialidade do poder, sendo seguido por Walter Dignolo, Enrique Dussel, Ramón Grosfoguel, Santiago Castro-Gómez, Edgardo Lander, Arturo Escobar, Zulma Palermo, entre outros, cujos lugares teóricos provinham de diversos países latino-americanos.

Contudo, as teorias descoloniais também apresentam limites, como é o caso do esvaziamento da possibilidade da construção de um projeto em sentido amplo, da negação do Estado-Nação a partir da crítica de sua fundação na modernidade. Como consideram o poder como fenômeno presente em todas as dimensões humanas, e o Estado como concentrador colonial do poder na América Latina, disputar tal modelo importado não altera as bases da colonialidade do poder arraigado nas estruturas institucionais modernas. E, desse modo, também acabam por abdicar da possibilidade de superação conjunta alinhada entre um bloco ou uma frente popular em relação à totalidade dependente latino-americana.

Sendo assim, essas duas teorias, que juntas se potencializam, são os apoios basilares do método desta dissertação. Além disso, outros fundamentos são imprescindíveis. No que tange à teoria crítica ao direito, parte-se das formulações do jurista russo Evgeny Pachukanis, jurista, pesquisador e um dos grandes quadros do partido Bolchevique, que chegou a ser Vice-Comissário do Povo para a Justiça, diretor do Instituto de Construção Soviética e Direito e vice-presidente da Academia Comunista.

Após a ascensão de Josef Stalin, Pachukanis é centralizado a corrigir pontos de sua teoria, em 1935 e 1936, de forma a alinhar-se obrigatoriamente às linhas diretrizes no campo do direito ao governo soviético. Mesmo assim, manteve-se irredutível a modificar pontos centrais de sua teoria marxista do direito e do horizonte de definimento jurídico. Motivos pelos quais foi perseguido e considerado “inimigo do povo” em 1937, sendo executado posteriormente.

O jurista soviético pode ser considerado o primeiro a encontrar a especificidades das relações jurídicas nos estudos de Marx n’O Capital, aprofundando as concepções marxianas acerca do direito e relacionando-o à forma-valor, ou seja, vinculado à garantia da circulação mercantil capitalista. Isto é, destaca-se como o principal teórico marxista no campo do direito, publicando em 1924 o marco “Teoria Geral do Direito e marxismo”.

No entanto, a tradução para a América Latina é fundamental, ao passo que se aporta a teóricos de nossa realidade, que praticam um exercício de releitura e atualização do pensamento pachukaniano, em especial ao campo do direito do trabalho.

Ademais, fez-se imponente a abordagem da sociologia do trabalho e da economia brasileira, especialmente no que tange à análise crítica do período neodesenvolvimentista e ao destrinchar de políticas econômicas aplicadas e dos respectivos impactos no cenário da composição da classe trabalhadora ou do povo brasileiro nas últimas décadas.

A dissertação é, nestes termos, dividida em três capítulos.

O primeiro capítulo tem a finalidade introdutória dos debates centrais da Teoria Marxista da Dependência e da Colonialidade do Poder na América Latina, cujo eixo de problematização é a superexploração da força de trabalho. A partir desse panorama, aborda-se as complexificações de uma nova dependência e colonialidade no neoliberalismo, concomitante a uma reestruturação produtiva que impactou severamente nos/as trabalhadores/as latino-americanos/as. Colocadas tais questões, passa-se às especificações do neodesenvolvimentismo, esboçando seus substratos a partir da realidade vivida no Brasil no último período. Tais mudanças também determinaram uma nova morfologia no campo do trabalho no Brasil, redefinindo as formas como se apresenta e como vive a classe trabalhadora ou classe que vive do trabalho, conforme menciona Ricardo Antunes, de modo que se busca aportes para além do marxismo.

O segundo capítulo é dedicado à crítica jurídica. De início pretende-se ilustrar uma teoria ou filosofia crítica do direito, com âmago no direito do trabalho, para sustentar a especificidade do fenômeno jurídico na América Latina com base em “relações jurídicas dependentes” e de um direito que é marcado pela colonialidade do poder e do saber. Dados os fundamentos teóricos, parte-se para o exame concreto dessas relações jurídicas dependentes no Brasil, na observação da crescente flexibilização da legislação laboral, com auge de desregulamentação no neoliberalismo. Compara-se a precarização do trabalho advinda com os arrochos no período neoliberal. A fim de entender as mudanças e as continuidades no direito laboral no neodesenvolvimentismo e a real repercussão da flexibilização jurídica na realidade do mundo do trabalho brasileiro, retomam-se os indicativos da superexploração da força de trabalho engendrados por Ruy Mauro Marini.

No último e terceiro capítulo pretende-se apontar, ainda que em termos rascunhados, vez que em mutação, para um novo horizonte político, econômico e jurídico a partir das classes populares e dos movimentos populares brasileiros. Por isso, esse é um capítulo primordialmente

filosófico, que lança mão da filosofia da libertação de Enrique Dussel e sua contribuição a partir da Exterioridade em interlocução na filosofia encontrada em Marx, com assente no trabalho vivo. Busca-se trazer os movimentos populares para o centro do debate, e, nesse sentido, as reformulações destes movimentos no neodesenvolvimentismo, como potencialidade real de transformação para um novo projeto que rompa com o capitalismo dependente, formando um bloco popular. Todavia, é importante mencionar que a práxis envolve pensar a atuação imediata e mediata, tática e estratégica, deste povo, e com especial atenção ao direito. Mira-se à premência de um direito crítico insurgente, que tem como caldo mobilizador a sua própria extinção.

CAPÍTULO I. NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E NEODESENVOLVIMENTISMO: OS REFLEXOS NO CAPITALISMO PERIFÉRICO.

*Sigamos, pois, o nosso caminho – o caminho do povo latino-americano, que entrou em uma etapa gloriosa da sua história, a etapa da sua libertação da alienante subsunção que o capital operou sobre suas vidas, suas culturas, suas alegrias e festas, sua dignidade, que é seu sangue, o sangue de seus heróis e mártires, sangue com o qual não se comercia...*²⁶

Este primeiro capítulo objetiva introduzir o debate dependentista e da Colonialidade do Poder na América Latina, esboçando as definições fundamentais do capitalismo periférico na relação com o capitalismo central ou com a matriz euro-norte-americana moderna/capitalista/colonial/patriarcal²⁷, enfatizando o mundo do trabalho, dimensão central da existência social. Com base nas premissas lançadas, analisa-se em especial os fenômenos político-econômicos do Neoliberalismo e do Neodesenvolvimentismo, debruçando-se sobre as transformações na morfologia do trabalho e na estrutura social brasileira nestes períodos.

No item 1.1 projeta-se os fundamentos da relação de dependência e colonialidade latino-americana a partir da construção da modernidade capitalista mundial e a reprodução da divisão internacional do trabalho na relação de subordinação latino-americana perante as potências imperialistas no mercado mundial. Para a análise a partir da Teoria Marxista da Dependência, utiliza-se as construções teóricas de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Jaime Osório. Na análise da Colonialidade do Poder, os principais autores apresentados são Aníbal Quijano, Walter Mignolo e Ramón Grosfoguel, sendo que Enrique Dussel é o pilar que interliga os debates centrais entre as duas vertentes.

No item 1.2 apresenta-se o debate atualizado da teoria da dependência e a reestruturação produtiva na América Latina com enfoque no Neoliberalismo e nas vicissitudes do Neodesenvolvimentismo na realidade recente brasileira, aprofundando as principais alterações ou continuidades na divisão internacional do trabalho e no cenário de desenvolvimento interno nacional. Para a atualização da teoria da dependência, aborda-se as elucidações contemporâneas de Theotônio dos Santos, Jaime Osório, Miguel Ruiz Acosta, Liana Carleial e Roberta Traspadini. No

²⁶ DUSSEL, Enrique D. **A Produção Teórica de Marx**: Um comentário aos Grundrisse, 2012, p. 388.

²⁷ GROSFOGUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais**: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global, 2008, p. 123.

debate acerca do Neodesenvolvimentismo brasileiro, as produções recém construídas de Cláudio Katz, Armando Boito Junior, Giovanni Alves, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Tatiana Berringer, Rodrigo Castelo e Francisco Corsi.

No item 3.3 adentra-se especificamente no mundo do trabalho na América Latina com debate da superexploração da força de trabalho, categoria problematizada por Ruy Mauro Marini, contextualizando sua atualidade e generalização no sistema capitalista mundial neoliberal. Para tanto, as conclusões de Aníbal Quijano, Jaime Osório, Marcelo Carcanholo, Miguel Ruiz Acosta, Adrian Sotelo Valência, Carlos Eduardo Martins e Ricardo Antunes são essenciais. A questão da superexploração da força de trabalho no Neodesenvolvimentismo é analisada de modo geral e sociológico com base nas produções de Sotelo Valencia, Giovanni Alves, Ricardo Antunes, Márcio Pochmann, Jessé Souza, abrindo caminhos e assentando conceitos para o debate específico do fenômeno jurídico que será travado no capítulo II.

1.1. A divisão internacional do trabalho e os impactos no continente do labor: entre a Dependência e a Colonialidade do Poder

A divisão internacional do trabalho significa que alguns países se especializam em ganhar e outros em perder²⁸.

Para entender a formação da classe trabalhadora na América Latina e a construção da precariedade do trabalho edificada neste continente desde a invasão europeia, é preciso compreender brevemente sua formação socioeconômica como território colonizado e posteriormente como território dependente.

A América Latina caracteriza-se, desde 1492, como um momento constitutivo da modernidade, mas não como expressão reconhecida da modernidade, isto é, é o “outro”, a “outra cara”, a “exterioridade” da modernidade²⁹. A modernidade, nesse sentido, é a mundialização de um fenômeno que inicia com a constituição da Europa como centro, e da América Latina, África e sudeste asiático como periferias, fruto da conquista, da colonização, da integração ou subsunção Ameríndia. Isso implicou vantagens comparativas determinantes da Europa sobre a China, a Índia

²⁸ Eduardo Galeano, **As veias abertas da América Latina**, 2010, p. 17.

²⁹ DUSSEL, Enrique. **1492: el encubrimiento del otro - hacia el origen del mito de la modernidad**, 1994, p. 21.

ou o Império Otomano no século XV e consolidou outro estágio do sistema-mundo até a atualidade³⁰. Segundo Dussel, “a Ameríndia constitui a estrutura fundamental da primeira modernidade”, de forma que até 1550, mais de 25 milhões de km², mais de 25 milhões de indígenas e mais de 14 milhões de negros e negras escravizados produziam valor para a Europa central por meio do trabalho forçado ou obrigatório, determinando a “vantagem comparativa definitiva” da Europa em relação ao restante do sistema-mundo, em especial sobre China, Índia e mundo muçulmano³¹.

A invasão europeia sobre o território latino-americano, sobre os corpos indígenas, sobre a cultura, a imposição do trabalho forçado e a transposição da racionalidade europeia implicaram uma totalidade colonial, a qual apresentava de um lado a exploração econômica com transferência de valor, fundada no extrativismo mineral, na produção agrícola e, sobretudo, no esgotamento da força de trabalho indígena e negra; e, de outro, a dominação cultural, da subjetividade e do saber, que moldou de forma impositiva a mentalidade dos povos dominados e cerceou a possibilidade de sua resistência.

Aníbal Quijano pontua que a modernidade e a colonialidade inauguram juntas um processo histórico que funda o capitalismo como um novo padrão de poder e controle mundial, o qual tem como fundamento de classificação social a ideia de raça, de dominação colonial/cultural e que se expressa numa racionalidade eurocêntrica. Isso significa que a América Latina “se constituyó como el primer espacio/tiempo de un nuevo patrón de poder de vocación mundial y, de ese modo y por eso, como la primera identidad de la modernidad”. A própria noção de raça só começa a ter sentido moderno a datar da dominação das terras latino-americanas que evidencia as diferenças entre conquistadores e conquistados, entre indígenas, negros, mestiços e europeus a partir de uma classificação hierárquica³².

Da obra de Quijano é possível extrair quatro produtos principais da exploração colonial: a raça, como categoria central de dominação; a consolidação de um novo sistema de exploração produtivo - o capitalismo; o eurocentrismo como novo controle da subjetividade; e o Estado-Nação como forma de controle da autoridade coletiva. A colonialidade do poder refere-se diretamente ao estabelecimento de um controle do poder mundial, desde seus aspectos econômicos por meio da divisão internacional do trabalho, aos aspectos políticos e culturais com a colonização do

³⁰ DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**: na idade da globalização e da exclusão, 2012, p. 52-53.

³¹ DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**: na idade da globalização e da exclusão, 2012, p. 58.

³² QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**, 2014, p. 110-111.

imaginário dos dominados e uma supervalorização do “modo de existir” europeu e estadunidense. É uma colonização dos padrões epistêmicos, da produção de conhecimento e da forma política-institucional dos Estados do centro³³.

Grosfoguel elenca diversos fatores chaves na formação latino-americana pós-colonização que moldaram essa complexa estrutura dependente, como a) a formação de classes em diversas formas de trabalho que são exploradas para a produção de mais-valia; b) a divisão internacional do trabalho em centro e periferia a partir de formas autoritárias e coercitivas; c) um sistema de organizações político-militares institucionalizadas na colonialidade; d) uma hierarquia étnico-racial global; e) o patriarcado e o privilégio masculino; f) uma lógica heteronormativa de fomento à homofobia; g) uma hierarquia religiosa cristã; h) uma hierarquia do saber europeu ocidental; i) uma hierarquia linguística de línguas europeias e não europeias³⁴.

Walter Mignolo concebe a matriz colonial de poder como definida por cinco níveis inter-relacionados: 1) o controle da economia; 2) o controle da autoridade; 3) o controle de gênero e da sexualidade; 4) o controle do conhecimento, da consciência e da subjetividade; 5) o controle da natureza e dos recursos naturais³⁵. Tal matriz se traduz numa “ferida colonial” ou numa “diferença colonial”, que criou a ideia de América Latina forjada na “mestiçagem” como característica fundamental de uma homogeneidade nacional ou de um conjunto de Estados-nações de “segunda classe dentro da ordem mundial”, assim como seus próprios habitantes foram traduzidos em cidadãos de segunda classe³⁶. É uma criação no processo de constituição do autorrelato da modernidade, com o auxílio das elites crioulas e mestiças fruto da própria colonialidade do saber.

Deste modo, a América Latina se constitui na expansão do capitalismo comercial do século XVI, em estreita consonância com a dinâmica internacional. Como colônia produtora de metais e matérias-primas, contribuiu para elevar o fluxo de mercadorias e meios de pagamento que levaram ao desenvolvimento do capital comercial e bancário europeu, abrindo caminhos para Revolução Industrial. Nas primeiras décadas do século XIX, com base na estrutura gerada durante o processo colonial, há um conjunto de países que orbitam ao redor da Inglaterra, articulando-se diretamente

³³ QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad y modernidad-racionalidad*, 2014, p. 59-69.

³⁴ GROSFOGUEL, Ramón. *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*, 2008, p. 122-123.

³⁵ MIGNOLO, Walter. *Una concepción descolonial del mundo*: conversaciones de Francisco Carballo con Walter Mignolo, 2014, p. 44.

³⁶ MIGNOLO, Walter. *La Idea de América Latina*: La herida colonial y La opción decolonial, 2007, p. 154 e 164.

através de suas solicitações³⁷. É o que Theotônio dos Santos denomina de fase colonial-comercial-exportadora, com monopólio colonial das terras, minas e mão de obra servil ou escrava nos países colonizados³⁸.

A situação colonial possibilitou a formação do processo de dependência latino-americana, mas a colonização e a dependência não se confundem³⁹. A dominação direta colonial nos séculos XVI, XVII e XVIII era calcada numa rígida especialização agrícola baseada na monocultura, orientada pelos centros hegemônicos. A mão de obra, especialmente negra e indígena, era submetida a formas de exploração e dominação que limitavam o consumo à economia de subsistência, e as minas e terras não raro pertenciam a estrangeiros europeus⁴⁰.

Dessa forma é na articulação com a economia internacional no século XIX, especialmente após 1840, que se pode dizer que se inicia a condição de dependência. Isto porque somente após a consolidação da grande indústria europeia é que se firma a nova *divisão internacional do trabalho*. É no período de pós-industrialização que as relações imperialistas e coloniais assumem um caráter mundial integrado pela economia capitalista, que produz de um lado um mercado unificado de mercadorias, força de trabalho e capitais e, de outro, uma alta concentração de tecnologia e a produção de capitais em centros hegemônicos de países dominantes⁴¹.

Alguns fatores foram decisivos para a consolidação da divisão internacional do trabalho, a qual deslocou a América Latina para um modelo de substituição de importações, esgotando o caráter exclusivo de modelo primário-exportador para o desenvolvimento de uma industrialização, que não é simplesmente “resultado do amadurecimento das forças produtivas e das relações de produção, senão que a inserção da região na expansão do mercado mundial capitalista”⁴². As grandes guerras mundiais são um destes fatores determinantes para a elevação da industrialização latino-americana, que passa a manufaturar matérias-primas básicas, exportando-as aos países de capitalismo central, e estes últimos especializam-se na exportação de bens e serviços de alta tecnologia e capital⁴³. Isto é, a América Latina assume a produção de etapas inferiores da

³⁷ MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**, 2011, p. 134.

³⁸ SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y dependencia**, 2011, p. 368.

³⁹ MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**, 2011, p. 135.

⁴⁰ SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y dependencia**, 2011, p. 370-371.

⁴¹ SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y dependencia**, 2011, p. 20.

⁴² OSÓRIO, Jaime. **O marxismo latino-americano e a dependência**, 2016, p. 108.

⁴³ SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y dependencia**, 2011, p. 10.

industrialização, cabendo aos países capitalistas desenvolvidos as etapas avançadas que demandam alta tecnologia⁴⁴.

A reestruturação do mercado mundial pós-guerras também implicou a ascensão dos Estados Unidos como protagonista da monopolização, centralização e concentração da produção impulsionada pelas empresas multinacionais⁴⁵. Segundo Vânia Bambirra, tal integração monopólica da América Latina diferenciou basicamente dois tipos de estruturas econômicas: 1) estruturas diversificadas, em que já existia um processo de industrialização em expansão, porém ainda predominava o setor primário exportador (o Brasil, a Argentina, o México, o Chile, o Uruguai e a Colômbia) e 2) estruturas primário-exportadoras, que iniciaram a instalação de um parque industrial pós-guerras, cuja industrialização foi produto da integração monopólica (Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba)⁴⁶. Também havia aqueles países sem qualquer diversificação industrial, com forte estrutura agrário-exportadora (Paraguai, Haiti e Panamá).

Alguns pontos devem ser suscitados quando se retoma o debate da industrialização latino-americana nesse período:

a) O caráter dependente da indústria: somente enquanto o panorama internacional foi desestabilizado em decorrência da crise que sofriam as grandes potências imperialistas é que houve a possibilidade de desenvolvimento das indústrias na periferia do sistema-mundo⁴⁷;

b) A superexploração da força de trabalho, que ofertava lucros atrativos⁴⁸ ao capital internacional⁴⁹, com elevação desproporcional da desvalorização da força de trabalho⁵⁰;

⁴⁴ MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**, 2011, p. 167.

⁴⁵ BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**, 2012, p. 55.

⁴⁶ BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**, 2012, p. 60

⁴⁷ MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**, 2011, p. 167

⁴⁸ Ainda que tenha havido uma tentativa de desenvolvimento capitalista autônomo em alguns países da América Latina, especialmente o Brasil e a Argentina por meio de regimes políticos bonapartistas e populistas, como o governo de Perón e Vargas, que objetivaram implementar a indústria pesada, produtora de bens intermediários, de consumo durável e de capital, proteção alfandegária e proteção do mercado nacional, o assédio do capital internacional venceu. Isto porque tais governos eram apoiados nas burguesias nacionais, que foram pressionadas pelo investimento estrangeiro e pela necessidade de aquisição de maquinário. Outras razões que explicam o declínio desta burguesia são: o mercado reduzido e a dificuldade de articular a relação entre preços e salários, pois para aumentar o consumo, necessitava-se aumentar os salários, o que viola com as estruturas de superexploração aqui vigentes (MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**, 2013).

Pode-se destacar ainda os governos de Calles ou Cárdenas no México, de Alessandri no Chile e de Batlle y Ordóñez no Uruguai como governos que consolidaram os interesses das burguesias nacionais até as décadas de 1950 e 1960. (BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**, 2012, p. 91)

⁴⁹ MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**, 2011, p. 166.

⁵⁰ MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**, 2013, p. 172.

- c) O fomento de um mercado que adquira a maquinaria pesada e já obsoleta produzida pelos países centrais⁵¹;
- d) expansão produtiva de matérias-primas e produtos agrícolas para responder à industrialização capitalista hegemônica⁵²;
- e) O desenvolvimento industrial foi condicionado às flutuações da balança comercial, reiteradamente deficitária pela remessa de lucros aos países centrais e pelo crescimento das dívidas externas⁵³;
- f) A oferta de alimentos baratos no mercado internacional produzidos na América Latina, que são desvalorizados em relação às manufaturas e dão o suporte para o desenvolvimento dos países industriais e o rebaixamento do valor da força de trabalho nos países centrais⁵⁴;
- g) A secundarização do consumo dos trabalhadores latino-americanos, de forma que contam mais como produtores de valor do que como consumidores, sendo que os padrões de reprodução são voltados aos mercados exteriores e não ao mercado interno⁵⁵. A produção independe do mercado interno e do consumo, separando definitivamente as esferas de produção e de circulação de mercadorias, explorando a força de trabalho ao máximo e substituindo-a irrefreavelmente através do exército de reserva, quando esta não mais lhe servir⁵⁶.

Tais elementos são resultados de uma condição dependente latino-americana, definida por Marini como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”⁵⁷. Para Vânia Bambirra, a dependência é uma categoria analítico-explicativa que define “o caráter condicionante concreto que as relações de dependência entre o centro-hegemônico e países periféricos tiveram no sentido de conformar determinados tipos específicos de estruturas econômicas, políticas e sociais atrasadas e dependentes”⁵⁸.

⁵¹ MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**, 2011, p. 59.

⁵² BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**, 2012, p. 66.

Nesse sentido o processo de mecanização agrícola e industrialização do campo, fomento da utilização de insumos e sementes dos países centrais, principalmente com a Revolução Verde na década de 1970, redefine o processo de dependência agrária da América Latina.

⁵³ SANTOS, Theotônio dos. **Imperialismo y dependencia**, 2011, p. 371-377.

⁵⁴ MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**, 2011, p. 142.

⁵⁵ OSORIO, Jaime. **Fundamentos de la superexplotación**, 2013, p. 29.

⁵⁶ MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**, 2011, p. 155-156.

⁵⁷ MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**, 2011, p. 134-135.

⁵⁸ BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**, 2012, p. 38.

Theotônio dos Santos caracteriza a dependência como uma situação em que certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra a qual está submetida e só pode se construir como reflexo da expansão dos países dominantes, de forma negativa ou positiva, através de um desenvolvimento desigual e combinado⁵⁹. A situação de dependência pode se alterar caso haja uma mudança nas estruturas hegemônicas ou na própria economia dependente, reorientando-a ou rompendo na consolidação de uma economia independente⁶⁰. Isto é, é uma situação histórica “que configura uma certa estrutura da economia mundial que favorece o desenvolvimento de alguns países em detrimento de outros e que determina as possibilidades de desenvolvimento das economias internas”⁶¹.

Enrique Dussel esboça algumas teses que explicam a relação de dependência entre dois países industriais, em que um país central desenvolvido é denominado de capital central e o país subdesenvolvido é o capital periférico. Ambos podem ser explicados a partir de um *espaço* – geográfico, político, histórico ou social – e a partir de um *tempo*⁶².

I. Espaço-tempo: O capital central desenvolveu estruturas históricas de enfrentamento entre capital e trabalho livre, já o capital periférico teve esse mesmo processo imposto coativamente, não como resultado de seu próprio processo histórico.

II. Localização: O capital central tem vantagem geográfica, isto é, está localizado próximo de outros capitais que permitem a fácil e rápida circulação, valorizando-se mutuamente. O capital periférico está distante em termos territoriais, o que lhe debilita na produção e na circulação, vez que tem que agregar custos de transporte e tempo.

III. Tecnologia e Belicismo: o capital central se expandiu politicamente ao passo que conseguia dominar o território conquistado por meio da tecnologia de navegação e militar. Ao capital periférico restou a coação política e militar imposta pela lógica do capital central. São determinações não inicialmente econômicas, mas que dão condições para uma dominação concorrencial posterior.

IV. Fontes de Acumulação: O capital central pode acumular a partir de duas fontes – de sua própria fonte e dos capitais periféricos. O capital periférico somente pode acumular *primitivamente* a partir de seu próprio sistema ao mesmo tempo em que é sugado pelo capital central.

⁵⁹ SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y dependencia**, 2011, p. 361.

⁶⁰ SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y dependencia**, 2011, p. 363.

⁶¹ SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y dependencia**, 2011, p. 364.

⁶² DUSSEL, Enrique Domingo. **A produção teórica de Marx: um comentário aos Grundrisse**, 2012, p. 358-362.

V. Expansão do mercado: O capital central expande seu mercado a nível mundial, tendo iniciado cedo seu processo manufatureiro. O capital periférico apenas expande seu mercado a nível regional ou nacional, com tardia e débil produção industrial.

VI. Autodeterminação: o capital central tem o poder de autodeterminação em relação a seu processo produtivo e às qualidades dos produtos para circulação. Já o capital periférico “sofre uma determinação externa sobre os momentos essenciais do seu processo produtivo e na determinação dos produtos-mercadorias a produzir”⁶³.

VII. Avanço na mecanização/industrialização: o capital central avança antecipadamente na revolução industrial de forma a aumentar seu capital constante e elevar a extração de mais-valia relativa. O capital periférico subsume posteriormente a industrialização, de baixa tecnologia, além de servir de mercado para o maquinário obsoleto do capital central. Este é um dos pontos fundamentais na desigualdade entre ambos.

VIII. Mais-valia absoluta e relativa: o capital central desloca sua produção da mais-valia absoluta para a relativa, investindo-se em tecnologia. O capital periférico combina extensivamente a mais-valia absoluta e relativa, de forma a estender o tempo de trabalho e intensificar o ritmo de trabalho, de forma a esgotar precocemente a classe trabalhadora, tendo um amplo exército industrial de reserva para substituição.

IX. Salário, direitos trabalhistas e mercado interno (consumo): o capital central investe na elevação salarial para criar um amplo mercado consumidor interno. O capital periférico investe pouco no mercado interno, de forma a pagar baixos salários em razão de vários fatores, como: a extensa oferta de trabalho, o baixo valor dos meios de subsistência do trabalho, pela repressão coativa direta e pela disposição de um amplo exército industrial de reserva.

Para Dussel, portanto, a dependência é a relação de dominação, roubo, alienação, exploração pela transferência de mais-valia periférica para o capital central, gerando uma superacumulação a essas economias que é a adição de seu próprio lucro ou mais-valia, o lucro extraordinário e a apropriação da mais-valia periférica⁶⁴. Em outros termos, ocorre a transferência de valor do capitalismo periférico para o central, calcada na divisão internacional do trabalho, que gera uma aniquilação contínua relativa do capital periférico. “O capital periférico, débil, por ser tecnologicamente subdesenvolvido, está determinado essencialmente por um processo de

⁶³ DUSSEL, Enrique Domingo. **A produção teórica de Marx**: um comentário aos Grundrisse, 2012, p. 361.

⁶⁴ DUSSEL, Enrique Domingo. **A produção teórica de Marx**: um comentário aos Grundrisse, 2012, p. 364.

desvalorização contínuo e relativo ao aumento da composição orgânica do capital no capital central”⁶⁵.

Um modo expressivo de sugar o capital periférico latino-americano com transferência de valor é mediante a divisão internacional do trabalho, que confere à América Latina o papel de produtora de alimentos ou de matérias-primas básicas, de menor valor social agregado. “A oferta mundial de alimentos que a América Latina contribuiu para criar e, que alcançou seu auge na segunda metade do século XIX, será um elemento decisivo para que os países industriais confiem ao comércio exterior a atenção de suas necessidades de meios de subsistência”⁶⁶. A exportação de alimentos baratos permitiu que fosse possível reduzir o valor real da força de trabalho no capital central, de forma a incrementar a mais-valia relativa naqueles países.

Esse fenômeno é denominado por Marini de *trocas desiguais*, como uma afronta às leis da troca e de transferência de valor. Isso porque o preço dos bens primários, dos alimentos e das matérias-primas passou a ser depreciado, deteriorando os termos de troca⁶⁷. Idealmente, uma mercadoria tem seu valor determinado pelo trabalho socialmente necessário para sua produção. Ocorre que nas trocas desiguais, os preços de comercialização no mercado passam por cima das “leis de troca”, gerando concorrências desiguais e especialização do trabalho entre nações. Os capitais periféricos transferem gratuitamente parte do valor que produzem ao capital central de forma a incrementar a produtividade industrial deste, gerando a ele um lucro extraordinário⁶⁸.

Em outros termos, o fato das nações desenvolvidas produzirem bens que as outras não produzem enseja que haja a violação da lei do valor, de forma a elevar seus preços. Já os países periféricos vendem as mercadorias a um preço de produção inferior, para compensar a perda gerada pelo comércio internacional e aumentar a massa de valor produzida. O capitalista se utiliza da mais cruel extração da mais-valia, superexplorando o/a trabalhador/a⁶⁹, questão que será aprofundada no próximo ponto.

Essas formas de trocas desiguais não se apresentaram da mesma forma no decorrer histórico, houve alterações estruturais no que se refere à relação entre o capital central e periférico. Numa primeira etapa, viu-se que a dependência se caracterizava pelo colonialismo comercial-

⁶⁵ DUSSEL, Enrique Domingo. **A produção teórica de Marx: um comentário aos Grundrisse**, 2012, p. 373.

⁶⁶ MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**, 2011, p. 140.

⁶⁷ MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**, 2011, p. 144.

⁶⁸ MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**, 2011, p. 145.

⁶⁹ MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**, 2011, p. 145-147.

exportador, em que a metrópole dominava as colônias por meio do monopólio das terras, minas e mão de obra servil ou escrava. Uma segunda fase caracteriza-se pela dependência financeiro-industrial consolidada no final do século XIX, em que o capital central forçou a expansão dos países latino-americanos como produtores de produtos agrícolas e matérias-primas e criou “economias exportadoras”. Há, ainda, uma terceira fase de dependência tecnológico-industrial, pós-guerras, em que as empresas transnacionais passam a investir nas indústrias destinadas ao mercado interno dos países periféricos. Esta última forma dependente vem se aprimorando com o capital financeiro, a deslocalização produtiva, o neoliberalismo e a globalização, gerando impactos de uma nova dependência, a seguir destrinchada.

1.2. A reestruturação produtiva, a desterritorialização do capital e a nova dependência: Neoliberalismo e Neodesenvolvimentismo

*E de guerra em paz
De paz em guerra
Todo o povo dessa terra
Quando pode cantar
Canta de dor...⁷⁰*

Nas últimas décadas do século XX a reestruturação produtiva capitalista implicou novas delineações do mercado e da sociedade globalizada, na superação das fronteiras nacionais na “produção, circulação e consumo de bens e serviços”, na alteração da geopolítica mundial⁷¹, na expansão do movimento de financeirização e do caráter rentista do capitalismo, na aceleração tecnológica e na reprodução da empresa-rede como formato organizacional dominante⁷². O capital atinge o ápice da sua desterritorialização, ao passo que consolida a territorialização da divisão internacional do trabalho, da superexploração e da pobreza. Algumas questões devem ser suscitadas nessa fase de aceleração tecnológica e redefinição da reprodução do capital e das divisas territoriais: a transnacionalização da produção e a concentração de capitais, o neoliberalismo como doutrina e política de Estado, e as novas formas de gestão dentro deste marco político na América Latina denominadas neodesenvolvimentismo.

⁷⁰ Mauro Duarte e Paulo César Pinheiro. **Canto das três raças**, interpretada por Clara Nunes, 1976.

⁷¹ MARINI, Ruy Mauro. **Proceso e tendencias de la globalización capitalista**, 2008.

⁷² CARLEIAL, Liana Maria da Frota. **Subdesenvolvimento e mercado de trabalho**: uma análise a partir do pensamento latino-americano, 2010.

Em relação à concentração do capital é preciso atentar para a formação de uma “nova unidade empresarial” que alcançou êxito na segunda metade do século XX, tendo como território base os Estados Unidos do pós-guerras. A busca por territórios com incentivo fiscal, possibilidade de extração de mais-valia desenfreada pela superexploração, o avanço sobre o mercado interno de consumo dos países periféricos e o controle monopólico do mercado mundial, determinaram que a América Latina se tornasse um parque industrial incipiente, a qual importava o maquinário obsoleto do capitalismo central e atendia ao mercado interno com remessas de lucros às economias estrangeiras.

Assim, o desenvolvimento industrial latino-americano depende do setor exportador que produz as “divisas” que possibilitam a compra de insumos e maquinário dos países centrais para o setor industrial nacional⁷³. O desenvolvimento industrial é condicionado à balança comercial, que tende a ser deficitária em razão do mercado monopolizado, das trocas desiguais e até da criação de matérias-primas sintéticas. A remessa de lucros aos países centrais, seja pela deslocalização das transnacionais, pelos *royalties*, fretes, acúmulo técnico e pelo crescimento avassalador da dívida externa que seria uma espécie de financiamento externo para o desenvolvimento nacional para estimular investimentos estrangeiros⁷⁴, fomenta um ciclo econômico paradoxal, que é o empréstimo de capital com juros altíssimos para suprir a própria transferência de valor das trocas desiguais. E há, ainda, o condicionamento do monopólio tecnológico dos centros imperialistas seja pelo real desenvolvimento técnico, seja pelo patenteamento de técnicas ou pela necessidade de o mercado comercializar maquinário e tecnologia obsoleta aos países periféricos.

De forma geral, a estrutura produtiva dependente combina a conservação dos alicerces agrários ou mineradores mais atrasados para fornecer mais-valia aos setores industriais. Além disso, as estruturas industrial e tecnológica, ao invés de guiarem-se pelas necessidades internas de desenvolvimento, atrelam-se aos interesses de empresas multinacionais. Isso gera uma organização interna altamente desigual, com alta concentração de renda, subutilização da capacidade instalada, exploração intensiva dos mercados nos grandes centros urbanos, diferença entre os níveis salariais internos e alta taxa de exploração da força de trabalho⁷⁵.

Carlos Eduardo Martins indica que as crises se apresentam de forma cíclica e são o resultado dos limites de expansão do mercado interno, vez que as economias dependentes estão

⁷³ SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y dependencia**, 2011, p. 372

⁷⁴ SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y dependencia**, 2011, p. 374.

⁷⁵ SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y dependencia**, 2011, p. 377-378.

centradas na exportação de bens agrícolas – especialmente *commodities* – e a indústria é voltada aos bens suntuários. Os déficits na balança de pagamentos são propulsionados pelos empréstimos volumosos para a industrialização. Contudo, o próprio endividamento externo intensifica a dependência tecnológica e eleva a necessidade de obtenção de superávits comerciais. “Trata-se de um superávit comercial espúrio, fundado no barateamento da força de trabalho ou na desvalorização do câmbio, e o equilíbrio do balanço de pagamentos se estabelece num nível superior de endividamento. O resultado é uma tendência secular e relativa da estagnação do capitalismo dependente”⁷⁶.

Desse modo, a especialização produtiva se robustece nas últimas décadas do século XX e redefine a divisão internacional do trabalho. Os Estados Unidos consolidaram a hegemonia financeira, industrial, bélica e política de forma a controlar o mercado financeiro internacional, a tecnologia, a produção de produtos de maior conteúdo técnico e de valor estratégico (a indústria química, eletrônica, atômica e a pesquisa espacial)⁷⁷ e inclusive controlando a moeda hegemônica, o dólar, como condição para o exercício financeiro das economias nacionais⁷⁸. Este país acabou, portanto, por diminuir seu setor produtivo, investindo no setor de serviços e deslocando sua planta empresarial em busca de territórios com mão de obra mais barata, fontes de matérias-primas diretas e próximas e a expansão de um novo mercado consumidor em ascensão. A América Latina torna-se o palco propício para transferência de valor para o capital central.

O neoliberalismo, como ideologia, doutrina e política, abre campo para que se consolide tal reconfiguração produtiva. É na década de 1980 que o neoliberalismo começa a edificar-se no continente, à exceção do Chile e da Argentina, que apresentam projeções neoliberais antecipadas já na década de 1970. Como políticas centrais elenca-se os cortes de gastos estatais, a diminuição drástica de impostos sobre as grandes fortunas, a majoração das taxas de juros, a contração da emissão monetária, a elevação de uma ordem trabalhista flexível anti-sindical e anti-greves, os arrochos de garantias à imensa maioria da população e a privatização de setores estatais básicos.

Em 1989 se marca a arquitetura neoliberal latino-americana ancorada em um novo ciclo de expansão estadunidense. O Consenso de Washington é o projeto de uma política direcionada do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, do Banco Interamericano de

⁷⁶ MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina**, 2011, p. 250.

⁷⁷ SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y dependencia**, 2011, p. 526.

⁷⁸ CARLEIAL, Liana Maria da Frota. **Subdesenvolvimento e mercado de trabalho**: uma análise a partir do pensamento latino-americano, 2010.

Desenvolvimento e de diversos agentes políticos e econômicos da América, que buscam convergir recomendações neoliberais fundadas nas instituições financeiras norte-americanas supostamente aplicáveis nos países latinos. Dentre os mandamentos “sugeridos” elenca-se principalmente o corte brutal de gastos públicos; a liberalização da economia, com abertura comercial e desregulamentação; a redução estatal sobre o setor privado; o investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; a privatização de estatais; a reforma fiscal e tributária; e a fundação dos marcos de direito à propriedade intelectual, com aumento das taxas de juros⁷⁹. Ou seja, é uma política de disciplina fiscal estrita, com liberalização ao comércio exterior, abertura ao fluxo de investimentos estrangeiros com redução ou fim das barreiras aduaneiras. No que tange ao direito, seu principal pilar é a desregulamentação com reflexos na baixa do salário real e do poder de compra e reformas fiscais com aumento dos impostos indiretos⁸⁰.

A promessa de retomada do crescimento econômico latino-americano a partir do ingresso do capital internacional e a expansão da produtividade nacional em razão da concorrência foram comprovados como falácias. O que se verificou foi a brutalidade do aumento da pobreza, do desemprego, da desnacionalização, da superexploração, do endividamento externo e da deterioração dos termos de troca⁸¹. Sendo que a desnacionalização acaba por desfavorecer as burguesias nacionais industriais em favor da indústria estrangeira internacional, ampliando a dependência.

Hinkelammert trava o debate da estratégia neoliberal como uma estratégia de acumulação do capital concebida nos anos 1970, e que foi chamada de globalização⁸² a partir de 1992 e 1993. Tal estratégia reposiciona as empresas transnacionais de avanço sobre os governos dos Estados, dissolvendo seu poder de planejamento e desenvolvedor de políticas públicas para um Estado de Segurança Nacional, altamente militarizado, com foco na segurança e no embate aos movimentos populares organizados. Nesse cenário, a compressão do Estado, em termos de ajustes estruturais, é justificada pelo pagamento das dívidas externas⁸³.

⁷⁹ AYERBE, Luis Fernando. **Neoliberalismo e Política externa na América Latina**, 1998.

⁸⁰ CHONCHOL, Jacques. **Neoliberalismo e Dependência**, 2016, p. 582.

⁸¹ MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina**, 2011, p. 319.

⁸² Segundo Hinkelammert, a “a globalização é um processo que vem se desenvolvendo há muito tempo, possivelmente desde os séculos XV e XVI. É um processo que atravessa os séculos”, diferentemente da estratégia neoliberal de globalização, que tomou fôlego na década de 1990. HINKELAMMERT, Franz. **Mercado versus Direitos Humanos**, 2014, p. 84.

⁸³ HINKELAMMERT, Franz. **Mercado versus Direitos Humanos**, 2014, p. 76-77.

Vários governos que estavam à frente na América Latina pautavam o modelo neoliberal e seguiram a cartilha de abertura econômica e ajustes na redução do Estado, a exemplo de Carlos Menem (1989-2000) na Argentina, Luis González Macchi no Paraguai (1999-2003), Alberto Fujimori (1990-2000) no Peru, Augusto Pinochet (1973-1989) no Chile, Hugo Banzer (1997-2001) na Bolívia, Jamil Mahuad (1998-2000) e Gustavo Noboa (2000-2003) no Equador, Carlos Andrés Pérez (1989-1993) e Pedro Carmona Estanga (2002) na Venezuela, Cesar Gaviria Trujillo (1990-1994) e Álvaro Uribe (2002-2010) na Colômbia, Carlos Salinas de Gortari (1988 -1994) no México, Fernando Collor de Melo (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) no Brasil.

Nesse período de neoliberalismo “puro” na América Latina, a dívida externa chegou à cifra de US\$ 784 bilhões em 2001, com tendência ao crescimento, e apresentou déficit na balança comercial em razão da desregulamentação econômica e da abertura unilateral dos mercados. Com o déficit, o pagamento da dívida ficou cada vez mais insustentável, o que se agravou com a desnacionalização de empresas estatais, remessas, *royalties* e transferências de lucros⁸⁴.

No Brasil, os resultados foram catastróficos em termos econômicos e de desenvolvimento humano. O país apresentou os piores saldos negativos na balança comercial entre 1996 e 2000, elevou a dívida externa em aproximadamente 100%, passando de US\$ 123,4 bilhões, em 1990, para US\$ 235 bilhões, em 2000, a balança comercial ficou desequilibrada e houve um déficit na balança de pagamentos, afastando investidores. Além disso, a concentração de renda atingiu parâmetros altamente desiguais, ampliando a coexistência da extrema pobreza com uma seleta elite ostentatória⁸⁵.

Com os saldos políticos e econômicos depreciados, um novo panorama político se edifica na América Latina na virada do século XX. A primeira década dos anos 2000 trouxe uma redefinição dos governos e medidas políticas tomadas, reverberando em três grandes blocos: a continuação do neoliberalismo puro, a redefinição desse modelo para um neodesenvolvimentismo e governos anti-neoliberais e anti-imperialistas, ainda que todos ainda se localizem no sistema capitalista.

Entre os dois últimos modelos, caracterizados como governos de viés progressista, há distinções fulcrais. O neodesenvolvimentista apresenta-se como um paradigma de governo

⁸⁴ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **As políticas neoliberais e a crise na América do Sul**, 2002, p. 144.

⁸⁵ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **As políticas neoliberais e a crise na América do Sul**, 2002, p. 138.

impulsionado por coalizões políticas na região, que incluem o apoio de trabalhadores, pobres, classes médias locais e setores da burguesia nacional, a exemplo primordial do Brasil e da Argentina e traços deste modelo estão presentes no Uruguai e no Chile. Já o projeto anti-imperialista e anti-neoliberal é protagonizado especialmente por Venezuela, Equador e Bolívia, o qual abarca uma parcela significativa de movimentos populares e apresenta uma proposta de integração continental com base numa aliança popular, a ALBA (*Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América*), almejando a futura edificação de um novo socialismo latino-americano do século XXI. Ambos, apesar das diferenças, não apresentam avanços significativos no que tange à redefinição do trabalho na América Latina, em especial ao fim da superexploração. Neste trabalho centrar-se-á na análise do modelo neodesenvolvimentista, com enfoque na economia brasileira, observando o panorama interno e o cenário internacional que levou a tal programa.

Pode-se analisar o neodesenvolvimentismo a partir de diferentes vertentes e enfoques, a depender do que se pretende evidenciar ou problematizar. Nesse aspecto, procurar-se-á analisar o neodesenvolvimentismo a partir da realidade da economia, das políticas de governo e nas teses de construção do capitalismo dependente brasileiro durante os governos Lula e Dilma. Isto é, parte-se da realidade para uma caracterização, e não do idealismo do que propagam alguns teóricos do que seria um neodesenvolvimentismo no plano das formulações. Imputa-se este período como neodesenvolvimentista com base em alterações reais do modelo neoliberalista, ainda que possa ser entendido como uma continuidade dele.

Para Cláudio Katz, o neodesenvolvimentismo se assenta em alguns pilares, como: 1) a valorização da intervenção estatal em oposição a um mercado autorregulado, o que não significa a edificação de um Estado de bem-estar social keynesiano, mas um equilíbrio Estado/Mercado em que “a presença estatal não deve obstruir o investimento privado e consideram que a gestão pública deve reproduzir a eficiência do gerenciamento privado”⁸⁶; 2) a política econômica torna-se instrumento central de crescimento, a fim de manter o déficit fiscal reduzido, com taxas de juros decrescentes e altas taxas de câmbio, para elevar a competitividade; 3) a tentativa de retomar o emprego urbano com fomento de obras pelo Estado; 4) a redução da defasagem tecnológica, por meio de acordos com empresas transnacionais, facilitando seu parque industrial no país; 5) a

⁸⁶ KATZ, Cláudio. *Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo*, 2016, p. 160.

proposta de copiar as políticas dos países asiáticos que crescem em demasia, subsidiando os industriais para desenvolver o mercado manufatureiro⁸⁷.

Segundo os próprios autores neodesenvolvimentistas brasileiros⁸⁸, tal modelo redefine o caráter do Estado, assumindo uma postura forte e regulatória a fim de almejar a “estabilidade macroeconômica”, com crescimento econômico e equilíbrio de preços. Não há uma preocupação excessiva em relação à industrialização fomentada por políticas defensivas na balança comercial, mas sim havendo um “protecionismo nas contas de capitais”, de forma a liberalizar as transações ou abrir comercialmente o país de forma cautelosa⁸⁹. Também apostam fortemente no desenvolvimento técnico e tecnológico nacional por meio de programas de formação de mão de obra qualificada e de fomento à competitividade empresarial, já que, de acordo com tais economistas, “a história mundial mostra também que não há capitalismo forte sem um empresariado nacional forte”⁹⁰.

Bresser-Pereira⁹¹, um dos principais expoentes teóricos endógenos do neodesenvolvimentismo, proclama que o Estado deve abster-se de regular a concorrência do mercado, mas deve planejar e regular os setores não competitivos, em que também estariam incluídos os grandes bancos, por exemplo⁹². Em termos político-econômicos, o Estado deve

⁸⁷ KATZ, Cláudio. **Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo**, 2016, p. 160-161.

⁸⁸ Aqui pode-se citar alguns nomes de teóricos da economia brasileira que idealizaram e foram absorvidos como quadros gestores, técnicos e consultivos nos governos petistas, divididos segundo eles próprios entre duas vertentes; neodesenvolvimentista (em sentido estrito) e social-desenvolvimentistas. Não se pode mencioná-los em um bloco homogêneo e sem divergências, mas é interessante abordar que a maioria dos neodesenvolvimentistas é quadro teórico da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, ou conectados à Revista de Economia Política e a Associação Keynesiana Brasileira. Primordialmente pode-se mencionar: Luiz Carlos Bresser Pereira, João Sicsú, Renaut Michel, entre outros discípulos. Já no campo autodenominado de social-desenvolvimentista, cujos centros teóricos de formulação são a UNICAMP e a UFRJ, elenca-se: Maria da Conceição Tavares, João Manuel Cardoso de Melo, Luiz Gonzaga Belluzzo, Aloísio Mercadante, Luciano Coutinho, Márcio Pochmann e Ricardo Bielschowsky. (CASTELO, Rodrigo. **A questão do neodesenvolvimentismo e as políticas públicas**, 2014, p. 589).

⁸⁹ SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; RENAUT, Michel. **Por que novo-desenvolvimentismo?** 2007, p. 519.

⁹⁰ SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; RENAUT, Michel. **Por que novo-desenvolvimentismo?** 2007, p. 521.

⁹¹ Bresser-Pereira foi um dos pioneiros na reedição das teorias desenvolvimentistas no Brasil, denominando-as neodesenvolvimentistas. Segundo Rodrigo Castelo, “Os primeiros escritos do novo desenvolvimentismo brasileiro apareceram no primeiro mandato do governo Lula no tinteiro de Luiz Carlos Bresser Pereira, ex-ministro da Reforma do Estado, professor emérito da FGV-SP e então intelectual orgânico do PSDB. Em 2004, Bresser Pereira publicou na Folha de S. Paulo um artigo intitulado “O novo desenvolvimentismo”, no qual defendia uma estratégia de desenvolvimento nacional para romper com a ortodoxia convencional do neoliberalismo. Segundo seus apontamentos, o novo desenvolvimentismo se diferenciaria do nacional-desenvolvimentismo em três pontos: maior abertura do comércio internacional; maior investimento privado na infraestrutura e maior preocupação com a estabilidade macroeconômica”. (CASTELO, Rodrigo. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro**, 2012, p. 624).

⁹² BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico**, 2016, p. 242.

garantir o superávit, a fim de equilibrar suas contas para pagamento da dívida pública e externa confortavelmente. Deve, assim, induzir uma taxa de lucro satisfatória, a fim de motivar as empresas a investir. Do mesmo modo, a taxa de câmbio deve “tornar as firmas competentes, competitivas”, deve-se baixar a taxa de juros, aumentar o salário conforme a produtividade e a taxa de lucro e se deve controlar a inflação, além de investir em políticas públicas de elevação de renda e escolaridade⁹³. Sinteticamente, o autor define o neodesenvolvimentismo em quatro pilares:

Esta economia política tem quatro principais características: primeira, encara a história da humanidade e a de cada país como dividida pela revolução industrial, ou capitalista; segunda, reconhece a natureza relativamente dependente das burguesias nacionais (que são ambíguas ou “nacional-dependentes”), mas critica a teoria da dependência, que afirma incorretamente ser impossível uma revolução burguesa em países em desenvolvimento; a terceira acredita que, para que a revolução capitalista tenha sucesso, ela exige a formação de uma coalizão de classes desenvolvimentista que associe empresários empreendedores, trabalhadores e a burocracia pública, e identifica a coalizão de classes oposta como a neoliberal, formada pelos capitalistas rentistas, pelos financistas que gerem a riqueza dos rentistas e pelos representantes domésticos dos países ricos; e, quarta, propõe que a nação invista na construção de um estado capaz que seja desenvolvimentista, social e republicano⁹⁴.

Assim, os neodesenvolvimentistas acreditam na possibilidade de realocação da economia nacional no sistema capitalista globalizado de forma autônoma e soberana, “bastando para isso equilíbrio macroeconômico, monetário, fiscal, fortalecimento do Estado, do mercado e das empresas nacionais”⁹⁵. Mas, para tanto, seria necessário que houvesse redefinição dos gastos e arrecadações da administração pública, com priorização de fontes de financiamento internas⁹⁶, sem, entretanto, descartar as parcerias público-privadas com setores nacionais e estrangeiros.

Pode-se dizer que há diferenças fundamentais em relação aos desenvolvimentistas clássicos ou tradicionais, principalmente no que tange ao pragmatismo quanto às políticas econômicas e o investimento em políticas de curto prazo que apresentem resultados céleres, mesmo que isso implique alianças que não fortaleçam estruturalmente os Estados capitalistas periféricos. Uma questão primordial é a relação que se estabelece com o modelo agroexportador. Os teóricos

⁹³ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico**, 2016, p. 251.

⁹⁴ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico**, 2016, p. 240.

⁹⁵ TRASPADINI, Roberta Sperandio; MANDARINO, Thiago Marques. **Desenvolvimentismo x Neodesenvolvimentismo na América Latina: continuidade e/ou ruptura?**, 2013, p. 22.

⁹⁶ TRASPADINI, Roberta Sperandio; MANDARINO, Thiago Marques. **Desenvolvimentismo x Neodesenvolvimentismo na América Latina: continuidade e/ou ruptura?**, 2013, p. 23.

clássicos do desenvolvimentismo, como Raúl Presbich e Celso Furtado, propunham a substituição do modelo de exportações de matérias-primas para um processo de industrialização mediada pelo Estado. Já os neodesenvolvimentistas apostam no pacto com o agronegócio, desta vez modernizado, com maquinário tecnológico, que substituiu o latifúndio de baixa produtividade. Os antigos fazendeiros oligárquicos deram lugar ao empresário rural que negocia diretamente no mercado externo as numerosas exportações de *commodities*. Assim, não se remodela estruturalmente o papel de produtora de matérias-primas relegado à América Latina na divisão internacional do trabalho, mantendo a concentração de terras e, conseqüentemente, da riqueza, a impossibilidade de diversificação produtiva e a ofensiva sobre a natureza⁹⁷.

Segundo Traspadini e Mandarinó, o desenvolvimentismo realizava a crítica sobre a inequidade das relações econômicas internacionais e das vantagens. O neodesenvolvimentismo, por sua vez, “se atém muito mais aos instrumentos de política macroeconômica, sem questionamentos aos nexos causais da dependência e da desigualdade”⁹⁸.

Além disso, o neodesenvolvimentismo é coordenado por uma burguesia que perdeu o caráter nacionalista ou anti-imperialista, de forma a coexistir e se adaptar com a abertura comercial advinda do modelo neoliberal, sem uma política austera para o desenvolvimento do parque industrial local. Isto é, “O neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal”⁹⁹. Outro ponto apontado por Tatiana Berringer de Assumpção é que não há uma defesa do monopólio estatal da exploração do petróleo, mas sim preferência pelo modelo de partilha, de modo que as obras de infraestrutura contam necessariamente com parcerias público-privadas, não sendo prioritariamente investimentos estatais¹⁰⁰.

Um fator determinante para tal reconfiguração foi a ascensão chinesa, que apresentou algumas alterações nos ciclos das crises neoliberais na América Latina. Com a sua expansão comercial e a concorrência com os países de alta tecnologia no que concerne à produção industrial de consumo, acabou por rebaixar os preços de produtos manufaturados e demandou mais matéria-prima dos países periféricos, redefinindo os preços de trocas desses produtos e dando certo fôlego na economia desses países. Isto é, os termos de troca dos bens primários se elevaram em certo

⁹⁷ KATZ, Cláudio. **Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo**, 2016, p. 162.

⁹⁸ TRASPADINI, Roberta Sperandio; MANDARINO, Thiago Marques. **Desenvolvimentismo x Neodesenvolvimentismo na América Latina: continuidade e/ou ruptura?**, 2013, p. 4.

⁹⁹ BOITO JR, Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**, 2012, p. 6.

¹⁰⁰ ASSUMPÇÃO, Tatiana Berringer de. **Bloco no Poder e política externa nos governos FHC e Lula**, 2014, p. 132.

período de tempo¹⁰¹, o que também implicou fortalecimento da burguesia latifundiária ou extrativista com o aumento de seu lucro extraordinário e, acima de tudo, indicou a reprimarização de economias latino-americanas. Neste sentido, houve tendência à desindustrialização de manufaturas elaboradas, mas com forte tecnificação industrial para exportação do agronegócio brasileiro, reafirmando a divisão e especialização internacional do trabalho. O que reassenta o Brasil como produtor de grãos para exportação que importa o pacote tecnológico de insumos, fertilizantes, agrotóxicos, sementes transgênicas e maquinário agrícola das empresas transnacionais.

Ou seja, tal processo de reprimarização é acoplado a uma política de incentivo à instalação de empresas transnacionais no território nacional¹⁰², a fim de recuperar a produção manufatureira, absorver certa tecnologia destas empresas, aquecer o mercado interno e gerar novos empregos. Na prática, as tecnologias trazidas são limitadas, pois se direciona à América Latina as etapas inferiores da segmentação produtiva, sendo que a tecnologia de fato é produzida nos laboratórios dos países de origem¹⁰³. Os empregos criados são precários, de baixos salários e de alta intensidade laboral. E os programas de incentivo tecnológico ou técnico nas universidades se quedam aquém da concorrência internacional, além dos quadros serem justamente absorvidos pelas transnacionais e não para desenvolvimento na indústria nacional.

De forma concreta, com a eleição de Lula e a chegada ao poder em 2002¹⁰⁴ estabelece-se um governo de coalizão que formou uma “frente neodesenvolvimentista”, cujo objetivo primordial era o desenvolvimento do capitalismo, dirigida por uma burguesia interna que envolvia classes trabalhadoras¹⁰⁵. Segundo Armando Boito Junior, o Neodesenvolvimentismo seria aquele

¹⁰¹ MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina**, 2011, p. 256.

¹⁰² Segundo Bresser-Pereira, “esses investimentos [do capital estrangeiro] são bem-vindos se trouxerem consigo tecnologia ou abrirem novos mercados, e não apenas porque financiam os déficits em conta corrente – algo que os países de renda média decididamente não devem ter; dado isso, os investimentos estrangeiros diretos irão elevar as reservas e/ou financiar investimentos estrangeiros diretos do país”. (BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico**, 2016, p. 257).

¹⁰³ KATZ, Cláudio. **Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo**, 2016, p. 162.

¹⁰⁴ Segundo Armando Boito Junior, essa frente neodesenvolvimentista tem gestação na década de 1990 a partir de ferramentas de massa criadas pela classe trabalhadora, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), até então sem apoio da burguesia nacional. Com o neoliberalismo de FHC nos anos 1990 houve um quadro de arrefecimento geral dos setores populares e parte da burguesia interna restou descontente com a cartilha imperialista adotada, abandonando o barco neoliberal que antes havia apoiado. Estava lançada a oportunidade da coalizão de classes dominantes e dominadas numa frente complexa que elegeu Lula presidente em 2002. (BOITO JR, Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**, 2012, p. 4-5).

¹⁰⁵ BOITO JR, Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**, 2012, p. 5.

desenvolvimentismo possível ainda dentro do modelo capitalista neoliberal periférico¹⁰⁶. Os principais setores que formaram a frente de coalizão foram a burguesia mineradora, da construção civil, do agronegócio – especialmente o setor sucroalcooleiro -, a indústria de construção naval e a indústria de transformação, e setores de trabalhadores que estavam fora do bloco de poder, como a “baixa classe média, operariado, campesinato e trabalhadores da massa marginal”¹⁰⁷, com quem a frente relacionou-se de certo modo populista. Por esta configuração, é uma frente que estava em permanente tensão, gerando embates inevitáveis e campos de disputa e concessões em todo o período: entre o capital financeiro (bancário) e o capital produtivo; entre a burguesia industrial e a burguesia agrária latifundiária; entre as várias correntes e centrais sindicais surgidas neste período¹⁰⁸, fora as inerentes disputas entre as classes dominantes e dominadas (campesinato e movimentos sociais do campo e o agronegócio; os trabalhadores e a burguesia interna; os servidores públicos e a burguesia que almeja a redução estatal)¹⁰⁹.

Aqui esclarece-se que a burguesia brasileira tem posição de conflito seletivo com o capital externo, não podendo ser considerada burguesia nacional, tampouco simples correia de transmissão do imperialismo. Acaba por assumir uma visão pragmática à curto prazo e pouco estratégica à longo prazo. Assim, a composição dentro da frente neodesenvolvimentista expressa uma autonomia relativa entre os interesses das classes dominantes e o Estado. Menciona-se “frente” a partir de uma concepção pragmática, portanto. Não necessariamente a partir de um viés ideológico ou de alinhamento de projeto de poder político, mas sim para a implementação de um conjunto de políticas neodesenvolvimentistas e conciliatórias, que expressam a infinitudes de contradições da composição de cunho adesista e prático de parcelas da burguesia no Brasil.

É o que Jacob Gorender já mencionava ao tratar da “aceitação seletiva do capital estrangeiro”¹¹⁰, em que a posição burguesa no Brasil alia o protecionismo alfandegário simultaneamente à aceitação do investimento estrangeiro no país com subordinação de “critérios seletivos e condições especiais de operação”¹¹¹. Isto é, as relações da burguesia interna e do capitalismo estrangeiro são associativas e contraditórias em que justamente o nacionalismo burguês

¹⁰⁶ BOITO JR, Armando. **Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder**, 2012, p. 69.

¹⁰⁷ BOITO JR, Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**, 2012, p. 4.

¹⁰⁸ Como a CUT, a CONLUTAS, a INTERSINDICAL, a CTB e UGT.

¹⁰⁹ BOITO JR, Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**, 2012, p. 12.

¹¹⁰ GORENDER, Jacob. **A Burguesia Brasileira**, p. 90.

¹¹¹ GORENDER, Jacob. **A Burguesia Brasileira**, p. 92.

no Brasil não significa rejeição ao capital internacional, mas sobretudo “sua cooperação demarcada pelas conveniências do capital nacional”¹¹².

As burguesias brasileiras não são, portanto, simples correias de transmissão imperialista, tampouco são nacionais. A frente neodesenvolvimentista explicita um bloco no poder em unidade contraditória entre frações. A crise aumentou as contradições e interesses diversos entre as classes dentro do bloco.

Nesse período¹¹³ algumas políticas estatais centrais foram adotadas, como: os Programas de Aceleração do Crescimento, com o investimento em grandes obras; políticas de incentivo ao capital nacional, como a reserva de porcentagem mínima das compras estatais de empresas nacionais ou subsidiadas pelo BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social); políticas sociais e de aquecimento do consumo interno¹¹⁴, com certa transferência de renda; e, nos últimos anos do governo Dilma, uma “política de juros e cambial, reduzindo a taxa básica de juro e o *spread* bancário¹¹⁵ e intervindo no mercado de câmbio para desvalorizar o real, visando a baratear o investimento produtivo” e, timidamente, proteger o mercado interno¹¹⁶.

Há vertentes econômicas que passam a considerar este período como um “neoliberalismo moderado”, do que se discorda por algumas razões fundamentais, dentre elas o papel que assume o Estado com a economia e a consolidação de políticas sociais fundamentais, eis que a denominação mais assertiva é o período neodesenvolvimentista que, embora se assemelhe ao desenvolvimentismo passado, traça outras estratégias, em geral mais pragmáticas.

¹¹² GORENDER, Jacob. **A Burguesia Brasileira**, p. 93.

¹¹³ O primeiro mandato do governo Lula é caracterizado por uma continuidade mais silenciosa ao governo neoliberal de seu antecessor, FHC. Não houve mudanças na macroeconomia de forma a sinalizar aos investidores e ao mercado que não havia ameaça ao projeto capitalista, reorganizando-o, porém, jamais abolindo-o (ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil, 2014, p. 131).

O segundo mandato já coloca em prática o projeto neodesenvolvimentista, incrementando os programas sociais de elevação de renda e crédito e aquecendo o mercado interno com a postura estatal financiadora de grandes projetos da burguesia interna, o que também elevou o número de empregos.

O primeiro governo de Dilma Rousseff, sucessora de Lula em 2010, já enfrentou uma crise econômica mais aguda. Dentre as posturas essenciais, diminuiu a taxa de juros, restringiu o crédito facilitado, diminuiu o compulsório e o IOF sobre o crédito pessoal, conteve o gasto público, sem reduzir de imediato os programas sociais e elevou o salário mínimo (CORSI, Francisco Luiz. **A Conjuntura e a Política Econômica no governo Dilma (2011-2014)**, 2015, p. 98-99).

¹¹⁴ BOITO JR, Armando. **Governos Lula**: a nova burguesia nacional no poder, 2012, p. 69.

¹¹⁵ *Spread bancário* (ou margem, em português) é basicamente a diferença entre o custo do dinheiro para o banco e o quanto ele cobra para o consumidor (pessoa física ou jurídica) na operação de crédito. Nestes custos estão inclusos, por exemplo, o custo de captação, os custos fiscais (impostos), custos administrativos do banco e o chamado “custo do risco” no capitalismo.

¹¹⁶ BOITO JR, Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**, 2012, p. 5.

Nesse sentido, o Estado brasileiro assume o papel de regulador, na medida em que emula corporações suntuosas de capital privado nacional, por meio de financiamentos primordialmente do BNDES, além da função de Estado investidor, quando coordena grandes obras e construções de infraestrutura que atendem a demanda destas empresas, financiadas pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), como se percebe claramente no ramo da construção civil nas últimas décadas¹¹⁷.

Outro pilar essencial deste período é formado pelas políticas de transferência de renda e aceleração do consumo no Brasil, especialmente com políticas de valorização do salário mínimo¹¹⁸, de ampliação ao acesso ao crédito e de financiamento da moradia como o Minha Casa, Minha Vida (MCMV), de retirada de milhares de brasileiros da miséria, com o programa de elevação de renda do Bolsa Família que beneficiou ¼ das famílias brasileiras¹¹⁹, cerca de 50 milhões de pessoas; O Fome Zero que deu um passo importante na diminuição da desnutrição infantil no Brasil; o Programa Luz para Todos de garantia de energia para famílias pobres; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Alimentação Escolar (PNAE) que incentivaram a comercialização de produtos agrícolas de camponeses da agricultura familiar no Brasil; e, no que tange à educação superior, a criação dos Programas Universidade para Todos (ProUni) e do incremento ao financiamento estudantil (FIES) e à educação técnica, ampliou-se o número de Institutos Federais Técnicos e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

Também é importante citar alguns avanços no que se refere ao recorte de gênero nesse período, como a titularidade de 93% de mulheres no Programa Bolsa Família, sendo que, destas, 68% são mulheres negras, o que eleva a renda familiar, dá subsídios a mulheres que são chefes de família e dá condições econômicas para que saiam de situações de violência doméstica; a titularidade de 94% das mulheres nos programas Minha Casa Minha Vida; as cotas nas universidades federais que ensejou o ingresso de mulheres pobres e negras e o aumento das mulheres estudantes universitárias em geral; a criação da Secretaria Nacional de Políticas Públicas para Mulheres (e depois sua lamentável unificação com outras secretarias), a preocupação do

¹¹⁷ ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil, 2014, p. 131.

¹¹⁸ No capítulo II deste trabalho se analisa detalhadamente o aumento real do salário-mínimo do Brasil, porém ainda remunerando a força de trabalho extremamente abaixo de seu valor.

¹¹⁹ Segundo informações do Governo Federal, o Programa atingiu até agora cerca de 14 milhões de famílias brasileiras. Disponível em: <http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/>, Acesso em 15.12.2016.

Estado com a violência doméstica, implementando as delegacias e juizados especiais após a Lei Maria da Penha em 2006.

Mesmo assim, verifica-se que todas essas políticas sociais não rompem de forma alguma com um ciclo do capital dependente brasileiro e não se inserem numa política de contraposição à burguesia nacional ou estrangeira. Ao revés, aquecem o mercado interno com o alto incentivo ao consumo, o que implicou a duplicação do volume de vendas do comércio nacional varejista; uma alta transferência de verba pública aos setores privados da educação superior e técnica – comumente precária –, que se expandiram irrefreavelmente; e o *boom* da construção civil e das empreiteiras nacionais pelo crédito oferecido na aquisição de moradia e de grandes obras de infraestrutura¹²⁰.

Em 2008, a eclosão da crise do capitalismo financeiro internacional desencadeada nos Estados Unidos com a falência do Banco Lehman Brothers¹²¹, uma das entidades financeiras de maior operação de empréstimos a juros fixos, se espalhou para o capital industrial e evidenciou uma das maiores crises do capitalismo internacional¹²² desde 1929, mas que se arrasta desde a década 1970. No entanto, alguns países latino-americanos, especialmente o Brasil, foram atingidos de forma menos brutal neste período de arrefecimento do crédito internacional, muito em razão da política de governo que aquecia fortemente o consumo interno e a postura do Estado como investidor e regulador da economia, além do deslocamento considerável da exportação de *commodities* e matérias-primas para os países asiáticos, primordialmente a China, ainda que houvesse uma redução dos preços desses bens.

Contudo, se os anos de 2010 e 2011 foram de relativa recuperação para os países latino-americanos, a reerguida europeia e estadunidense e a desaceleração chinesa anunciaram tempos delicados ao sul global, de forma que seu crescimento foi excepcional e passageiro¹²³. Nestes anos, já no governo de Dilma Rousseff, foram tomadas medidas que Boito Junior analisa como uma “radicalização do projeto neodesenvolvimentista”, que ampliam a intervenção estatal no

¹²⁰ É importante ressaltar que as grandes obras propagadas por esse modelo acabam por aumentar a prostituição e violência sexual no local das construções, sem que haja um planejamento e combate eficaz para essas situações, evidenciando a negligência estatal em relação à exploração sexual e tráfico de mulheres e crianças.

¹²¹ Desencadeada também pela bolha imobiliária nos Estados Unidos que gerou uma crise cíclica de empréstimos sem garantia, especulação imobiliária, insolvências e falta de lastro, interrompendo uma série de créditos aos setores burgueses industriais e latifundiários.

¹²² CARLEIAL, Liana Maria da Frota. **Subdesenvolvimento e mercado de trabalho**: uma análise a partir do pensamento latino-americano, 2010.

¹²³ RUIZ ACOSTA, Miguel A. **Devastación y superexplotación de la fuerza de trabajo en el capitalismo periférico**: una reflexión desde América Latina, 2013, p. 86.

planejamento econômico, como a redução da Taxa Selic, do *spread* bancário, a desvalorização do real, a ampliação da política de conteúdo local, isenções fiscais para capital produtivo, etc. Segundo este autor, isso implicou a ruptura da frente neodesenvolvimentista e um acirramento das contradições em seu interior, derivado do beneficiamento ao capital produtivo e em detrimento do capital financeiro ou bancário¹²⁴.

Isto é, até o momento de acirramento das políticas econômicas, o neodesenvolvimentismo havia atuado como socorrista do grande capital monopolista, tendo o BNDES como principal agente de salvação¹²⁵. No entanto, logo o modelo deu sinais de esgotamento político, social e econômico, e não resistiu ao chamado da conciliação de classes e de que é possível que todos ganhem num modelo de gestão econômica, muito menos num momento de crise do capitalismo integrado mundial em que se pretende acirrar a exploração do trabalho e garantir a lucratividade de setores capitalistas. Pois bem, restou comprovada a impossibilidade de servir a todos, seja pelo embate entre a classe trabalhadora e o capital, seja pelo embate entre o capital internacional e nacional, seja pelas fissuras dentro da própria burguesia financeira, industrial e latifundiária.

O fato de não ter havido investimento suficiente em infraestrutura e nacionalização em setores estratégicos neste período alocou para o capital privado o controle do mercado, com a retração econômica e a redução do PIB em 2011 e 2012. Houve, além disso, retração dos investimentos, que caíram 14% no primeiro semestre de 2013. Num primeiro momento o governo baixou a taxa de juros (que ainda continuou alta), numa tentativa de acelerar os investimentos industriais, o que por sua vez desagradou os setores rentistas, já descontentes com as metas da inflação¹²⁶.

Neste sentido, as medidas anticíclicas foram insuficientes para barrar a crise que assolou o capital periférico nacional e avançou-se também sobre a população mais pobre com austeridade e indicações neoliberais, cujo exemplo máximo adotado ainda no governo Dilma Rousseff foi o ajuste fiscal em 2015¹²⁷, que limitava gastos estatais em setores importantes como a saúde e a educação, minimizava direitos trabalhistas e previdenciários, aumentava impostos sobre

¹²⁴ BOITO JR, Armando. **A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia**, 2016, p. 158.

¹²⁵ CASTELO, Rodrigo. **O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro**, 2013, p. 135.

¹²⁶ CORSI, Francisco Luiz. **A Conjuntura e a Política Econômica no governo Dilma (2011-2014)**, 2015, p. 99.

¹²⁷ Frisa-se que o Ministro da fazenda proponente do ajuste fiscal, indicado por Dilma Rousseff, era o neoliberal Joaquim Levy.

importações, majorava a taxaço sobre alguns produtos de consumo, além de reduzir gastos estatais com o PAC. Isto sem mencionar sequer a possibilidade de auditoria da dívida externa (a previsão orçamentária foi de 1,002 trilhão de reais para o pagamento de juros e amortizações da dívida em 2014) e a taxaço de grandes fortunas no Brasil, nunca implementada.

Com a insatisfaço geral, abriu-se espaço para a gigantesca movimentação política no país desde 2013, que levou às ruas parte da população insatisfeita com a crescente inflação e desemprego, também impulsionadas pela grande mídia concentrada e o discurso anticorrupço a fim de desestabilizar as bases do governo petista. As Jornadas de Junho de 2013, como ficaram conhecidas, abriram espaço para uma nascente de conflitos no Brasil que, antes aparentemente adormecidos, ganharam proporções inimagináveis. O resultado viu-se na apertada eleição de 2014, em que Dilma Rousseff ganhou do tucano Aécio Neves. Mesmo assim, como viu-se, a cartilha neoliberal tomou conta da gestão de 2015, mas ainda de forma insuficiente para agradar a burguesia que buscava o realinhamento com o capital internacional.

Deste modo, as manifestações de uma sociedade de classe média e alta, marcada pela colonialidade do poder e pelas marcas do escravismo e pelo descontentamento com as políticas sociais não meritocráticas dos governos petistas; a grande mídia monopolizada servindo aos interesses de corporações transnacionais e setores da burguesia interna descontentes com o rumo tomados pelo neodesenvolvimentismo; um congresso primordialmente conservador e não representativo e em especial um judiciário oligopolizado e não democrático, levaram à consumação do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, o que se pode caracterizar pelo fim – ou pelo menos da interrupço brusca - da era neodesenvolvimentista no Brasil e pela retomada do programa ortodoxo neoliberal dependente, liderado por Michel Temer, até então vice-presidente do PMDB eleito no governo de coalizão com o PT.

Analisar as novas medidas neoliberais adotadas não é o objetivo desta dissertação, mas sim repensar profundamente a política econômica do projeto neodesenvolvimentista, apresentando seus claros limites na construção de uma sociedade realmente igualitária e democrática brasileira. Deste modo, é candente que se queda neste período com as mesmas questões problematizadas pela teoria marxista da dependência e pela colonialidade do poder, como a permanência brasileira (e latino-americana em geral) como exportadora de bens primários e de pouco valor agregado, ainda que

mais diversificadas em grãos, minérios, petróleo¹²⁸, carnes e segmentos automotivos; o quadro de juros permanece alto, e o câmbio valorizado¹²⁹. Também segue crescendo o investimento do capital estrangeiro para o estabelecimento de novas cadeias produtivas, incentivando a deslocalização industrial de empresas europeias ou estadunidenses à procura de desregulamentação trabalhista e ampla mão de obra com pouca “proteção social”¹³⁰, além da facilidade de acesso às matérias-primas e recursos naturais e conquista de novos mercados consumidores. É o que se evidencia quando se percebe o aumento de 989 milhões de dólares estrangeiros investidos no Brasil em 1990 para 45.058 milhões de dólares investidos do exterior em 2008¹³¹. Já a indústria nacional ainda é rasteira, com atividades predominantes de montagem, embalagem, rotulagem, sendo basicamente “manufaturas baseadas em recursos naturais”, com baixo grau de processamento de matérias-primas aqui extraídas ou produzidas¹³².

Isto é, foi uma frente de coalizão e de contradições que elevou minimamente a condição da classe trabalhadora no Brasil, mas esteve impreterivelmente aquém de um desenvolvimento autônomo nacional. Houve um rechaço à ideia de livre mercado e a tentativa de maior regulação estatal, buscando um alto desempenho econômico simultaneamente a programas sociais, o que reduziu de certa forma a intensidade da devastação da força de trabalho das últimas décadas, denominado pela CEPAL como “crescimento com equidade”¹³³. Todavia, o modelo neodesenvolvimentista ainda é atrelado ao mercado mundial capitalista e ao domínio dos impérios. Isto porque é vulnerável aos ascensos e descensos do mercado, especialmente do preço de matérias-primas e da capacidade de financiamento externo – o que restou comprovado pela extrema crise econômica, política, institucional e social pela que passou o país em 2015 e 2016.

Nesta toada, é perceptível que o neodesenvolvimentismo está completamente distante da construção de um Estado de bem-estar social, nunca antes edificado na América Latina, mas sim representa um projeto político-econômico de coalizão pragmático e de curto prazo – tanto é que

¹²⁸ Importante lembrar que com a descoberta do petróleo no pré-sal brasileiro há um forte risco da desnacionalização ou privatização de sua exploração, acarretando em acirramento da dependência à tecnologia e capital estrangeiro.

¹²⁹ CARLEIAL, Liana Maria da Frota. **A divisão internacional do trabalho como categoria central da análise de Ruy Mauro Marini**, 2012, p. 10.

¹³⁰ CARLEIAL, Liana Maria da Frota. **A divisão internacional do trabalho como categoria central da análise de Ruy Mauro Marini**, 2012, p. 12.

¹³¹ OSÓRIO, Jaime. **América Latina: o novo padrão de especialização produtiva – estudos de cinco economias da região**, 2012, p. 109.

¹³² OSÓRIO, Jaime. **América Latina: o novo padrão de especialização produtiva – estudos de cinco economias da região**, 2012, p. 116.

¹³³ RUIZ ACOSTA, Miguel A. **Devastación y superexplotación de la fuerza de trabajo en el capitalismo periférico: una reflexión desde América Latina**, 2013, p. 85.

sinaliza seu completo esgotamento (pelo menos está esgotado até as próximas eleições de 2018), com a retomada do neoliberalismo dependente “puro sangue”. Mostra-se como um novo ciclo de acumulação do capitalismo dependente, sem que apresente qualquer sinal de rompimento com o imperialismo, como se percebe na relação com as empresas transnacionais, a dependência tecnológica e o pagamento da dívida externa, mesmo sendo fato que houve a expansão em termos de relações internacionais com os países dos BRICS (Rússia, Índia e China) e com os vizinhos latino-americanos, aprofundando a relação Sul-Sul e o arquivamento da proposta neoliberal estadunidense da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

Ao mesmo tempo, reafirma-se a análise de Gorender sobre o caráter da burguesia brasileira, em que não há possibilidade imediata de caracterizar a burguesia brasileira como *nacional com qualidades* antiimperialistas e antimonopolistas¹³⁴. O que não seu caráter ativo e participativo no processo histórico nacional, mas com impossibilidades de incorporações revolucionárias. É uma burguesia brasileira, sem atribuição de nacional no sentido revolucionário, mas com interesses certos na economia nacional¹³⁵.

Como se vê, as contradições se estendem, seja na relação com as empresas transnacionais ao mesmo tempo em que se assenta um Estado investidor de grandes corporações da burguesia interna, especialmente o agronegócio, percebendo a desindustrialização nacional; seja na expansão do crédito e redistribuição de renda para a classe trabalhadora pobre brasileira, aquecendo o consumo, e criando programas fundamentais de acesso à moradia, educação superior e técnica, sem, contudo, realizar qualquer reforma estrutural de base necessária para romper com o assistencialismo e criar condições para o desenvolvimento autônomo nacional, como a reforma agrária, a reforma urbana, a reforma tributária e a reforma política. Isto é, o que houve foi um reformismo fraco e hipertardio, nas palavras de Giovanni Alves:

O amesquinamento do reformismo hipertardio brasileiro, sob o nome de neodesenvolvimentismo, é expressão da miséria social e política da sociedade brasileira, incapaz de ir além da ordem burguesa senhorial. Nas condições históricas adversas de enfrentamento social com a ordem do capital, os governos neodesenvolvimentistas optaram, pragmaticamente, pela trágica linha do menor esforço, preferindo implementar, em nome da governabilidade, a estratégia política do “reformismo fraco” utilizando as estreitas margens do Estado neoliberal, espólio da nossa herança maldita.¹³⁶

¹³⁴ GORENDER, Jacob. **A Burguesia Brasileira**, p. 109.

¹³⁵ GORENDER, Jacob. **A Burguesia Brasileira**, p. 111.

¹³⁶ ALVES, Giovanni. **Crise do neodesenvolvimentismo e Estado neoliberal no Brasil**: elementos de análise de conjuntura do capitalismo brasileiro, 2015, p. 28.

O golpe institucional travestido da legalidade do *impeachment* de Dilma Rousseff evidencia um Estado com as marcas da colonialidade e da dependência, impossibilitando um projeto de desenvolvimento no seio do neoliberalismo. Sequer avanços mínimos foram permitidos pelo capital internacional e pelos setores oligárquicos nacionais, evidenciando a débil democracia latino-americana e as dificuldades da construção de um Estado independente brasileiro no capital. Em outros termos, a teoria da dependência comprova os limites da possibilidade do neodesenvolvimentismo como ideal a ser alcançando em termos da realização de um capitalismo autônomo com desenvolvimento da industrialização, do mercado interno, da modernização e urbanização¹³⁷.

1.3. A formação da classe trabalhadora brasileira superexplorada, a flexibilização no mundo do trabalho e o neodesenvolvimentismo: precariedade do trabalho

*No me asusta la amenaza,
patrones de la miseria,
la estrella de la esperanza
continuará siendo nuestra*¹³⁸.

Para tratar da superexploração da força de trabalho especificamente no período neodesenvolvimentista no Brasil é necessário perpassar por um debate fundamental da formação da classe trabalhadora latino-americana e a permanente superexploração desde a invasão europeia. Pensar em América Latina é necessariamente referir-se a um continente construído a partir do trabalho extraído em suas formas mais brutais de violência e exploração, cujas raízes encontram-se na dominação colonial, passando por um processo de “modernização” das formas de exploração, com a flexibilização, mas mantendo o cerne da superexploração.

Como visto, a partir da conquista territorial europeia em 1492 firmou-se uma estrutura de controle do trabalho, de seus recursos e produtos, que articulou várias formas historicamente conhecidas (escravidão, servidão, pequena produção mercantil independente, reciprocidade e

¹³⁷ SOTELO VALENCIA, Ádrian. **Teoria da Dependência e Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina**, 2008, p. 164.

¹³⁸ Víctor Jara, **Vientos del pueblo**, 1973.

assalariamento) em função do mercado mundial e do capital internacional, que se consolida como sistema hegemônico com a expansão e exploração mercantil na América Latina¹³⁹. A fundação na distribuição racista do trabalho¹⁴⁰ caracteriza o regime colonial baseado na exploração, na força e na conquista¹⁴¹ e alicerçada na inferioridade racial criada pela modernidade capitalista que legitimam as ausências de salários e o tráfico de seres humanos como mercadorias, permanecem alimentando o capitalismo central por mais de quatro séculos.

A acumulação originária do capital nos países centrais deu impulso a um processo de colonização por exploração, que do trabalho coletivo indígena baseado numa economia de subsistência no momento pré-colonial, migrou-se brutalmente para um modelo de exploração das metrópoles¹⁴², cuja colonização escravizou os povos originários indígenas e os povos transplantados africanos¹⁴³. Ao lado da maior parcela da população trabalhadora escravizada coexiste uma parcela da população heterogênea que se encaixava em atividades exógenas da estrutura escravista de *plantations* e dos engenhos, a qual vivia de atividades precárias e descontínuas¹⁴⁴.

O assalariamento apenas se assenta no continente com a consolidação do capitalismo industrial mundial e sua conexão global com necessidade de mercados consumidores, no decorrer no século XIX. Tal panorama, anteriormente composto essencialmente de atividades agrário-exportadoras, desenvolve o proletariado urbano-industrial, também propulsionado pelo alto fluxo migratório de europeus pobres¹⁴⁵. Assim, os primeiros postos e espaços que ocupa a classe trabalhadora assalariada latino-americana são os “centros exploradores de salitre, cobre, prata,

¹³⁹ QUIJANO, Aníbal. **El trabajo al final del siglo XX**, 2014, p. 264.

¹⁴⁰ A “raça” passa a ser a característica fundadora da modernidade, pois apesar de fundada em diferenças fenotípicas de colonizadores e colonizados, é nada mais que um produto social para legitimar as relações de poder impostas, baseada numa suposta hierarquia natural dos brancos europeus em relação aos negros, mestiços e indígenas, e assim possibilitar teoricamente e praticamente a exploração do trabalho (QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**, 2005, p. 203). A classificação racial da espécie, antes do período colonial inexistente, passa a configurar os papéis sociais, as relações de poder, imagens, símbolos e atribuições a cada sujeito ou grupo social não hegemônico (QUIJANO, Aníbal. **Os fantasmas da América Latina**, 2006, p. 19).

¹⁴¹ QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**, 2005, p. 204-205.

¹⁴² ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**, 2011, p. 17-18.

¹⁴³ Há que se lembrar da resistência dos povos latino-americanos quanto à luta pela libertação do trabalho forçado e explorado, demonstrado nas fugas, nos quilombos, nas mortes e suicídios. No Brasil podemos citar os levantes populares no Brasil, como a Revolta dos Alfaiates ou Conjuração Baiana em 1798, a Revolta dos Malês e a Cabanagem em 1835, a Balaiada no Maranhão de 1838 a 1841, Canudos em 1896, a Revolta da Chibata em 1910, a Guerra do Contestado em 1912 a 1916, a Greve Geral de 1917, a Coluna Prestes em 1925, o Cangaço a partir de 1919, as Ligas Camponesas na década de 1950, a luta contra a Ditadura Militar e a formação de inúmeros movimentos sindicais e sociais, como o MST.

¹⁴⁴ OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. **Formação do Mercado de Trabalho no Brasil**, 1998, p. 114.

¹⁴⁵ ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**, 2011, p. 18-19.

carvão, gás e petróleo, na indústria têxtil, nos serviços portuários e ferroviários, na construção civil e em pequenos estabelecimentos fabris”¹⁴⁶. Ademais, é aí que se consolida as diferenças na relação capital-trabalho em relação aos critérios raciais e de gênero no continente, vez que aos negros e negras, indígenas, ex-escravizados, brancos nativos pobres e mulheres restam os trabalhos de pior prestígio e maior precariedade, como o transporte de cargas, o trabalho doméstico, o trabalho rural fundado no coronelismo ou a marginalidade social, visto que a preferência aos postos da indústria embrionária e do pequeno setor de serviços era aos imigrantes europeus¹⁴⁷.

A Primeira Guerra Mundial expandiu o processo de industrialização ao mesmo tempo em que assentou a dependência com a integração do mercado mundial. A crise do mercado imperialista rearranja a forma exclusiva de economia primário-exportadora latino-americana para uma industrialização via substituição de importações¹⁴⁸, com papel complementar ao setor de exportações, como o processamento básico manufaturado de matérias-primas e de bens de consumo não-duráveis.

Mesmo assim, a estrutura agrária permanecia intocada, com extensas propriedades de terra latifundiárias, servindo de mão de obra em regimes análogos ao escravista, com viés à exportação. É com o processo de industrialização, no século XX que há a expansão massiva da urbanização no Brasil e do êxodo rural, chegando ao ápice migratório de 35 milhões de pessoas que evadiram do meio rural para o inchaço das grandes cidades entre as décadas de 1950 e 1980¹⁴⁹. Segundo Marini, diferentemente do que ocorreu nos países europeus de conflitos expressos entre burguesias, no Brasil houve um pacto estabelecido entre a burguesia agroexportadora e a burguesia industrial de modo relativamente pacífico (não que não houvesse divergências, principalmente em relação à política cambial e de crédito), formando-se uma coalizão num projeto de classe, tendo em vista a estagnação política da massa de trabalhadores que começava a se organizar no país e o populismo desenvolvimentista como projeto¹⁵⁰. Foi o momento histórico de tentativa de desenvolvimento industrial a fim de implementar a “indústria pesada, produtora de bens intermediários, de consumo durável e de capital”, vez que a burguesia industrial se vê limitada pelo deficitário mercado

¹⁴⁶ ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**, 2011, p. 19.

¹⁴⁷ OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. **Formação do Mercado de Trabalho no Brasil**, 1998, p. 116.

¹⁴⁸ MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**, 2013, p. 53-55.

¹⁴⁹ OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. **Formação do Mercado de Trabalho no Brasil**, 1998, p. 118.

¹⁵⁰ Pode-se apontar os primeiros governos de Getúlio Vargas no Brasil (1930-1945) e de Juan Domingo Perón na Argentina (1946-1955).

interno¹⁵¹. Num primeiro momento, o processo de formação de tal indústria não era de todo negado pelo capitalismo central que objetiva transferir tecnologia e maquinário obsoleto, que não haviam sido completamente amortizados, para os países periféricos¹⁵².

Ocorre que tal crescimento autônomo restou impossibilitado pela dependência e pela perene ofensiva do capital internacional, ampliado pelo grau de desenvolvimento na recuperação pós-guerras. A penetração do capital estrangeiro se intensifica, portanto, após a década de 1950 e resta à burguesia nacional associar-se com o investidor estrangeiro, em uma espécie de parasitismo, que radicaliza a dependência, aumenta o integracionismo do capital central e periférico e “reforça o divórcio entre a burguesia e as massas populares”, pois eleva a superexploração da força de trabalho. Isto porque no processo de industrialização, os países latino-americanos, com o pretexto de compensar a dificuldade de competição no mercado internacional, valem-se de diversos instrumentos na produção interna, estruturando e refletindo a dependência e a superexploração da força de trabalho dos povos que aqui existem.

A superexploração da força de trabalho na América Latina é, portanto, uma consequência da relação de desigualdade, isto é, das trocas desiguais e da transferência de valor de um capitalismo periférico ao central. Para Enrique Dussel¹⁵³, em outros termos, a essência ou fundamento da dependência é a transferência de mais-valia de um capital nacional menos desenvolvido para um mais desenvolvido e para compensar a perda deste valor necessita-se extrair ainda maior quantia de mais-valia do trabalho-vivo periférico¹⁵⁴.

A regra do capital baseia-se na exploração do trabalho. Se, em geral, nas economias centrais o aumento da acumulação e da mais-valia decorre principalmente do barateamento real da força produtiva, e especialmente com a “redução do valor dos bens necessários para a subsistência do trabalhador”; nas economias periféricas, entretanto, há uma elevação desproporcional da desvalorização da força de trabalho¹⁵⁵. A superexploração é, portanto, uma forma particular de

¹⁵¹ MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**, 2013, p. 57.

¹⁵² MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**, 2013, p. 59.

¹⁵³ Neste ponto Enrique Dussel diverge de Ruy Mauro Marini que a superexploração é o fundamento da dependência. Para Dussel, a superexploração não é um fundamento da dependência e sim uma consequência, evitando-se tautologias, interpretação em que aqui se alinha.

¹⁵⁴ DUSSEL, Enrique Domingo. **Hacia un Marx desconocido**: un comentario de los Manuscritos del 61-63, 1988, p. 327.

¹⁵⁵ MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**, 2013, p. 172.

exploração que viola o valor da força de trabalho¹⁵⁶, ou seja, não se permite sequer a própria reprodução da força de trabalho, sugando-a ao extremo.

Segundo Marini, a *elevação da intensidade do trabalho*, a *prolongação da jornada de trabalho* e a *expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho* (o trabalho é remunerado abaixo do seu valor) são os três mecanismos essenciais da produção na América Latina e funcionam como aumento da mais-valia aos capitalistas, os quais se baseiam na exploração das trabalhadoras e trabalhadores e não por meio do progresso da capacidade produtiva para enfrentar os monopólios globais¹⁵⁷. Assim, a superexploração funciona como um *mecanismo de compensação* para o desenvolvimento capitalista industrial dependente para contrabalancear as transferências de valor oriundas da *troca desigual*¹⁵⁸.

No início da formação do mercado de trabalho na América Latina, o mecanismo de superexploração mais usual era o elastecimento exacerbado da jornada de trabalho, baseado, portanto, na extração de mais-valia absoluta¹⁵⁹. Com o desenvolvimento industrial novas formas de exploração foram implementadas, adicionando também a mais-valia relativa, sem diminuir a mais-valia absoluta, num processo de combinação predatória de ambas.

Já no que tange à remuneração - o pagamento da força de trabalho - verifica-se que o salário é inferior ao preço indispensável para reprodução da vida do/a trabalhador/a, impossibilitando a manutenção de condições básicas de reprodução e sobrevivência¹⁶⁰. Desta forma, a intensificação e prolongação da jornada de trabalho e a apropriação do fundo de consumo dos trabalhadores determina um prematuro esgotamento dos trabalhadores, sua depredação e apropriação de sua vida útil de forma fugaz¹⁶¹. O que se possibilita, ademais, por uma imensa massa de trabalhadores excluída ou marginalizada no mercado de trabalho, os “trabalhadores de reserva” desempregados ou subempregados, que forçam os empregados a se submeterem a condições superexploratórias sob o risco de serem substituídos¹⁶².

¹⁵⁶ OSORIO, Jaime. **Fundamentos de la superexplotación**, 2013, p. 10.

¹⁵⁷ MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**, 2011, p. 147.

¹⁵⁸ CARCANHOLO, Marcelo Dias. **(Im)precisiones acerca de la categoría superexplotación de la fuerza de trabajo**, 2013, p. 114,

¹⁵⁹ MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**, 2013, p. 173.

¹⁶⁰ MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**, 2013, p. 173.

¹⁶¹ OSORIO, Jaime. **Fundamentos de la superexplotación**, 2013, p. 34.

¹⁶² AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente**, 2012, p. 101.

Além disso, a concentração monopolística dos principais setores industriais determinou a não diversificação da produção e a estagnação do emprego, vez que a dependência financeira e tecnológica implicou um alto nível de endividamento externo; a imprescindibilidade dos recursos naturais; a devastação ambiental; a incapacidade de absorção do exército de reserva; a incorporação massiva em condições extremamente precárias das mulheres no mercado; e o crescimento das desigualdades regionais e sociais¹⁶³. Tais características procedem não somente pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas, como também pelas atividades predominantes, a indústria extrativa e a agricultura, que demandam uso extensivo e intensivo da força de trabalho¹⁶⁴ e permitem baixar a composição-valor do capital¹⁶⁵.

Mas a própria superexploração da força de trabalho foi alterada nas formas de exploração, evidenciando o processo de precarização do trabalho, mantendo seu conteúdo primordial. Carlos Eduardo Martins divide a análise da superexploração em quatro fases históricas: 1) A economia exportadora entre 1850-1930, de baixa produtividade e enfoque na base agrária, em que se prioriza o aumento da jornada de trabalho e a redução salarial, sem o investimento em intensificação do trabalho¹⁶⁶; 2) A substituição de importações no início do século XX com auge em 1930 e 1950, de rápido desenvolvimento industrial de bens suntuários voltados ao mercado-interno somada à crise do capitalismo central entre guerras, o que permite “elevar os preços de mercado acima dos preços de produção para sustentar e aumentar a taxa de lucro”, gerando mais-valia extraordinária¹⁶⁷, ao mesmo tempo em que há mão de obra excedente pelos fluxos migratórios e a crise da economia agroexportadora, que permitem a baixa dos salários; 3) O investimento direto estrangeiro no mercado interno, com monopolização da economia e concentração, além da importação de novas tecnologias, permite avançar na superexploração da força de trabalho principalmente em relação à intensidade e à extração de mais-valia relativa e crescimento ainda

¹⁶³ RUIZ ACOSTA, Miguel A. **Devastación y superexplotación de la fuerza de trabajo en el capitalismo periférico: una reflexión desde América Latina**, 2013, p. 73.

¹⁶⁴ Necessário, aqui, resgatar brevemente que a escravização, para Marini, é mais compatível com o capitalismo do que a servidão, por exemplo. Isto porque a “produção capitalista supõe a apropriação direta da força de trabalho, e não apenas dos produtos do trabalho”. Contudo, após o processo de industrialização, a superexploração da força de trabalho torna-se incompatível com a escravidão. Dentre as razões está que no capitalismo, o que se transforma em mercadoria é a força de trabalho e não o/a trabalhador/a em si, a força de trabalho é paga com salário mínimo que permite o/a trabalhador/a reproduzir sua vida, e ser substituído facilmente, sem perdas ao capitalista, se o esgotamento prematuro impossibilitar o exercício do trabalho (MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**, 2011, p. 150-151).

¹⁶⁵ MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**, 2011, p. 149.

¹⁶⁶ MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina**, 2011, p. 295-296.

¹⁶⁷ MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina**, 2011, p. 296.

maior do exército industrial de reserva¹⁶⁸; 4) O neoliberalismo dependente que se integra ao processo de aberturas comerciais e de expansão e internacionalização do trabalho com a aceleração de escalas produtivas globais desterritorializadas, porém centralizadas em termos de capital, no avanço da monopolização tecnológica e da microeletrônica e na delimitação de uma nova divisão internacional do trabalho, que eleva a superexploração não somente na América Latina, mas se generaliza também aos países de capitalismo central¹⁶⁹.

Nesta última fase, segundo Ruy Mauro Marini, em um de seus últimos textos, aponta que o processo de globalização capitalista neoliberal generalizou a superexploração da força de trabalho por meio da expansão do mercado mundial, da acentuação da concorrência, e do crescente reestabelecimento da lei do valor, sendo que as nações centrais foram forçadas a superexplorar a seus trabalhadores para elevar a taxa de mais-valia¹⁷⁰.

Marcelo Carcanholo reconstrói o pensamento de Marini neste ponto, reformulando a partir de seu marco histórico, ao afirmar que a superexploração não pode ser tratada como uma simples elevação da taxa de mais-valia, sob o risco de recair-se num retrocesso que questionaria até mesmo a especificidade da condição de dependência da América Latina. Deste modo, o autor frisa a importância de considerar a superexploração da força de trabalho como categoria que define a particularidade latino-americana e não como simplesmente elevação do grau de exploração através do aumento da taxa de mais-valia. Como categoria, a superexploração teria, portanto, sentido próprio e conjugaria os diversos fatores das economias periféricas que permitem a redução dos salários para um nível inferior ao valor da força de trabalho¹⁷¹.

Jaime Osório é quem elucida a questão e trava a interpretação mais clara do texto de Marini. Segundo ele se a “a superexploração é uma forma particular de exploração e esta particularidade consiste em que é uma exploração na qual o valor da força de trabalho é violado”¹⁷² e se a crise estrutural do capital e o avanço do neoliberalismo à classe trabalhadora em geral reduzem salários e intensificam e aumentam jornadas para compensar as perdas do capital não há porque negar sua generalização. Em seus próprios termos, “se existem regiões e economias onde a superexploração

¹⁶⁸ MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina**, 2011, p. 299.

¹⁶⁹ MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina**, 2011, p. 301.

¹⁷⁰ MARINI, Ruy Mauro. **Proceso e tendencias de la globalización capitalista**, 2008, p. 267-268.

¹⁷¹ CARCANHOLO, Marcelo Dias. **(Im)precisiones acerca de la categoría superexplotación de la fuerza de trabajo**, 2013, p. 124.

¹⁷² OSÓRIO, Jaime. **Fundamentos da superexploração**, 2013, p. 49.

constitui o fundamento da reprodução do capital, isso não significa que a superexploração não se faça presente em todo o sistema mundial capitalista”¹⁷³.

No entanto, não sustenta o autor que a violação do valor da força de trabalho indiferencia países de capitalismo central e periférico, mas justamente que há formas de reprodução do capital diferenciadas nos países imperialistas e nas economias dependentes¹⁷⁴, isto é, há uma “especificidade da exploração no capitalismo dependente”¹⁷⁵.

O problema não está, portanto, em afirmar a universalidade da superexploração, mas em não distinguir as formas específicas que predominam no mundo imperial e no mundo dependente, com as consequências diferenciadas que isso provoca nas formas como o capital se reproduz, bem como nas bases diferenciadas que estabelece para o desenvolvimento da luta de classes¹⁷⁶.

As tendências da generalização da superexploração também são perceptíveis nos processos migratórios aos países de capitalismo central em que a superexploração da força de trabalho é utilizada como meio generalizado aos trabalhos de baixo valor social ou precários, preenchidos tendencialmente por migrantes pobres advindos da América Latina, do norte da África, do Leste Europeu e do Oriente Médio. Ou seja, a própria superexploração nos países centrais assume a feição¹⁷⁷ dos povos do capitalismo periférico.

De modo geral, o que se estabelece na globalização neoliberal é uma redefinição das condições à classe trabalhadora, em que “países antes inquestionavelmente desenvolvidos passam por experiências de precarização, que levam muitos a adjetivarem sua aproximação com o subdesenvolvimento”, o que não altera o cerne do fenômeno da dependência e da divisão internacional do trabalho que destina “regiões inteiras, e imensos contingentes populacionais, à margem do processo civilizatório do capital”¹⁷⁸.

Na América Latina a ofensiva neoliberal expande a superexploração e atinge um alto grau de precarização. Precarização, neste sentido, difere de precariedade do trabalho. A condição

¹⁷³ OSÓRIO, Jaime. **Fundamentos da superexploração**, 2013, p. 67.

¹⁷⁴ OSÓRIO, Jaime. **Fundamentos da superexploração**, 2013, p. 68.

¹⁷⁵ OSÓRIO, Jaime. **Fundamentos da superexploração**, 2013, p. 63.

¹⁷⁶ OSÓRIO, Jaime. **Fundamentos da superexploração**, 2013, p. 69.

¹⁷⁷ Aqui se refere à feição quanto ao rosto, como afirma Emmanuel Lévinas. A epifania do rosto do outro é a imagem real, o rosto representativo da opressão, a pobreza, a marginalização, a vitimização, o que gera, anteriormente à própria existência do ser, uma responsabilização pelo outro como princípio ético de justiça. Ver em: LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós: ensaios sobre a alteridade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

¹⁷⁸ CAMARGO NETO, Rubens Bordinhão. **O lugar do Direito do Trabalho na periferia do capitalismo**, 2015, p. 47.

precária do trabalho é inerente ao trabalho alienado e subordinado capitalista, é intrínseco a ele. A precarização “é um processo de reposição e atualização” da precariedade num momento de crise e reestruturação do capital que reposiciona o setor financeiro, visando aumento da taxa de lucro e a redefinição da divisão internacional do trabalho, com impactos diretos aos trabalhadores que se quedam em condições frágeis para minimamente reproduzirem sua força de trabalho. Tal fenômeno se apresenta primordialmente na redução salarial, na piora da qualidade dos empregos, na expansão de subempregos, na redução ou flexibilização de direitos sociais e trabalhistas e na ampliação e intensificação da jornada de trabalho¹⁷⁹. Para Giovanni Alves, a precarização do trabalho insere-se no contexto do capitalismo-manipulatório ou flexível e representa a “desconstrução da relação salarial constituída no período histórico do capitalismo do pós-guerra”, não sendo uma simples precarização da força de trabalho como mercadoria, mas do ser humano que trabalha, de sua subjetividade (a dimensão da sociabilidade e da autorreferência pessoal) que se alastra sobre o tempo e sobre a vida concreta dos sujeitos¹⁸⁰.

A reestruturação produtiva e tecnológica do capital, garante a superexploração, forja novas morfologias do trabalho, em que a flexibilização assume feição central em diversos patamares: na desregulamentação legislativa do direito trabalhista, na possibilidade de negociação prevalente sobre o legislado, nas oscilações e compensações de jornada de trabalho, na insalubridade do local de trabalho, na criação de modalidades de contratos de trabalho não tradicionais (como as subcontratações, terceirizações, trabalho em tempo parcial, informal) e no modo de organização da produção e da automação flexível¹⁸¹.

Nos países dependentes em especial é visível a “desproletarização do trabalho industrial” com diminuição da classe trabalhadora tradicional simultaneamente ao processo de “subproletarização do trabalho” com “heterogeneização, complexificação e fragmentação” do trabalho¹⁸². Como se verifica na adaptação periférica e restrita dos fenômenos de reestruturação produtiva pensados nos países centrais.

Deste modo, cada vez mais ocorre o hibridismo dos fenômenos produtivos na América Latina, se o taylorismo e o fordismo chegam já modificados em alguns países latino-americanos, como o Brasil, a Argentina e o México, no advento da industrialização a partir da década 1930, há

¹⁷⁹ SOTELO VALENCIA, Adrian. **Trabalho precário**, 2016, p. 707-708.

¹⁸⁰ ALVES, Giovanni. **Dimensões da Precarização do Trabalho**: ensaios de sociologia do trabalho, 2013, p. 87

¹⁸¹ SOTELO VALENCIA, Adrian. **Trabalho precário**, 2016, p. 708.

¹⁸² ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, 2009, p. 205.

a redefinição no processo de trabalho a partir de algumas alterações como a produção mais homogênea em linhas de montagem, pelo controle do tempo e dos movimentos “pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista”, pelo trabalho parcelado e fragmentado, pela divisão intelectual e manual do trabalho ou de elaboração e execução e da existência de “unidades fabris concentradas e verticalizadas”.

Antunes ressalta, entretanto, que o caráter do binômio taylorismo/fordismo sempre foi periférico na América Latina em comparação com o capitalismo central, em razão do processo hipertardio de industrialização e ainda de sua não consolidação¹⁸³.

A condição periférica da reestruturação produtiva também é observada na perspectiva de que o avanço de novas modalidades de produção não acompanhou concessões históricas à classe trabalhadora, como a garantia de determinados direitos sociais e trabalhistas e primordialmente a elevação do salário para a reprodução da força de trabalho e a valorização do consumo de massa. Vê-se que o trabalhismo getulista de codificação na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) sistematizou garantias parcas e pouco aplicadas em comparação com os países europeus e o consumo dos trabalhadores latino-americanos é secundário em relação aos setores produtivos, de forma que contam mais como produtores de valor do que como consumidores, sendo que os padrões de reprodução são voltados aos mercados exteriores e não ao mercado interno¹⁸⁴.

As crises estruturais do sistema fordista/taylorista, do próprio keynesianismo do Estado de bem-estar social e do padrão de acumulação industrial, e a autonomização do capital financeiro ao capital produtivo implicou a necessidade de remodelamento do Estado e da economia de forma a garantir sistemas flexíveis e adaptados ao ciclo de crise do capital¹⁸⁵, sem minimizar ao extremo a taxa de lucro dos capitalistas e dos países centrais, ao que se edificou um novo modelo ainda mais parasitário no capitalismo dependente e às classes trabalhadoras.

Já o Toyotismo ou o processo de acumulação flexível emerge nesse panorama de esgotamento do padrão de reprodução do capital anterior e o início da crise que se arrastava desde os 1970, num projeto de reorganização das formas de exploração do capital e também pela inserção ideológica ou subjetiva aos trabalhadores, invadindo as “esferas da sociabilidade” e propagando um ideal individualista extremo¹⁸⁶, ao mesmo tempo em que investe numa maior simbiose entre o

¹⁸³ ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**, 2011, p. 22.

¹⁸⁴ OSORIO, Jaime. **Fundamentos de la superexplotación**, 2013, p. 72.

¹⁸⁵ ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, 2009, p. 31.

¹⁸⁶ ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, 2009, p. 50.

capital e o/a trabalhador/a por meio de estratégias de “captura da subjetividade”¹⁸⁷ do/a trabalhador/a para que se veja como parte integrante da empresa¹⁸⁸. Também se alteram as próprias posturas esperadas do/a trabalhador/a, que passa a ter que se portar como “qualificado, participativo, multifuncional, polivalente”¹⁸⁹.

Todavia, tratar do Toyotismo na América Latina é diverso de pensar apenas numa organização flexível da produção ou modelo “*just in time*”. É, sem embargo, considerar que a própria possibilidade de expansão deste modelo tem o pilar na divisão internacional do trabalho e na segmentação produtiva, quando emergem com vigor as empresas transnacionais deslocalizadas. Isto é, a possibilidade de uma empresa “enxuta” e a máxima eficientista nada mais é do que a transferência da intensificação do trabalho e das etapas mais inferiores aos países dependentes. Numa empresa de complexo toyotista em média apenas 25% da produção está localizada em seu interior, alocando a maior parte da produção a subcontratados ou terceiros¹⁹⁰. Isso gera cada vez mais a especialização produtiva e tecnológica: enquanto a matriz desenvolve a tecnologia e as etapas de maior valor social agregado, restam às empresas periféricas as etapas inferiores da produção, localizadas em regiões de menor garantias aos trabalhadores e que se utilizam da superexploração da força de trabalho para compensar a transferência de valor à matriz ou ao capitalismo central por meio das patentes, royalties e remessas de lucros.

No Brasil, a década de 1990 redesenhou e assentou o projeto neoliberal gestado nas décadas de 1970 e 1980 e nesta toada também foram reorganizadas as forças produtivas basicamente em razão de três elementos: a) a busca pela competitividade das empresas nacionais frente ao mercado aberto mundial; b) a ampliação da fixação de empresas transnacionais no território, que investem em formas flexíveis de acumulação; c) a resposta ao novo sindicalismo¹⁹¹ e resistência de trabalhadores que apresentava graus de organização mais sólidos na década 1980¹⁹² – vez que a rearranjo da produção descentralizada também obstaculiza a união e o reconhecimento conjunto da categoria, além de segmentar a representação sindical.

¹⁸⁷ ALVES, Giovanni. **Dimensões da Precarização do Trabalho**: ensaios de sociologia do trabalho, 2013.

¹⁸⁸ A participação nos lucros e resultados (PLR), embora seja benéfica aos trabalhadores em termos objetivos, corrobora para tal estratégia de absorção ideológica do/a trabalhador/a, mascarando o processo de exploração do trabalho.

¹⁸⁹ ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, 2009, p. 50.

¹⁹⁰ ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, 2009, p. 56.

¹⁹¹ Como perceptível nos fortes embates do sindicalismo metalúrgico no ABC paulista.

¹⁹² ANTUNES, Ricardo. **Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil**, 2010, p. 16.

O neoliberalismo de FHC, como visto, possibilitou a combinação de um Estado que se retirou bruscamente da prestação de políticas sociais e abriu as comportas econômicas e legislativas para facilitar e intensificar a superexploração da força de trabalho somado ao fato das mudanças sócio-tecnológicas do capital. Assim, não houve um abandono do binômio fordismo/taylorismo, mas uma combinação com o toyotismo de forma a cada um ser parcialmente assimilado no Brasil, especialmente em suas características que mais afetam e prejudicam o mundo do trabalho¹⁹³.

Mas e no Neodesenvolvimentismo? Período explicado no ponto anterior como um projeto de desenvolvimento no interior do neoliberalismo, mas que guarda com a vertente pura neoliberal diferenças fundamentais. No panorama do trabalho, em especial à flexibilização trabalhista e a continuidade da superexploração, houve alguma alteração fundamental?¹⁹⁴.

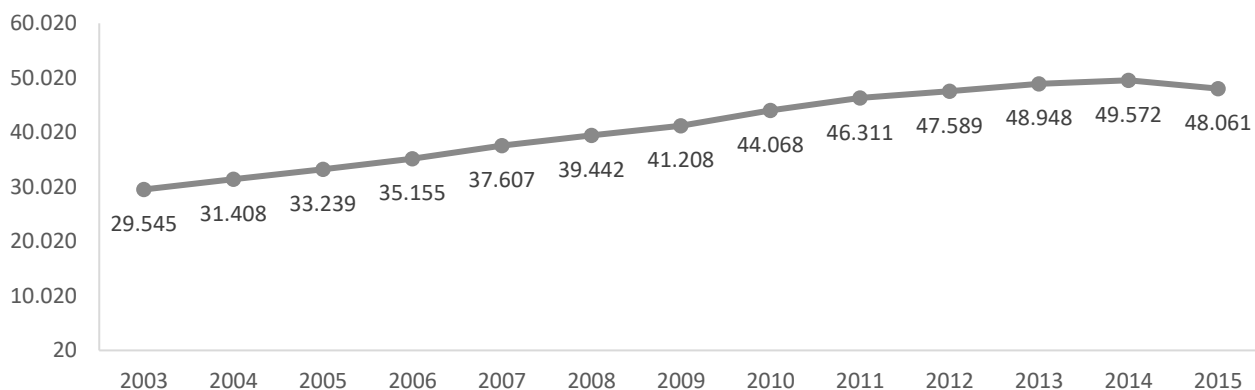
Como analisado, o neodesenvolvimentismo é incapaz, como políticas econômicas de uma frente de coalizão, de romper com a matriz neoliberal em voga desde a crise estrutural do capital na década de 1970. Neste sentido, apesar de apontar a políticas públicas fundamentais para a elevação de vida da classe trabalhadora pobre, foi inábil para modificar as relações de trabalho no Brasil e a superexploração desenfreada encadeada pelo neoliberalismo.

É inegável que com as políticas econômicas adotadas houve uma expansão do emprego incomparável com o governo neoliberal “puro” de Fernando Henrique Cardoso. De 2003 a 2015, houve a criação de cerca de 20,5 milhões de empregos formais, numa média anual de 1,7 milhão de empregos. No governo anterior de FHC houve a criação de aproximadamente 5,1 milhões de vagas de 1994 a 2002, numa média 630 mil empregos formais por ano. O gráfico extraído do sistema RAIS/CAGED ilustra a expansão do emprego formal no período neodesenvolvimentista.

¹⁹³ ANTUNES, Ricardo. **Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil**, 2010, p. 22-23.

¹⁹⁴ Neste item caberá uma análise sociológica geral, vez que a análise jurídica e aprofundada dos dados do trabalho no período neodesenvolvimentista serão abordadas no Capítulo II desta dissertação.

Gráfico 1 - Brasil – Número de Empregos Formais – 2003 a 2005.



Fonte: RAIS – DEC n 76.900/75¹⁹⁵

Mas tratar do aumento do emprego é insuficiente, é preciso aprofundar a qualidade dos empregos criados e no volume salarial destes postos. Neste sentido, as modalidades flexíveis de contratos de trabalho prevaleceram e ampliaram-se no contexto de arrochos trabalhistas mundiais. A legislação, como será observado posteriormente, praticamente estagnou em termos de conquistas trabalhistas e a realidade da precarização se impôs desenfreadamente. Tanto é que houve a disseminação da subcontratação, do trabalho a tempo parcial, do contrato por prazo determinado e de modalidades de empregos mascaradas, como é o caso da “pejotização” (a contratação por meio de pessoa jurídica), o estágio, o contrato de prestação de serviços como autônomo, o trabalho em domicílio e teletrabalho, a contratação por meio de cooperativas de emprego e especialmente da terceirização, que se apresenta de variadas formas de transferência de trabalhos para terceiros¹⁹⁶. Isso se evidencia na remuneração salarial, vez que a maior parte da parcela da população brasileira (49,8%), recebe de 1 a 3 salários-mínimos e 33,5% da população se reproduz com salários inferiores ou iguais ao mínimo¹⁹⁷.

A partir dessas caracterizações novas análises da classe trabalhadora foram sendo identificadas e renomeadas pela sociologia do trabalho, como é o caso do “precariado”, tendo a difusão dos postos de empregos temporários e precários como regra e não mais a exceção, de forma que se rompe a dicotomia entre o emprego e o desemprego num ciclo vicioso de atividade e

¹⁹⁵ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação anual de Informações (RAIS): empregos formais, 2015.

¹⁹⁶ ALVES, Giovanni. *Terceirização e Neodesenvolvimentismo no Brasil*, 2014.

¹⁹⁷ IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*, 2016.

inatividade, na rotatividade laboral fugaz e intensa, que desgasta e suga a força de trabalho ao extremo¹⁹⁸. Todavia, a precarização do trabalho não estaria restrita aos cargos de menor prestígio ou valor social, mas seria um fenômeno de atualização da precariedade do trabalho na era do capitalismo neoliberal que atinge todas as categorias profissionais, gêneros e raças – ainda que em medidas desiguais¹⁹⁹.

Ou mesmo a menção ao “infoproletariado” ou “cyberproletariado”, referidos por Ricardo Antunes e Ruy Braga, os quais formam a proliferação de trabalhadores que laboram no âmbito virtual, impulsionados pela “mercadorização da informação”, cujos dados e informações também passam a ser dotados de valor e agregados ao mundo produtivo, essenciais para as inovações produtivas do capital financeiro nas áreas da informática, do *telemarketing* e da telemática. Tais trabalhadores inserem-se num contexto de disseminação de empresas de tele-atendimento ou *call centers* que propagam a denominada “liofilização organizacional”, um processo de substituição do trabalho vivo, da força de trabalho, pelo maquinário tecno-informacional, que é trabalho morto. No entanto o trabalho vivo ainda é imprescindível enquanto multifuncional, dotado de saber tecnológico avançado, mas que não se vê como/a trabalhador/a ou produtor/a de valor, e sim “colaborador”²⁰⁰, num imaginário de participar de uma rede fluida da era informacional e não uma estrutura empresarial tradicional.

O fordismo/taylorismo periféricos como modelo de organização da produção interna e o toyotismo como ideologia de mercado e trabalho e como organização da segmentação produtiva, conjuntamente afluíram a exacerbação da superexploração da força de trabalho na América Latina, possibilitando a flexibilização e o rebaixamento dos salários em massa, com intensificação do ritmo de trabalho ao mesmo tempo em que apregoaram a disseminação da cultura do individualismo²⁰¹ e da desmobilização/desorganização dos movimentos sindicais e populares que viam poucos horizontes efetivos de transformação nas reivindicações coletivas. Neste ponto também há que se apontar para a ineficiência absoluta do governo petista em somar para a articulação popular por meio de trabalhos de base de educação popular, o que também impossibilitou que houvesse

¹⁹⁸ SOTELO VALENCIA, Adrián. **Precariado ou Proletariado?**, 2016, p. 124.

¹⁹⁹ SOTELO VALENCIA, Adrián. **Precariado ou Proletariado?**, 2016, p. 163.

²⁰⁰ ANTUNES, Ricardo. **A nova morfologia do trabalho no Brasil**. Reestruturação e precariedade, 2012, p. 58.

²⁰¹ Giovani Alves utiliza o termo “toyotismo sistêmico” para elucidar a questão. ALVES, Giovanni. **Crise do neodesenvolvimentismo e Estado neoliberal no Brasil**: elementos de análise de conjuntura do capitalismo brasileiro, 2015, p. 37.

acúmulo na consciência de classe oprimida e identificação política com as conquistas sociais implementadas.

Neste sentido, a exacerbação dos valores individualistas e a propagação da ideologia do consumo e do fetiche da mercadoria também são fatores cruciais neste período. Com a elevação do poder aquisitivo da população brasileira na última década e o início da possibilidade de aquecimento do mercado interno brasileiro, nunca antes visto, a maior parte da parcela da população pobre teve acesso ao crédito e almejou a aquisição de bens de consumo antes impossibilitados. A maioria dos bens adquiridos também se relaciona com a explosão tecnológica da última década, com enfoque aos eletrônicos, o que significa o incentivo de prioridades alavancadas pelo mercado nacional. Isto é, “o neodesenvolvimentismo afirmou a ideia de cidadania pelo consumo. O *ethos* do mercado, isto é, pequenas utopias de consumo que se expressam no culto das marcas, dando origem ao fenômeno dos proletoaróides”²⁰².

Os proletoaróides²⁰³ são, para Giovanni Alves, os trabalhadores assalariados precários que internalizam a cultura da pequena burguesia ou a consciência da “classe média”. Segundo o autor, durante o período neodesenvolvimentista houve a ampliação desta camada que é primordialmente composta de “jovens assalariados formalizados de baixa renda, herdeiros da mobilidade social dos pobres (...) e que construíram sua identidade social incorporando expectativas e anseios de consumo burguês”, sendo equivocadamente associados como “uma nova classe média” por uma lógica meramente economicista que associam a ascensão de classe ao consumo popular de marca²⁰⁴.

Por este caminho não se pode considerar a inserção do consumo de massa alavancado no Brasil na última década como um ganho ao mercado interno e à industrialização brasileira e muito menos a uma ascensão social da classe trabalhadora no Brasil. A incorporação da classe trabalhadora ao mínimo de bens duráveis (como geladeiras, televisores, computadores, celulares etc.) não consiste na formação de um novo segmento da “classe média”, mas sim uma “recomposição da classe trabalhadora em novas bases de consumo”²⁰⁵, especialmente de produtos

²⁰² ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil, 2014, p. 100.

²⁰³ Giovanni Alves ressignifica o termo cunhado por Max Weber ao estudar a categoria de professores universitários alemães, em que proletoaróide significaria “falsa classe média”.

²⁰⁴ ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil, 2014, p. 201.

²⁰⁵ POCHMANN, Márcio. **O mito da grande classe média**: capitalismo e estrutura sócia, 2014, p. 71.

industrializados comercializados pelas transnacionais segmentadas que se instalaram no Brasil e encontraram terreno forte para a abertura de novos mercados ainda não consolidados.

Assim, como Jessé Souza esclarece em debate crítico com Pochmann, classes econômicas não são classes sociais²⁰⁶, a faixa de renda ou de consumo é superficial para tratar da complexidade de uma “ralé estrutural” no Brasil. A ampliação do consumo retrata apenas o viés do capital econômico, mas olvida do capital cultural e do capital social²⁰⁷ que constituem a classe social, isto é, dos privilégios desiguais lançados no seio da sociedade patriarcal brasileira. Neste sentido, a “luta de classes” também é “o exercício silencioso da exploração construída e consentida socialmente”²⁰⁸. A impossibilidade de “ascensão” da ralé também deriva da dificuldade amplamente desigual no que tange à socialização familiar, ao acesso à educação formal, ao estudo linguístico e cultural, não é uma simples questão estatística do binômio renda e consumo. Pensar a busca incessante dos “proletaróides” pela tentativa de inclusão (e em certa medida de contestação) do capital cultural da “classe média” é a expressão candente da frustração da ralé ao acesso equitativo à sociabilidade do *ethos* da ordem burguesa senhorial brasileira, o que assombra a elite mediana de mentalidade arraigada pela colonialidade escravocrata²⁰⁹.

Todo este panorama implica a caracterização de “processo tendencial de precarização estrutural do trabalho”²¹⁰ que não foi revertido durante o período neodesenvolvimentista, embora tenha-se visto elevações consideráveis à parcela miserável da população brasileira que almejou acesso a políticas públicas básicas de renda. O processo de desmantelamento e flexibilização do ambivalente direito do trabalho brasileiro tem papel crucial neste processo, facilitando os mecanismos da superexploração da força de trabalho e reproduzindo os abismos da desigualdade de classes no Brasil. Cabe, portanto, analisar a especificidade do fenômeno jurídico neste período, resgatando sua construção histórica, a fim de entender a centralidade das relações jurídicas na

É importante frisar que Márcio Pochmann considera este período de governos Lula e Dilma como uma “social-desenvolvimentismo”, ao que se discorda neste trabalho, vez que o autor dá peso demasiado às políticas sociais implementadas como uma forma de rompimento ao neoliberalismo da década de 1990 e não há uma reformulação do desenvolvimento no interior do neoliberalismo.

²⁰⁶ SOUZA, Jessé. **Em defesa da Sociologia**: o economicismo e a invisibilidade das classes sociais, 2013, p. 135.

²⁰⁷ Jessé Souza utiliza-se aqui das terminologias criadas por Pierre Bourdieu acerca do capital como uma desigual distribuição de recursos e poderes em diversos âmbitos sociais, trazendo uma concepção relacional e sistêmica do social.

²⁰⁸ SOUZA, Jessé. **Em defesa da Sociologia**: o economicismo e a invisibilidade das classes sociais, 2013, p. 150-151.

²⁰⁹ ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil, 2014, p. 202.

²¹⁰ ANTUNES, Ricardo. **Os modos de ser da informalidade**: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?, 2011.

circulação de mercadorias e na venda da força de trabalho superexplorada na América Latina e na especificidade brasileira.

CAPÍTULO II. DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL SOB A CONDIÇÃO LATINO-AMERICANA: AS RELAÇÕES JURÍDICAS PERIFÉRICAS.

*Quero a utopia, quero tudo e mais
Quero a felicidade nos olhos de um pai
Quero a alegria muita gente feliz
Quero que a justiça reine em meu país
Quero a liberdade, quero o vinho e o pão
Quero ser amizade, quero amor, prazer
Quero nossa cidade sempre ensolarada
Os meninos e o povo no poder, eu quero ver²¹¹*

Este capítulo tem o condão de aprofundar o fenômeno jurídico, e em particular do direito trabalhista, nas economias latino-americanas dependentes. Debruça-se em especial sobre a manifestação jurídica nos períodos neoliberal e neodesenvolvimentista no Brasil e os impactos aos trabalhadores e às trabalhadoras.

No item 2.1 esboça-se um ensaio para entender as relações jurídicas no capitalismo alinhadas à forma-valor a partir da contribuição teórica marxista do russo Evgeny Pachukanis²¹² e de demais teóricos que dão voz à teoria crítica ao direito, à filosofia do direito e ao direito do trabalho como Alysson Mascaro, Márcio Brilhariano Naves, Oscar Correias, Franz Hinkelammert, Miguel Pressburguer, Celso Luiz Ludwig, Ricardo Prestes Pazello, Wilson Ramos Filho e Aldacy Rachid Coutinho.

O item 2.2 objetiva trazer contribuições para a percepção da particularidade do direito do trabalho latino-americano a partir do conceito de “relações jurídicas dependentes” e da colonialidade do poder, do saber e do ser do direito nos países de capitalismo periférico. Tais relações garantiriam as trocas desiguais e a transferência de valor aos países de capitalismo central e consequentemente cancelariam a superexploração da força de trabalho na América Latina.

No item 2.3 traz-se um panorama da flexibilização do mundo do direito a partir das legislações trabalhistas dependentes nos arrochos impostos pelo modelo neoliberal. Contudo, o ponto fulcral de análise é o período neodesenvolvimentista que carrega os impactos da precarização neoliberal e se apresenta ambigualmente no que tange às melhorias das condições de vida da classe trabalhadora no Brasil. Assim, analisa-se brevemente um histórico da construção do direito laboral brasileiro e de suas ascendentes flexibilizações e a explosão da precariedade no neoliberalismo,

²¹¹ Milton Nascimento, **Coração Civil**, 1981.

²¹² Pachukanis é o grande marco teórico russo do marxismo sobre a reflexão do direito no momento revolucionário soviético, sendo, ao lado de Stutchka, um dos mais célebres juristas revolucionários deste período.

para posteriormente problematizar as diferenças e continuidades do modelo neodesenvolvimentista no que se refere ao mundo do trabalho. Em termos metodológicos utilizam-se os três indicativos da superexploração da força de trabalho propostos por Ruy Mauro Marini - a elevação da intensidade do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário à trabalhadora para repor sua força de trabalho – com coleta de dados do período, a fim de perceber que não há o rompimento com as relações jurídicas dependentes, mesmo que tenham ocorrido avanços em termos de emprego, consumo e renda.

2.1. A crítica marxista ao direito: a forma-valor

*Quando os trabalhadores perderem a paciência
Não terá governo nem direito sem justiça
Nem juizes, nem doutores em sapiência
Nem padres, nem excelências
Uma fruta será fruta, sem valor e sem troca
Sem que o humano se oculte na aparência
A necessidade e o desejo serão o termo de equivalência²¹³.*

A fim de entender a forma jurídica, em especial a forma jurídica do direito do trabalho brasileiro, é crucial apontar elementos de uma teoria do direito que explique sua complexidade de forma historicizada, evidenciando sua singularidade e as particularidades relacionais com a construção do capitalismo e do Estado. Utiliza-se, portanto, a crítica marxista ao direito construída primordialmente por Pachukanis, que identifica as relações jurídicas alicerçadas na categoria marxista do *valor*.

Para Pachukanis, as teorias do direito que elaboram definições que se aplicariam indiferentemente a todas as épocas históricas e a todos os desenvolvimentos humanos²¹⁴ e que se resumem a termos como o de “ordenamento autoritário externo” são generalizações vazias²¹⁵. A forma jurídica tem especificidades, refletindo relações sociais bastante complexas e precisas²¹⁶, “só a sociedade burguesa capitalista criou todas as condições necessárias para que o momento jurídico

²¹³ Mauro Luis Iasi, **Quando os trabalhadores perderem a paciência**. Em: IASI, Mauro Luis. Meta amor fases: coletânea de poemas. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 179-180.

²¹⁴ Assim como o conceito de “Economia”, que no marxismo também tem acepção histórica definida no capitalismo.

²¹⁵ PASUKANIS, E. B. **A Teoria Geral do Direito e o Marxismo**, 1989, p. 21.

²¹⁶ PASUKANIS, E. B. **A Teoria Geral do Direito e o Marxismo**, 1989, p. 22.

seja plenamente determinado nas relações sociais”²¹⁷, a complexificação e desenvolvimento do direito estão intrinsecamente relacionados com o próprio processo de evolução da sociedade burguesa.

O direito não pode ser uma forma em que se imputam conteúdos conforme a passagem histórica. Como uma relação social jurídica que toma vivacidade no modo de produção capitalista poderia assumir outro conteúdo que violasse sua própria essência? Por isso, segundo Oscar Correias, “a crítica do direito moderno permite a crítica da própria sociedade capitalista”²¹⁸.

Mesmo assim, direito não é simplesmente um reflexo da forma econômica, tampouco é Estado. A forma jurídica tem especificidades em que seu núcleo reside na figuração de sujeitos de direitos que ensejem a circulação de mercadorias cuja produção se baseia na exploração da força de trabalho livre e assalariada. O Estado burguês chancela formalmente e coercitivamente quando necessário a condição de “sujeito de direito”²¹⁹.

O Estado é, então, instância de coerção política, não diretamente determinada pela burguesia ou pelas classes dominantes, como pretende uma leitura superficial de Marx. Segundo Alysson Mascaro, a fundação do Estado coaduna com a construção de sujeitos de direito, que iguala a todos formalmente, ou seja, “dá condições de que os capitalistas explorem os trabalhadores por meio de vínculos que se apresentam, à primeira vista, como voluntários”²²⁰. Desta forma, o Estado capitalista²²¹ apresenta-se como um complexo aparato e é “condição estruturante da exploração jurídica do trabalho”²²² e garantidor da reprodução da circulação de trocas mercantis²²³.

Assim como o Estado na sociedade capitalista, o direito é essencialmente conectado à lógica de reprodução do capital e “se constitui pela necessidade histórica de as relações produtivas capitalistas estabelecerem determinadas instâncias que possibilitem a própria reprodução do sistema”²²⁴. Neste sentido, o direito ou o fenômeno jurídico “precisa ser entendido na sua especificidade e não-atemporalidade”²²⁵ e não se deve confundir, como o fazem algumas correntes

²¹⁷ PASUKANIS, E. B. *A Teoria Geral do Direito e o Marxismo*, 1989, p. 23.

²¹⁸ CORREAS, Oscar. *Introducción a la Crítica del Derecho Moderno*, 1986, p. 39.

²¹⁹ MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e Forma Política*, 2013, p. 40.

²²⁰ MASCARO, Alysson Leandro. *Filosofia do Direito*, 2014, p. 289-290.

²²¹ Há diferença entre o “Estado em geral” (em sentido amplo) e Estado na sociedade burguesa (em sentido estrito). Isto é, o Estado é um fenômeno dotado de historicidade e perecível, mas não tem necessariamente a mesma especificidade que a forma jurídica.

²²² MASCARO, Alysson Leandro. *Filosofia do Direito*, 2014, p. 290.

²²³ MASCARO, Alysson Leandro. *Filosofia do Direito*, 2014, p. 291.

²²⁴ MASCARO, Alysson Leandro. *Filosofia do Direito*, 2014, p. 294.

²²⁵ PAZELLO, Ricardo Prestes. *Direito insurgente e movimentos populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito*, 2014, p. 142.

de teorias críticas do direito, a relação jurídica, que é intrinsecamente burguesa, com princípios de justiça²²⁶, ordenamento social ou como um sistema desenvolvido pela complexificação teórica e elaboração de conceitos pelos juristas²²⁷. Nesta toada, não se pode dizer que o direito esteja a serviço do “bem comum” ou de “verdades jurídicas transcendentais”, mas sim que foi edificado por meio da práxis humana, da “história social e produtiva do homem”²²⁸ e da mulher.

Sendo assim, o direito, para Marx, seria uma relação social e, sendo social, é construção histórica capitalista, com uma especificidade de ser relação jurídica “que garante a circulação de mercadorias equivalentes por intermédio de proprietários iguais entre si”²²⁹. Em outros termos, o direito estaria na esfera da circulação de mercadorias, em sua manifestação de uma relação específica das relações sociais, “regulando-as por meio das relações jurídicas que acompanham o desenvolvimento da economia mercantil e monetária”²³⁰.

Na leitura de Franz Hinkelammert, a relação jurídica é um espelho em que se vê e se reflete a relação econômica, “a relação jurídica dá o quadro categorial no interior do qual se vê e se interpreta o mundo”²³¹. Veja-se que não é simplesmente uma determinação econômica sobre o jurídico, mas sim uma relação de duplo reflexo da forma jurídica e da forma econômica, em que ambas expressam um fetichismo do objeto-mercadoria.

Para que se chegue a uma compreensão do fenômeno jurídico em sua totalidade é necessário vislumbrar a distinção entre a essência e a aparência do direito, conforme as categorias marxianas, tendo em vista que a aparência é uma demonstração de parte do real, mas não necessariamente a sua totalidade. De acordo com Reinaldo Carcanholo, “a realidade é a unidade de duas dimensões, essência e aparência, e nenhuma delas é mais importante que a outra. A diferença entre elas está no fato de que se só a aparência é diretamente observável, a essência é a única que permite entender os nexos íntimos da realidade”²³². Sendo assim, o equívoco que se pode cometer em relação à

²²⁶ PAZELLO, Ricardo Prestes. **Direito insurgente e movimentos populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito**, 2014, p. 150.

²²⁷ MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do Direito**, 2014, p. 294.

²²⁸ MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do Direito**, 2014, p. 295.

²²⁹ PAZELLO, Ricardo Prestes. **Direito insurgente e movimentos populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito**, 2014, p. 210.

²³⁰ PRESSBURGER, Miguel T. **Direito do Trabalho, um direito tutelar?**, 1993, p. 182.

²³¹ HINKELAMMERT, Franz. **A maldição que pesa sobre a lei: as raízes do pensamento crítico em Paulo de Tarso**, 2012, p. 248.

²³² CARCANHOLO, Reinaldo. **Sobre o conceito de mais-valia extra em Marx**. Anais do V Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política, 2000, p. 6.

percepção das formas aparentes do direito é creditar que a aparência é toda a realidade, que é a totalidade do fenômeno jurídico, apartada da essência.

É a relação jurídica a “célula central” do tecido jurídico²³³, isto é, o direito é “um fenômeno social objetivo”, que não se esgota na norma. É na relação jurídica que o direito realiza o seu movimento real²³⁴. É a relação jurídica que gera a norma, não o oposto²³⁵. Em outros termos, a relação jurídica é uma relação real que garante e preserva relações sociais e econômicas, está intimamente ligada a elas, mas não as cria²³⁶.

As teorias normativistas acabam por tomar a *norma jurídica* como a essência do direito. A aparência do direito é justamente como o fenômeno jurídico se apresenta, como é o caso das legislações e das decisões judiciais, as quais estão no âmbito da produção voluntária do direito; já a essência do direito é vinculada ao aspecto involuntário do direito que depende das relações sociais e econômicas de que tratam as leis²³⁷. Destarte, o “direito se estabelece para além da acepção legal, porque mais que norma é uma relação jurídica entre proprietários de mercadorias”²³⁸.

Ricardo Pazello apresenta uma síntese da teoria do direito pachukaniana, a partir do método marxista, em que a forma jurídica *fundante* seria a regulação social decorrente da produção capitalista, a forma *essencial* é o direito como relação jurídica que se encaixa como relação social, isto é, a relação jurídica em seu sentido estrito e as formas *aparentes* seriam, por exemplo, os aparelhos legislativos, judiciais²³⁹ e contratuais²⁴⁰.

Nesta toada, a relação jurídica encontra-se no âmbito da circulação de mercadorias, em que os “sujeitos-proprietários estabelecem relações mútuas de troca de equivalentes”²⁴¹. É por isso que o surgimento da forma jurídica só é possível numa sociedade em que haja o estabelecimento de um

²³³ PASUKANIS, E. B. *A Teoria Geral do Direito e o Marxismo*, 1989, p. 55.

²³⁴ NAVES, Márcio Bilharinho. *Marxismo e Direito: um estudo sobre Pachukanis*, 2008, p. 55.

²³⁵ NAVES, Márcio Bilharinho. *Marxismo e Direito: um estudo sobre Pachukanis*, 2008, p. 64.

²³⁶ PASUKANIS, E. B. *A Teoria Geral do Direito e o Marxismo*, 1989, p. 59.

²³⁷ CORREAS, Oscar. *Introducción a la Crítica del Derecho Moderno*, 1986, p. 38-39.

²³⁸ PAZELLO, Ricardo Prestes. *Direito insurgente e movimentos populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito*, 2014, p. 169.

²³⁹ PAZELLO, Ricardo Prestes. *Direito insurgente e movimentos populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito*, 2014, p. 172.

²⁴⁰ Os juristas costumam perceber o contrato como um acordo de vontades, sem perceber que este contrato é apenas a forma da troca de equivalentes ou mercadorias (CORREAS, Oscar. *Introducción a la Crítica del Derecho Moderno*, 1986, p. 35-37), é a aparição do direito, e não sua essência.

²⁴¹ NAVES, Márcio Brilhaquinho. *Marxismo e Direito: um estudo sobre Pachukanis*, 2008, p. 56.

equivalente geral²⁴². Tal equivalente cria um padrão que torne viável quantificar o trabalho abstrato presente numa mercadoria.

Extraí-se de Marx que todo o “direito é um direito da desigualdade”²⁴³. Isto porque consiste em criar padrões equivalentes de medidas, desconsiderando a desigualdade dos sujeitos, já que sendo os sujeitos indivíduos diferentes são também desiguais. Assim, todos outros aspectos, que não o de ser um sujeito de direito proprietário da mercadoria força de trabalho, são desconsiderados²⁴⁴. Nas palavras conclusivas de Pachukanis, “enquanto a relação entre os produtos individuais e a sociedade continuar a conservar a forma de troca entre equivalentes, esta relação continuará a manter igualmente a forma do direito”²⁴⁵.

É em razão disso que se deve entender o direito na estreita relação com a categoria de *valor*, desenvolvido nas sociedades capitalistas. Para Correias²⁴⁶, a crítica jurídica, assim como a crítica da economia política e da sociedade capitalista, deve começar pela diferenciação entre o *valor*, o *valor de uso* e o *valor de troca*.

O *valor* é uma propriedade social inerente à mercadoria, “expressão nela das relações sociais existentes”, o *valor de troca* é forma de manifestação do valor, aquilo que pode ser observado. O “valor é o poder de compra, o valor de troca é a compra efetivada”²⁴⁷. Para Reinaldo Carcanholo o valor não é algo dado que pode ser definido aprioristicamente, ao revés, está em constante transformação e em “processo de desenvolvimento” porque se refere imediatamente ao “desenvolvimento das relações mercantis”. No capitalismo o valor atinge sua maturidade, não é somente um simples adjetivo da mercadoria, mas assume vida própria, é a transformação do adjetivo em substantivo²⁴⁸.

A mercadoria é a unidade dialética entre o valor de uso e o valor de troca²⁴⁹. O *valor de uso* consiste na capacidade de satisfação de necessidades (natural, cultural, real ou imaginária), já o *valor de troca*, como expressão perceptível do *valor*, é a relação quantificada de trocas de mercadorias. E é na esfera do *valor de troca*, das relações sociais e não na materialidade natural das coisas, que se situa o direito, o qual está no âmbito das mercadorias, estas como frutos do

²⁴² NAVES, Márcio Brilharianho. **Marxismo e Direito**: um estudo sobre Pachukanis, 2008, p. 57.

²⁴³ MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**, 2012, p. 31

²⁴⁴ MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**, 2012, p. 32.

²⁴⁵ PASUKANIS, E. B. **A Teoria Geral do Direito e o Marxismo**, 1989, p. 27.

²⁴⁶ CORREAS, Oscar. **Introducción a la Crítica del Derecho Moderno**, 1986, p. 24.

²⁴⁷ CARCANHOLO, Reinaldo A. **Capital**: essência e aparência, 2011, p. 14-15

²⁴⁸ CARCANHOLO, Reinaldo A. **Capital**: essência e aparência, 2011, p. 18-19

²⁴⁹ CARCANHOLO, Reinaldo A. **Capital**: essência e aparência. 2011, p. 30.

trabalho humano²⁵⁰. “O processo do valor de troca, assim, demanda para que se efetive um circuito de trocas mercantis, um equivalente geral”²⁵¹, e para que esse equivalente transforme o trabalho privado em trabalho social é necessária a mediação jurídica.

O direito é necessariamente alinhado a um “modo de organização da subjetividade humana que permite a circulação das mercadorias em geral”²⁵², inclusive é o que permite que o próprio sujeito venda sua força de trabalho no mercado. Em outros termos, as relações jurídicas garantem a circulação de equivalentes conforme seu valor de troca. “É quando uma troca se realiza entre pessoas individualizáveis que se pode estabelecer a gênese lógica do direito”²⁵³. Neste sentido, a forma jurídica não simplesmente corresponde às trocas simples de mercadorias, mas sim a um sistema generalizado de trocas capitalistas²⁵⁴. “O homem como sujeito de direito é constituído para troca, e é justamente essa condição que realiza sua liberdade”²⁵⁵.

Segundo Celso Ludwig, é no momento de compra e venda - do contrato – do tempo da capacidade de trabalho que há o ato ontológico da subsunção do trabalho-vivo, como fonte viva criadora de valor, em trabalho abstrato, alienado²⁵⁶. É nesta celebração formal que o/a trabalhador/a passa de um “nada exterior” a uma “subjetividade dominada”²⁵⁷, isto é, dotada de personalidade jurídica. Após a consumação do contrato a “capacidade de trabalho muda de ente: passa a ser do proprietário do dinheiro (como capital)”²⁵⁸.

É neste momento que se pode distinguir a forma jurídica moderna capitalista de outras formas de organização social denominadas de direito por algumas correntes teóricas. Como defende Márcio Bilharinho Naves, é só na modernidade em que há a emergência das categorias de liberdade e igualdade que conformam e criam um *sujeito de direito* capaz de firmar acordos, contratos, atos e negócios jurídicos²⁵⁹. Marx, nos *Grundrisse*, já afirmava que a igualação de

²⁵⁰ CORREAS, Oscar. *Introducción a la Crítica del Derecho Moderno*, 1986, p. 26-27.

²⁵¹ NAVES, Márcio Bilharinho. *Marxismo e Direito: um estudo sobre Pachukanis*, 2008, p. 57-58.

²⁵² NAVES, Márcio Bilharinho. *A questão do direito em Marx*, 2014, p. 50.

²⁵³ PAZELLO, Ricardo Prestes. *Direito insurgente e movimentos populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito*, 2014, p. 149.

²⁵⁴ MASCARO, Alysson Leandro. *Filosofia do Direito*, 2014, p. 477.

²⁵⁵ NAVES, Márcio Bilharinho. *Marxismo e Direito: um estudo sobre Pachukanis*, 2008, p. 68.

²⁵⁶ Esta relação será enfrentada no terceiro capítulo desta dissertação.

²⁵⁷ LUDWIG, Celso Luiz. *Para uma filosofia jurídica da libertação: paradigmas da Filosofia, Filosofia da Libertação e Direito Alternativo*, 2006, p. 165.

²⁵⁸ LUDWIG, Celso Luiz. *Para uma filosofia jurídica da libertação: paradigmas da Filosofia, Filosofia da Libertação e Direito Alternativo*, 2006, p. 166.

²⁵⁹ NAVES, Márcio Bilharinho. *A questão do direito em Marx*, 2014, p. 50.

sujeitos no processo de compra e venda de mercadorias é o que caracteriza a sociedade burguesa e seu complexo de relações jurídicas:

De fato, como a mercadoria ou o trabalho estão determinados tão somente como valor de troca e a relação pela qual as diferentes mercadorias se relacionam entre si [se apresenta] como troca desses valores de troca, como sua equiparação, os indivíduos, os sujeitos, entre os quais este processo transcorre, são determinados simplesmente como trocadores. Entre eles não existe absolutamente nenhuma diferença, considerada a determinação formal, e essa determinação é econômica, a determinação em que se encontram reciprocamente na relação de intercâmbio; o indicador de sua função social ou de sua relação mútua. Cada um dos sujeitos é um trocador, *i. e.*, cada um tem a mesma relação social com o outro que o outro tem com ele. A sua relação como trocadores é, por isso, a relação da igualdade. É impossível detectar qualquer diferença ou mesmo antagonismo entre eles, nem sequer dissimilaridade²⁶⁰.

Pachukanis sintetiza a compreensão marxiana: “no mercado (...) cada comprador e cada vendedor é sujeito de direito por excelência. Onde as categorias valor e valor de troca entram em cena, a vontade autônoma dos trocadores é uma condição indispensável”²⁶¹, garantida por coação de uma “pessoa coletiva abstrata” em prol de um suposto interesse coletivo: o Estado²⁶².

E se as categorias modernas da liberdade e da igualdade são justamente o fundamento das relações capitalistas edificadas no trabalho livre e assalariado, elas também possibilitam a subsunção real do trabalho ao capital, em que o indivíduo se transforma em “vontade pura”. Isto é, é o direito que possibilita que o contrato de trabalho seja firmado e que a mercadoria força de trabalho esteja em consonância com seu valor, transformando todos os trabalhadores (ou vendedores da própria força de trabalho) em “equivalentes vivos”²⁶³. Assim, há estreita relação entre o processo de abstração do sujeito e o processo de abstração do trabalho, transformando todos os indivíduos em “pura energia laborativa indiferenciada”²⁶⁴.

Desta forma, o *valor* está relacionado ao trabalho abstrato. O trabalho útil produz o valor de uso, baseado nas necessidades humanas. Mas é somente no capitalismo que o trabalho encarna sua forma abstrata, alienada, que possibilita a produção do valor e de sua forma, o valor de troca²⁶⁵.

²⁶⁰ MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858, 2011, p. 184.

²⁶¹ PASUKANIS, E. B. **A Teoria Geral do Direito e o Marxismo**, 1989, p. 118.

²⁶² Todos os sujeitos da relação econômica são colocados de forma igual: “o trabalhador ‘vende’ sua força de trabalho, o capitalista ‘vende’ as mercadorias ‘produzidas’ por ele, o comerciante ‘vende’ as mercadorias nas quais ‘apostou’ seu capital, o proprietário fundiário ‘vende’ o uso da terra e o banqueiro ‘vende’ dinheiro” (SARTORI, Vitor Bartolleti. **Direito e Fetichismo**: forma jurídica, forma-mercadoria e alienação na sociedade civil burguesa, 2011, p. 178).

²⁶³ NAVES, Márcio Bilharinho. **A questão do direito em Marx**, 2014, p. 55.

²⁶⁴ NAVES, Márcio Bilharinho. **A questão do direito em Marx**, 2014, p. 56.

²⁶⁵ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital, 2013, p. 160.

Ainda que o trabalho humano no capitalismo tenha duas faces: o trabalho útil e o abstrato, criando tanto valor de uso como valor de troca, o trabalho abstrato é a forma social e histórica do capital²⁶⁶.

O direito do trabalho, nessa toada, não se ocupa do trabalho concreto, do trabalho útil, mas sim do trabalho abstrato, alienado²⁶⁷, e, portanto, relaciona-se diretamente com o valor de troca, o cerne do capital, o que desvela o mito de que seria um ramo fundamentalmente protetivo dos trabalhadores. Ao contrário, é protetivo das relações de produção e assegura, por meio das relações jurídicas, a exploração da força de trabalho humana e a garantia da propriedade dos meios de produção e de organização. Segundo Mascaro, “as fórmulas que regem o direito das obrigações, dar e fazer, são para Marx as mesmas para o comércio e para a exploração do trabalho”²⁶⁸.

O trabalho é concebido como o objeto de um contrato e, portanto, mercadoria, e através de uma ficção jurídica trata-se o trabalho como se fosse separado da pessoa do/a trabalhador/a. Este, por sua vez, se torna sujeito de direito, com a possibilidade de alienar a única mercadoria que lhe é inerente: sua força de trabalho. E é o direito do trabalho que determina as condições de tal venda²⁶⁹. O/a trabalhador/a é, assim, sujeito de direito e mercadoria simultaneamente.

A abstração da liberdade e a autonomia, necessárias para contratar e realizar negócios jurídicos, e a ficção da capacidade de ser *sujeito de direito*, isto é, ser movido por sua autonomia da vontade no mundo da circulação, são mais perceptíveis no direito do trabalho, sendo que o que se vende mediante contrato é sua própria força de trabalho, a capacidade de trabalhar²⁷⁰. “O momento mais elevado da realização da liberdade é o momento em que o homem (*sic*) manifesta sua vontade de dispor de si mesmo por tempo determinado através de uma troca de equivalentes”²⁷¹.

Segundo Correias, em nenhum outro ramo a função da ideologia jurídica como ocultamento da exploração humana e da extração da mais-valia é mais eficaz que no direito do trabalho²⁷². Para Wilson Ramos Filho, a função ideológica do direito capitalista do trabalho ainda permite que se edifiquem os mitos de pacificação da luta de classes e dos conflitos, como se houvesse um “bem

²⁶⁶CARCANHOLO, Reinaldo A. **Capital**: essência e aparência, 2011, p. 42.

²⁶⁷CORREAS, Oscar. **Introducción a la Crítica del Derecho Moderno**, 1986, p. 134.

²⁶⁸MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do Direito**, 2014, p. 298.

²⁶⁹RAMOS FILHO, Wilson. **Direito Capitalista do Trabalho**: História, Mitos e Perspectivas no Brasil, 2012, p. 92.

²⁷⁰PRESSBURGER, Miguel T. **Direito do Trabalho, um direito tutelar?**, 1993, p. 185

²⁷¹NAVES, Márcio Bilharinho. **A questão do direito em Marx**, 2014, p. 50.

²⁷²CORREAS, Oscar. **Introducción a la Crítica del Derecho Moderno**, 1986, p. 167.

comum” nesse apaziguamento, sendo que o seu fim último é a manutenção do modo de produção capitalista²⁷³.

Isto é, “para a livre exploração do trabalho assalariado, que se dá mediante contrato, e para a garantia de lucro da venda e da apropriação dos bens, é preciso que haja o direito”²⁷⁴, não sendo somente um aparato *útil* ao capitalismo, e sim um aparato *necessário*. E isso se vislumbra em alguns aspectos primordiais: o tempo, o salário e a subordinação.

O primeiro aspecto, o tempo, é fundamental na igualação dos sujeitos, na medida em que a força de trabalho não é vendida conforme sua capacidade produtiva ou em mercadorias que produz, mas sim em tempo de disposição ao empregador²⁷⁵. Dessa forma, é o tempo que passa a ser o elemento regulador do capital, da vida humana e do próprio direito do trabalho. É em razão do tempo que há os grandes embates entre capitalistas e trabalhadores: tempo de jornada de trabalho, tempo de descanso e férias, tempo de maternidade/paternidade, inclusive tempo de consumo. É o avassalamento perene do capital na tentativa de transformar todo o tempo de vida dos trabalhadores em tempo de trabalho abstrato²⁷⁶.

No segundo aspecto, o direito capitalista do trabalho tem a função primordial de ocultar a extração da mais-valia e da exploração através da pactuação de um contrato de trabalho e do pagamento de salário. Ora, o salário representa a quantificação do conjunto de mercadorias suficientes para que o/a trabalhador/a adquira e reproduza sua força de trabalho – o/a trabalhador/a recebe menos do que de fato produz, já que parte de seu trabalho é apropriada pelo capitalista -, e sendo o direito do trabalho um protetor do salário, que é um dos fundamentos do capital, este se torna essencialmente capitalista. Não protege o/a trabalhador/a e “sua dignidade”, mas o próprio sistema capitalista quando garante o lucro das classes dominantes²⁷⁷.

De acordo com o próprio Marx, é a forma-salário um dos fundamentos das ilusões ideológicas do capital:

Compreende-se, assim, a importância decisiva da transformação do valor e do preço da força de trabalho na forma-salário ou em valor e preço do próprio trabalho. Sobre essa forma de manifestação, que torna invisível a relação efetiva e mostra precisamente o oposto dessa relação, repousam todas as noções jurídicas, tanto do trabalhador como do

²⁷³ RAMOS FILHO, Wilson. **Direito Capitalista do Trabalho**: História, Mitos e Perspectivas no Brasil, 2012, p. 91.

²⁷⁴ MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do Direito**, 2014, p. 479.

²⁷⁵ NAVES, Márcio Bilharinho. **Marxismo e Direito**: um estudo sobre Pachukanis, 2008, p. 61.

²⁷⁶ HINKELAMMERT, Franz. **A maldição que pesa sobre a lei**: as raízes do pensamento crítico em Paulo de Tarso, 2012, p. 244.

²⁷⁷ CORREAS, Oscar. **Introducción a la Crítica del Derecho Moderno**, 1986, p. 171-173.

capitalista, todas as mistificações do modo de produção capitalista, todas as suas ilusões de liberdade, todas as tolices apologéticas da economia vulgar²⁷⁸.

Bernard Edelman esclarece que o contrato de trabalho e o direito de propriedade são um conjunto, por ser o direito uma “expressão organizada das aparências” do mercado, o preço do trabalho externalizado como salário é a expressão jurídica da extorsão da mais-valia. É o salário que invisibiliza o conflito entre o capital e o trabalho e que ao mesmo tempo torna o contrato de trabalho eficaz²⁷⁹.

O terceiro aspecto é o conceito de subordinação, como uma consequência da compra da força de trabalho, que assegura que o capitalista se torne dono da força de trabalho no período em que o/a trabalhador/a está à sua disposição. Como é impossível separar a força de trabalho de seu vendedor, a subordinação permite ao empregador dispor da força de trabalho e do/a trabalhador/a como entender²⁸⁰. Se no direito civil a desigualdade entre os contratantes é afastada formalmente, no direito do trabalho há a explicitação da hierarquização, em que o/a trabalhador/a é obrigado/a a se submeter ao poder disciplinar e punitivo do capitalista. Assim, se a subordinação é inerente e existe de fato na organização capitalista, é a lei que assegura o “direito do capitalista de subordinar” o/a trabalhador/a²⁸¹. Ou seja, as relações jurídicas garantem formalmente e reproduzem, por meio do discurso e da ideologia jurídica, as relações capitalistas de produção.

Neste sentido de construção teórica acerca do direito e especialmente do direito trabalhista, é evidente que o mito da tutela, amplamente difundido inclusive por setores “progressistas” da crítica do direito laboral, os quais defendem que este estaria pendente ao polo mais fraco a fim de reestabelecer o “equilíbrio” entre patrão e empregado, nada mais é do que fantasia e misticismo²⁸². Isto é, confunde-se a relação jurídica com sua forma normativa ou jurisprudencial. “A mediação do Direito opera na sociedade civil-burguesa também como um véu místico”²⁸³, fetichista, portanto, pois, sob um manto da normatividade e da impessoalidade, nada mais responde do que os próprios imperativos do capital.

²⁷⁸ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital, 2013, p. 610.

²⁷⁹ EDELMAN, Bernard. **A legalização da classe operária**, 2016, p. 30.

²⁸⁰ CORREAS, Oscar. **Introducción a la Crítica del Derecho Moderno**, 1986, p. 168.

²⁸¹ RAMOS FILHO, Wilson. **Direito Capitalista do Trabalho**: História, Mitos e Perspectivas no Brasil, 2012, p. 111

²⁸² RAMOS FILHO, Wilson. **Direito Capitalista do Trabalho**: História, Mitos e Perspectivas no Brasil, 2012, p. 91.

²⁸³ SARTORI, Vitor Bartolleti. **Direito e Fetichismo**: forma jurídica, forma-mercadoria e alienação na sociedade civil burguesa, 2011, p. 185.

O fato de haver algumas diferenças técnicas do direito laboral em relação aos demais ramos do direito, como o princípio do *in dubio pro operario* e a gratuidade processual, não altera a essência da atuação estatal capitalista, na qual sua função é “tutelar la circulación de la mano de obra, y el equivalente en los cambios”²⁸⁴. Ademais, as fiscalizações quanto à salubridade do ambiente laboral, a exploração de trabalho escravo ou infantil por meio de uma “polícia do trabalho” – menos ou mais atuante a depender das relações de classe e do regime estatal – não altera a natureza do capitalismo, sequer o humaniza, isto porque o sistema mais desenvolvido no sentido capitalista é aquele que menos recorre à miséria generalizada²⁸⁵ e investe em relações de consumo e reprodução do capital. Ainda, o direito do trabalho tem como função a incorporação na intervenção estatal do direito coletivo de organização sindical, de greve e das convenções a acordos coletivos, controlando os sindicatos e as organizações de trabalhadores e incorporando-os à legalidade do direito burguês²⁸⁶.

Contudo, a análise do direito do trabalho como simples aparelho estatal de preservação do capital é simplista. As regulamentações por limitações na exploração ou pela garantia de mais direitos aos trabalhadores que derivam de lutas políticas expressam vitórias – ainda que parciais – da classe explorada. Demonstram que o direito do trabalho também é consequência da luta de classes e evidenciam a contradição que lhe é inerente.

O direito laboral não pode, por conseguinte, ser confundindo como um ramo de intervenção estatal de proteção aos trabalhadores em seu cerne, isto porque está completamente atrelado à correlação de forças da luta de classes, podendo implicar avanços à classe trabalhadora se esta assim o conseguir mediante a luta política. Pelo fato da prática do direito do trabalho, em sua forma aparente, resultar diretamente da luta de classes, das contradições sociais, converte-se diretamente em prática política²⁸⁷.

De acordo com Aldacy Coutinho, o direito do trabalho assume um caráter ambíguo, mas não contraditório; bipolar, porém calcado na manutenção da ordem econômica e social vigente. O direito acaba por exercer inevitavelmente e insuperavelmente “a função de ocultação da mais-valia

²⁸⁴ CORREAS, Oscar. *Introducción a la Crítica del Derecho Moderno*, 1986, p. 160.

²⁸⁵ CORREAS, Oscar. *Introducción a la Crítica del Derecho Moderno*, 1986, p. 161.

²⁸⁶ CORREAS, Oscar. *Introducción a la Crítica del Derecho Moderno*, 1986, p. 161

²⁸⁷ CORREAS, Oscar. *Introducción a la Crítica del Derecho Moderno*, 1986, p. 161-162

absoluta e relativa, principalmente na trasladação do econômico para o jurídico por meio da contratualidade”²⁸⁸, em outros termos:

O lugar da fala do direito do trabalho é aquele de quem objetiva, ao mesmo tempo, reproduzir (função de reprodução), ocultar a exploração do trabalho não pago (função de ocultação) e mascarar a insuperável desigualdade decorrente de uma relação de poder/sujeição (função de mascaramento). O caráter ambíguo – mas não contraditório – decorre, a princípio, do fato de que se desenvolve, mediante ruptura com o direito privado burguês, egoístico e igualitário, próprio de um Estado Liberal que avançou superando um Estado Absolutista²⁸⁹.

Wilson Ramos Filho caracteriza essa conformação jurídica como uma *ambivalência tutelar* do direito capitalista do trabalho que, além de manter a ordem posta, acaba por também interessar à classe trabalhadora, limitando mas legitimando a venda da força de trabalho e a usurpação do valor produzido pelo empregado. Funciona também como discurso ideológico de abafamento dos conflitos sociais, institucionalizando-os e freando-os por meio de concessões das classes dominantes com o fim último de manutenção do capitalismo. A burguesia cede os anéis para não perder os dedos²⁹⁰.

Miguel Pressburger esclarece que o direito do trabalho não deve ser visto como um produto puro da luta dos trabalhadores, tampouco como favores generosos da burguesia aos assalariados, e menos ainda como uma criação ardilosa da burguesia a fim de iludir os trabalhadores. A existência do Estado e da ordem jurídica representa a intervenção econômica, a fim de empreender a tarefa de coesão e integração social para garantir determinadas relações econômicas²⁹¹. Deste modo, o direito absorve as contradições e as reproduz. A ordem econômica capitalista, por meio do direito, é obrigada a assumir as realidades econômicas²⁹², perdendo a unidade da ordem liberal e consolidando-se como campo de tensões.

Assim, se o direito garante reduções na jornada de trabalho ou concessão de férias de interesse dos trabalhadores, também é interesse do capital que a força de trabalho não se esgote

²⁸⁸ COUTINHO, Aldacy Rachid. **Direito capitalista e democrático do trabalho nos marcos do estado providência: 70 anos da consolidação das Leis do Trabalho brasileira**, 2013, p. 171.

²⁸⁹ COUTINHO, Aldacy Rachid. **Direito capitalista e democrático do trabalho nos marcos do estado providência: 70 anos da consolidação das Leis do Trabalho brasileira**, 2013, p. 170.

²⁹⁰ RAMOS FILHO, Wilson. **Direito Capitalista do Trabalho: História, Mitos e Perspectivas no Brasil**, 2012, p. 95.

²⁹¹ PRESSBURGER, Miguel T. **Direito do Trabalho, um direito tutelar?**, 1993, p. 187-188.

²⁹² Alguns exemplos de Pressburger são elucidativos: “o reconhecimento jurídico do sindicato e da greve significou o reconhecimento jurídico da luta de classes; a proclamação de um direito do trabalho, e de todas as medidas a ele ligadas (...), significam o reconhecimento jurídico da relação capitalista fundamental; a defesa jurídica da concorrência pressupõe o reconhecimento do monopólio”, entre outros (PRESSBURGER, Miguel T. **Direito do Trabalho, um direito tutelar?**, 1993, p. 188).

precocemente e que se recomponha para produzir mais. Da mesma forma, se o direito garante salário-maternidade para as trabalhadoras, também é de interesse do capital que a força de trabalho se reproduza²⁹³. Ou seja, “se todo o sangue dos trabalhadores for sugado não haverá mais possibilidade de se nutrir o capitalismo”²⁹⁴.

Para Bernard Edelman o direito do trabalho, que em verdade é direito burguês ajustado ao trabalho²⁹⁵, intenta a todo custo transformar as conquistas jurídicas da classe operária (como férias, redução de jornada, elevações de salário) em “derrotas políticas” ao evidenciar a luta jurídica em detrimento da luta política ampla. Há uma “legalização da classe operária” que a neutraliza ou a captura²⁹⁶. A criação de uma relação jurídica desloca para o campo do direito a própria relação entre o capital e o trabalho, transformando a classe social em sujeito de direito (coletivo, mediante representatividade sindical, ou individual no sujeito de direito que vende sua força de trabalho). A legalização dos sindicatos e vedação da greve política, sendo autorizada apenas a greve econômica no âmbito estrito do contrato de trabalho, são exemplos da luta de classes que assume a forma jurídica, numa formalização que limita, condiciona e restringe a atuação política sindical, transformando-a em aparelho ideológico do Estado²⁹⁷.

Aqui entende-se que a lei trabalhista deve ser vislumbrada num “duplo sentido”, é “tática de proteção dos trabalhadores” e, simultaneamente, é possibilidade de generalizar a indústria e regulamentar a exploração assalariada do trabalho e, na interpretação marxista, deve ser entendida como “regulamentação estatal promovida pela sociedade para frear o ímpeto sacrificial que o capital adota quanto à classe operária”²⁹⁸. Essa dupla função ou contradição ao mesmo tempo em que pode melhorar as condições de vida dos trabalhadores também refina a exploração da força de trabalho e legitima a extração da mais-valia, objetivando também diminuir as tensões decorrentes da luta de classes por meio de compensações e do discurso de pacificação²⁹⁹.

Destarte, o direito do trabalho se transmuta simultaneamente em criação e condição para reprodução do capital, sendo também expressão do embate de classes e se apresentando de forma

²⁹³ RAMOS FILHO, Wilson. **Direito Capitalista do Trabalho: História, Mitos e Perspectivas no Brasil**, 2012, p. 94.

²⁹⁴ PAZELLO, Ricardo Prestes. **Direito insurgente e movimentos populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito**, 2014, p. 158.

²⁹⁵ EDELMAN, Bernard. **A legalização da classe operária**, 2016, p. 19.

²⁹⁶ EDELMAN, Bernard. **A legalização da classe operária**, 2016, p. 8.

²⁹⁷ EDELMAN, Bernard. **A legalização da classe operária**, 2016, p. 22-23.

²⁹⁸ PAZELLO, Ricardo Prestes. **Direito insurgente e movimentos populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito**, 2014, p. 167.

²⁹⁹ RAMOS FILHO, Wilson. **Direito Capitalista do Trabalho: História, Mitos e Perspectivas no Brasil**, 2012, p. 94.

a regular de maneira mais rígida ou mais flexível as relações jurídicas contratuais trabalhistas, a depender da correlação de forças em determinada fase do capitalismo. Isto é,

Enquanto houver capitalismo haverá um direito capitalista do trabalho; os limites podem ser mais ou menos amplos no exercício do poder do capital, bem como as condições podem ser mais ou menos flexíveis. Não haverá espaços de anomia, não em decorrência da necessidade de se estabelecer algum nível de proteção à classe trabalhadora, mas porquanto afetaria diretamente os próprios interesses do capital, máxime diante da necessidade de parâmetros para concorrência leal no mercado, cada vez mais mundializado³⁰⁰.

Pois bem, se há condições diversas da forma das relações jurídicas a depender do contexto histórico que se analisa, também há especificidades a partir da territorialidade em que as relações jurídicas se constroem e de como as formas jurídicas se apresentam. Perceber o direito na América Latina não é simplesmente reproduzir as teorias jurídicas eurocêntricas dos países de capitalismo central. Elencar e entender nossas peculiaridades são passos essenciais na percepção da superação de uma forma jurídica dependente e que carrega as marcas da colonialidade do poder.

2.2. As relações jurídicas dependentes e a colonialidade do poder no direito do trabalho latino-americano

*Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos.
As leis não bastam.
Os lírios não nascem da lei.
Meu nome é tumulto, e escreve-se na pedra*³⁰¹.

Se as relações jurídicas garantem a circulação de mercadorias, possibilitando a efetivação do valor de troca por meio de abstrações de categorias como a igualdade e a liberdade contratual, as quais mascaram o processo de exploração do trabalho, em países de capitalismo periférico em que há a exacerbação da exploração, como é o caso da superexploração da força de trabalho, tais relações jurídicas assumem feições específicas, peculiares, que garantem que se reproduzam trocas ainda mais desiguais.

³⁰⁰ COUTINHO, Aldacy Rachid. **Direito capitalista e democrático do trabalho nos marcos do estado providência: 70 anos da consolidação das Leis do Trabalho brasileira**, 2013, p. 172.

³⁰¹ Carlos Drummond de Andrade, **Nosso Tempo**, 1945.

Desta feita, podemos perceber o direito na América Latina por duas frentes, a dependência e a colonialidade e, a partir daí, suscitar a possibilidade de relações jurídicas dependentes e baseadas na colonialidade do poder, que redimensionam a discussão de um direito essencialmente desigual, tanto nas relações de classe, como de gênero e de raça/etnia neste cenário geopolítico. Pensar as duas frentes é desvelar o conteúdo e as formas jurídicas que garantem a superexploração, a reprodução de uma racionalidade eurocêntrica excludente e o asseguramento da dependência.

A colonialidade do poder refere-se diretamente ao estabelecimento de um controle do poder mundial, desde seus aspectos econômicos, por meio da divisão internacional do trabalho, aos aspectos políticos e culturais, com a colonização do imaginário dos dominados e uma supervalorização do “modo de existir” europeu e estadunidense. É uma colonização dos padrões epistêmicos, da produção de conhecimento e da forma político-institucional dos Estados do centro³⁰², ainda que isso implique a artificialização da realidade latino-americana e a marginalização extrema da população que aqui vive. Assim como a fundação de um capitalismo periférico atrelado ao capitalismo central desde a colonização latino-americana, importou-se não somente a organização econômica do capital imperialista, mas toda sua racionalidade estruturante e, conseqüentemente, o assento jurídico.

O que se quer elucidar é que com a invasão europeia na América Latina, que impôs o sistema econômico capitalista e a modernidade como paradigma de desenvolvimento, também se impôs o fenômeno jurídico, isto é, as relações jurídicas que garantem as trocas mercantis, até então completamente inexistentes nas expressões indígenas nativas. Contudo, o direito importado não poderia se apresentar da mesma forma dos países europeus, mas sim garantir relações de extrema desigualdade, de exploração, de trocas desiguais, de relações de dominação.

É por isso que o colombiano Rosembert Ariza Santamaría afirma existir uma colonialidade do *poder* jurídico, do *saber* jurídico, do *ser* jurídico e do *fazer* jurídico na América Latina³⁰³. Pode-se interpretar a colonialidade do poder jurídico como aquela necessariamente relacionada aos aspectos políticos e econômicos, de assegurar relações assimétricas sob o véu da contratualidade, da impessoalidade e da neutralidade de classe, gênero e raça; a colonialidade do saber jurídico relacionada à forma como se apresenta epistemológica, filosófica, científica e linguisticamente, de modo a criar um campo jurídico autônomo, seletivo, desconectado da realidade social e auto-

³⁰² QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad y modernidad-racionalidad*, 2014, p. 59-69.

³⁰³ ARIZA SANTAMARÍA, Rosembert. *Descolonização jurídica nos Andes*, 2015, p. 171.

legitimado; a colonialidade do fazer jurídico é relacionada a quem “faz” o direito, ou seja, a legitimidade do criar, legislar, julgar e aplicar o direito é seletiva, não democrática e monista; a colonialidade do ser do direito é intimamente ligada ao que são e como se apresentam as relações jurídicas na América Latina, ao que busca-se identificar como “relações jurídicas dependentes”. Por isso, a própria racionalidade jurídica edificada na América Latina é dependente, estruturada segundo uma lógica europeia de produção do direito, que por diversas vezes se choca e, por outras, se amolda à realidade de continente dependente.

Ricardo Pazello sintetiza a contribuição da teoria marxista da dependência à teoria marxista do direito na construção de relações jurídicas dependentes da seguinte forma:

Entendemos que Marini expõe aspectos convergentes à teoria marxista do direito: a) em primeiro lugar, a ênfase no aspecto relacional; b) além disso, a expressão de que as relações sociais se dão entre sujeitos formalmente iguais (no caso, nações, que não aprisionam a ideia apenas ao limite do estado-nação, mas às relações entre proprietários em nível internacional, de acordo com a divisão do trabalho); c) a garantia da reprodução das relações de produção; e d) a liquidação das relações de produção capitalistas implica a extinção da relação de dependência. Espelhando a questão no sentido da teoria pachukaniana, vemos o direito como relação social (a), entre sujeitos de direitos iguais e livres formalmente (b), como garante da circulação de mercadorias (c), tendo sua ontologia nas relações de produção do capital as quais, se suprimidas, suprimem o próprio direito³⁰⁴.

Nesse cenário, faz-se importante esclarecer o que seriam relações jurídicas dependentes a partir do conceito de dependência construído por Ruy Mauro Marini, qual seja, uma relação de subordinação entre nações que implica uma reformulação das relações de produção nestes países formalmente independentes para que se garanta a reprodução do capital internacional³⁰⁵. Isto significa que há uma transferência de valor de um capital nacional menos desenvolvido para um mais desenvolvido³⁰⁶. Para compensar a perda deste valor necessita-se extrair ainda maior quantia de mais-valia do trabalho-vivo periférico³⁰⁷.

³⁰⁴ PAZELLO, Ricardo Prestes. **Contribuições metodológicas da teoria marxista da dependência para a crítica marxista ao direito**, 2016, p. 566.

³⁰⁵ MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**, 2011, p. 134-135.

³⁰⁶ Pode-se esboçar uma analogia simples das relações formalmente iguais entre nações e das relações formais entre o/a trabalhador/a individual e o patrão. Na divisão internacional do trabalho, a América Latina extrai seus elementos mais profundos, seus recursos naturais e humanos – sua própria carne, corpo - em troca do capital, do dinheiro das nações abastadas.

³⁰⁷ DUSSEL, Enrique Domingo. **Hacia un Marx desconocido**: un comentario de los Manuscritos del 61-63, 1988, p. 32.

Em outros termos, as relações econômicas e sociais baseadas na *troca desigual* e na peculiaridade das leis do valor na América Latina acarretam a superexploração da força de trabalho, a fim de compensar a perda gerada pelo comércio internacional, já que as mercadorias aqui possuem um preço de produção superior ao dos países centrais³⁰⁸. Assim, se o direito tem fundante relação com o valor de troca e por si só é um direito da desigualdade, na América Latina, onde há *relações de troca desiguais*, o direito situado no âmbito da circulação de mercadorias é, por consequência, ainda mais desigual.

Deste modo, há uma particularidade e um paradoxo da forma jurídica nas realidades periféricas: se criam relações jurídicas baseadas nos países centrais capitalistas, mas com peculiaridades dependentes. Ou seja, ainda que a racionalidade jurídica tenha sido exportada do capitalismo central e tenha com este estreita relação, o direito que se forma na América Latina não é o mesmo direito dos países centrais ou imperialistas³⁰⁹. Não há uma mera transposição do direito burguês central à América Latina, mas sim uma relação dialética em que a própria formação jurídica central carrega as marcas das relações de troca desiguais. Isto porque só foi possível reduzir a quantidade de trabalho necessário na Europa, por exemplo, com a importação de matérias-primas e alimentos produzidos nas colônias por meio da superexploração da força de trabalho dos povos colonizados³¹⁰.

Assim, a combinação da extração de mais-valia relativa e absoluta na América Latina, cuja chave é explicada pela troca desigual³¹¹, torna a desigualdade entre os trabalhadores e as trabalhadoras com as classes dominantes (burguesias nacionais e imperialistas) ainda mais abissal. Se o direito tem como fulcro a igualação formal entre sujeitos, nos países dependentes tal relação consolida o capital e a transferência de valor de forma a garantir a superexploração, ampliando a disparidade entre a igualdade formal e material.

No direito trabalhista latino-americano resta evidente a função de garantia da superexploração desde sua gênese, igualando formalmente sujeitos hiperdesiguais:

O contrato de trabalho na periferia do capitalismo não acoberta a mera exploração do trabalho pela operação da equivalência formal entre o valor da força de trabalho e o salário,

³⁰⁸ MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*, 2011, p. 145-147.

³⁰⁹ PAZELLO, Ricardo Prestes. *Direito insurgente e movimentos populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito*, 2014, p. 477

³¹⁰ PAZELLO, Ricardo Prestes. *Direito insurgente e movimentos populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito*, 2014, p. 476.

³¹¹ MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*, 2011, p. 138.

mas oculta a superexploração do trabalhador, no seio de uma relação espoliativa que envolve capital periférico e capital central na disputa pela repartição da mais-valia gerada pelo labor. Tratam-se, trabalhador e tomador de serviços, de sujeitos de direito hiperdesiguais, em que o primeiro está sujeito a uma maior exploração justamente para compensar a transferência de valor a qual foi obrigado o segundo nas trocas internacionais³¹².

De outra banda, as legislações progressistas, que de alguma forma limitam a exploração da força de trabalho, acabam por adquirir um caráter meramente formal, influenciando pouco na adoção de medidas concretas favoráveis às trabalhadoras e trabalhadores em geral. Isso é perceptível historicamente na América Latina e demonstrado na legislação brasileira conforme a citação a seguir esclarece:

Assim, as relações jurídicas igualam sujeitos hiperdesiguais, ao passo que a legislação, não raras vezes, é mera letra morta (não valendo nem mesmo o direito do estado ante o mandonismo, o clientelismo ou o patrimonialismo). Daí os momentos normativos débeis aos quais assistimos, durante todo o período de formação do mercado interno brasileiro: desde as leis antiescravagistas (que foram elaboradas entre 1815 e 1888, sempre em decorrência de relações comerciais internacionais), passando pela legislação fundiária com destaque para a lei de terras de 1850 (que instituiu a compra-e-venda como a forma própria de aquisição da propriedade), até a legislação trabalhista, como é o caso da CLT, de 1943. Para períodos mais recentes, os exemplos da função social da propriedade e da reforma agrária, assentadas já no Estatuto da Terra de novembro de 1964 (portanto, sete meses depois do golpe ditatorial de 1º de abril) e novamente recepcionadas pela constituição de 1988 são tão eloquentes quanto os anteriores³¹³.

É comum na América Latina que as “leyes no existen más que en las publicaciones oficiales y en realidad no se aplican, sea a causa de otra norma transitoria que provoca su aplazamiento, sea por la interpretación de los jueces, sea porque nunca ha sido encarada sinceramente su aplicación efectiva”³¹⁴, de forma a resultar em “Códigos de Fachada”, com modelos legais descontextualizados e inadequados, baixa eficácia dos aparelhos fiscalizadores administrativos e grande autoritarismo governamental que dificulta a atuação sindical³¹⁵.

Deste modo, para que a superexploração seja possível, a construção do direito dependente historicamente sempre foi mais protetiva dos capitalistas, empregadores ou latifundiários. E se é a força que impera entre direitos formais iguais (o de vendedor da força de trabalho e o seu

³¹² CAMARGO NETO, Rubens Bordinhão. **O lugar do Direito do Trabalho na periferia do capitalismo**, 2015, p. 106-107.

³¹³ PAZELLO, Ricardo Prestes. **Direito insurgente e movimentos populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito**, 2014, p. 478.

³¹⁴ BARBAGELATA, Hector Hugo. **El derecho del trabajo en América Latina**, 1985, p. 45.

³¹⁵ BARBAGELATA, Hector Hugo. **El derecho del trabajo en América Latina**, 1985, p. 46.

comprador – o trabalhador e o patrão), como diz Marx³¹⁶, nos países dependentes quem puxa com mais força o cabo de guerra contra os trabalhadores são as classes dominantes nacionais e imperialistas.

Ademais, se a luta de classes é menos aparente nesta região, enraizada pela dominação cultural, seus reflexos nas relações jurídicas também o são. Isto é, a ambivalência do direito, sobretudo do direito do trabalho, acaba por servir menos à limitação da exploração dos trabalhadores pelo capital e mais para a reprodução do capitalismo central face ao periférico, protegendo debilmente a classe trabalhadora³¹⁷.

Mesmo assim, as relações jurídicas dependentes podem assumir facetas menos ou mais intensas a depender do reforço da dependência pela ofensiva e alinhamento ao capital central e da luta dos trabalhadores e das trabalhadoras. Há momentos de maior regulação ou menor regulação e efetividade da legislação trabalhista que deve ser percebido em consonância com as configurações de poder em determinada época. Em tempos de ditaduras militares e neoliberalismo, por exemplo, as relações jurídicas dependentes tendem a assumir posições ainda mais superexploratórias.

O Estado pode até restringir drasticamente a quantidade de direitos subjetivos, mas não afasta a qualidade de subjetividade jurídica geral. Em casos tão extremos quanto os das ditaduras militares da América Latina, ou nos governos despóticos em alguns países árabes, africanos ou asiáticos, ou mesmo nos casos de nazismo e fascismo na Europa, a subjetividade jurídica é comprimida, reconfigurada e retalhada, mas sempre mantida em seu mínimo que dá fundamento à dinâmica de reprodução do capital. **O sujeito de direito pode perder, por intervenção extrema do Estado, o direito ao voto, o direito à dignidade da identidade cultural, religiosa, de sexo ou raça, mas não perde o núcleo da subjetividade jurídica, que é dispor-se contratualmente ao trabalho assalariado, bem como o capital privado quase nunca é expropriado em sua total extensão**³¹⁸.

Já em termos da colonialidade do poder eurocêntrico do direito do trabalho brasileiro, percebe-se claramente um viés de mascaramento dessa extrema desigualdade sob o “mito da outorga”³¹⁹, em que alguns direitos da classe trabalhadora são reconhecidos com a finalidade de barrar a desordem social, vistos como “dados de bom grado” pelas classes dominantes; e o “mito da conciliação de classes”, em que o Estado seria um ente pacificador e disciplinador, coordenando

³¹⁶ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital, 2013, p. 309.

³¹⁷ PAZELLO, Ricardo Prestes. **Direito insurgente e movimentos populares**: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito, 2014, p. 477.

³¹⁸ MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e Forma Política**, 2013, p. 42-43.

³¹⁹ DUARTE, Adriano Luiz. **A CLT na construção do capitalismo no Brasil**, 2015, p. 66.

as classes para uma confluência dos interesses coletivos e nacionais, numa integração dos trabalhadores ao sistema³²⁰. Uma legislação que se ergue com intuito de ocultar o que realmente é: “o espaço do conflito, não o do consenso”³²¹.

Deste modo, a característica de formação do direito do trabalho brasileiro se insere no contexto de dependência e reflexo das potências europeias também na medida em que copia formas de integração estatal à regulação econômica, numa espécie de “intervencionismo corporativista”. Esta forma de regulação também tem espelho no ascenso do Salazarismo de Portugal e do Franquismo espanhol, e se espraia por governos autoritários latino-americanos³²², também numa forma derivada da colonialidade do poder e do saber, exportando-se uma forma política, social e jurídica a fim de minar as contradições e composições de classe e raça na América Latina. E é por isso que a ideologia da conciliação de classes, da lógica baseada em composições, acordos e corporativismos ganha fôlego³²³. Tais regimes se apoiam fortemente num viés religioso da Igreja Católica, a partir da “doutrina social” proposta na Encíclica *Rerum Novarum* de 1891 e pela Encíclica *Quadragesimo Anno* de 1931 que propagam a ideologia da conciliação entre patrões e empregados, com garantias aos trabalhadores, mas mantendo o alicerce na propriedade privada, na regulação estatal e no afastamento da construção do socialismo.

Da codificação do direito do trabalho na América Latina se extrai influências recíprocas de matriz europeia³²⁴, ainda que haja certa diferença entre os Códigos (México em 1917 e 1918; Chile em 1931; Venezuela em 1936; Equador em 1938; Bolívia em 1939 e 1942; Brasil e Costa Rica em 1943; Nicarágua em 1945; Guatemala e Panamá em 1947; Colômbia em 1948 e 1950; República Dominicana em 1951; Honduras em 1959; Paraguai em 1961; El Salvador em 1963)³²⁵, considerando que a maioria – excetuando México – se localizam numa mesma janela histórica.

Assim, desde a construção do direito trabalhista latino-americano, os mitos e ineficácias se perpetuaram, até momentos em que a própria legislação – mesmo que letra morta – passa a ser um

³²⁰ Lembre-se que tal integração também se fundava na propagação do fordismo e do taylorismo por meio do consumo de massa e da absorção do imaginário do/a trabalhador/a à empresa.

³²¹ DUARTE, Adriano Luiz. **A CLT na construção do capitalismo no Brasil**, 2015, p. 70.

³²² RAMOS FILHO, Wilson. **Direito Capitalista do Trabalho: História, Mitos e Perspectivas no Brasil**, 2012, P. 116.

³²³ O mito da conciliação de classes fica evidente quando se observa a declaração de Getúlio Vargas em 1931 quando do Decreto 19.770/31 que criava o “sindicato oficial”, este reconhecido, mas tutelado pelo Estado, funcionando numa espécie de interlocução entre trabalhadores e Estado: “As leis há pouco decretadas, reconhecendo as organizações sindicais, tiveram em vista, principalmente, seu aspecto jurídico, para que, em vez de atuarem como força negativa, hostis ao poder público, se tornassem, na vida social, elemento proveitoso de cooperação no mecanismo dirigente do Estado” (MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**, citando Getúlio Vargas, 2009, p. 64).

³²⁴ BARBAGELATA, Hector Hugo. **El derecho del trabajo en América Latina**, 1985, p. 93.

³²⁵ BARBAGELATA, Hector Hugo. **El derecho del trabajo en América Latina**, 1985, p. 90.

empecilho na elevação da superexploração da força de trabalho, de modo que é preciso flexibilizá-la ou afastá-la, para garantir que nem mesmo este óbice seja utilizado para inibir o avanço do capital sobre o tempo e sobre a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras.

2.3. A flexibilização no mundo do direito: as legislações trabalhistas dependentes

*Paso por un pueblo muerto
Se me nubla el corazón
Aunque donde habita gente
La muerte es mucho peor
Enterraron la justicia
Enterraron la razón
Y arriba quemando el sol³²⁶.*

De forma geral viu-se a colonialidade do direito e a apresentação de relações jurídicas dependentes marcarem três momentos cruciais, definidos por Rubens Bordinhão da seguinte forma:

Primeiramente, o movimento pioneiro de codificação das leis trabalhistas latino-americanas, que não aconteceu na mesma medida e na mesma intensidade nos países europeus. Em segundo lugar, a absoluta falta de efetividade destas legislações trabalhistas “generosas”, que emergiram no contexto do regime hegemônico na América Latina. Em terceiro lugar, as reformas flexibilizadoras do direito do trabalho “garantista” de forma a ajustá-lo aos novos ditames ideológicos e econômicos do capitalismo com regulação neoliberal³²⁷.

Pois bem, no neoliberalismo as flexibilizações e os arrochos trabalhistas intensificam as relações jurídicas dependentes, de forma a estremecer os avanços legislativos e jurisprudenciais conquistados pela classe trabalhadora. Destarte, como o direito também emerge das relações de poder e luta de classes, neste novo liberalismo econômico, a precarização das relações de trabalho atende ainda mais aos anseios de proteção do empresariado³²⁸.

Em geral, o direito capitalista do trabalho, nesta fase econômica do capital, se amolda aos interesses patronais, de forma a produzir basicamente três efeitos: 1) a transferência de renda da classe trabalhadora à classe patronal, somada a um novo ciclo de acumulação acelerada do capital;

³²⁶ Violeta Parra, *Arriba quemando el sol*, 1960.

³²⁷ CAMARGO NETO, Rubens Bordinhão. *O lugar do Direito do Trabalho na periferia do capitalismo*, 2015, p. 108.

³²⁸ RAMOS FILHO, Wilson. *Direito Capitalista do Trabalho: História, Mitos e Perspectivas no Brasil*, 2012, p. 309.

2) concentração de poder às classes patronais, com reforço do autoritarismo, do direito de subordinação e redução dos espaços democráticos sociais; 3) o legislado sobre os assalariados perde espaço para dar vez às possibilidades flexíveis de arranjos produtivos³²⁹.

Esta reestruturação do capital é norteada pelo discurso da desterritorialização, desconcentração produtiva e deslocalização empresarial, apregoadas pela diminuição do papel dos Estados-Nações na economia. Assim, grandes empresas transnacionais deslocaram-se dos países de capitalismo central para os países de capitalismo periférico, sendo que entre as vantagens desta nova reterritorialização do capital está a adequação e os arrochos da legislação dos países dependentes, desde flexibilizações no direito trabalho a proteções tributárias e alfandegárias³³⁰.

Deste modo, a “desterritorialização do capital” reforça a divisão internacional do trabalho e a própria territorialização da superexploração, que encontra nas relações jurídicas dependentes o respaldo para que se viabilizem as trocas desiguais. Tal tendência flexibilizadora pode ser vista quase de forma generalizada nas legislações de países latino-americanos nas décadas de 1980 e 1990.

Na Argentina, por exemplo, houve uma grande reforma com a Lei Nacional de Emprego de nº 24.013/1991, que criou novas modalidades precárias de contratos de trabalho por tempo indeterminado, especialmente algumas direcionadas a jovens como o contrato de trabalho-formação e o contrato de prática laboral, além das modalidades do trabalho eventual e por temporada. Houve a inserção do período probatório nas contratações com a Lei 24.465/1995; o fracionamento de férias e contratações precárias para pequenas e médias empresas com a Lei 24.467/1995; e também se editou a Lei 25.013/1998, que enrijeceu as regras da indenização em caso de demissão aos trabalhadores, e a Lei 25.250/2000, que aumentou o tempo para os contratos de experiência por tempo determinado³³¹, estes com direitos reduzidos.

Na Colômbia, a Lei 50/1990 instituiu o trabalho temporário, a contratação por prazo determinado, facilitou a dispensa do/a trabalhador/a, extinguiu a estabilidade decenal, restringiu o conceito de salário e possibilitou a ampliação da jornada de trabalho. O Equador baseou-se nessa lei para editar uma legislação semelhante (Lei 133/1991), que ampliou a contratação por tempo determinado, facilitou a demissão e, ainda, limitou o direito de greve³³².

³²⁹ RAMOS FILHO, Wilson. **Direito Capitalista do Trabalho: História, Mitos e Perspectivas no Brasil**, 2012, p. 309.

³³⁰ RAMOS FILHO, Wilson. **Direito Capitalista do Trabalho: História, Mitos e Perspectivas no Brasil**, 2012, p. 282

³³¹ MARTINS, Sérgio Pinto. **Flexibilização das Condições de Trabalho**. 2004, P. 31.

³³² MARTINS, Sérgio Pinto. **Flexibilização das Condições de Trabalho**, 2004, P. 32.

O Panamá, com a Lei 1/1986, diminuiu o adicional de horas extras, excluiu o trabalho em domicílio da obrigatoriedade de cumprimento da legislação trabalhista e criou exceções de não aplicação da legislação para o setor da indústria exportadora³³³.

O Peru editou mais de 100 Decretos Legislativos em 1991, que criaram contratos de trabalho atípicos precários, modificaram a estabilidade no emprego e a participação nos lucros e gestão da empresa, possibilitaram a não aplicação da legislação trabalhista ao trabalho em domicílio em zonas francas e zonas especiais de desenvolvimento, além de determinarem a renegociação das convenções e acordos coletivos a partir do marco “zero”³³⁴.

Na Venezuela, a Lei Orgânica do Trabalho de 1990 extinguiu a estabilidade no emprego e a substituiu por indenização, flexibilizou a jornada de trabalho mediante acordo e a possibilidade de negociação em condições desfavoráveis aos trabalhadores se houver crise na empresa, com a contrapartida de manutenção dos empregos³³⁵.

No Uruguai, a Lei 16/906/1998 reduziu o prazo prescricional da ação trabalhista de dois para um ano; a Lei 16.246/1992 e o Decreto 412/1992 determinaram a privatização e terceirização do trabalho nos portos, alterando seu regime; a Lei 16.873/1997 criou o contrato de aprendizagem sem controle sindical; e a Lei 17.230/2000 determinou que o estágio é espécie de trabalho, sem aplicação das leis trabalhistas³³⁶.

No Brasil, neste mesmo período (final dos anos 1980 e década de 1990), verificou-se um retrocesso sem igual do regime de trabalho estipulado pela legislação, cujos impactos ainda permanecem nas condições precárias em que se encontram os trabalhadores e as trabalhadoras. Para entender o processo de flexibilização e consequente elevação da superexploração da força de trabalho é necessário perpassar brevemente pela construção do direito laboral neste país, entendendo ao longo deste processo o seu caráter dependente e fruto da colonialidade do poder e do saber, para posteriormente avaliar se a última década neodesenvolvimentista alterou de algum modo a condição de trabalho neoliberal.

³³³ MARTINS, Sérgio Pinto. **Flexibilização das Condições de Trabalho**, 2004, P. 37.

³³⁴ MARTINS, Sérgio Pinto. **Flexibilização das Condições de Trabalho**. 2004, P. 38.

³³⁵ MARTINS, Sérgio Pinto. **Flexibilização das Condições de Trabalho**. 2004, P. 38.

³³⁶ MARTINS, Sérgio Pinto. **Flexibilização das Condições de Trabalho**, 2004, p. 39.

2.3.1. O direito do trabalho no Brasil: meandros da flexibilização de uma legislação que já nasce morta - do Varguismo ao Neoliberalismo.

O direito trabalhista brasileiro nasce ancorado num sistema intervencionista estatal autoritário que, como resposta à mobilização sindical do início do século XX, reconstruiu e limitou as bases sindicais, restringindo sua autonomia. Todos os princípios foram fundados nos mitos da "conciliação entre as classes sociais, da índole pacífica e ordeira da classe trabalhadora e da outorga de direitos por parte do Poder Executivo"³³⁷.

Assim como já ocorria em diversos Estados-nações, o nascimento do direito do trabalho brasileiro opera como um remédio capitalista para o próprio capitalismo, com o objetivo de "solucionar" ou apaziguar uma questão social e contrapondo-se a outros modelos de sistemas econômico-políticos. Por isso é importante esclarecer que, desde o início da legislação laboral brasileira, nunca se procurou consolidar uma proteção da força de trabalho ou do polo mais fraco num contrato de trabalho, mas sim juridificar o "conflito entre o trabalho assalariado e o capital com sua canalização ou institucionalização pelo Estado", absorvendo-o para o conflito de classes pela pressão da defensiva do empresariado nacional³³⁸.

Deste modo, o direito laboral brasileiro tem origem em contexto de crise capitalista mundial pós-crise de 1929, com a implementação de um Estado autoritário fortalecido no populismo de Getúlio Vargas em resposta à mobilização paredista, após o Golpe de Estado de 1930. Até esta data a legislação esparsa trabalhista era praticamente inexistente, tratando a relação laboral como contrato de prestação de serviços, regulado pelo Código Civil de 1916, essencialmente liberal³³⁹. De 1930 a 1943 houve a edição de inúmeros decretos pelo Poder Executivo com viés de proteção

³³⁷ RAMOS FILHO, Wilson. **A terceirização do Trabalho no Brasil**: perspectivas e possibilidades para uma revisão, 2012, p. 331.

³³⁸ RAMOS FILHO, Wilson. **A terceirização do Trabalho no Brasil**: perspectivas e possibilidades para uma revisão, 2012, p. 332.

³³⁹ A legislação trabalhista anterior a 1930 pode ser elencada a partir das normas do Código Civil de 1916, como "a fixação de um prazo máximo de 4 anos para os contratos de duração determinada (art. 1.220); aviso prévio de 8 dias para mensalistas, de 4 dias para semanalistas e quinzenalistas e de véspera quando o contrato tivesse duração inferior a 7 dias (art. 1.221); enumeração de algumas hipóteses de justa causa para rescisão do contrato (art. 1.226); e critérios de reparação decorrentes da rescisão sem justa causa (arts. 1.225 a 1.231)."

Algumas legislações foram editadas a partir de então, como a Lei n. 4.682/23, a qual instituiu caixas de aposentadorias e pensões para os ferroviários e definiu estabilidade no emprego desta categoria ao completarem 10 anos de trabalho; a Lei n. 4.982/25, sobre o direito a férias; a Lei n. 5.492/28, sobre a locação de serviços teatrais; o Decreto n. 16.027/23, que criou o Conselho Nacional do Trabalho; e o Decreto n. 17.934/27, conhecido como Código de Menores (CÉZAR, Frederico Gonçalves. **O processo de elaboração da CLT**: histórico da consolidação das leis trabalhistas brasileiras em 1943., 2008, p. 15-16).

social gerenciada pelo Estado, predominando a ideologia da colaboração de classes e Administração Pública a fim de garantir a “eficiência” e desenvolvimento do capitalismo nacional³⁴⁰. Neste ínterim é importante ressaltar o Decreto 19.770/1931, o qual criava a figura do sindicato oficial, transformando os sindicatos em organizações colaboracionistas ao governo, necessitando de reconhecimento estatal e perdendo autonomia. Ademais, adotou-se o princípio da unicidade sindical, com um único sindicato em cada base territorial, o que vige ainda hoje³⁴¹.

Mesmo com o mito da conciliação, o movimento operário logrou vitórias no que tange a direitos sociais importantes que foram imputados na Constituição de 1934, principalmente em relação à autonomia sindical³⁴². Não demorou para que os direitos fossem limitados e a ingerência estatal interferisse no movimento obreiro, primeiro com a edição da Lei de Segurança Nacional de 1935, abandonando garantias processuais importantes, e segundo com a Constituição de 1937, de viés altamente centralizador, repressivo e que, ademais, retirava o direito de greve.

De forma geral, as leis trabalhistas eram desconexas e desordenadas, referindo-se a categorias específicas³⁴³, por isso, a partir de 1942 designou-se uma comissão encabeçada por procuradores da justiça do trabalho que elaboram um anteprojeto de legislação compilada³⁴⁴. Em 1943 a Consolidação das Leis do Trabalho foi aprovada pelo Decreto-Lei n. 5452/43, a qual cumpria o papel de verdadeiro código trabalhista. De forma geral, a CLT sistematizou as legislações já existentes no que tange às normas de proteção individual do/a trabalhador/a, trazidas pelas

³⁴⁰ Em 1930 foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, cuja frente assumia o Ministro Lindolpho Collor e colaborou a proposição das seguintes Legislações: Decreto n. 19.482/30, com medidas protecionistas; a Lei dos Dois Terços, que restringia a contratação de estrangeiros a 1/3; o Decreto n. 19.671-A/31, que dispõe sobre a organização do Departamento Nacional do Trabalho; o Decreto n. 19.770/31, que regulava a sindicalização; o Decreto n. 20.303/31, sobre a nacionalização do trabalho na marinha mercante; o Decreto n. 20.465/31, das Caixas de Aposentadoria e Pensões; o Decreto n. 21.175/ 1932, que instituía a Carteira Profissional; o Decreto n. 21.186/32, que limitava o horário para o trabalho no comércio; o Decreto n. 21.186/32, que regulava o horário para o trabalho na indústria; o Decreto n. 21.396/32, que instituiu Comissões Mistas de Conciliação; o Decreto n. 21.417-A/32, que dispunha sobre as condições de trabalho das mulheres na indústria e no comércio; o Decreto n. 21.690/32, que criava inspetorias regionais do trabalho nos Estados; o Decreto n. 22.042/32, sobre o trabalho dos menores na indústria; o Decreto n. 24.637/34, sobre acidentes de trabalho; o Decreto n. 24.594/34, reformulando a lei sindical; a Lei n. 185/1936, que instituiu o salário mínimo; a Lei n. 367/36, que criava o instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários; o Decreto-lei n. 910/38, sobre duração e condições do trabalho dos jornalistas; o Decreto-lei n. 1.402/39, que regulava a associação profissional ou sindical; e o Decreto-lei n. 1.523/39 sobre incorporação militar (CÉZAR, Frederico Gonçalves. **O processo de elaboração da CLT: histórico da consolidação das leis trabalhistas brasileiras em 1943**, 2008, p. 17-18).

³⁴¹ MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**, 2009, p. 65.

³⁴² RAMOS FILHO, Wilson. **A terceirização do Trabalho no Brasil: perspectivas e possibilidades para uma revisão**, 2012, p. 331.

³⁴³ Como é o caso da Lei n. 62/1935 destinada aos industriários e comerciários.

³⁴⁴ CÉZAR, Frederico Gonçalves. **O processo de elaboração da CLT: histórico da consolidação das leis trabalhistas brasileiras em 1943**, 2008, p. 19.

convenções da OIT, pela *Encíclica Rerum Novarum*, pelos Decretos Legislativos de 1930 a 1934, Leis de 1934 a 1937 e Decretos-leis de 1937 a 1941. Também copiou, sem alterações, decretos-leis e regulamentos concernentes à justiça do trabalho e organização sindical; complementou normas de segurança e higiene do trabalho, contrato coletivo de trabalho, inspeção do trabalho e processo de multas administrativas; e criou normas de disposições gerais de trabalho, remuneração, alteração, suspensão e interrupção do contrato individual de trabalho, rescisão, aviso prévio e estabilidade³⁴⁵.

Esta fase do direito do trabalho brasileiro consolida, portanto, um sistema legal corporativo, com autoritarismo e gerência estatal, numa ambiguidade de avanços no reconhecimento de direitos do contrato individual de trabalho e garantias civis (como ocorreu com o direito do voto feminino em 1932), mas uma forte repressão e controle no que tange aos direitos coletivos e sindicais, limitando-os a um braço estatal. Solidifica-se, além disso, uma Justiça do Trabalho³⁴⁶ de viés conciliatório, com o objetivo de dar eficiência aos direitos individuais e reprimir e limitar movimentos sociais coletivos. Ou seja, assenta-se um sistema jurídico baseado no corporativismo, no fordismo, na pacificação social, na legalização e juridicização da subordinação do/a trabalhador/a e na conciliação de classes mediada pelo Estado³⁴⁷.

A partir de 1946, com a consolidação da CLT e a promulgação de uma nova Constituição, uma segunda etapa do direito laboral no Brasil caracteriza-se pela manutenção dos elementos corporativistas e fordistas, mas com restrição maior ao direito de greve³⁴⁸. A Justiça do Trabalho adquiriu Poder Normativo, com funções normativa e regulamentadora, a qual funcionava como praticamente único sistema de solução de conflitos e dissídios coletivos, restringindo o direito de greve ao limitá-lo, regulá-lo e normatizá-lo. Fora mantida a unicidade sindical territorial e por categorias, a estrutura sindical verticalizada, a necessidade de reconhecimento estatal dos sindicatos, o controle ministerial das entidades reconhecidas, a possibilidade de nomeação de interventores ministeriais “quando necessário”, fomentou-se a “profissionalização” de dirigentes sindicais e endossou-se o imposto sindical, que acabou por engessar e acomodar as entidades, de

³⁴⁵ CÉZAR, Frederico Gonçalves. **O processo de elaboração da CLT: histórico da consolidação das leis trabalhistas brasileiras em 1943**, 2008, p. 19-20.

³⁴⁶ A Justiça do Trabalho, criada em 1934 como órgão do Poder Executivo, foi definitivamente instalada como órgão do Poder Judiciário em 1946.

³⁴⁷ RAMOS FILHO, Wilson. **Direito Capitalista do Trabalho: História, Mitos e Perspectivas no Brasil**, 2012, p. 184.

³⁴⁸ Frisa-se aqui a proibição do direito de greve pelo Decreto-lei 9.070/1946, que inclusive criminalizava práticas sindicais.

forma que prescindissem de associados. De outro lado, houve compensações de direitos fordistas, isto é, contrapartidas estabelecidas em lei que assegurassem a manutenção do capitalismo intervencionista numa era em que a política e a ideologia fordista-keynesana predominava. Como no capitalismo dependente brasileiro o Estado de bem-estar nunca se implementou de fato, algumas medidas débeis foram tomadas visando garantir o corporativismo e o interesse do empresariado nacional subordinado, em um modo de cooptar a classe trabalhadora com o sistema estabelecido, sem arriscar o modo de produção capitalista. Alguns desses direitos são o descanso semanal remunerado, a estabilidade decenal no emprego, indenização ao/à trabalhador/a demitido/a (antes não havia previsão de verbas rescisórias) e o décimo terceiro salário (a gratificação natalina).

É importante ressaltar que tal período é marcado pelo desenvolvimentismo como política econômica, baseado na iniciativa de crescimento do parque industrial e empresarial, tanto é que Juscelino Kubitschek é reconhecido por abrir o capital nacional às empresas estrangeiras e alinhar-se definitivamente aos Estados Unidos, o que implicou considerável aumento do proletariado urbano e do consumo de massa, atentando-se ao fato de que a remessa de lucros de tais empresas retorna ao país de origem, aproveitando a superexploração da força de trabalho brasileira. Tal abertura consolidou o capitalismo dependente no Brasil, modernizando as *trocas desiguais* internacionais.

O caldo da política econômica desenvolvimentista, o aumento do operariado urbano, a intensa ilegalidade do movimento sindical (das entidades não reconhecidas pelo Estado) e o avanço da organização da classe trabalhadora ameaçaram a configuração da burguesia brasileira dependente, a qual não aceitava o mínimo avanço em relação a um Estado intervencionista que limitasse qualquer privilégio ao empresariado. Nesse sentido, o 13º salário, o reconhecimento de direitos aos trabalhadores rurais³⁴⁹ e as proposições de reformas de base de João Goulart como a reforma agrária, a limitação de remessas de lucros e a taxação de grandes fortunas eram verdadeiras revoluções dentro do capitalismo dependente brasileiro, o que implicou o Golpe civil-militar que inaugurou em 1964 um período de 21 anos de repressão, exacerbação da dependência, retrocessos na ordem trabalhista e perseguição ao movimento sindical, com a prisão e exílio de líderes sindicais, a proibição da atividade política nos sindicatos e a nomeação de interventores nas entidades³⁵⁰.

³⁴⁹ Com o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.213/63).

³⁵⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**, 2009, p. 101.

É neste período ditatorial de 1964 a 1988 que há a marcação de uma terceira fase do direito trabalhista no Brasil e onde se encontram os primórdios da flexibilização do trabalho, os quais se referem ao fim da estabilidade geral do emprego, com a instituição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pela Lei 5.107/1966. A estabilidade decenal dos empregados³⁵¹, que inibia uma alta rotatividade dos empregados nos postos de trabalho como estratégia dos empregadores para diminuição dos salários e aumento do exército industrial de reserva, deu lugar à permissividade às empresas de descartar seus empregados por meio de demissões imotivadas, criando imensas massas marginais de trabalhadores, que eram absorvidos ao mercado conforme o interesse empresarial.

Outro ponto fundamental na história da flexibilização da legislação trabalhista brasileira foi a admissão da negociação coletiva de trabalho por meio de Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho. Com o Decreto-lei 229/1967 limitou-se o poder normativo da Justiça do Trabalho, conferindo ao Poder Executivo a exclusividade para aumento salarial. Inclusive, o mesmo decreto possibilitou que houvesse negociação sem a presença de sindicatos.

O formato do direito trabalhista brasileiro deixava de assumir a condição de corporativista-fordista para exclusivamente corporativista, sendo que neste período o direito do trabalho foi instrumento efetivo de transferência de renda da classe trabalhadora para a burguesia por meio de compressão de salários e precarização das condições de trabalho³⁵². O milagre econômico brasileiro da década de 1970 é a expressão máxima da concentração de renda por meio de empréstimos internacionais que ampliaram a dívida externa a fim de investir em grandes obras e no desenvolvimento industrial dependente³⁵³, elevando a superexploração da força de trabalho por meio de congelamentos de salários e aumento de preço do consumo básico³⁵⁴.

A Constituição de 1967 manteve a estrutura sindical vigente e o direito de greve limitado nos serviços essenciais. A Lei de Greve 4.330/1964, editada pouco após o golpe militar, praticamente inviabilizava o exercício de tal direito, dadas as inúmeras condições estabelecidas, tornando quase todas as greves ilegais, abusivas ou “fora da ordem”.

³⁵¹ Prevista na Lei 62/1935 e nos antigos Arts. 477 e 492 da CLT.

³⁵² RAMOS FILHO, Wilson. **Direito Capitalista do Trabalho: História, Mitos e Perspectivas no Brasil**, 2012, p. 239.

³⁵³ Alguns dados são alarmantes. Na década de 1970 houve o crescimento de 113% da renda dos mais ricos, enquanto que dos pobres apenas 9%. Em relação ao Produto Interno Bruto, os 5% ricos tiveram sua participação elevada de 35% para 39%, enquanto que os 50% mais pobres tiveram a participação diminuída de 15% para 11% (MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**, 2009, p. 110).

³⁵⁴ MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**, 2009, p. 109.

Aqui é importante pontuar que a flexibilização baseia-se sobre dois pilares essenciais: a flexibilização dos regimes de trabalho e a progressiva desregulamentação do sistema legal de "proteção" do trabalho, agindo sobre a estabilidade e a jornada e duração do trabalho como pontos fundamentais a serem atacados. Por isso, além do ataque à estabilidade dos trabalhadores por meio da implantação do FGTS, o regime militar foi pioneiro em permitir as formas de subcontratação por meio de intermediação ou terceirização da força de trabalho. O Decreto-lei 200/1967 permitiu a contratação de mão de obra da iniciativa privada para “tarefas executivas” e a Lei 5.645/1970 autorizava e recomendava a contratação de empregados terceirizados para executar atividades de limpeza, conservação, custódia, manutenção de elevadores e limpeza.

Mas em 1974 é que a precarização das formas de trabalho se alastrou nas empresas mediante o contrato de trabalho por tempo determinado, prevista na Lei do Trabalho Temporário nº 6.019/1974, a qual tem como cerne “atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou ao acréscimo extraordinário de serviços” por três meses. Ocorre que na prática a legislação abriu espaço para uma alta rotatividade de empregados temporários, atendendo à demanda das empresas no seu próprio ritmo produtivo, descartando os empregados em tempos de ociosidade produtiva ou de baixo consumo, sendo o emprego temporário detentor de menores garantias, direitos e sem nenhuma estabilidade. Em 1983, a Lei 7.102 permitiu a subcontratação por meio de intermediação de mão de obra no setor de vigilância bancária, abrindo as comportas para flexibilizações posteriores.

Com a derrocada da ditadura em razão de uma grave crise econômica, social e política³⁵⁵, a constituinte de 1987 representou um embate permanente de projetos políticos no que tange à regulação trabalhista no Brasil no período de redemocratização. O empresariado dependente exigia medidas de maior desregulamentação, flexibilização e autonomia na estipulação do contrato de trabalho, possibilitando negociar e rebaixar garantias aos empregados. De outro lado os trabalhadores, organizados no movimento sindical, e que vislumbravam uma possibilidade de firmar juridicamente conquistas políticas do embate da luta de classes brasileiras.

Fato é que a Constituição de 1988 foi um marco no que tange às conquistas sociais trabalhistas, fruto de árduo embate pelos trabalhadores e trabalhadoras organizados na Assembleia Nacional Constituinte de 1987. Mesmo assim, apresenta elementos contraditórios, fruto dos acordos possíveis no embate patronal com a classe trabalhadora. Incluiu 34 incisos no artigo 7º, reiterando

³⁵⁵ Lembre-se aqui das grandes greves de trabalhadores da metalurgia em 1978.

alguns direitos já previstos na legislação ordinária, dentre eles a garantia do salário mínimo nacional³⁵⁶; o 13º salário³⁵⁷; o direito à aposentadoria³⁵⁸; o seguro-desemprego, em caso de demissão involuntária³⁵⁹; a indenização em caso de demissão sem justa causa³⁶⁰; o repouso semanal remunerado³⁶¹, preferencialmente aos domingos; as férias anuais remuneradas³⁶², etc.; e ainda inovou ao reduzir a jornada de trabalho de 48h semanais para 44h semanais³⁶³; ao ampliar a licença-maternidade de 90 para 120 dias e ao instituir a licença-paternidade³⁶⁴; ao acrescer o montante de 1/3 do salário para o período de férias³⁶⁵; ao instituir adicionais salariais, como o de penosidade³⁶⁶; ao garantir o aviso-prévio proporcional³⁶⁷; ao garantir a estabilidade à gestante e aos empregados membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)³⁶⁸; ao elevar a multa por dispensa sem justa causa de 10% para 40% do montante devido do FGTS; ao estabelecer a diminuição dos riscos do trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança³⁶⁹; e ao garantir equiparação aos trabalhadores urbanos e rurais – excetuando-se os trabalhadores domésticos³⁷⁰.

De outro lado houve a permissividade constitucional de redução do salário³⁷¹, flexibilização de jornada de trabalho³⁷² e a eventual ampliação da jornada de trabalho em turnos ininterruptos de revezamento³⁷³. Ademais, o direito de greve foi estabelecido, porém de forma limitada, vez que o artigo 9º garantiu a possibilidade do movimento paretista com a ressalva da permanência dos serviços essenciais e da responsabilização por eventuais abusos. No entanto, a Lei 7.783/1989 restringiu tal direito apenas oito meses após a promulgação da Constituição de 1988, a exemplo do

³⁵⁶ Artigo 7º, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

³⁵⁷ Artigo 7º, inciso VIII da Constituição Federal de 1988.

³⁵⁸ Artigo 7º, inciso XXIV da Constituição Federal de 1988.

³⁵⁹ Artigo 7º, inciso II da Constituição Federal de 1988.

³⁶⁰ Artigo 7º, inciso I da Constituição Federal de 1988.

³⁶¹ Artigo 7º, inciso XV da Constituição Federal de 1988.

³⁶² Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal de 1988.

³⁶³ Artigo 7º, inciso XIII da Constituição Federal de 1988. Ainda que a reivindicação dos trabalhadores e entidades representativas tenha sido de 40h semanais para a jornada de trabalho.

³⁶⁴ Artigo 7º, inciso XIX da Constituição Federal de 1988.

³⁶⁵ Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal de 1988.

³⁶⁶ Artigo 7º, inciso XXIII da Constituição Federal de 1988.

³⁶⁷ Artigo 7º, inciso XXI da Constituição Federal de 1988.

³⁶⁸ Artigo 10, inciso II, alínea a, do ADCT da Constituição Federal de 1988.

³⁶⁹ Artigo 7º, inciso XXII da Constituição Federal de 1988.

³⁷⁰ Até a denominada PEC das domésticas, os trabalhadores domésticos, em sua maioria mulheres no Brasil permaneceram sem direito ao seguro-desemprego, ao FGTS, à remuneração adicional por trabalho noturno, ao salário-família e ao seguro contra acidentes de trabalho.

³⁷¹ Artigo 7º, inciso VI da Constituição Federal de 1988.

³⁷² Artigo 7º, inciso XIII da Constituição Federal de 1988.

³⁷³ Artigo 7º, inciso XIV da Constituição Federal de 1988

amplo rol de atividades essenciais³⁷⁴, da consideração de greve abusiva se for mantida após uma decisão da Justiça do Trabalho³⁷⁵ e da necessidade de aviso de greve aos patrões com antecedência mínima de 48 horas antes da paralisação³⁷⁶, todas estas limitações já vigentes no período de ditadura militar.

Portanto, de modo geral, a Constituição promoveu avanços importantes na direção da regulação pública do trabalho. Entretanto, tais avanços foram limitados no sentido de modificar os três aspectos da regulação do trabalho vigente no Brasil. Tornou os sindicatos livres do controle do Estado, mas manteve a estrutura sindical herdada da Era Vargas, além das restrições ao direito de greve.

A década neoliberal brasileira, 1990, pós-constituente, apresenta a maior falência de direitos e regulamentações trabalhistas, com edição de dezenas de atos normativos flexibilizadores que elevam e escancaram a superexploração da força de trabalho em seus três níveis: 1) aumentam a intensidade e o ritmo de trabalho por meio da legalização de contratos de trabalho precários e com menores garantias de estabilidade; 2) congelam salários e o cortam de gastos públicos nos setores sociais mais vulneráveis e a elevação da inflação, o que diminui o poder de compra e de reprodução da vida do/a trabalhador/a; e 3) aumentam as jornadas de trabalho, com o banco de horas, a negociação de horas extras, turnos ininterruptos e menor fiscalização do cumprimento da legislação mínima de 44 horas semanais trabalhadas.

O governo de Fernando Collor de Mello, em 1990, trazia claramente a proposta da abertura comercial a fim de fomentar a industrialização predominantemente transnacional por meio da atração da mão de obra barata, o que também se deve ao fato da facilidade da mobilidade das plantas industriais multinacionais que buscam os espaços territoriais com menor proteção trabalhista³⁷⁷. A transição pelo *impeachment* a Itamar Franco e posteriormente ao governo neoliberal escancarado de Fernando Henrique Cardoso (FHC) implicou uma série de privatizações que quebraram o monopólio estatal em setores fundamentais e estratégicos da economia brasileira como o petróleo e as telecomunicações; que incidiram na elevação de juros; na desvalorização

³⁷⁴ Artigo 10 da Lei 7.783/1989.

³⁷⁵ Artigo 14 da Lei 7.783/1989

³⁷⁶ Artigo 3º da lei 7.783/1989.

³⁷⁷ POHLMANN, Juan Carlos Zurita; MALISKA, Marcos Augusto. **A precarização das relações de trabalho e o estado constitucional**, 2012, p. 193.

cambial; em altos índices de desemprego; na abertura nacional ao capital estrangeiro; na especulação internacional; e no aumento da desigualdade social e concentração de renda.

É importante lembrar que Fernando Henrique Cardoso sustentou um “projeto de desenvolvimento elaborado há anos”³⁷⁸. Para ele e sua teoria da “interdependência” a economia brasileira somente seria resgatada da crise caso tirasse vantagens da internacionalização do capital monopolista, assegurando certo equilíbrio político, uma estabilidade e valorização da moeda nacional³⁷⁹ e a “abertura de novas frentes de investimento capazes de alavancar a associação entre capital nacional privado e capital internacional, conjugando isso com uma política de privatização das empresas estatais”³⁸⁰, isto é, um desenvolvimento dependente e associado. O método de gestão do sociólogo e então presidente postulava, portanto, um ajuste fiscal e cambial em que o Estado desenvolvimentista deveria ser substituído por um projeto supranacional, autorizando o setor privado a ser o agente primordial do desenvolvimento do capital, do aumento da produtividade e do crescimento econômico³⁸¹.

Deste modo, a partir do momento em que o Estado abdica da mediação entre capital e trabalho por meio da regulação, há um aval para que o setor empresarial avance cada vez mais esgotando a força de trabalho, superexplorando-a irrefreavelmente e substituindo-a facilmente nos países dependentes. O referido fenômeno é de fácil percepção quando se considera que na década mencionada foram aprovadas as piores legislações em termos de precarização do trabalho.

Segundo Krein, é possível identificar a flexibilização das relações de trabalho neste período em diversas frentes: 1) a *flexibilidade numérica ou quantitativa*, que seria a disponibilidade de admissão e demissão conforme os interesses e oscilações da empresa, com o objetivo de redução de custos, como por exemplo a terceirização e a subcontratação, os contratos “atípicos” (trabalho temporário, parcial, autoemprego, consultoria, a domicílio, teletrabalho) e ilegais (sem registro em carteira), ou pela elevação do trabalho não registrado ou informal (trabalho estrangeiro, escravo e em casa); 2) a *flexibilidade funcional*, como um processo de reestruturação produtiva interna, como é o caso da flexibilização das funções, da jornada de trabalho e do salário, no caso do Governo FHC pode-se citar o incentivo pela remuneração variável pela Participação nos Lucros e,

³⁷⁸ TRASPADINI, Roberta. **A teoria da (inter) dependência de Fernando Henrique Cardoso**, 2014, p. 172.

³⁷⁹ Como se viu na implementação do Plano Real em 1994, quando o mesmo era Ministro da Fazenda do governo Itamar Franco.

³⁸⁰ TRASPADINI, Roberta. **A teoria da (inter) dependência de Fernando Henrique Cardoso**, 2014, p. 173.

³⁸¹ TRASPADINI, Roberta. **A teoria da (inter) dependência de Fernando Henrique Cardoso**, 2014, p. 177.

Resultados, o fim da política salarial, a desindexação dos índices de reajuste salarial e no que tange à jornada, a compensação mediante o “banco de horas” e a liberação do trabalho aos domingos; 3) a *flexibilidade procedimental*, como aquela em que proporciona “maior poder às empresas em detrimento dos espaços públicos e estatais”, especialmente no que se refere à resolução dos conflitos de ordem trabalhista e medidas de fiscalização da efetividade do cumprimento da legislação laboral³⁸².

Em 1994, a Lei 8.949/94 determinou a inexistência de vínculo empregatício entre a sociedade cooperativa e seus associados³⁸³, o que acabou gerando um número abissal de fraudes trabalhistas por meio de terceirizações de mão de obra e não formalizações de contratos de trabalho. Assim, acabou-se por generalizar e confundir a “cooperativa que fornece mão de obra, e exerce atividade ilícita de intermediação de trabalhadores, com cooperativa de produção”³⁸⁴, sendo que numa cooperativa de produção “os cooperados trabalham e a cooperativa detém os meios de produção, operando a socialização da propriedade e constituindo forma de autogestão”³⁸⁵.

Neste mesmo ano, ainda, houve a regulamentação da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) por meio da Medida Provisória 794/1994, posteriormente convertida na Lei 10.101/2000, sendo decisiva para a flexibilização salarial e fortalecendo as negociações em âmbito de cada empresa e enfraquecendo a negociação sindical³⁸⁶. Isso implicou o enfoque na remuneração variável a fim de que cada vez mais se individualizasse a adesão dos trabalhadores ao projeto ideológico do empresariado e incumbindo os riscos da atividade empresarial aos funcionários, além do estabelecimento abusivo de metas individuais e coletivas para a remuneração. Deste modo, diminui-se o salário fixo e atrela-se a maior parte da remuneração às oscilações do mercado dependente e às intempéries da burguesia nacional e imperialista. Além disso, desonera-se o empregador de contribuições fiscais essenciais provenientes do salário fixo, fomentando o

³⁸² KREIN, José Dari. **A reforma trabalhista de FHC: análise de sua efetividade**, 2004, p. 1-3.

³⁸³ Inclusão do parágrafo único no art. 442 da CLT, pela Lei nº 8.949/1994.

Art. 442 - Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego.

Parágrafo único - Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela.

³⁸⁴ GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Cooperativas de Trabalho: a Lei 12.690/2012 e o Direito do Trabalho**, 2012, p. 77.

³⁸⁵ GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Cooperativas de Trabalho: a Lei 12.690/2012 e o Direito do Trabalho**, 2012, p. 77.

³⁸⁶ GONZALEZ, Roberto; GALIZA, Marcelo; AMORIM, Bruno; VAZ, Fábio; PARREIRAS, Luiz. **Regulação das relações de trabalho no Brasil: o marco constitucional e a dinâmica pós-constituente**, 2009, p. 123.

“pagamento por fora” (ou *a latere*), isto é, o empresariado fica desobrigado de uma grande incidência tributária.

Em 1998, a Lei 9.601, regulamentada pelo Decreto 2.490/1998, instituiu o contrato de trabalho por prazo determinado, ou seja, a possibilidade de contratação por período certo e de curto prazo, sem a necessidade de justificativa para tal contratação, sendo, portanto, diferente do trabalho temporário ou sazonal. As únicas exigências eram a negociação sindical, a ausência de pendências fiscais e que a empresa elevasse seu quadro de funcionários. Em compensação, inúmeros encargos trabalhistas foram afastados do empregador, como a dispensabilidade do aviso-prévio após o fim do contrato, a inexigibilidade de pagamento da multa de 40% do FGTS em caso de demissão sem justa causa, a redução do depósito do FGTS de 8% para 2% e redução em 50% da alíquota devida a entidades do sistema “S”. Tal modalidade de contrato de trabalho, entretanto, fora pouco difundida, ganhando espaço modalidades também precarizadas de trabalho e mais rentáveis ao empresariado, como a terceirização e a subcontratação.

Outra modificação fundamental no que tange à jornada de trabalho foi a consolidação do sistema de compensação, o denominado “banco de horas”, pela mesma Lei 9.601/1998, o que significou que as horas extraordinárias de trabalho exercidas pelos trabalhadores poderiam não ser remuneradas com seu adicional, mas sim compensadas com folgas em dias escolhidos pelo patrão, bastando que houvesse negociação coletiva sindical anterior³⁸⁷. Assim, permitiu-se um alargamento do prazo para que o empresário pudesse “pagar” seu débito com o/a trabalhador, mantendo a prerrogativa daquele para determinar quando e como vai compensar o empregado/a, ressaltado o fato de que o “pagamento” não é financeiro, e sim com folgas escolhidas justamente em períodos que sejam benéficos ao empregador, como em momentos em que a produção ou a procura pelo serviço ou consumo estejam em baixa.

O contrato de trabalho a tempo parcial foi outra modalidade de precarização, instituído pela Medida Provisória 1.709/1998. Tal modalidade permite que se reduza a jornada diária e semanal do trabalho até 25 horas, ao mesmo tempo em que reduz uma série de direitos trabalhistas, como o salário, que pode ser inferior ao mínimo (proporcionalmente à jornada), e as férias, as quais também podem ser inferiores a 30 dias, proporcionais à jornada. Ocorre que a possibilidade de redução da

³⁸⁷ A Súmula 85 do Tribunal Superior do Trabalho flexibilizou tal exigência, ampliando a possibilidade do banco de horas mediante acordo individual escrito, não apenas pelo coletivo. A restrição do acordo individual é válida apenas se houver norma coletiva que vede a compensação.

jornada de trabalho sempre existiu, mas com garantia do total cumprimento na legislação que tange ao salário e às férias³⁸⁸.

É interessante observar que normalmente os postos de trabalho que adotam o regime em tempo parcial são aqueles de intensidade e ritmo de trabalho extremamente extenuantes, de forma que o empregador se volte mais à extração da mais-valia relativa do que da mais-valia absoluta, isto é, trabalha-se menos tempo, porém trabalha-se mais intensamente. Tal modalidade de contrato de trabalho também é uma forma de se garantir o maior rendimento do empregado, vez que nos postos de ritmo intenso a força de trabalho é desgastada mais rapidamente, assim se comprimem os *gaps* de recomposição do/a trabalhador/a, vez que também são inexigíveis os intervalos intrajornada para descanso e alimentação. Esta modalidade, além disso, representa forte desigualdade de gênero, de forma que uma das justificativas mais frequentes utilizadas pelos legisladores era de que tal contrato possibilitava a inserção das mulheres no mercado de trabalho sem que abdicassem do papel de manutenção do ambiente doméstico e do cuidado familiar, o que evidencia a superexploração em suas facetas mais precarizadas no que tange à classe, gênero e raça.

No mesmo ano foi editada a Medida Provisória 1.726/1998, que autorizava a suspensão do contrato de trabalho para “qualificação profissional” em curso ofertado pelo empregador no período de dois a cinco meses³⁸⁹. Neste prazo de suspensão não há a obrigatoriedade de depósito do FGTS, 13º salário, férias e também seria suspensa a contagem para aposentadoria. De acordo com Sérgio Pinto Martins, professor paulista de viés neoliberal, tal normativa teria sido originária para atenuar o desemprego no ramo da construção civil em São Paulo, vez que entre uma obra e outra os empregados seriam dispensados ou ficariam ociosos, o que seria extremamente oneroso ao patrão. O empregado recebe apenas uma bolsa de estudos paga pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), sendo dispensado o pagamento de salário pela empresa³⁹⁰.

Outro método de afastamento do cumprimento de direitos trabalhistas é a pressão pela disponibilidade de tais direitos pelos trabalhadores por meio da “mediação e arbitragem privada, a fragilização da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, o rito sumaríssimo³⁹¹ e a conciliação prévia”, a fim de cada vez mais transformar o contrato de trabalho em contrato civil,

³⁸⁸ GONZALEZ, Roberto; GALIZA, Marcelo; AMORIM, Bruno; VAZ, Fábio; PARREIRAS, Luiz. **Regulação das relações de trabalho no Brasil: o marco constitucional e a dinâmica pós-constituente**, 2009, p. 125.

³⁸⁹ GONZALEZ, Roberto; GALIZA, Marcelo; AMORIM, Bruno; VAZ, Fábio; PARREIRAS, Luiz. **Regulação das relações de trabalho no Brasil: o marco constitucional e a dinâmica pós-constituente**, 2009, p. 125.

³⁹⁰ MARTINS, Sérgio Pinto. **Flexibilização das Condições de Trabalho**, 2004, p. 89.

³⁹¹ Conforme a Lei 9.957/2000.

com igualdade formal entre partes³⁹², ocultando a relação de subordinação e exploração. Um exemplo fundamental foi a instalação das Câmaras de Conciliação Prévia (CCP) pela Lei 9.958/2000 no ambiente laboral da empresa, de forma a tornar obrigatório o acionamento da CCP pelo/a trabalhador/a antes do acionamento da Justiça do Trabalho, o que gerou “acordos espúrios sobre direitos líquidos e certos e verbas rescisórias”³⁹³. Justamente pelo caráter de difícil fiscalização das conciliações, os sindicatos apresentaram forte resistência à medida, que deixou de ser aplicada pelo parco número de acordos realizados.

A Lei 9.957/2000, por sua vez, criou o procedimento sumaríssimo na Justiça do Trabalho, determinando que os litígios individuais com valor de até 40 salários-mínimos passassem por um rito processual simplificado, sendo que a audiência de instrução e julgamento passou a ser una. Isso acarretou a minimização dos procedimentos e da produção de provas, facilitando a disponibilidade de direitos trabalhistas pelos trabalhadores e fomentando a pressão pela realização de acordos benéficos ao empregador.

Em 2001, a Lei 10.243 também propiciou que houvesse acréscimos de jornada de trabalho não contabilizadas para remuneração, como é o caso das variações no registro de ponto em 5 ou 10 minutos e as horas *in itinere*, quantidade de tempo de trabalho que aparentemente são pequenas, mas que somam ao final do mês uma considerável parcela de trabalho não pago pelo empregador ou tempo em que o empregado permanece à disposição deste. Também houve a edição da Lei 10.727/2001 que reduziu pela metade o valor a ser pago da parte incontroversa das verbas rescisórias numa ação trabalhista, sendo que até então o empregador deveria pagá-las em dobro.

É importante ressaltar, ademais, o encaminhamento do Projeto de Lei 4.302/1998³⁹⁴ pelo próprio Poder Executivo, que propunha legalizar a terceirização de mão de obra de todas as atividades empresariais, independentemente de serem atividades fins ou atividades-meio, e elastecia o prazo de vigência do contrato temporário para seis meses, prorrogável por mais três meses mediante acordo ou convenção coletiva.

Frisa-se que a terceirização foi uma medida ampliada pela Justiça do Trabalho em 1994, com o Enunciado da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho. Até então, a contratação interposta

³⁹² KREIN, José Dari. **A reforma trabalhista de FHC: análise de sua efetividade**, 2004, p. 18.

³⁹³ GONZALEZ, Roberto; GALIZA, Marcelo; AMORIM, Bruno; VAZ, Fábio; PARREIRAS, Luiz. **Regulação das relações de trabalho no Brasil: o marco constitucional e a dinâmica pós-constituente**, 2009, p. 126.

³⁹⁴ Sancionado pelo Presidente ilegítimo Michel Temer em 31 de março de 2017, transformando-se na Lei Federal nº 13.429/2017.

de trabalhadores só era autorizada nas hipóteses de trabalho temporário (Lei 6.019/1974), atividades de conservação e limpeza (Lei 5.645/1970) e serviços de vigilância bancária (Lei 7.102/1983). Após a reformulação da composição do Tribunal com a incorporação de mais ministros de viés ideológico neoliberal, a redação desta súmula foi alterada e passou a abranger a possibilidade de contratação de trabalhadores terceirizados em atividades-meio da empresa³⁹⁵, isto é, aquelas que não comporiam o núcleo da atividade empresarial, sendo instrumentais, de apoio ou complementares. Isto oportunizou a redução de custos empresariais na contratação de funcionários com salários reduzidos, menor fiscalização, controle e combatividade sindical³⁹⁶, gerando uma duplicidade de representações sindicais, duplicidade de salários e cisão da classe trabalhadora e impossibilidade de ascensão de cargos dos terceirizados na empresa tomadora, desenvolvendo um ciclo irreversível de postos precários.

Outra questão que se tentou encaminhar pela Presidência da República neste período foi a prevalência do negociado sobre o legislado mediante o Projeto de Lei 5.483/2001, atualmente arquivado. Segundo seu próprio enunciado, estabelece que as condições de trabalho ajustadas mediante convenção ou acordo coletivo prevaleçam sobre o disposto em lei, desde que não contrariem a Constituição Federal e as normas de segurança e saúde do trabalho, isto é, os direitos trabalhistas garantidos apenas pela CLT poderiam ser flexibilizados, negociados e afastados por acordos ou convenções coletivas de trabalho.

³⁹⁵ Em 2011 o entendimento foi reformado de forma a clarear a responsabilidade subsidiária da empresa tomadora, mas sem alterar o cerne da flexibilização anterior, veja-se:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).

II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).

III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

³⁹⁶ RAMOS FILHO, Wilson. **Direito Capitalista do Trabalho: História, Mitos e Perspectivas no Brasil**, 2012, p. 413.

Além das flexibilizações trabalhistas, a política econômica de governo neoliberal de FHC determinou que a concentração de renda atingisse patamares altíssimos e o rendimento da população em termos salariais extremamente baixos. Segundo o censo do IBGE, em 2001, o grupo mais rico da população concentrava 13,3% do rendimento total, “quase o equivalente ao percentual acumulado pelos 50% mais pobres (14,3%). Na região Nordeste, por exemplo, a concentração de renda para o 1% mais rico chega a ser superior ao percentual verificado para os 50% mais pobres”³⁹⁷.

A desigualdade também se reflete nas condições mínimas de reprodução da vida, como é o caso do saneamento básico, já que 80% dos domicílios dos 10% mais ricos tinham saneamento adequado na década de 1990, “enquanto para os 40% mais pobres essa proporção era de apenas 35,5%”³⁹⁸. No que tange à educação, entre os jovens de 10 a 24 anos, o percentual de escolaridade de nível superior para os 10% mais ricos era de 23,4%, enquanto nos 40% mais pobres a proporção beirava aos miseráveis 4%³⁹⁹, o que pode ser explicado tanto pela falta de incentivo e inacessibilidade às universidades públicas, sem qualquer tipo de ação afirmativa para o ingresso de jovens pobres, quanto pelo sucateamento do ensino básico e pela necessidade pujante de auxílio no rendimento familiar pelos jovens, que se se obrigavam a voltar-se imediatamente ao mercado de trabalho, sem a possibilidade de qualificação profissional.

Ademais, é importante analisar a configuração do quadro de trabalhadores informais ou com carteira assinada, seu rendimento médio e o setor prioritário de ocupação. No começo da década de 2000, “entre os 40% mais pobres a proporção de empregados sem carteira é de 31,7%, enquanto que na população mais favorecida economicamente esse percentual era de 8,0%”, isto é, obviamente os postos de trabalho por conta-própria ou informais são predominantemente ocupados pela população mais pobre brasileira. Apenas 61,5% dos trabalhadores empregados eram registrados⁴⁰⁰. Outro dado importante é que a população mais pobre se concentra no setor agrícola, enquanto que os mais ricos predominam na indústria de transformação.

Quanto ao rendimento, a maior parte da população ocupada (26%) estava localizada no estrato de rendimentos de 1 a 2 salários mínimos, porém cerca de 50% da população ocupada apresentava rendimento de até 2 salários mínimos, sendo que na região Nordeste esse percentual alcançava os

³⁹⁷ IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais 2002**, 2003, p. 101.

³⁹⁸ IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais 2002**, 2003, p. 103.

³⁹⁹ IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais 2002**, 2003, p. 103.

⁴⁰⁰ IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais 2002**, 2003, p. 99.

60%, e 16,2% da população ocupada nesta região ganhava até metade do salário mínimo. “O rendimento médio dos ocupados com remuneração em 2001 foi de R\$ 595,40, sendo que os homens continuavam a apresentar um rendimento superior ao das mulheres (R\$ 674,50 contra R\$ 469,20)”. A desigualdade regional brasileira atingia patamares exacerbados, a Região Sudeste apresentava o maior valor de rendimento médio entre os ocupados (R\$ 718,50), enquanto o Nordeste apresentava o menor (R\$ 354,40)⁴⁰¹.

Foi feita a análise do rendimento médio os ocupados que **estão entre os 10% mais ricos da distribuição de renda, verificando-se que estes ganham cerca de 18,31 vezes mais que o valor do rendimento dos 40% mais pobres**. Enquanto os 40% mais pobres ganham em média R\$ 149,85, os 10% mais ricos apresentam um rendimento médio de R\$ 2.744,30. Em salários-mínimos, observa-se que o rendimento médio dos 40% mais pobres e dos 10% mais ricos sofreu uma redução em relação à 1999. Embora, em termos quantitativos, a redução do rendimento tenha sido maior para os 10% mais ricos, em termos qualitativos, os pobres foram os mais atingidos com essa redução (grifou-se)⁴⁰².

Outra questão era a contribuição previdenciária. Apenas 45,7% da população ocupada contribuía ao INSS, de forma que a maior parte da população não tinha nenhuma cobertura para aposentadoria ou qualquer benefício não-programável, como é o caso dos benefícios por incapacidade⁴⁰³.

Também não restam dúvidas de que a categoria dos trabalhadores domésticos, em sua maioria absoluta marcada pela variável de gênero e de raça/etnia, era (e ainda permanece como) o pior segmento em termos de remuneração e direitos laborais, seguido pelos empregados sem carteira e trabalhadores por conta-própria, cerca de 32,1%, 28,6% e 25,8% dos trabalhadores de cada categoria, respectivamente, tinham rendimento médio mensal familiar per capita de até ½ salário mínimo⁴⁰⁴.

Desde a década de 2000, especificamente com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 e, posteriormente, com o governo de Dilma Rousseff em 2010, ergueu-se uma frente de coalizão que reabriu um período de política neodesenvolvimentista no Brasil. Essa frente se alicerçou num pacto político que formou um bloco de poder de parte de setores da burguesia interna e

⁴⁰¹ IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais 2002**, 2003, p. 101.

⁴⁰² IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais 2002**, 2003 p. 102.

⁴⁰³ IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais 2002**, 2003, p. 99.

⁴⁰⁴ IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais 2002**, 2003, p. 100.

fragmentos da baixa classe média, do operariado urbano e do campesinato⁴⁰⁵, termos já problematizados no capítulo anterior. Cabe, neste próximo ponto, analisar o cenário do mundo do trabalho neste período e a configuração do direito trabalhista brasileiro e seu papel perante a superexploração da força de trabalho no neodesenvolvimentismo, de forma a verificar se há ou não um rompimento com o modelo neoliberal e em quais sentidos houve avanços ou freios.

2.3.2. Neodesenvolvimentismo e Reforma Trabalhista: uma análise do panorama do direito trabalhista nos governos Lula e Dilma

Conforme elencado no item 1.2 desta dissertação, o neodesenvolvimentismo pode ser caracterizado como um período político-econômico no Brasil que representa a coalizão de uma frente dirigida por uma burguesia interna que envolve classes trabalhadoras. Segundo Armando Boito Junior, a frente neodesenvolvimentista “busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país”⁴⁰⁶.

Giovanni Alves pontua que o Estado neodesenvolvimentista é financiador, investidor e regulador⁴⁰⁷. Tal postura no Brasil implicou transferência de renda à classe trabalhadora mais pobre, o aumento da formalização dos contratos de trabalho, a queda no desemprego e o aumento do consumo interno, com uma caracterização do que se passou a denominar “nova classe média brasileira”⁴⁰⁸, mas que corresponde a uma elevação do poder de compra de uma classe trabalhadora que permanece superexplorada.

Desta forma, objetiva-se destrinchar os três fatores que caracterizam a superexploração da força de trabalho propostos por Marini – a elevação da jornada de trabalho, a elevação da intensidade do trabalho e a remuneração do/a trabalhador/a abaixo do seu valor -, além de esmiuçar o viés colonial do trabalho na América Latina, com as dimensões raciais e de gênero nas análises

⁴⁰⁵ BOITO JR, Armando; BERRINGER, Tatiana. **Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma**, 2013.

⁴⁰⁶ BOITO JR, Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**, 2012, p. 5.

⁴⁰⁷ ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil**, 2014, p. 132.

⁴⁰⁸ ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil**, 2014, p. 135.

da precarização das relações laborais no Brasil, por meio da verificação da alteração (ou não) da legislação trabalhista, da sua ineficácia e inércia e de políticas nacionais relativas ao trabalho.

a) A remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor:

“Na superfície da sociedade burguesa, o salário do/a trabalhador/a aparece como o preço do trabalho, como determinada quantidade de dinheiro paga por determinada quantidade de trabalho”. Marx esclarece que não existe um “valor do trabalho”. O valor de uma mercadoria é a “forma objetiva do trabalho social gasto em sua produção”, por isso não se pode determinar o valor da força de trabalho com base no próprio trabalho contido numa jornada, isso seria uma tautologia. O que se pode determinar é o valor de força de trabalho, o qual sempre tem de ser menor que o valor do produto, da mercadoria que produz, caso contrário não se poderia reproduzir o capitalismo por meio de seu mecanismo essencial: a extração de mais-valia⁴⁰⁹.

Se a força de trabalho também é uma mercadoria, ela se divide em valor de uso e valor de troca. O valor de uso da força de trabalho é a própria capacidade de produzir valor e mais-valia, é a utilidade em que terá o/a trabalhador/a no processo produtivo. Seu valor de troca é justamente a forma aparente do valor da força de trabalho, a qual se manifesta na forma salário⁴¹⁰.

Assim, mede-se o valor da força de trabalho como as demais mercadorias: pela quantidade de trabalho socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho. Para que o/a trabalhador/a possa reproduzir sua força de trabalho há a necessidade de consumo de mercadorias que satisfaçam suas carências de moradia, alimentação, saúde, vestimenta, lazer, transporte, educação e formação profissional, além da própria reprodução de novas vidas que serão futuras forças de trabalho⁴¹¹. Ou seja, o preço da força de trabalho é a forma quantificada e representada do valor da força de trabalho, que é o valor da satisfação das necessidades básicas do/a trabalhador/a para sua reprodução. Isto é, “o valor da força de trabalho é, por definição, histórico e relacional”⁴¹².

⁴⁰⁹ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital, 2013, p. 605.

⁴¹⁰ CARCANHOLO, Reinaldo A. **Capital**: essência e aparência, 2011, p. 132.

⁴¹¹ CARCANHOLO, Reinaldo A. **Capital**: essência e aparência, 2011, p. 133.

⁴¹² LUCE, Mathias Seibel. **Brasil**: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?, 2013, p. 133.

O salário nada mais é que a ocultação da exploração, da gratuidade de parte do trabalho do assalariado. “A forma-salário extingue, portanto, todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho, em trabalho pago e trabalho não pago. Todo trabalho aparece como pago”⁴¹³.

O que Marini esclarece é que na América Latina parte do valor necessário para o operário repor sua força de trabalho é expropriado⁴¹⁴, retirando a “possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal”⁴¹⁵. Isto é, o trabalho é remunerado abaixo de seu valor, da possibilidade de sua reprodução. Há uma separação entre produtores e consumidores no mercado mundial, em que nos países dependentes o/a trabalhador/a conta mais como produtor de bens de consumo, mas pouco de sua produção se reverte para seu consumo, é uma produção que se volta mais ao mercado externo e não depende tanto do mercado interno⁴¹⁶.

Por conseguinte, não se investe tanto em formas fordistas de exploração que valorizem o consumo, mas sim numa exploração do/a trabalhador/a até praticamente seu limite, de forma que o salário seja reduzido ao máximo possível. Não há respeito às mínimas condições técnicas e ao custo dos meios de subsistência para fixar a relação entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente, senão tão “somente rebaixar o salário do obreiro mais além do que permitiria seu tempo de trabalho necessário, e converter o fundo de consumo do/a trabalhador/a em parte do fundo de acumulação do capital”⁴¹⁷.

No caso brasileiro, que apresenta uma economia mais diversificada em termos industriais comparada a outros países latino-americanos⁴¹⁸, necessita-se de crescimento do mercado interno e aumento das exportações ao mercado externo por meio de readequações na estrutura de circulação. O Estado atua como regulador ao incidir na política salarial, de crédito e da inflação de forma a elevar o poder de renda e consumo dos estratos médios e altos da sociedade e superexplorar

⁴¹³ MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital, 2013, p. 610.

⁴¹⁴ MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**, 2011, p. 149.

⁴¹⁵ MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**, 2011, p. 150.

⁴¹⁶ MARINI, Ruy Mauro. **La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo**, 1981.

⁴¹⁷ MARINI, Ruy Mauro. **La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo**, 1981, tradução livre.

⁴¹⁸ Como classificava Vânia Bambirra, o Brasil está na tipologia “A” dos países dependentes, nas quais ainda predomina o setor primário-exportador, já existindo, porém, um processo de industrialização em expansão. Ao lado da Argentina, o México, o Chile, o Uruguai e a Colômbia (BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**, 2012, p. 55).

acentuadamente os setores mais baixos da classe trabalhadora, reduzindo seus salários reais. É o que Marini denomina de “redistribuição regressiva do ingresso”⁴¹⁹.

Outra forma de intervenção estatal nessas economias, como é o caso da brasileira, é criação e fomento de obras de infraestrutura pública, desde estradas, hidroelétricas, prédios e monumentos públicos, que emulam os ramos industriais, especialmente a indústria pesada ou a indústria bélica⁴²⁰.

A terceira questão, e a mais importante segundo Marini, é a expansão do mercado externo com produtos manufaturados, para além da exportação de matérias-primas e alimentos. Ocorre que competir com as grandes potências industriais não é simples para os países dependentes, pelo que se opta pela abertura da nação para a deslocalização territorial de grandes empresas transnacionais dos impérios, que superexploram a mão de obra latino-americana, mas atrelada ao capital estrangeiro, remetendo altas taxas de lucros aos países de origem⁴²¹. Essa população superexplorada empregada nas grandes transnacionais ou nos segmentos produtivos mais inferiores da cadeia de produção descentralizada não integra de fato uma “sociedade do consumo” e muito menos possibilita o desenvolvimento de um processo fordista de produção baseado no consumo. Ademais, cumpre lembrar que justamente como potencial atrativo dessas empresas para o território dependente se busca ao máximo flexibilizar a legislação trabalhista de forma a intensificar a superexploração e garantir a reprodução da dependência.

Para mensurar a remuneração do/a trabalhador/a brasileiro/a abaixo do seu valor é possível utilizar os cálculos do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) que prognostica o salário-mínimo necessário para a reprodução integral da vida dos trabalhadores com base no preço da saúde, alimentação, educação, moradia, locomoção, vestimentas e lazer, comparando com o salário-mínimo real, o salário-mínimo legal e com a inflação⁴²².

⁴¹⁹ MARINI, Ruy Mauro. *La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo*, 1981.

⁴²⁰ MARINI, Ruy Mauro. *La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo*, 1981.

⁴²¹ MARINI, Ruy Mauro. *La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo*, 1981.

⁴²² Segundo o DIEESE, na metodologia da pesquisa para cálculo do Salário Mínimo Necessário há a consideração do “preceito constitucional de que o salário-mínimo deve atender as necessidades básicas do/a trabalhador/a e de sua família e cujo valor é único para todo o país. Usa como base o Decreto lei nº 399, que estabelece que o gasto com alimentação de um/a trabalhador/a adulto/a não pode ser inferior ao custo da Cesta Básica de Alimentos. A família considerada para o cálculo é composta por 2 adultos e 2 crianças, que por hipótese, consomem como 1 adulto.” (DIEESE. *Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos*. Janeiro de 2016).

A análise do salário-mínimo necessário é fundamental como crítica às teorias econômicas tradicionais que verificam o aumento do salário real somente com base na comparação com a inflação e não pelo valor da força de trabalho⁴²³, isto é, se em 2016 o salário-mínimo legal era de R\$ 880,00 e o salário-mínimo necessário era de R\$ 3.812,02 significa que o estipulado pela legislação é cerca de 4,5 vezes menor que o valor que o/a trabalhador/a e sua família necessitariam para repor sua força de trabalho e reproduzir sua vida em condições aceitáveis e estabelecidas em lei.

Desde a implementação do Plano Real, percebe-se a seguinte comparação do salário-mínimo legal com o salário-mínimo necessário para a reprodução do/a trabalhador/a e de seu núcleo familiar, considerando uma média de três pessoas por família (dois adultos e duas crianças, que para fins de contagem transformam-se em um adulto):

Tabela 1 - Comparativo salário mínimo legal e salário-mínimo necessário de 1994 a 2016.

ANO	SALÁRIO-MÍNIMO LEGAL ⁴²⁴	SALÁRIO-MÍNIMO NECESSÁRIO ⁴²⁵
1994	R\$ 70,00	R\$ 690,91
1995	R\$ 100,00	R\$ 740,43
1996	R\$ 112,00	R\$ 795,38
1997	R\$ 120,00	R\$ 802,55
1998	R\$ 130,00	R\$ 878,03
1999	R\$ 136,00	R\$ 901,14
2000	R\$ 151,00	R\$ 967,07
2001	R\$ 180,00	R\$ 1.064,35
2002	R\$ 200,00	R\$ 1.188,69
2003	R\$ 240,00	R\$ 1.421,00
2004	R\$ 260,00	R\$ 1.482,60
2005	R\$ 300,00	R\$ 1.510,36
2006	R\$ 350,00	R\$ 1.500,70
2007	R\$ 380,00	R\$ 1.679,76

⁴²³ LUCE, Mathias Seibel. **Brasil**: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?, 2013, p. 175.

⁴²⁴ Utilizou-se o valor predominante e de atualização no ano corrente.

⁴²⁵ Fez-se uma média aritmética simples dos valores estabelecidos pelo DIEESE durante cada mês do ano corrente.

2008	R\$ 415,00	R\$ 1.936,59
2009	R\$ 465,00	R\$ 2.089,15
2010	R\$ 510,00	R\$ 2.110,25
2011	R\$ 545,00	R\$ 2.206,76
2012	R\$ 622,00	R\$ 2.463,80
2013	R\$ 678,00	R\$ 2.765,83
2014	R\$ 724,00	R\$ 2.925,15
2015	R\$ 788,00	R\$ 3.280,75
2016	R\$ 880,00	R\$ 3.812,02 ⁴²⁶

Fonte: DIEESE, 2016⁴²⁷; Elaboração: a autora.

Observa-se que em todos os anos a diferença entre o salário-mínimo legal e o necessário é abissal, havendo uma melhora proporcional nos governos Lula e Dilma⁴²⁸, o denominado período neodesenvolvimentista, mas ainda mantendo a remuneração do/a trabalhador/a abaixo do seu valor. Percebe-se que mesmo que a família seja composta de dois adultos que trabalhem e recebam um salário-mínimo, o valor do salário somado da família ainda estaria muito abaixo do custo de manutenção da vida familiar. Ademais, o que se verifica na maioria da composição das famílias de classes trabalhadoras brasileiras é a formação de inúmeros dependentes, crianças e idosos, ou a composição de mulheres trabalhadoras como chefes exclusivas de famílias (em 2010, 38,7% dos 57,3 milhões de domicílios registrados já eram comandados por mulheres)⁴²⁹, as quais recebem salários ainda menores aos dos homens, cerca de 72,3% do rendimento recebido pelos homens. Essa diferença pode chegar a 55% se considerados os critérios raciais e de gênero⁴³⁰.

Mathias Luce, ao comparar o salário-mínimo legal com o salário-mínimo necessário no período de 1940 a 2007, chegou a números significativos no que tange ao poder de compra e consumo do/a trabalhador/a. O ano base é 1940, data de implementação legal do salário-mínimo.

⁴²⁶ Dados de janeiro a julho de 2016.

⁴²⁷ DIEESE. **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos, Salário mínimo nominal e necessário 1994 a 2016**, Acesso em: 01.09.2016.

⁴²⁸ A razão (divisão entre o necessário e real) melhorou de praticamente 7 em 1994 para aproximadamente 4 nos últimos anos.

⁴²⁹ BRASIL, Portal Brasil. **Mulheres comandam 40% dos lares brasileiros**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/mulheres-comandam-40-dos-lares-brasileiros>.

⁴³⁰ IBGE. **Mulher no mercado de trabalho**: perguntas e respostas, 08 de março de 2010.

De acordo com o autor, “os anos 1957 a 1959 correspondem ao período de pico do SMN (salário-mínimo nacional), quando este esteve cerca de 20% acima do poder de compra original e representando quatro vezes o poder de compra que assumiria o salário legal praticado em 2002”⁴³¹. Observando a tabela construída por ele, conclui-se claramente que a década de 1990 foi o pior período no que se refere ao salário do/a trabalhador/a, elevando em absoluto as taxas de superexploração pelo mecanismo de remuneração abaixo de seu valor.

Tabela 2 - Quadro histórico do salário-mínimo necessário no Brasil.

Ano	Número Índice	Ano	Número Índice	Ano	Número Índice	Ano	Número Índice
1940	100,00	1957	125,12	1974	55,58	1991	30,99
1941	91,15	1958	108,85	1975	58,05	1992	26,59
1942	81,83	1959	121,85	1976	57,67	1993	29,96
1943	73,98	1960	102,32	1977	60,10	1994	25,29
1944	84,86	1961	113,77	1978	61,92	1995	25,02
1945	68,38	1962	103,87	1979	62,52	1996	25,42
1946	60,00	1963	91,31	1980	63,02	1997	25,82
1947	45,84	1964	94,35	1981	64,62	1998	27,08
1948	47,82	1965	90,98	1982	67,35	1999	27,19
1949	43,03	1966	77,56	1983	57,23	2000	27,96
1950	40,64	1967	73,37	1984	53,08	2001	30,27
1951	37,53	1968	71,80	1985	54,31	2002	30,88
1952	100,76	1969	69,16	1986	51,37	2003	31,32
1953	82,99	1970	70,32	1987	37,03	2004	32,49
1954	100,87	1971	67,29	1988	38,99	2005	34,99
1955	113,28	1972	66,09	1989	41,52	2006	40,44
1956	115,08	1973	60,56	1990	29,67	2007	42,59

Fonte: LUCE, 2013, p. 174.⁴³²

⁴³¹ LUCE, Mathias Seibel. **Brasil**: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?, 2013, p. 175.

⁴³² Calculado em números índice a partir de Cepal, PNUD e OIT (2008), com dados de DIEESE.

Com base na tabela pode-se perceber que a partir dos anos 2000 há uma diminuição considerável da relação entre o salário-mínimo legal e o necessário em comparação com a década de 1990, ainda que não chegasse nem à metade do poder de compra do ano de sua criação⁴³³.

Em relação ao salário da população, percebe-se que de 1995 a 2014 ampliou-se a renda da população de forma geral, de modo que em 2014 a maior parcela da população brasileira passou a receber de 1 a 3 salários-mínimos legais (49,8% da população brasileira), mas ainda 33,5% da população sobrevive com salários inferiores ou iguais ao mínimo, essa porcentagem era de 56,7% em 1994.

É a população negra e parda a maior parcela da classe trabalhadora miserável no Brasil, vez que 41,5% dos negros e negras no Brasil recebem até 1 salário-mínimo e apenas 24,3% dos brancos/as estão na mesma situação. Percebe-se que houve uma melhoria expressiva da remuneração desta parcela da população em relação à década neoliberal, entretanto, a desigualdade racial em termos de rendimentos é marca candente da economia dependente e com entranhas da colonialidade escravocrata.

⁴³³ LUCE, Mathias Seibel. **Brasil**: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?, 2013, p. 175.

Tabela 3 - Rendimento da população ocupada acima de 16 anos por faixa de rendimento e distribuição étnico/racial de 1995 a 2014.

Cor/Raça	Faixa de Rendimentos	Total																	
		1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Total	Até 1 SM	56,7	52,6	52,6	52,2	55,3	56,1	55,5	60,9	58,9	54,9	53,4	49,3	48,9	45,8	40,9	36,2	33,0	33,5
	Mais de 1 a 3 SM	29,5	32,9	32,6	33,1	32,5	31,2	33,4	29,1	30,6	34,2	34,0	37,2	38,7	41,3	44,1	46,7	51,6	49,8
	Mais de 3 a 5 SM	7,0	6,6	7,8	7,7	5,9	7,0	5,2	5,6	5,9	6,0	6,9	7,3	6,5	6,5	8,9	10,3	7,6	8,9
	Mais de 5 a 8 SM	3,2	3,9	3,0	4,0	3,6	3,2	3,1	2,2	2,4	2,7	3,0	3,3	3,3	3,5	2,5	3,9	4,3	4,1
	Mais de 8 SM	3,5	4,0	4,0	3,0	2,8	2,6	2,9	2,2	2,2	2,3	2,7	2,9	2,6	2,9	3,6	3,0	3,5	3,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Branca	Até 1 SM	46,6	42,5	42,0	41,7	44,9	45,8	45,3	50,1	48,0	43,9	42,4	38,5	38,4	35,2	31,1	26,3	23,6	24,3
	Mais de 1 a 3 SM	34,1	37,0	37,0	37,1	37,3	35,8	38,5	34,9	36,5	39,8	38,8	41,5	43,3	45,8	47,5	49,3	54,0	51,6
	Mais de 3 a 5 SM	9,4	8,9	10,5	10,5	8,0	9,7	7,1	8,1	8,4	8,4	9,9	10,2	9,0	9,1	12,0	13,7	10,2	11,8
	Mais de 5 a 8 SM	4,6	5,5	4,4	6,0	5,4	4,6	4,6	3,4	3,6	4,2	4,6	5,0	5,0	5,2	3,6	5,7	6,4	6,3
	Mais de 8 SM	5,3	6,2	6,3	4,7	4,4	4,1	4,5	3,5	3,6	3,8	4,4	4,8	4,4	4,6	5,7	4,9	5,8	6,1
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Negra	Até 1 SM	69,9	65,9	66,2	65,3	68,4	68,8	67,8	73,4	71,1	66,5	65,0	60,3	59,4	56,2	50,4	45,2	41,5	41,5
	Mais de 1 a 3 SM	23,7	27,5	27,1	28,0	26,3	25,5	27,2	22,4	24,1	28,3	29,0	32,8	34,1	36,8	40,9	44,3	49,3	48,2
	Mais de 3 a 5 SM	3,9	3,7	4,3	4,3	3,1	3,7	2,8	2,7	3,1	3,3	3,8	4,4	4,0	4,0	5,8	7,2	5,3	6,4
	Mais de 5 a 8 SM	1,5	1,7	1,3	1,6	1,4	1,3	1,3	0,9	1,1	1,2	1,4	1,6	1,6	1,8	1,4	2,2	2,4	2,3
	Mais de 8 SM	1,1	1,2	1,2	0,8	0,8	0,8	0,9	0,6	0,7	0,7	0,9	1,0	0,9	1,2	1,5	1,2	1,4	1,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/PNAD; Elaboração: IPEA; DISOC.⁴³⁴

Se observarmos os critérios de remuneração com base no gênero, é expressiva a diferença salarial entre homens e mulheres, ainda que também tenha ocorrido uma visível elevação da renda das mulheres nos últimos 20 anos. Cerca de 41% das mulheres brasileiras recebem até 01 salário-mínimo. Em relação às mulheres negras este número chega a 51,5%. Já 18,6% dos homens brancos e 34,3% dos homens negros são remunerados com até um salário mínimo. O que também é explicado pelo tipo de posto de trabalho predominantemente ocupado pelas mulheres negras, como é o caso dos trabalhos domésticos, subempregos e postos terceirizados.

⁴³⁴ IPEA; ONU MULHERES; SPM. **Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça**. Indicadores - Pobreza, distribuição e desigualdade de renda de 1995 a 2014.

Tabela 4 - Rendimento da população ocupada acima de 16 anos por faixa de rendimento, distribuição étnico/racial e gênero nos anos de 1995, 2004 e 2014.

Cor/Raça	Faixa de Rendimentos	Masculino			Feminino		
		1995	2004	2014	1995	2004	2014
Total	Até 1 SM	47,8	51,3	27,3	70,0	69,2	41,7
	Mais de 1 a 3 SM	34,7	35,7	52,7	21,9	23,7	45,9
	Mais de 3 a 5 SM	8,7	7,1	10,6	4,5	4,3	6,8
	Mais de 5 a 8 SM	4,1	3,0	4,9	2,0	1,6	3,2
	Mais de 8 SM	4,8	3,0	4,6	1,6	1,2	2,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Branca	Até 1 SM	36,1	39,0	18,6	61,5	59,5	31,2
	Mais de 1 a 3 SM	39,2	41,6	52,5	26,8	29,9	50,4
	Mais de 3 a 5 SM	11,5	10,1	13,8	6,4	6,3	9,4
	Mais de 5 a 8 SM	5,8	4,5	7,4	2,9	2,5	4,9
	Mais de 8 SM	7,4	4,9	7,7	2,5	1,9	4,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Negra	Até 1 SM	62,4	64,4	34,3	81,5	80,8	51,5
	Mais de 1 a 3 SM	29,0	29,4	52,9	15,3	16,2	41,8
	Mais de 3 a 5 SM	5,2	3,9	7,9	2,0	1,9	4,3
	Mais de 5 a 8 SM	1,9	1,3	2,9	0,8	0,7	1,6
	Mais de 8 SM	1,5	1,0	2,1	0,4	0,4	0,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/PNAD; Elaboração: IPEA; DISOC.⁴³⁵

Outra questão que não deve ser ignorada é que o custo de reprodução da vida do/a trabalhador/a e consequentemente o valor da sua força de trabalho também podem sofrer alterações significativas se há uma implementação de políticas públicas de complementação de renda ou de elevação das condições mínimas de existência necessárias para a manutenção da força de trabalho, como é o caso de moradia, de acesso à educação e saúde, combate à fome e subsídios ao transporte, por exemplo.

⁴³⁵ IPEA; ONU MULHERES; SPM. **Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça**. Indicadores - Pobreza, distribuição e desigualdade de renda de 1995 a 2014.

Neste sentido, alguns programas sociais importantes devem ser citados, vislumbrando sempre sua ambiguidade de elevação de renda e acesso às condições básicas de existência da população mais pobre com o benefício direto a determinados setores empresariais.

O Programa Minha Casa, Minha Vida, criado no segundo mandato do Governo Lula e consolidado no Governo de Dilma Rousseff, alterou a política habitacional do país e “ensejou uma convergência de interesses entre os sem-teto e todo um ramo da construção civil - a convergência de interesses não exclui a luta em torno do modelo de casa, do modo de financiamento e de outros pontos do programa”⁴³⁶. Apesar da disponibilização de crédito facilitado para famílias de baixa renda possibilitar o acesso real à moradia (sem discutir a qualidade ou precariedade das unidades habitacionais, localização e acesso a equipamentos e serviços públicos), a política é em verdade “um plano elaborado em favor de empresas do setor imobiliário para combater uma crise que explodiu exatamente numa bolha imobiliária”⁴³⁷ e nem significa uma incipiente reforma urbana, vez que “a análise para concessão do crédito, além de ser condicionada por uma organização do trabalho empresarial e competitiva, mesmo ocorrendo em bancos públicos, tem seu controle ainda mais fragilizado pela terceirização feita com construtoras e imobiliárias”⁴³⁸.

Tal programa habitacional, ao lado dos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC), têm o objetivo de “reconstituição da infraestrutura econômica e social abandonada pelo neoliberalismo e depauperada por mais de duas décadas de desinvestimentos”⁴³⁹, especialmente nos setores de energia, de saneamento e habitação, ferrovias, aeroportos, portos, estradas e de tecnologia. Desta forma, implicam fomento ao mercado por meio do Estado como investidor e financiador de atividades de grandes empreiteiras, as quais aquecem o mercado de trabalho com a criação de empregos (mormente precários e mal remunerados como é o ramo da construção civil), de forma que tal ramo é um dos que apresenta maior expansão neste período neodesenvolvimentista, ao lado do agronegócio e do mercado educacional.

Outra questão importante é formação de novos jovens da classe trabalhadora, intitulados de “precariados” por Giovanni Alves, por meio da expansão do ensino superior público e privado.

⁴³⁶ BOITO JR, Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo** 2012, p. 10.

⁴³⁷ SILVA, Luciana Romão da; CARVALHO, Huana Assanuma Ota de. **O novo desenvolvimentismo na produção do espaço: perspectivas latino-americanas**, 2013, p. 12.

⁴³⁸ SILVA, Luciana Romão da; CARVALHO, Huana Assanuma Ota de. **O novo desenvolvimentismo na produção do espaço: perspectivas latino-americanas**, 2013, p. 13-14.

⁴³⁹ POCHMANN, Márcio. **A Retomada do Desenvolvimentismo**, 2013, p. 6.

“De 2003 a 2010 o número de instituições do ensino superior cresceu 30%”⁴⁴⁰, sendo que houve um aumento de 46,8% no número de instituições públicas e 27,8% no número de faculdades privadas. Ocorre que 8 em cada 10 estudantes de cursos superior estão matriculados na rede privada, muitos deles utilizando de recursos públicos para o acesso à educação particular, com os programas do Programa Universidade para Todos (ProUni), do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o que “aumentou a concentração e domínio de investimentos de fundos internacionais na educação privada do país”⁴⁴¹. Frisa-se que boa parte das instituições privadas de ensino ofertam ensino de baixa qualidade, com viés tecnicista ou mecanicista, que acabam por formar jovens “titulados e endividados”⁴⁴² que preenchem os postos de trabalho subalternizados e mal remunerados, não correspondentes com o título formal que carregam.

Também é candente recordar dos programas sociais de erradicação da miséria e da pobreza extrema que elevaram a condição de vida mais elementar da classe trabalhadora marginalizada, como é o caso do Bolsa Família, do Fome Zero e do Programa Luz Para Todos. Observe-se que houve uma elevação da renda, especialmente do poder de compra e consumo das classes miseráveis, sem que houvesse uma redistribuição de renda, isto é, aqueceu-se o mercado interno pela emulação pública sem alterar a estrutura de arrecadações das classes abastadas ou do empresariado nacional ou transnacional.

Tais questões elucidam a importante melhoria nos aspectos básicos da reprodução da vida das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros e de seu núcleo familiar, elevando seu poder de compra, mas mantendo a remuneração do trabalho abaixo do seu valor.

b) Elevação da jornada de trabalho

A jornada de trabalho é uma grandeza variável, visto que o capitalismo necessariamente exige trabalho excedente, além do trabalho necessário, para a produção de mais-valia⁴⁴³. Isto é, a jornada de trabalho tem um limite mínimo e um limite máximo. O limite mínimo é o tempo de

⁴⁴⁰ ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil, 2014, p. 59.

⁴⁴¹ ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil, 2014, p. 59.

⁴⁴² ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil, 2014, p. 59.

⁴⁴³ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital, 2013, p. 305.

trabalho necessário à produção e reprodução de seu valor. Já o limite máximo é duplamente determinado, de acordo com Marx, primeiro por condições físicas da força de trabalho, vez que o/a trabalhador/a precisa comer, dormir, assear-se, e também por limites morais, valorados “pelo nível geral de cultura de uma determinada época”, a fim do/a trabalhador/a satisfazer necessidades sociais e intelectuais⁴⁴⁴.

Como a força de trabalho é uma mercadoria, em que o vendedor é o/a trabalhador/a e o comprador é o capitalista, nesta relação de compra e venda o capitalista “busca tirar o maior proveito do valor de uso de sua mercadoria”⁴⁴⁵ e por isso sua intenção é de prolongar ao máximo a jornada de trabalho, vez que “o capital tem um único impulso vital, o impulso de se autovalorizar, de criar mais-valor, de absorver, com sua parte constante, que são os meios de produção, a maior quantidade de mais-trabalho”⁴⁴⁶.

A forma mais clássica de extrair mais-trabalho, e conseqüentemente a mais-valia, é pela expansão da jornada de trabalho, num grau de produtividade constante. Esta forma de acúmulo é denominada de mais-valia absoluta por Marx, e verifica-se pelo aumento do número de horas trabalhadas: aquilo que se trabalha além do tempo do trabalho necessário e, para isso, também deve ser considerado o número de jornadas de trabalho simultâneas da coletividade do trabalho social utilizado; assim, há diminuição relativa do trabalho necessário porque o tempo total de trabalho aumentou⁴⁴⁷.

Ocorre que a jornada de trabalho, como dito anteriormente, tem limites claros. Não é possível extrair mais-valia absoluta descontroladamente, é o que Marx esclarece num trecho exemplar d’*“O Capital”*, ao evidenciar os fatores essenciais no que diz respeito ao limite legal da jornada de trabalho: a luta de classes e a organização dos trabalhadores, veja-se:

O capitalista faz valer seus direitos como comprador quando tenta prolongar o máximo possível a jornada de trabalho e transformar, onde for possível, uma jornada de trabalho em duas. Por outro lado, a natureza específica da mercadoria vendida implica um limite de seu consumo pelo comprador, e o trabalhador faz valer seu direito como vendedor quando quer limitar a jornada de trabalho a uma duração normal determinada. Tem-se aqui, portanto, uma antinomia, um direito contra outro direito, ambos igualmente apoiados na lei da troca de mercadorias. Entre direitos iguais, quem decide é a força. E assim, a regulamentação da jornada de trabalho se apresenta, na história da produção capitalista,

⁴⁴⁴ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital, 2013, p. 306.

⁴⁴⁵ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital, 2013, p. 308.

⁴⁴⁶ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital, 2013, p. 307.

⁴⁴⁷ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital, 2013, p. 579-580.

como uma luta em torno dos limites da jornada de trabalho – uma luta entre o conjunto dos capitalistas, *i.e.*, a classe capitalista, e o conjunto dos trabalhadores, *i.e.*, a classe trabalhadora⁴⁴⁸.

Marx, ao analisar as legislações trabalhistas francesas, inglesas e prussianas afirmava que eram tentativa de parar a exploração irrefreável do capital sobre a força de trabalho por meio de “uma limitação compulsória da jornada de trabalho pelo Estado”⁴⁴⁹ e tal limitação tem razão de existir porque “o capital não se importa com a duração da vida da força de trabalho”⁴⁵⁰, a não ser que haja uma pressão social para que se tenha consideração pela saúde e vida do/a trabalhador/a⁴⁵¹ ou que seja necessário estabelecer regras mínimas para o próprio funcionamento metabólico do capital, a fim de possibilitar o exercício da livre concorrência de forma menos díspar, isto é, organizar e dar parâmetros à classe capitalista.

Neste sentido, a elevação da jornada de trabalho para extração de mais-valia absoluta é a forma mais simples de exploração na relação entre o trabalho excedente e o trabalho necessário. Em termos de força política também é o ponto crucial de disputas históricas entre as classes trabalhadoras e as classes que compram a força de trabalho, situando-se numa ambivalência legislativa explícita: ao mesmo tempo em que a limitação da jornada limita o tempo de disposição do/a trabalhador/a ao patrão e por isso eleva sua condição de vida, também é uma forma de garantir tal exploração, de garantir que a força de trabalho não se esgote rapidamente, de garantir que haja tempo de consumo de mercadorias para movimentar o capital e de estabelecer parâmetros para a concorrência capitalista.

Ocorre que nas economias de capitalismo periférico - contemporaneamente - se não há desenvolvimento tecnológico que permita o desenvolvimento das forças produtivas para que se intensifique o ritmo de trabalho e a produtividade mediante extração prioritária de mais-valia relativa, investe-se primordialmente na extração de mais-valia absoluta, ou seja, prioriza-se a elevação da jornada de trabalho ao máximo, sem preocupações demasiadas com a reprodução da força de trabalho. Neste sentido, as relações jurídicas dependentes assumem formas mais cruéis aos trabalhadores, estabelecendo jornadas de trabalho formais altas comparadas aos países centrais e estabelecem outros mecanismos que facilitam a prolongação desta jornada, como o banco de

⁴⁴⁸ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital, 2013, p. 309.

⁴⁴⁹ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital, 2013, p. 313.

⁴⁵⁰ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital, 2013, p. 338.

⁴⁵¹ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital, 2013, p. 342.

horas (a compensação sem remuneração adicional), a possibilidade abusiva de realização de horas extraordinárias e tempos flexibilizados de recomposição, folgas e descansos.

Ao observarmos a tabela comparativa abaixo, elaborada pela OIT, percebemos que a maioria dos países da América Latina estabelece jornadas semanais de 48 horas, diferentemente dos países europeus, em que a maioria fixa jornadas máximas semanais de 40 horas.

Tabela 5 - Comparativo de Jornada de Trabalho legal entre nações.

	Sem limite universal estatutário	35 - 39 horas	40 horas	41 - 46 horas	48 horas	Mais de 48 horas
Países industrializados	Alemanha, Austrália, Dinamarca, Irlanda, Reino Unido (48 horas de limite da jornada total)	Bélgica, Suécia, França	Áustria, Canadá, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Portugal	Suíça (trabalhadores nas empresas industriais, escritórios, cargos técnicos e pessoal de vendas das grandes empresas comerciais)		Suíça (demais trabalhadores)
África	Nigéria, Seicheles	Chade	Argélia, Benin, Burquina, Faso, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Djibouti, Gabão, Madagascar, Mali, Mauritânia, Nigéria, Ruanda, Senegal, Togo	Angola, Burundi, Cabo Verde, República Democrática do Congo, Guiné-Bissau, Marrocos, Namíbia, África do Sul, República Unida da Tanzânia	Moçambique, Tunísia	Quênia
Ásia	Índia, Paquistão		China, Indonésia, Mongólia, República da Coreia	Cingapura	Camboja, Filipinas, Malásia, República Democrática Popular do Laos, Tailândia, Vietnam	
Caribe	Jamaica, Granada		Bahamas	Cuba, República Dominicana	Haiti	
Europa Central e do Leste			Bulgária, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Letônia, Lituânia, República			

			Tcheca, Romênia			
América Latina			Ecuador	Belize, Brasil, Chile, El Salvador, Honduras, Uruguai (comércio), Venezuela	Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai (indústria)	
Oriente Médio			Egito		Jordânia, Líbano	

Fonte: Banco de Dados de Legislação de Duração do Trabalho da OIT⁴⁵²; Elaboração: OIT Brasil⁴⁵³ (Adaptado pela autora).

Numa análise comparativa mais profunda visualiza-se que todas as legislações laborais latino-americanas estipulam limites semanais e diários de jornada de trabalho e comprova-se que a ampla maioria determina como jornada máxima 48h semanais e 8h diárias, a seguir demonstrado:

Tabela 6 - Comparativo de Jornadas de Trabalho semanais e diárias entre países latino-americanos.

País	Jornada Legal de Trabalho ⁴⁵⁴	Legislação
Antígua e Barbuda	48h semanais 8h diárias	Antigua and Barbuda Labour Code, C24 The Civil Service Regulations, §37
Argentina	48h semanais 8h diárias	Ley 11.544/1929, Jornada de trabajo, Arts.1 e 2
Bahamas	40h semanais 8h diárias	Employment Act, §8(1)
Barbados	Não há especificações, apenas para os trabalhadores do comércio, com limite de 40h semanais e 8h diárias. Os trabalhadores domésticos têm limite de 44h semanais.	Shops Act §6(1) The Domestic Employees (Rate of pay and Hours of Duty) Order, §3(1)
Belize	45h semanais 9h diárias	Labour Act, §116 (1)
Bolívia	48h semanais 8h diárias	Ley General del Trabajo, Art.46
Brasil	44h semanais	Constituição Federal, art. 7º

⁴⁵² ILO. **Working Conditions Laws Database**, 2012.

⁴⁵³ LEE, Sangheon; McCANN, Deirdre; MESSENGER, Jon C. **Duração do Trabalho em Todo o Mundo: Tendências de jornadas de trabalho, legislação e políticas numa perspectiva global comparada**, 2009.

⁴⁵⁴ Diretrizes gerais de jornada de trabalho, não se aprofundou as recomendações para categorias específicas.

	8h diárias	Consolidação das Leis trabalhistas, art. 59.
Chile	45h semanais 10h diárias	Código del Trabajo, Art.28 e 22
Colômbia	48h semanais 8h diárias	Código Sustantivo del Trabajo, Art.161
Costa Rica	48h semanais 8h diárias	Código de Trabajo, Art.136 Constitución Política, Art.58
Cuba	44h semanais 8h diárias	Código del Trabajo de Cuba, Art.67 Resolución 187/2006, Art.1
Dominica	40h semanais 8h diárias	Labour Standards Act, Chapter 89:05 §10 (1)
El Salvador	44h semanais 8h diárias	Código de Trabajo, Art.161
Equador	40h semanais 8h diárias	Código del Trabajo, Art.47
Granada	40h para trabalhadores do ramo agrícola, industrial e da construção; 44h para trabalhadores de escritório e comércio; 60h para trabalhadores domésticos e seguranças. 8h diárias em geral; 12h diárias para seguranças e 10h diárias para domésticos.	Employment Act §39(1) e 37
Guatemala	48h semanais 8h diárias	Constitución Política de la República de Guatemala, Art.102(g); Código del Trabajo, Art.116; Acuerdo Gubernativo 388-2010, Art.6.
Guiana	Não há previsão geral de jornada semanal. Há a escolha do Primeiro-Ministro da jornada para cada ocupação. Para os domésticos há limite de 48h semanais. 8h diárias	Labour Act §29(1); Factories Hours and Holidays Act §24(1); Labour Act §29(1);
Haiti	48h semanais 8h diárias	Code du Travail, Arts.96, 100
Honduras	44h semanais 8h diárias	Código del Trabajo de Honduras, Art.322 Constitución de la República de Honduras, Art.128(1)
Jamaica	40h por empregador 8h diárias	The National Minimum Wage Act Order §5(3)
México	48h semanais 8h diárias	Ley Federal del Trabajo, Art.61, 69 Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, Art.123(A,I)
Nicarágua	48h semanais 8h diárias	Constitución Política de Nicaragua Art.82(5); Ley 185 (Código del Trabajo), Art. 51

Panamá	48h semanais 8h diárias	Constitución Política de la República de Panamá, Art.66; Código de Trabajo, Art.31.
Paraguai	48h semanais 8h diárias	Código del Trabajo, Art.194; Constitución Nacional de la República del Paraguay, Art.91
Peru	48h semanais 8h diárias	Constitución Política del Perú, Art. 25; Decreto Legislativo núm. 854, Art.1
República Dominicana	44h semanais 8h diárias	Código de Trabajo, Art.147
São Cristóvão e Nevis	40h semanais 8h diárias	Order No. 35 of 2008 Art.3
Trinidad e Tobago	40h semanais 8h diárias	The Minimum Wages Order §3(1)
Uruguai	48h semanais para trabalhadores da indústria, 44h semanais para trabalhadores do comércio. 8h diárias para trabalhadores da indústria e comércio, não há limite para os trabalhadores rurais	Ley 5.350/1915
Venezuela	44h semanais 8h diárias	Ley Orgánica del Trabajo, Art.195; Constitución de la República Bolivariana de Venezuela, Art. 90.

Fonte: OIT, 2011⁴⁵⁵ e legislações supracitadas atualizadas; Elaboração: a autora.

Pois bem, nesta tabela não se contabilizou a possibilidade de realização de horas extraordinárias, se pensarmos no caso brasileiro, que autoriza a realização de 2 horas extraordinárias numa jornada diária⁴⁵⁶, poder-se-ia chegar a uma jornada semanal de 60 horas, autorizadas legalmente. Com a implementação do banco de horas a própria legislação autorizou a não remuneração adicional das horas extraordinárias⁴⁵⁷, podendo haver sua compensação com folgas nos períodos determinados pelo empregador, elevando a exploração do/a trabalhador/a e a usurpação de parte de seu salário e de seu tempo, vez que garante também períodos de economia ao empresário, que pode organizar a exploração do trabalho conforme a potencialidade produtiva do mercado e os picos de consumo. Organiza-se a produção para o mercado, não para a saúde do/a trabalhador/a, que se queda à margem das decisões patronais.

⁴⁵⁵ ILO. International Labour Organization. **Conditions of work and employment programme**. 2011.

⁴⁵⁶ Artigo 59 da Consolidação das Leis Trabalhistas.

⁴⁵⁷ A previsão legal é que as horas extraordinárias sejam remuneradas pelo menos 20% a mais do que as horas normais de trabalho, conforme o parágrafo 1º da Consolidação das Leis Trabalhistas.

Segundo Marini, a prolongação abusiva da jornada de trabalho, a qual altera a relação entre tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente, é aplicada especialmente no campo agrícola ou em setores industriais de empregados menos protegidos ou de força sindical mais débil, mas também aparece nos grandes ramos, por meio das horas extraordinárias⁴⁵⁸. Analisando a legislação laboral mexicana⁴⁵⁹ e a aplicação empírica em empresas do ramo automotor e da construção civil, Marini observou a diferença entre a jornada real de trabalho e a jornada nominal, de forma que a primeira se prolongava por meio de três mecanismos básicos: o exercício de horas extras não remuneradas ou quando a prática de horas extraordinárias se incorpora na jornada como fator regular; a manipulação dos sistemas de turnos de forma a burlar a legislação; e a extensão da jornada de trabalho nos intervalos intrajornada ou em pequenos espaços de tempo agregados antes e depois da jornada de trabalho⁴⁶⁰ que não são remunerados⁴⁶¹.

Assim, se as relações jurídicas dependentes latino-americanas se mostram menos tutelares aos trabalhadores no que tange à jornada de trabalho se comparado aos países de capitalismo central, é possível perceber que a superexploração vai além, de forma a burlar a legislação com tal frequência e intensidade que permanece como “letra morta”, para utilizar a expressão de Marx⁴⁶².

Isso é verificado quando observamos os gráficos abaixo que demonstram jornadas de trabalho reais superiores à jornada de trabalho fixada na legislação brasileira de 44 horas semanais. Os dados coletados pelo IBGE indicam que mais de 30% da população brasileira labora mais do que o fixado em lei.

⁴⁵⁸ MARINI, Ruy Mauro. **La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo**, 1981.

⁴⁵⁹ Ley Federal del Trabajo, México. Pesquisa publicada em 1983.

⁴⁶⁰ MARINI, Ruy Mauro; ARTEAGA GARCÍA, Arnulfo; SOTELO VALENCIA, Adrián. **Análisis de los mecanismos de protección al salario en la esfera de la producción**, 1983, p. 74-77.

⁴⁶¹ No Brasil não se computa a variação de 5 a 10 minutos no início ou final da jornada de trabalho. Conforme o art. 58, § 1º da CLT: “Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários”.

⁴⁶² Marx, analisando a legislação trabalhista inglesa de 1802 a 1833, tempos de grande mobilização operária, relatou que mesmo com a aprovação legislativa de cinco leis trabalhistas de aplicação compulsória, o Estado inglês não destinou “nem um centavo” para a contratação de funcionários que fiscalizassem seu cumprimento, ou seja, as leis de limite de jornada permaneceram como “letra morta” (MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital, 2013, p. 350).

Gráfico 2 - Percentual dos trabalhadores ocupados com jornada superior a 44 horas, por sexo — Brasil, 1992 a 2006.

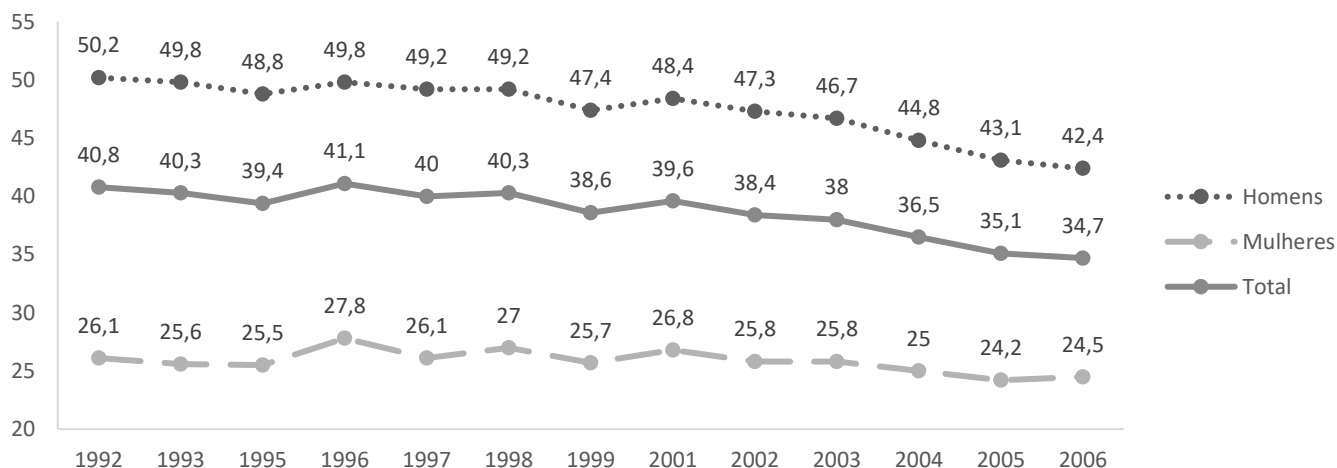
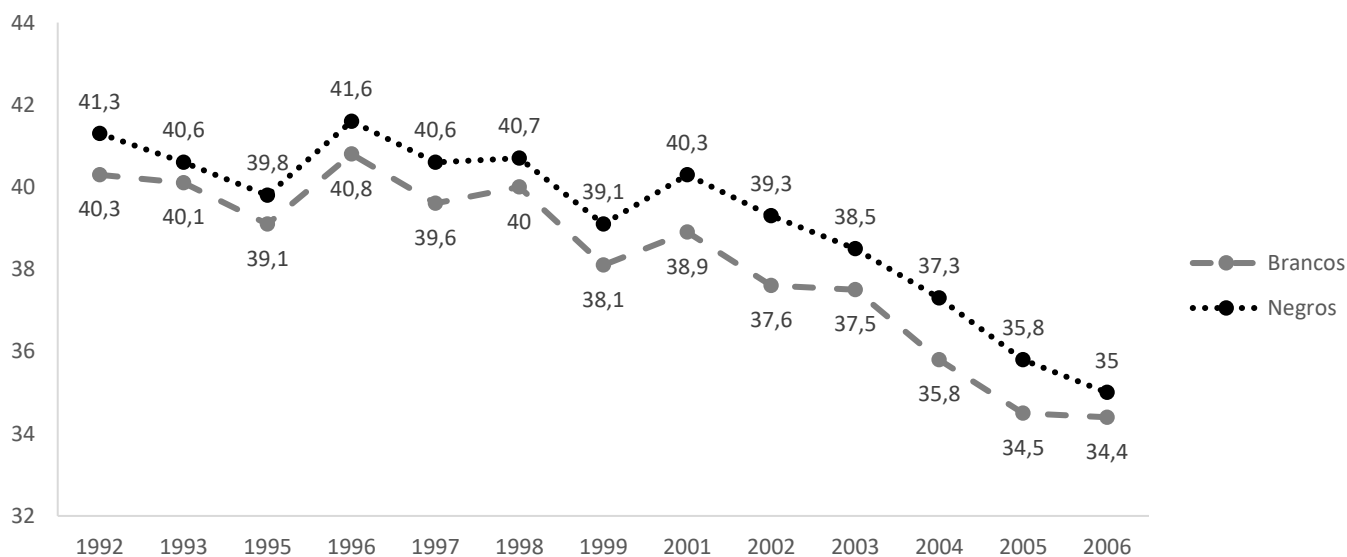
Fonte: IBGE. PNAD⁴⁶³ Elaboração: OIT⁴⁶⁴

Gráfico 3 - Percentual de trabalhadores ocupados com jornada superior a 44 horas, por cor/raça - Brasil, 1992 a 2006.

Fonte: IBGE. PNAD⁴⁶⁵ Elaboração: OIT⁴⁶⁶

⁴⁶³ Informações do gráfico: a) Inclui apenas pessoas de 16 anos ou mais; b) Não inclui a zona rural da região Norte, exceto Tocantins

⁴⁶⁴ PNUD; CEPAL; OIT. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente.**, 2008, p. 59.

⁴⁶⁵ Nota da Tabela: a) Inclui apenas pessoas de 16 anos ou mais; b) Não inclui a zona rural da região Norte, exceto Tocantins.

⁴⁶⁶ PNUD; CEPAL; OIT. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente.**, 2008, p. 59.

Outro fator que chama atenção é o número de trabalhadores que cumprem jornadas reais acima de 48 horas semanais, pelo menos 4 horas a mais do que o determinado pela legislação brasileira. Em 2008, quase 20% da população brasileira que reside nas grandes cidades laborava mais de 48 horas semanais.

Tabela 7 - Evolução da média de horas trabalhadas por semana e porcentagem de trabalhadores que trabalham mais de 44 horas e mais de 48 horas por semana, Brasil, 1992-2008.

Ano	1992	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2006	2007	2008
Média trabalhada (em horas)	42,8	42,3	42,2	42,5	41,9	42,4	41,7	41,0	40,9	41,0	40,9
Mais de 44 horas (%)	43,3	43,1	42,2	42,6	41,3	42,1	40,6	37,7	37,4	35,5	33,9
Mais de 48 horas (%)	25,7	24,5	24,3	24,9	23,7	24,4	23,1	21,1	20,9	20,3	19,2

Fonte: IBGE, Microdados da PNAD⁴⁶⁷.

É fato que houve uma diminuição significativa no número de horas trabalhadas do período neoliberal na década de 1990 ao período neodesenvolvimentista a partir de 2002. Tal digressão pode ser explicada por diversos fatores, dentre eles: as políticas de incentivo ao emprego e o aumento dos postos de trabalho; o aumento da fiscalização pelo Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério Público do Trabalho, com incrementos orçamentários e maior política de desenvolvimento e ampliação desses órgãos; mas além disso a Organização Internacional do Trabalho cita “os avanços tecnológicos nas comunicações e na informática” que viabilizaram a prática laboral fora do local de trabalho, como o trabalho em domicílio por exemplo; a demanda crescente por qualificação e o dispêndio de tempo considerável dos/as trabalhadores/as para tais atividades; o “tempo de deslocamento casa-trabalho-casa” que se amplia nas grandes cidades e regiões metropolitanas, de forma que “os indicadores tradicionais relativos à jornada de trabalho

⁴⁶⁷ OIT. **Jornada de Trabalho**, 2008, p. 2. Nota da tabela: Por motivos de comparação, os dados para 2004-2008 não incluíam a área rural da região norte, exceto Tocantins. Trabalhadores com 16 anos o mais de idade. Horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos.

talvez não sejam adequados para medir de maneira precisa esses processos, o que pode levar a uma subestimação da jornada real”⁴⁶⁸.

Também é expressiva a diferença de jornada se considerados os critérios raciais e de gênero. Há uma parcela maior de trabalhadoras e trabalhadores negros que cumprem jornadas regulares acima da permitida pela legislação, muito em razão da maior precariedade dos postos de trabalho que ocupam, predominantemente setores de elevada exploração e menor remuneração. Ou mesmo de trabalhadores/as que ocupam mais de um posto de trabalho, dois empregos, por exemplo ou o adicional do trabalho informal para complementação de renda.

Em relação ao gênero, observa-se que a jornada abusiva se aplica mais aos homens (42,4%) do que as mulheres (24,5%), “o que significa que uma em cada 4 mulheres ocupadas tinha uma jornada de trabalho — no mercado — superior à legal”⁴⁶⁹. Contudo, há fatores primordiais que não podem ser desconsiderados como é o caso da divisão sexual do trabalho que ainda imputa às mulheres uma carga excessiva e desproporcional do trabalho doméstico. O ingresso massivo no mercado de trabalho não desonerou as mulheres da carga e do tempo dos trabalhos de cuidado, limpeza, alimentação e educação familiar. Isto é, segundo o IBGE, 94% das mulheres entre os 25 e 49 anos que estão no mercado de trabalho externo também realizam os afazeres domésticos pelo tempo 4,5 vezes superior em relação aos homens de mesma idade. Desta forma, se calculados a média de horas no mercado de trabalho com a soma do trabalho doméstico as mulheres laboram 4,8 horas semanais a mais do que os homens.

Tabela 8 - Média de horas trabalhadas no mercado de trabalho e na casa, população de 16 anos ou mais de idade ocupada, por sexo, Brasil, 2013.

Sexo	Média de horas semanais no mercado de trabalho (A)	Média de horas semanais gastas com afazeres domésticos (B)	Jornada Semanal Total (A + B)
Homens	41,8h	9,8h	51,6h
Mulheres	35,7h	20,6h	56,4 h

Fonte: IBGE, Microdados da PNAD⁴⁷⁰.

⁴⁶⁸ PNUD; CEPAL; OIT. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente.**, 2008, p. 59.

⁴⁶⁹ OIT. **Jornada de Trabalho**, 2008, p. 2.

⁴⁷⁰ IBGE. **Síntese de indicadores sociais**. Uma análise das condições de vida da população brasileira, 2014, p. 148.

Sendo assim, considerando que o Brasil desenvolve sua matriz produtiva com ainda baixo nível de desenvolvimento tecnológico e que há um processo de desindustrialização em curso⁴⁷¹, a necessidade de extração e intensificação da mais-valia absoluta por meio da expansão da jornada de trabalho é questão crucial no capitalismo dependente. Como consequência, a legislação trabalhista tende a se flexibilizar, garantindo a superexploração, como é o caso da regulamentação e ampliação do banco de horas, da supressão negociada dos intervalos intrajornada de trabalho, da normalização de turnos ininterruptos de trabalho ou mesmo da elevação da jornada de trabalho. Outra questão primordial é que mesmo com a legislação que regulamenta a jornada de trabalho em vigor, seu cumprimento ainda é pouco eficaz, de modo a tornar-se apenas prescrição e não efetividade no mercado de trabalho brasileiro, evidenciado pelo fato de cerca de 1/3 da população cumprir jornadas reais acima das legais.

c) Intensificação da exploração: mais-valia relativa

Para atingir altas taxas de extração de mais-valia mediante a exploração da força de trabalho, o capitalista utiliza de recursos diversos, viu-se que o mais simples é a mais-valia absoluta derivada da expansão da jornada de trabalho para além do trabalho necessário. No entanto, tal forma de exploração é limitada, vez que há o limite do esgotamento da força de trabalho e a necessidade do tempo para a reprodução da vida do/a trabalhador/a. Para ampliar as taxas de apropriação do trabalho investe-se em mecanismos de diminuição do tempo de trabalho necessário, isto é “parte do tempo de trabalho que o/a trabalhador/a até agora utilizava para si mesmo é convertida em tempo de trabalho para o capitalista”⁴⁷², a mais-valia derivada desta redução do tempo de trabalho necessário é a mais-valia relativa⁴⁷³.

Assim sendo, a mais-valia relativa ocorre quando a jornada de trabalho é fixa, mas o tempo necessário para a produção também diminui porque aumenta a potência produtiva do trabalho; eleva-se com a cooperação e com a intensificação do ritmo do trabalho; há o aumento da mecanização o que reflete na substituição do trabalho qualificado pelo simples, na redução de salários, e na dilatação do exército de reserva gerado pelo desemprego; além disso, também se

⁴⁷¹ Segundo Claudio Katz o “parque industrial brasileiro ficou reduzido a metade da dimensão que alcançou nos anos 1980”. (KATZ, Cláudio. **Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo**, 2016, p. 22).

⁴⁷² MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital, 2013, p. 387

⁴⁷³ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital, 2013, p. 390.

qualifica pelo trabalho social através da expansão da produtividade coletiva; sendo que há diminuição absoluta do tempo de trabalho necessário⁴⁷⁴.

Nas economias dependentes há uma combinação de mais-valia absoluta e relativa para superexplorar o/a trabalhador/a, ou seja, há duas possibilidades para elevar a exploração: “aumentar o tempo de trabalho excedente (modificando ou não a jornada de trabalho), ou, sem alterar a jornada e o tempo de trabalho, elevar a intensidade do trabalho; em ambos os casos aumenta a massa de valor e mais-valia produzidas”⁴⁷⁵ Marini, contudo, ressalta que, na América Latina, o aumento da intensidade do trabalho se dá de sem que se modifique o nível tecnológico existente⁴⁷⁶, vez que as trocas desiguais implicam justamente desigualdade de desenvolvimento tecnológico.

O enfoque na intensidade do trabalho também procede não somente pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas, como também pelas atividades predominantes, a indústria extrativa e a agricultura, que demandam uso extensivo e intensivo da força de trabalho e permitem baixar a composição-valor do capital⁴⁷⁷. Isto é, há um privilégio da prolongação e intensificação da jornada de trabalho frente aos desenvolvimentos das forças produtivas técnicas, inclusive pela razão de que sempre houve um monopólio tecnológico dos países centrais, tanto pelo sistema de patentes em vigor como pelas barreiras dos altos custos de importação das máquinas necessárias para competir no mercado internacional⁴⁷⁸.

Em síntese, observa-se uma intensificação do ritmo de trabalho, na insegurança no ambiente de trabalho, na precarização das relações trabalhistas e no afrouxamento de vínculos laborais. Tais diretivas se acentuam no período neoliberal e demonstram a criação de contratos de trabalho precários e de formas flexibilizadoras que permitem a ampliação de extração de mais-valia relativa pelos capitalistas, muitas delas citadas no item 2.3.1 desta dissertação.

Pois bem, mas e no neodesenvolvimentismo? Há uma intensificação do ritmo de trabalho, a permanência no cenário anterior ou melhorias aos trabalhadores?

Em termos legislativos algumas poucas alterações devem ser citadas. No governo Lula, de início houve o pedido de retirada do PLS 5.483/2001 e do PL 4.308/1998 pelo Governo Federal ao Congresso Nacional. O primeiro autorizava a prevalência do negociado sobre o legislado e o

⁴⁷⁴ MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital, 2013, p. 579-580

⁴⁷⁵ MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**, 2011, p. 182.

⁴⁷⁶ MARINI, Ruy Mauro. **La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo**, 1981.

⁴⁷⁷ MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**, 2011, p. 149.

⁴⁷⁸ RUIZ ACOSTA, Miguel A.. **Devastación y superexplotación de la fuerza de trabajo en el capitalismo periférico: una reflexión desde América Latina.**, 2013, p. 72

segundo objetivava regulamentar e possibilitar a terceirização da força de trabalho para quaisquer atividades. Também houve a instalação da Portaria 143/2004 que revogou a Portaria 865/1995 - esta proibia o MTE de fiscalizar o conteúdo das cláusulas das convenções e acordos coletivos de trabalho, ou seja, permitiu-se legalmente uma maior atuação dos auditores-fiscais do trabalho⁴⁷⁹.

Em 2008 houve a aprovação da Lei 11.788/2008 que regulou o contrato de estágio, definindo jornada de no máximo 6 horas diárias e 30 horas semanais para estudantes de ensino médio e superior e a concessão de recesso remunerado proporcional. Neste mesmo ano também houve a concessão de benefícios fiscais para empresas que concedessem licença-maternidade de 6 meses (e não de apenas 4 meses como prevê a legislação trabalhista) por meio da Lei 11.770/2008, também se garantiu às servidoras públicas a licença-maternidade de 180 dias e a extensão da licença para mães adotantes por meio do Decreto 6.690/2008.

No ano de 2011 houve algumas modificações significativas. A Lei 12.506/2011 ampliou o direito ao aviso-prévio para o/a trabalhador/a, de forma a manter o prazo de 30 dias, mas acrescentar três dias a mais por ano trabalhado, chegando ao limite de 90 dias. Também se regulamentou o trabalho à distância por meio da Lei 12.551/2011, isto é, aqueles empregados que laboram remotamente, garantindo-se os mesmos direitos trabalhistas dos trabalhadores que laboram no local da empresa.

A Lei 12.470/2011 trouxe alterações no regime da Previdência Social. Concedeu-se incentivos, diminuindo a alíquota de contribuição do Microempreendedor Individual com rendas baixas (de até R\$ 36.000,00 anuais); ensejou que pessoas que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico na própria residência pudessem contribuir à Previdência com alíquota reduzida; para as pessoas com deficiência, determinou a possibilidade de recebimento de pensão após a morte do provedor e apenas suspende (não mais elimina) o Benefício de Prestação Continuada quando estas pessoas ingressam no mercado de trabalho.

Uma alteração crucial no panorama do trabalho foi a aprovação da Emenda Constitucional nº 72 em 2013, que garantiu às trabalhadoras e trabalhadores domésticos a equiparação de jornada de trabalho, repouso semanal remunerado e segurança em relação aos acidentes de trabalho⁴⁸⁰. Tal categoria permaneceu por décadas invisibilizada e com poucos direitos trabalhistas garantidos, o

⁴⁷⁹ GONZALEZ, Roberto; GALIZA, Marcelo; AMORIM, Bruno; VAZ, Fábio; PARREIRAS, Luiz. **Regulação das relações de trabalho no Brasil: o marco constitucional e a dinâmica pós-constituente**, 2009, p. 130.

⁴⁸⁰ SEVERO. Valdete Souza. **O atual governo e o direito do trabalho**, 2015, p. 215.

que demonstra o aprofundamento dos frutos da colonialidade do poder no Brasil e da remanescente do escravagismo, do racismo e do patriarcado.

No entanto, tais singelos avanços legislativos não ensejaram uma mudança no padrão flexibilizatório trabalhista construído na década de 1990. Nenhuma regulação de contrato de trabalho precário foi extinta, não houve mudanças e nem menções no que tange à diminuição da jornada de trabalho ou limitações para implementação do banco de horas e na prática ampliou-se os postos de baixos salários. Inclusive foram editadas diversas medidas legislativas que seguiam a mesma toada de precarização neoliberal.

A reforma previdenciária em 2003 foi o primeiro grande marco da flexibilização na seguridade social realizada pelos governos petistas voltada especialmente aos servidores públicos. A reforma extinguiu a aposentadoria integral aos novos servidores públicos; os inativos como servidores aposentados e pensionistas passaram a contribuir sobre a parcela da aposentadoria superior a R\$ 1.200 e para os novos aposentados o teto de isenção passou para R\$ 2.4000, este mesmo teto aplicou-se para descontos de 50% dos pensionistas; já os fundos de pensão, que são fundos de previdência complementar, dos futuros servidores passaram a ser fechados, públicos e com contribuição definida, isto é o beneficiário tem definido quanto tem de pagar, mas não há dimensionamento fixo de quanto passaria a receber de aposentadoria. Os servidores em exercício para ter acesso à integralidade da aposentadoria deveriam preencher três requisitos: os homens precisavam ter 60 anos de idade e as mulheres 55 anos, 35 anos de contribuição para os homens e 30 para as mulheres, e para ambos os sexos 20 anos de serviço público, 10 anos de carreira e 5 anos no último cargo. A lógica de argumentação do governo no período foi de que os servidores públicos constituíam em “segmentos privilegiados da população” e a reforma operaria a justiça social em relação aos trabalhadores celetista, ocorre que a “justiça social foi defendida a partir do nivelamento por baixo e nada foi dito quanto a melhorar a situação dos que ganham pouco”⁴⁸¹.

Naquele momento o então Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, em carta dirigida ao diretor-gerente do FMI reafirmou o compromisso do pagamento do país com a dívida pública e a regulação do setor financeiro:

⁴⁸¹ Importante destacar que houve divergências internas em relação ao Partido dos Trabalhadores presente na base do Congresso Nacional e à gestão do Executivo. “Na primeira votação realizada na Câmara de Deputados, 24 votaram com o partido (mas fizeram declaração de voto criticando a proposta e explicando que estavam votando devido à disciplina partidária), três votaram contra e oito optaram pela abstenção. Os que votaram contra, junto com a senadora Heloísa Helena (Alagoas), acabaram sendo expulsos do partido e os que se abstiveram foram suspensos”. Em: MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. **O governo Lula e a contra-reforma previdenciária**, 2004.

O governo tem avançado rapidamente no cumprimento de sua agenda para a recuperação econômica e implantação das reformas. Depois de um importante esforço para a construção de consensos, uma proposta ambiciosa de reforma tributária e previdenciária foi enviada ao Congresso antes do previsto. A política fiscal tem se concentrado na redução da dívida pública: a Lei de Diretrizes Orçamentárias, enviada ao Congresso, aumenta a meta de superávit primário de médio prazo para 4,25% do PIB. Além disso, a emenda constitucional que facilita a regulação do setor financeiro – um passo necessário à formalização da autonomia operacional do Banco Central – foi aprovada⁴⁸².

Já no ano de 2004, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar 210/2004 (transformado na Lei Complementar 123/2006)⁴⁸³, denominado Supersimples, que reduzia a contribuição do FGTS, impostos e encargos previdenciários das microempresas, dispensava a contribuição sindical o que acaba por prejudicar e diferenciar os trabalhadores contratados neste modelo empresarial⁴⁸⁴.

Em 2007 o Governo Federal criou a MP 410/2007 (transformada na Lei 11.718/2008) que possibilitou a contratação de trabalhadores rurais por prazos de até 2 meses, sem a obrigatoriedade de preenchimento da Carteira de Trabalho e Previdência Social. Também se encaminhou a MP 338/2007 (posteriormente Lei 11.603/2007) que autorizou “o trabalho aos domingos nas atividades do comércio em geral”, mediante observância da legislação municipal⁴⁸⁵.

Todavia, uma das medidas de flexibilização que mais assolou os trabalhadores nos últimos anos é “pejotização”, isto é, a fraude trabalhista em que o/a trabalhador/a reveste-se de pessoa jurídica mediante a criação de uma empresa individual de prestação de serviços, de forma a efetuar um contrato entre duas pessoas jurídicas e eximir o “empregador” dos encargos trabalhistas, como férias e adicional, décimo terceiro salário, cumprimento de jornada legal, licença-maternidade, FGTS, etc. A exacerbação desta prática se intensificou com a Lei 11.196/2005, que acaba por deslocar um contrato de trabalho para um contrato de natureza cível aos trabalhadores intelectuais ou de bens imateriais, mesmo que existam os elementos de pessoalidade e subordinação do “prestador de serviços” ao contratante. Assim, mascara e oculta ainda mais as relações de trabalho no âmbito jurídico por meio de uma pretensa igualdade formal e civil dos sujeitos contratantes,

⁴⁸² MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Carta de intenção referente à terceira revisão do acordo “stand-by” do Brasil com o FMI**, 2003.

⁴⁸³ Atualizada e modificada pela Lei Complementar 147/2014.

⁴⁸⁴ (IPEA) GONZALEZ, Roberto; GALIZA, Marcelo; AMORIM, Bruno; VAZ, Fábio; PARREIRAS, Luiz. **Regulação das relações de trabalho no Brasil: o marco constitucional e a dinâmica pós-constituente**, 2009, p. 131.

⁴⁸⁵ (IPEA) GONZALEZ, Roberto; GALIZA, Marcelo; AMORIM, Bruno; VAZ, Fábio; PARREIRAS, Luiz. **Regulação das relações de trabalho no Brasil: o marco constitucional e a dinâmica pós-constituente**, 2009, p. 131.

afastando o reconhecimento dos direitos trabalhistas que interfere inclusive na “construção da identidade social do trabalhador; fragiliza a seguridade social”⁴⁸⁶ e torna-se prática generalizada, vez que “provoca a concorrência desleal com as empresas que atuam na legalidade e que assumem os riscos inerentes à sua atividade econômica”⁴⁸⁷. Outras consequências são “o processo de dualização salarial e do mercado de trabalho com trabalhadores dentro da empresa executando as mesmas funções e recebendo valores diferenciados”⁴⁸⁸, a dificuldade de “ascensão funcional na empresa em que presta serviços”⁴⁸⁹, e a corroboração “para o processo de fragmentação da solidariedade de classe”⁴⁹⁰.

É fato que o Judiciário, o Ministério Público do Trabalho e as auditorias-fiscais do trabalho têm afastado o alcance absoluto da Lei 11.196/2005⁴⁹¹. No entanto, não há publicação de Orientação Jurisprudencial ou Súmula pelo Tribunal Superior do Trabalho que uniformize os entendimentos dos magistrados da Justiça do Trabalho, implicando insegurança e disparidades candentes aos trabalhadores que buscam o reconhecimento do vínculo empregatício judicialmente.

Todas essas formas legislativas demonstram que em geral não há um rompimento da forma jurídica neodesenvolvimentista com a neoliberal, havendo menores modificações precarizadoras do que no período anterior, mas ainda assim significativas. Cabe analisar as alterações no âmbito real das relações de trabalho, não apenas formal. Contudo, identificar as formas precarizadoras que intensificam o ritmo de trabalho não é simples, algumas variáveis podem ser elencadas como: os tipos de postos de trabalho que crescem no Brasil; a rotatividade do trabalho; o aumento da produtividade sem a contratação de mais empregados ou a manutenção da produtividade com a demissão de empregados; e, por fim, o número de acidentes de trabalho.

Em relação aos tipos de postos de trabalho criados no período neodesenvolvimentista percebe-se que houve maior formalização, mas em maior parte de empregos precários. Foram

⁴⁸⁶ BARBOSA, Attila Magno e Silva; ORBEM, Juliani Veronezi. “**Pejotização**”: precarização das relações de trabalho, das relações sociais e das relações humanas, 2015, p. 856.

⁴⁸⁷ BARBOSA, Attila Magno e Silva; ORBEM, Juliani Veronezi. “**Pejotização**”: precarização das relações de trabalho, das relações sociais e das relações humanas, 2015, p. 856.

⁴⁸⁸ BARBOSA, Attila Magno e Silva; ORBEM, Juliani Veronezi. “**Pejotização**”: precarização das relações de trabalho, das relações sociais e das relações humanas, 2015, p. 857.

⁴⁸⁹ BARBOSA, Attila Magno e Silva; ORBEM, Juliani Veronezi. “**Pejotização**”: precarização das relações de trabalho, das relações sociais e das relações humanas, 2015, p. 857.

⁴⁹⁰ BARBOSA, Attila Magno e Silva; ORBEM, Juliani Veronezi. “**Pejotização**”: precarização das relações de trabalho, das relações sociais e das relações humanas, 2015, p. 857.

⁴⁹¹ GONZALEZ, Roberto; GALIZA, Marcelo; AMORIM, Bruno; VAZ, Fábio; PARREIRAS, Luiz. **Regulação das relações de trabalho no Brasil: o marco constitucional e a dinâmica pós-constituente**, 2009, p. 131.

criados quase 20 milhões de empregos na década de 2000 no Brasil⁴⁹², contudo, a maioria esmagadora é de postos de até um e meio salário-mínimo⁴⁹³. Pesquisas do IPEA mostraram que houve um aumento de 4,7% nos trabalhadores com carteira assinada ou servidores públicos e que decaiu em 1,1% o número de trabalhadores por conta própria, em 1,6% o número de trabalhadores não remunerados e 1,6% de assalariados sem carteira de trabalho assinada⁴⁹⁴. “Esta evolução estendeu-se às regiões metropolitanas, que mostraram crescimento na participação dos trabalhadores com carteira (3,7%) e quedas generalizadas nas modalidades informais de inserção ocupacional”⁴⁹⁵.

Segundo a última PNAD realizada pelo IBGE nas grandes cidades, correspondente ao trimestre de abril/maio/junho de 2016, o número de trabalhadores empregados com carteira assinada é de 34.424 milhões de pessoas; sem carteira assinada é de 10.083 milhões de pessoas; 6.226 milhões de trabalhadores domésticos; 11.300 milhões empregados no setor público; 3.707 milhões são empregadores; 22.923 milhões de pessoas trabalham por conta própria e 2.136 milhões são auxiliares no trabalho familiar⁴⁹⁶. Destes que trabalham por conta própria não é possível extrair a porcentagem daqueles subordinados a algum empregador, mas sem vínculo empregatício, como ocorre, por exemplo, nas fraudes contratuais ou no fenômeno da “pejotização”.

Estudos do DIEESE e da CUT apontaram que em 2015 os trabalhadores terceirizados computavam aproximadamente 12,7 milhões de pessoas, significando quase 26,8% dos postos no mercado de trabalho formal brasileiro (aumento significativo comparado aos anos 2000 quando havia cerca de 3 milhões de terceirizados). Tais trabalhadores recebem remuneração 24,7% menor do que os postos diretos, laboram cerca de 3 horas a mais por semana, tem alta rotatividade (64,4% contra 33% dos diretamente contratados), além de sofrerem mais (e mais graves) acidentes de trabalho⁴⁹⁷.

⁴⁹² DIEESE. **Os números da rotatividade no Brasil: um olhar sobre os dados da Rais 2012-2013**, 2013, p. 1.

⁴⁹³ ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil**, 2014, p. 135

⁴⁹⁴ GONZALEZ, Roberto; GALIZA, Marcelo; AMORIM, Bruno; VAZ, Fábio; PARREIRAS, Luiz. **Regulação das relações de trabalho no Brasil: o marco constitucional e a dinâmica pós-constituente**, 2009, p. 129-130.

⁴⁹⁵ GONZALEZ, Roberto; GALIZA, Marcelo; AMORIM, Bruno; VAZ, Fábio; PARREIRAS, Luiz. **Regulação das relações de trabalho no Brasil: o marco constitucional e a dinâmica pós-constituente**, 2009, p. 129-130.

⁴⁹⁶ IBGE. **PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**, 2016.

⁴⁹⁷ DIEESE; CUT. **Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha**. Dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos. 2014, p. 13-15.

Tabela 9 - Condições de trabalho e terceirização, 2013.

Condições de trabalho	Setores tipicamente contratantes	Setores tipicamente terceirizados	Diferença Terceirizados/Contratante
Remuneração média (R\$)	2361,15	1776,78	-24,7
Jornada semanal contratada (horas)	40	43	7,5
Tempo de emprego (anos)	5,8	2,7	-53,5

Fonte: Rais 2013. Elaboração: DIEESE/CUT Nacional, 2014.⁴⁹⁸

Segundo Antunes, os impactos na morfologia neoliberal do trabalho neste período permanecem, como: a redução do proletariado estável e tradicional, com substituição de mão de obra flexível e desregulamentada, a terceirização; trabalho temporário e parcial (*part-time*); subcontratações; informalidade; a expansão do setor de serviços e o desemprego no setor industrial; a exclusão de jovens e idosos do mercado de trabalho, mas contraditoriamente o aumento do trabalho infantil; a expansão do trabalho feminino – atingindo cerca de 40% da força de trabalho na maioria dos países latino-americanos, com remuneração 30% menor que a força de trabalho masculino e com uma série de direitos cerceados e ocupação nos setores mais precarizados - ; e o crescimento do trabalho em domicílio com a mescla do trabalho doméstico⁴⁹⁹.

Outro ponto a ser observado na precarização e intensificação do trabalho é o índice de rotatividade dos empregados nos postos de trabalho. Segundo o DIEESE, o mercado de trabalho brasileiro sempre se caracterizou por forte movimentação contratual de admissões e demissões frequentes, no entanto, no neodesenvolvimentismo esse número cresceu, assim como o próprio mercado de trabalho⁵⁰⁰. Ocorre endemicamente no Brasil a predominância do emprego de curta duração. “Entre 2002 e 2013, cerca de 45% dos desligamentos aconteceram com menos de seis meses de vigência do contrato de trabalho, e em cerca de 65% dos casos sequer atingiram um ano completo”⁵⁰¹.

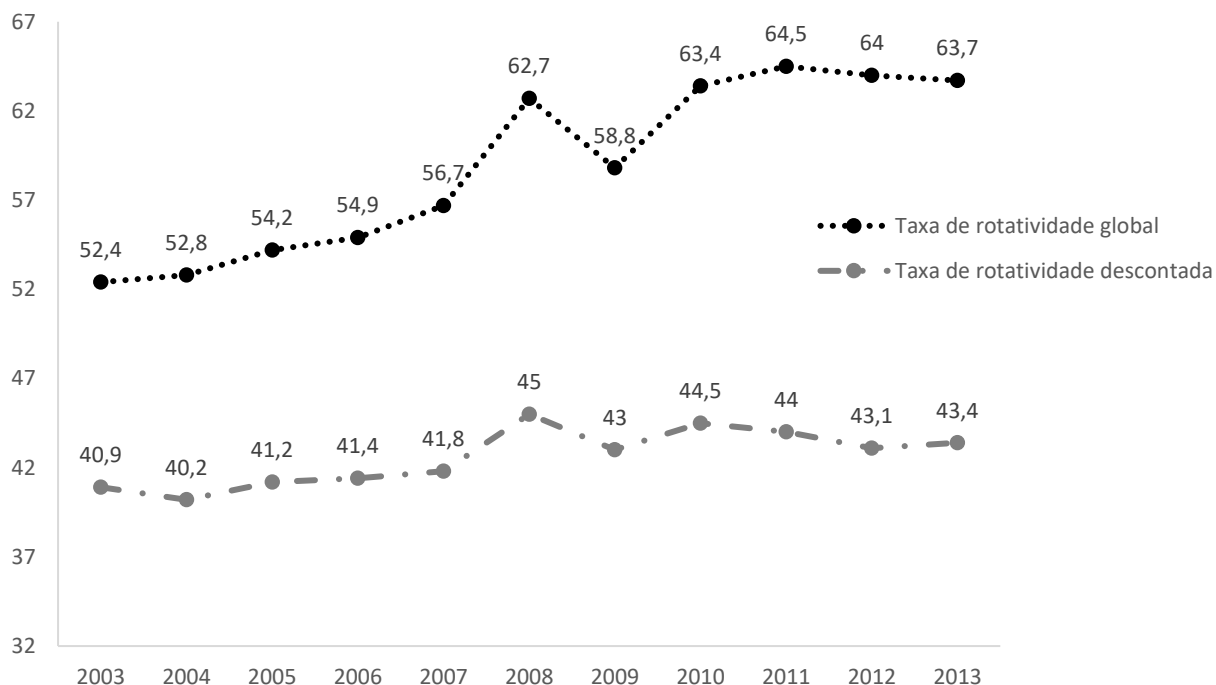
⁴⁹⁸ Nota da tabela: setores agregados segundo Class/CNAE2.0. Não estão contidos os setores da agricultura. Remuneração média em dezembro.

⁴⁹⁹ ANTUNES, Ricardo. **O Continente do labor**, 2011, p. 47-48.

⁵⁰⁰ DIEESE. **Os números da rotatividade no Brasil**: um olhar sobre os dados da Rais 2012-2013, 2013.

⁵⁰¹ DIEESE. **Os números da rotatividade no Brasil**: um olhar sobre os dados da Rais 2012-2013., 2013, p. 3.

Gráfico 4 - Taxa de rotatividade no mercado celetista Brasil - 2003 – 2013 (em %).



Fonte: MTE. Rais Elaboração: DIEESE⁵⁰² (Adaptado pela autora).

Segundo Giovanni Alves “o alto índice de rotatividade do trabalho no Brasil é um sinal da flexibilidade estrutural da força de trabalho no Brasil”⁵⁰³. Para o autor, a adoção da leniência do seguro-desemprego⁵⁰⁴, o FGTS e antecipação do aviso-prévio são pontos que alavancaram a rotatividade dos postos de trabalho brasileiros. No neodesenvolvimentismo a criação de mais postos com carteira assinada possibilitou ao mesmo tempo que mais trabalhadores pudessem ser contratados e dispensados, o que ocorre, no entanto, é que existem segmentos populacionais mais afetados com o alto grau de rotatividade no emprego, como é o caso das mulheres, negros e negras, jovens e trabalhadores poucos qualificados em geral⁵⁰⁵. A baixa permanência dos trabalhadores nos empregos implica também menores incentivos em qualificação profissional pelas empresas,

⁵⁰² DIEESE. **Os números da rotatividade no Brasil**: um olhar sobre os dados da Rais 2012-2013., 2013, p. 3. Notas do gráfico: (1) Considera todos os motivos de desligamentos (2) Exclui os desligamentos por falecimento, aposentadoria, transferência e demissão a pedido do/a trabalhador/a.

⁵⁰³ ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil, 2014, p. 69.

⁵⁰⁴ Adotada em 1986 pelo então Presidente José Sarney, por meio do Decreto Presidencial 2.283/1986.

⁵⁰⁵ ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil, 2014, p. 69.

gerando um ciclo de desqualificação → ingresso no mercado → baixo preparo e desempenho no posto → baixos salários → demissão ou dispensa.

Se observarmos comparativamente o Brasil com outros países de capitalismo desenvolvido, temos uma média bastante inferior de tempo de permanência no emprego. Enquanto Itália, França, Portugal e Alemanha tem média de 11 anos de permanência, Suécia, Finlândia cerca de 10 anos, Espanha, Hungria e Inglaterra aproximadamente 9 anos, o Brasil tem média de 5 anos⁵⁰⁶. De acordo com o DIEESE, “em 2013, 65,5% dos vínculos de trabalho encerrados no ano tiveram tempo de duração inferior a um ano completo, sendo que 30,3% não completaram três meses”⁵⁰⁷ e há pouca variação destes dados ao longo dos anos.

Outro ponto crucial na análise da intensificação do trabalho e de sua consequente precarização é o número de acidentes de trabalho e de doenças laborais que geram o esgotamento prematuro da força de trabalho⁵⁰⁸. Os dados das tabelas abaixo são alarmantes, como por exemplo, de 2008 a 2014 verificamos em torno de 700 mil acidentes de trabalho por ano analisados pelo INSS; também se registra quase 3 mil mortes de trabalhadores em acidentes de trabalho por ano e cerca de 16 mil incapacidades laborais permanentes.

De acordo com Mathias Luce o aumento do número de acidentes registrados pode se explicar por dois motivos: o primeiro é a alteração da metodologia de registros do CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) realizada pelo empregador, empregado ou sindicato que passou a incluir as aposentadorias por invalidez e doenças laborais de forma mais ampla; o segundo é que, apesar do refinamento dos registros, o Brasil intensificou o modelo de desenvolvimento calcado em setores de alto grau de exploração e desgaste do/a trabalhador/a, como é o setor automotivo, sucroalcooleiro de extração e refinamento da cana-de-açúcar e da construção civil⁵⁰⁹.

⁵⁰⁶ CHAHAD, 2007 apud ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil, 2014, p. 70.

⁵⁰⁷ DIEESE. **Os números da rotatividade no Brasil**: um olhar sobre os dados da Rais 2012-2013, 2013, p. 11.

⁵⁰⁸ LUCE, Mathias Seibel. **Brasil**: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?, 2013, p. 144.

⁵⁰⁹ LUCE, Mathias Seibel. **Brasil**: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?, 2013, p. 146.

Tabela 10 - Quantidade de acidentes do trabalho por motivo - 1991/2014.

Anos	Total	Com CAT Registrada				Sem CAT Registrada
		Total	Motivo			
			Típico	Trajetos	Doença do Trabalho	
1991	632.322	632.322	579.362	46.679	6.281	-
1992	532.514	532.514	490.986	33.299	8.229	-
1993	412.293	412.293	374.167	22.709	15.417	-
1994	388.304	388.304	350.210	22.824	15.270	-
1995	424.137	424.137	374.700	28.791	20.646	-
1996	395.455	395.455	325.870	34.696	34.889	-
1997	421.343	421.343	347.482	37.213	36.648	-
1998	414.341	414.341	347.738	36.114	30.489	-
1999	387.820	387.820	326.404	37.513	23.903	-
2000	363.868	363.868	304.963	39.300	19.605	-
2001	340.251	340.251	282.965	38.799	18.487	-
2002	393.071	393.071	323.879	46.881	22.311	-
2003	399.077	399.077	325.577	49.642	23.858	-
2004	465.700	465.700	375.171	60.335	30.194	-
2005	499.680	499.680	398.613	67.971	33.096	-
2006	512.232	512.232	407.426	74.636	30.170	-
2007	659.523	518.415	417.036	79.005	22.374	141.108
2008	755.980	551.023	441.925	88.742	20.356	204.957
2009	733.365	534.248	424.498	90.180	19.570	199.117
2010	709.474	529.793	417.295	95.321	17.177	179.681
2011	720.629	543.889	426.153	100.897	16.839	176.740
2012	713.984	546.222	426.284	103.040	16.898	167.762
2013	725.664	563.704	434.339	112.183	17.182	161.960
2014	704.136	559.061	427.939	115.551	15.571	145.075

Fonte: Boletim Estatístico de Acidentes do Trabalho - BEAT, INSS, Divisão de Planejamento e Estudos Estratégicos, DATAPREV, CAT, SUB.⁵¹⁰

⁵¹⁰ MTPS; INSS; DATAPREV. **Anuário Estatístico da Previdência Social**: Suplemento Histórico (1980 - 2014), 2014, p. 142

Tabela 11 - Quantidade de acidentes do trabalho liquidados por consequência - 1991/2014.

Anos	Total	Consequência					
		Assistência Médica	Incapacidade Temporária			Incapacidade Permanente	Óbito
			Total	Menos de 15 dias	Mais de 15 dias		
1991	677.539	114.152	538.888	334.107	204.781	19.972	4.527
1992	534.710	90.602	423.886	255.277	168.609	16.706	3.516
1993	402.832	50.329	332.498	214.682	117.816	16.895	3.110
1994	358.289	41.259	307.939	190.525	117.414	5.962	3.129
1995	414.046	51.825	343.098	222.340	120.758	15.156	3.967
1996	448.898	50.682	375.495	218.326	157.169	18.233	4.488
1997	440.281	56.431	362.712	206.608	156.104	17.669	3.469
1998	408.636	55.686	333.234	188.221	145.013	15.923	3.793
1999	420.565	54.905	345.034	204.832	140.202	16.757	3.869
2000	388.583	51.474	318.698	172.077	146.621	15.317	3.094
2001	361.468	51.686	294.991	151.048	143.943	12.038	2.753
2002	421.600	62.153	341.220	179.212	162.008	15.259	2.968
2003	427.744	61.351	350.303	194.415	155.888	13.416	2.674
2004	503.920	70.412	417.756	248.848	168.908	12.913	2.839
2005	545.703	83.157	445.409	282.357	163.052	14.371	2.766
2006	559.109	87.483	459.625	309.681	149.944	9.203	2.798
2007	681.972	97.301	572.437	302.685	269.752	9.389	2.845
2008	774.473	105.249	653.311	317.702	335.609	13.096	2.817
2009	752.121	103.029	631.927	306.900	325.027	14.605	2.560
2010	729.413	97.698	613.020	303.193	309.827	15.942	2.753
2011	741.205	102.149	619.460	312.957	306.503	16.658	2.938
2012	734.434	109.085	605.534	317.471	288.063	17.047	2.768
2013	746.608	109.595	617.142	335.538	281.604	17.030	2.841
2014	722.474	106.967	598.891	347.297	251.594	13.833	2.783

Fonte: Boletim Estatístico de Acidentes do Trabalho - BEAT, INSS. Em 1996 os dados foram extraídos do SINAP, DATAPREV, SUB, CAT. ⁵¹¹

⁵¹¹ MTPS; INSS; DATAPREV. **Anuário Estatístico da Previdência Social: Suplemento Histórico (1980 - 2014)**, 2014, p. 142.

Dado importante sobre o assunto é o quanto se investe em fiscalização das condições de trabalho como saúde, segurança e ambiente de trabalho e do cumprimento da legislação laboral em vigor no Brasil. Para que realmente o mínimo legal estabelecido seja satisfeito, necessita-se de um fomento, incentivo e ampliação dos órgãos de fiscalização nacionais, como é o caso do Ministério do Trabalho e Emprego e do quadro de funcionários auditores-fiscais do trabalho.

A expansão do número de auditores foi lenta neste período neodesenvolvimentista. Em 2007 houve o alcance de 3 mil profissionais o que ampliou “o número de trabalhadores cujos vínculos foram regularizados por conta da fiscalização, o qual, a partir de 2004, situou-se entre 670 mil e 750 mil ao ano”⁵¹². Mesmo assim, em relação que indica o quadro de auditores-fiscais do trabalho disponibilizada pelo MTE em agosto de 2016, verificou-se a composição 2526 funcionários⁵¹³, havendo novamente uma baixa de funcionários em relação as 3.644 vagas existentes.

Segundo estudos do IPEA, para que houvesse o mínimo de fiscalização das condições de trabalho decentes e a eliminação do trabalho infantil no Brasil haveria a necessidade de contratação de pelo menos 5.798 novos funcionários num período de quatro anos para além das vagas existentes⁵¹⁴. Isto demonstra que a falta de estruturação do MTE, em verdade, comprova o mascaramento das relações de exploração, com uma máquina de fiscalização deficitária, com pouco orçamento e instrumentos sancionadores inefetivos.

Tal arcabouço revela que a legislação laboral brasileira, em geral, é descumprida de forma contumaz e endêmica pelos empregadores brasileiros. Tanto é que existem estudos empíricos que comprovam que há cálculos de gestão dos empresários que incentivam o descumprimento legal. Isto é, é financeiramente mais atrativo descumprir as obrigações trabalhistas superexplorando os trabalhadores e extraíndo mais valor, e eventualmente pagar multas insignificantes em fiscalizações do MTE ou em reclamações posteriores na Justiça do Trabalho, do que se ater às normas constitucionais e dispostas na CLT. Segundo Uchimura, “O descumprimento é visto pelas empresas, através da lógica do lucro, como um risco calculado”⁵¹⁵, desenfreado uma reação em

⁵¹² GONZALEZ, Roberto; GALIZA, Marcelo; AMORIM, Bruno; VAZ, Fábio; PARREIRAS, Luiz. **Regulação das relações de trabalho no Brasil: o marco constitucional e a dinâmica pós-constituente**, 2009, p. 132.

⁵¹³ IPEA. **A necessidade de auditores-fiscais do trabalho no Brasil**: uma análise contemplando o grau de descumprimento da legislação trabalhista, 2012.

⁵¹⁴ IPEA. **A necessidade de auditores-fiscais do trabalho no Brasil**: uma análise contemplando o grau de descumprimento da legislação trabalhista, 2012, p. 22.

⁵¹⁵ UCHIMURA, Guilherme Cavicchioli. **A Justiça do Trabalho e a repetição da forma-valor**, 2016, p. 163.

cadeia das grandes às pequenas empresas que atuam semelhantemente para disputarem competitividade no mercado.

Tal fenômeno é denominado de “dumping social” por Jorge Luiz Souto Maior, isto é, uma reação em cadeia generalizada de descumprimentos trabalhistas para viabilizar a concorrência nacional, a partir de uma série de cálculos de custos, contando com a ineficácia da fiscalização, com o baixo índice de ingresso de demandas trabalhistas e com a complacência do judiciário:

Muitas vezes as lesões não têm uma repercussão econômica muito grande e os lesados, individualmente, não se sentem estimulados a ingressar com ações em juízo e nem mesmo os entes coletivos dão a tais lesões a devida importância. Outras vezes, mesmo tendo repercussão econômica palpável, muitos trabalhadores deixam de ingressar em juízo com medo de não conseguirem novo emprego, pois impera em nossa realidade a cultura de que mover ação na Justiça é ato de rebeldia. O agressor da ordem jurídica trabalhista conta, portanto, com o fato conhecido de que nem todos os trabalhadores lhe acionam na Justiça (na verdade os que o fazem sequer são a maioria). Conta, ainda, com: o prazo prescricional de 5 (cinco) anos; a possibilidade de acordo (pelo qual acaba pagando bem menos do que devia); e a demora processual. Assim, mesmo considerando os juros trabalhistas de 1% ao mês não capitalizados e a correção monetária, **não cumprir, adequadamente, os direitos trabalhistas, tornou-se entre nós uma espécie de “bom negócio”**⁵¹⁶ (grifou-se).

Do mesmo modo, Adalberto Moreira Cardoso e Telma Lage, ao estudarem empiricamente os custos do não-cumprimento da legislação trabalhista, apontam que mesmo com a sobretaxa de 50% a 100% do valor de encargos de direitos trabalhistas não pagos ao/à trabalhador/a (como férias, horas extras, intervalos e descanso semanal) e mesmo com as multas arbitradas pelo MTE ou por inquéritos, Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e ações civis públicas ajuizadas pelo MPT, estes são mecanismos insuficientes para o cumprimento da legislação laboral⁵¹⁷.

Segundo os pesquisadores, “cumprir ou não a legislação trabalhista é uma decisão racional de custo/benefício do empreendedor”⁵¹⁸. Os cálculos são baseados em hipóteses, porém em empresas maiores é sabido da existência de consultores jurídicos que avaliam os riscos e consequências financeiras do descumprimento. Torna-se mais vantajoso descumprir a legislação e pagar uma multa eventual, em caso de fiscalização e com possibilidade de contraditório administrativo e judicial, sem maiores impactos ao funcionamento do estabelecimento comercial, do que permanecer cumprindo rigorosamente a legislação laboral e perder em competitividade no

⁵¹⁶ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **O dano social e sua reparação**, 2007.

⁵¹⁷ CARDOSO, Adalberto; LAGE, Telma. **As normas e os fatos: desenho e efetividade das instituições de regulação do mercado de trabalho no Brasil**, 2007, p. 59-60.

⁵¹⁸ CARDOSO, Adalberto; LAGE, Telma. **As normas e os fatos: desenho e efetividade das instituições de regulação do mercado de trabalho no Brasil**, 2007, p. 71.

mercado. Além disso, segundo a média nacional, há a estimativa de que apenas 14% a 17% de trabalhadores que perdem seus empregos acionem a Justiça após a demissão. Destes processos ajuizados, cerca de 45% são arquivados após conciliação e acordo entre as partes, em que é comum a disponibilidade de parte do montante real devido ao/à trabalhador/a em razão da demora processual e urgência no recebimento das verbas perante o desemprego. Outros 20% das demandas são arquivadas por desistência, irregularidade processual e extintas sem julgamento de mérito pela Justiça do Trabalho. Apenas 20% das ações são julgadas parcialmente procedentes e de 2% a 3% são julgadas totalmente procedentes para os pedidos dos trabalhadores⁵¹⁹.

O judiciário, neste sentido, “não será nunca suficiente para dar vazão às inúmeras demandas em que se busca, meramente, a recomposição da ordem jurídica na perspectiva individual, o que representa um desestímulo para o acesso à justiça e um incentivo ao descumprimento da ordem jurídica”⁵²⁰.

Confirma-se, portanto, a hipótese de relações jurídicas dependentes na América Latina, com base na análise do direito trabalhista brasileiro, edificado a fim de garantir a superexploração, a partir de mecanismos que facilitam ou mesmo induzem o descumprimento de uma legislação que já é parca comparada aos mecanismos de proteção legal dos países de capitalismo central. É uma legislação de proteção débil, que por vezes se mostra apenas como letra morta. Todavia, mesmo esta frágil proteção sofre ameaça no futuro próximo de retorno ao neoliberalismo dependente puro, que visa a minar em absoluto a legislação trabalhista e a Justiça do Trabalho no Brasil, vide a pressão pela aprovação da supremacia absoluta do negociado sobre o legislado pelo governo de Michel Temer, fruto do *impeachment* ilegítimo de Dilma Rousseff em agosto de 2016.

⁵¹⁹ CARDOSO, Adalberto; LAGE, Telma. **As normas e os fatos**: desenho e efetividade das instituições de regulação do mercado de trabalho no Brasil, 2007, p. 115.

⁵²⁰ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **O dano social e sua reparação**, 2007.

CAPÍTULO III. A EXTERIORIDADE E O TRABALHO-VIVO: A POTENCIALIDADE DOS MOVIMENTOS POPULARES NO BRASIL

*O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga*⁵²¹.

Tratar da crítica da precarização do trabalho e das relações jurídicas que se formam para consolidar e garantir a superexploração na América Latina é insuficiente. A crítica somente como aporte reflexivo pouco avança em acúmulos para a superação daquilo que se critica. Em outros termos, é preciso apontar as potências de alteração da estrutura de precarização e superexploração, para não recairmos numa análise simplesmente contemplativa.

A Teoria Crítica é, para Celso Ludwig, o desvelamento do estado real das coisas e a proposição de um novo mundo, mostrando as possibilidades e potencialidades não realizadas, sempre com uma posição crítica em relação ao que já existe⁵²². Em outros termos, uma teoria crítica “tem como ponto fundamental mostrar *como as coisas realmente são* – objetivo de uma teoria -, porém a partir da perspectiva de como *deveriam ser*”⁵²³, uma potencialidade de transformação. Todavia, este pensar crítico e transformador não significa adentrar no tema da utopia, mas sim a partir de critérios reais de factibilidade, tendo como ponto de partida a própria realidade existente a que se debruça e as rachaduras ou vazões transformadoras dentro desta própria totalidade. Contudo, pensar a totalidade é pensar também em exterioridade, que implica na consideração de um “não ser” dos oprimidos, que exclui, marginaliza, objetifica e instrumentaliza povos e sujeitos através de uma estrutura da totalidade que hierarquiza e segrega⁵²⁴. Faz-se imperante, a partir da teoria crítica, pensar as potencialidades de transformação ou de contestação diante da realidade apresentada.

Neste sentido, no item 3.1 busca-se relacionar filosoficamente a categoria do trabalho vivo de Karl Marx⁵²⁵ com a categoria da exterioridade de Enrique Dussel, esboçando suas aproximações

⁵²¹ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, 2013, p. 307.

⁵²² LUDWIG, Celso Luiz. **Para uma filosofia jurídica da libertação**: paradigmas da Filosofia, Filosofia da Libertação e Direito Alternativo, 2006, p. 190.

⁵²³ LUDWIG, Celso Luiz. **Para uma filosofia jurídica da libertação**: paradigmas da Filosofia, Filosofia da Libertação e Direito Alternativo, 2006, p. 192.

⁵²⁴ DUSSEL, Enrique D. **Filosofia da Libertação: crítica à ideologia da exclusão**, 1995.

⁵²⁵ Ressalta-se aqui que as categorias econômicas marxistas trazem uma essência ético-filosófica. Foi o que pretendeu desvelar Enrique Dussel, filósofo latino-americano da libertação ao estudar a produção teórica de Marx, em especial a partir dos textos que compreendem os *Grundrisse* e fornecem uma compreensão filosófica ímpar.

das possibilidades de gestação do “novo” com base nas contradições do capitalismo dependente. O diálogo é travado a fim de possibilitar a compreensão do processo de subsunção do trabalho ao capital e sua alienação, o que implica negação da subjetividade humana, mas que também conforma bases para a afirmação de uma coletividade, a partir da exterioridade ou do trabalho vivo. Ambas as categorias como instrumentais teóricos que constroem a potencialidade de uma transformação ativa das/os trabalhadora/es afirmando-se a partir da negação do capital.

O item 3.2 objetiva concretizar a discussão filosófica dos sujeitos corpóreos do trabalho vivo ou da exterioridade brasileira, especialmente no período neodesenvolvimentista. Quais são os sujeitos que emergiram nesse contexto? Deve-se pensar uma ampliação das formas de organização política ou de reivindicação jurídica diante da emergência de novos sujeitos sociais? Como concatenar tais variados sujeitos num bloco social de diálogo? Há a possibilidade da construção de um projeto popular a partir da práxis dos movimentos populares?

Se percebemos que o Neodesenvolvimentismo foi insuficiente, ou mesmo reproduziu os processos de superexploração da força de trabalho na continuidade neoliberal, quais seriam as alternativas políticas e jurídicas a este modelo? Há necessariamente uma resposta jurídica? Ela se coloca em qual âmbito? São questões que aparecem no item 3.3, apresentando a proposta da observação do fenômeno jurídico e das relações jurídicas dependentes brasileiras a partir da insurgência popular mediante a análise concreta das táticas e da estratégica de luta e resistência dos movimentos populares perante a superexploração da força de trabalho.

O objetivo deste capítulo está distante de respostas ou de precisões, mas traz sinalizações breves da alteração das lutas por libertação a partir do trabalho na América Latina, em especial no Brasil, no cenário neodesenvolvimentista. Além da problematização de desafios para um projeto político e jurídico lançado neste período pelos sujeitos que encampam críticas e reivindicações no campo popular.

3.1. A classe e os movimentos populares: da exterioridade ao trabalho vivo

*Mas ainda viro este mundo
Em festa, trabalho e pão
Virado será o mundo
E viramundo verão
O virador deste mundo
Astuto, mau e ladrão
Ser virado pelo mundo
Que virou com certidão
Ainda viro este mundo
Em festa, trabalho e pão*⁵²⁶

A resistência frente à superexploração da força de trabalho na América Latina perpassa necessariamente pelos sujeitos individuais e coletivos que encampam lutas de resistência ao modelo de capitalismo dependente e que carrega a colonialidade do poder em seu seio. Não há como esboçar a crítica ao sistema sem apontar, ainda que brevemente, a exterioridade latino-americana a partir dos movimentos populares que resistem à precarização do trabalho em suas várias facetas, em especial quanto aos recortes de classe, raça e gênero. Outrossim, além de resistirem, lutam, sonham e constroem efetivamente novos espaços e campos que emergem como projetos e utopias em contraposição à alienação, à exploração e à dominação, ainda que inevitavelmente partam das contradições do capitalismo periférico.

Para esboçar os projetos dessas novas formas de construção social no mundo do trabalho faz-se necessário resgatar e costurar duas categorias filosóficas essenciais para pensar a potencialidade de uma emergência popular. São elas o trabalho-vivo, de Karl Marx, e a exterioridade, de Enrique Dussel. Posteriormente, identificar-se-ão sujeitos a partir destas categorias que se apresentam como potencialidades transformadoras. Contudo, neste primeiro ponto é preciso apontar a classe como potência central na luta pela libertação do capitalismo dependente, ainda que se problematize qual é a corporalidade desta classe, seu rosto e as demais implicações para além da contradição *capital x trabalho*.

As classes são identificadas no interior das totalidades produtivas por meio de relações de dominação e controle social. Para Dussel, a consideração de classe se apresenta como um bloco social, um grupo de pessoas cuja função estrutural é determinada pelo processo produtivo, na

⁵²⁶ Gilberto Gil, *Viramundo*, 1979.

divisão e apropriação do trabalho e de seus frutos⁵²⁷. As classes oprimidas, ou seja, aquelas em que o trabalho é desapropriado, alienado, são “exteriores” ao próprio capital, ao sistema como totalidade. Sua presença é essencial para a engrenagem capitalista, mas sua inserção é meramente produtiva, escravizada a um modelo produtivo de dominação do humano pelo humano e do humano pelo trabalho explorado.

Portanto, no capitalismo, em que há a separação de quem trabalha (as forças produtivas) dos meios de produção (equipamentos e matéria-prima), consolida-se a exploração da força de trabalho e a forma assalariada da remuneração do/a trabalhador/a, vez que a única propriedade que o/a trabalhador/a possui é a sua própria força de trabalho, a capacidade ou potencialidade de trabalhar. O processo de produção capitalista subsume a força de trabalho e a transforma em trabalho objetivado, ou seja, objetifica o trabalho em um produto, um elemento de satisfação da necessidade humana. Só que o trabalho no capitalismo não é puramente objetivo. É, para além disso, trabalho alienado, na medida em que o/a trabalhador/a vende sua força de trabalho ao capital e junto com ela tem sua própria subjetividade alienada.

Marx cria a categoria de trabalho abstrato justamente para caracterizar essa forma histórica e social do capital⁵²⁸. O trabalho além da sua forma útil, que é aquela para satisfação das necessidades humanas e criador de valor de uso, também assume a forma de trabalho abstrato, que produz o valor e a sua forma, o valor de troca, no capitalismo⁵²⁹.

O trabalho alienado é, portanto, pobreza absoluta, como plena exclusão da riqueza objetiva dos trabalhadores por meio da cisão entre a produção e a propriedade do trabalho objetivado gerado. Assim, a concepção de alienação no trabalho de Marx situa-se em várias dimensões: 1) a relação do/a trabalhador/a com o produto de seu trabalho, que lhe é alheio e exerce poder sobre ele; 2) a relação do/a trabalhador/a com a própria atividade de trabalhar, que não lhe pertence, que é sofrimento, impotência; 3) a alienação da natureza, um afastamento de seu próprio corpo; 4) a alienação do produto de seu trabalho, alienando-se dos outros humanos, em que as próprias relações são instrumentalizadas.

Não há, então, uma afirmação no trabalho no capitalismo, um descobrimento de suas potencialidades, mas infelicidade, a existência acaba abstrata, desrealizada pela perda das relações

⁵²⁷ LUDWIG, Celso Luiz. **Para uma filosofia jurídica da libertação**: paradigmas da Filosofia, Filosofia da Libertação e Direito Alternativo, 2006, p. 212.

⁵²⁸ CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital: essência e aparência**, 2011, p. 42.

⁵²⁹ MARX, Karl. **O Capital, Livro I**, p. 160.

carnais consigo e com o ambiente. O princípio da vida genérica que é o trabalho vê-se rebaixado à categoria de meio de satisfação de interesses individuais⁵³⁰.

Mas há alguma potencialidade do trabalho humano que esteja para além do trabalho subsumido pelo capital, ainda que nesta sociedade? Como pensar numa categoria filosófica que demonstre a subjetividade viva do/a trabalhador/a, que é negatividade ao capital, mas positividade ao se afirmar como potência? Marx cria a categoria do trabalho vivo, que não é de modo algum uma forma simples de explicação da realidade, mas sim uma categoria complexa de cunho político-filosófico. É nos *Grundrisse*, um dos manuscritos econômicos que antecederam *O Capital*, que o trabalho vivo aparece com intensidade, sendo pouco mencionado nas obras posteriores.

A fim de explicar sua relevância na obra marxiana, é imprescindível retomar essa extensa passagem que demonstra a riqueza teórica do autor sobre a categoria trabalho vivo:

A separação da propriedade do trabalho aparece como lei necessária dessa troca entre capital e trabalho. O trabalho, posto como o não capital enquanto tal, é: 1) trabalho não objetivado, concebido negativamente (no entanto objetivo; o próprio não objetivo em forma objetiva). Enquanto tal, o trabalho é não matéria-prima, não instrumento de trabalho, não produto bruto: trabalho separado de todos os meios e objetos de trabalho, separado de toda sua objetividade. O trabalho vivo existindo como abstração desses momentos de sua real efetividade (igualmente não valor): **esse completo desnudamento do trabalho, existência puramente subjetiva, desprovida de toda objetividade. O trabalho como a pobreza absoluta: a pobreza não como falta, mas como completa exclusão da riqueza objetiva.** Ou ainda, como o não valor existente e, por conseguinte, valor de uso puramente objetivo, existindo sem mediação, tal objetividade só pode ser uma objetividade não separada da pessoa: apenas uma objetividade coincidente com sua imediata corporalidade. Como é puramente imediata, a objetividade é, de maneira igualmente imediata, não objetividade. Em outras palavras: não é uma objetividade situada fora da existência imediata do próprio indivíduo. 2) Trabalho não objetivado, não valor, **concebido positivamente, ou negatividade referida a si mesma, ele é a existência não objetivada, logo, não objetiva, i.e., a existência subjetiva do próprio trabalho. O trabalho não como objeto, mas como atividade; não como valor ele mesmo, mas como a fonte viva do valor.** A riqueza universal, perante o capital, no qual ela existe de forma objetiva como realidade, como possibilidade universal do capital, possibilidade que se afirma enquanto tal na ação. Portanto, de nenhuma maneira se contradiz a proposição de que o trabalho é, por um lado, a pobreza absoluta como objeto e, por outro, a possibilidade universal da riqueza como sujeito e como atividade, ou, melhor dizendo, essas proposições inteiramente contraditórias condicionam-se mutuamente e resultam da essência do trabalho, pois é pressuposto pelo capital como antítese, como existência antitética do capital e, de outro lado, por sua vez, pressupõe o capital.⁵³¹ (grifos nossos).

⁵³⁰ RENAULT, Emmanuel. *Trabalho alienado e filosofia da prática*, 2011, p. 143-151.

⁵³¹ MARX, Karl. *Grundrisse*, 2011, p. 364-365.

Ao observar a citação anterior é possível identificar a categoria do trabalho vivo baseada em dois pilares: um negativo e outro positivo. O negativo porque trabalho vivo é aquilo que ainda não foi objetivado, é apenas a subjetividade do/a trabalhador/a, sendo que no capitalismo como o/a trabalhador/a é separado/a do resultado de seu trabalho, o trabalho vivo seria a completa pobreza, a negação da riqueza do trabalho produzida pelo/a próprio/a trabalhador/a. Contudo, se considerarmos o aspecto positivo do trabalho vivo vemos que o trabalho vivo também é a fonte viva criadora de valor, isto é, uma potencialidade viva de riqueza.

Em outras palavras, a subjetividade do/a trabalhador/a é a fonte criadora do valor e de toda a riqueza possível. O trabalho vivo só existe no sujeito vivo. A mercadoria, o dinheiro e o capital são valor, trabalho objetivado, enquanto o trabalho vivo não é valor, é criador de valor⁵³². E é a partir desta categoria que Enrique Dussel afirma já existir em Marx a questão da “exterioridade”.

Para Dussel, o primeiro momento torna o/a trabalhador/a um “nada” ao capital, é o não-valor, e só se torna algo para o capital quando se coloca em movimento, quando trabalha. A corporalidade do/a trabalhador/a é pura negatividade⁵³³. Já o momento positivo é uma afirmação da exterioridade, “o exterior, a alteridade do trabalho não objetivado, o outro do capital afirma a si mesmo como ‘fonte criadora do valor’”⁵³⁴, como potência ao capital.

Segundo Dussel, o trabalho vivo é o ponto de partida de Marx, sendo a categoria mais simples e o princípio mais abstrato e real da teoria marxiana, o que permite uma crítica ao capital como realidade efetiva. O trabalho vivo é a própria exterioridade do capital, está além do capital, é transcendental a ele, mas também é o que permite de fato realizar a crítica à totalidade do valor, ao capitalismo em si⁵³⁵.

Também é mediante o resgate do trabalho vivo, da passagem do ser humano de ferro ao ser humano de carne e osso, concreto, em que há uma possibilidade de desfetichização do capital. É o ser humano sempre o ponto de partida crítico da teoria antropocêntrica marxista, sendo a condição de todo o trabalho objetivado e da produção de valor e riquezas⁵³⁶. Mas além de ser uma crítica especificamente da economia capitalista, o trabalho vivo é a crítica transcendental de todo o trabalho objetivado em qualquer economia, é subjetividade humana sem valor. Enquanto houver a

⁵³² DUSSEL, Enrique. **Hacia un Marx desconocido**. Un comentario de los Manuscritos del 61-63, 1988, p. 57.

⁵³³ DUSSEL, Enrique. **A produção teórica de Marx: um comentário aos Grundrisse**, 2012, p. 138.

⁵³⁴ DUSSEL, Enrique. **A produção teórica de Marx: um comentário aos Grundrisse**, 2012, p. 139.

⁵³⁵ DUSSEL, Enrique. **Hacia un Marx desconocido**. Un comentario de los Manuscritos del 61-63 1988, p. 293.

⁵³⁶ DUSSEL, Enrique. **Hacia un Marx desconocido**. Un comentario de los Manuscritos del 61-63, 1988, p. 295-296.

dissociação da apropriação do trabalho objetivado e do trabalho vivo, como sua fonte criadora, haverá o momento da crítica.

Neste sentido, o trabalho vivo é o/a próprio/a trabalhador/a, é o *outro* do capital, que em sua coletividade forma uma classe trabalhadora, que é, por sua vez, *outra* em relação à classe capitalista⁵³⁷.

O/a trabalhador/a é obrigado/a a vender seu trabalho vivo em troca de salário à classe burguesa⁵³⁸, “de ‘nada’ exterior ou alteridade não objetivada, passa agora a ser uma subjetividade possuída, cujo trabalho em potência deixou de ser do trabalhador. Nisso consiste a dissociação entre a propriedade e o trabalho”⁵³⁹. A alienação, portanto, é essa absorção do/a trabalhador/a na lógica do capital, é a negação da alteridade do proletário. Todas as formas são reificadas em mercadorias e o “caráter social” dos indivíduos está fundado no valor de troca, tendo o sujeito duas funções: a produção de mercadorias e sua compra como consumidor⁵⁴⁰.

Além da exterioridade abstrata através da apropriação do trabalho⁵⁴¹, o/a trabalhador/a não empregado/a, que não vende sua força de trabalho está ainda mais marginalizado/a, mais exterior ao sistema do capital, mas é necessário para o controle do tempo e da força excedente de trabalho. Assim, “todo trabalhador é ‘potencialmente um pobre’, um desocupado, parte do ‘exército industrial de reserva’”⁵⁴².

Entretanto, ao tomar-se consciência de classe e de sua exterioridade, é preciso negar o sistema que torna exterior o trabalho vivo, é preciso afirmar-se como tal, como alteridade do trabalho não objetivado, como fonte viva do valor⁵⁴³. A classe, mediante organização e conscientização, constitui um sujeito coletivo e histórico, propulsor de transformação, porém só o é quando identifica sua colocação na exterioridade, quando se afirma mediante o reconhecimento de sua negação pelas classes dominantes. A exterioridade dos oprimidos consiste “na reserva real

⁵³⁷ DUSSEL, Enrique. **A Produção Teórica de Marx**: Um comentário aos Gundrisse, 2012, p. 322.

⁵³⁸ DUSSEL, Enrique D. **Filosofia da Libertação: crítica à ideologia da exclusão**, 1995, p. 68

⁵³⁹ DUSSEL, Enrique D. **Filosofia da Libertação: crítica à ideologia da exclusão**, 1995, p. 144

⁵⁴⁰ DUSSEL, Enrique D. **Filosofia da Libertação: crítica à ideologia da exclusão**, 1995, p. 336.

⁵⁴¹ Dussel divide a exterioridade do/a trabalhador/a em três eixos principais: a exterioridade por anterioridade histórica; a exterioridade abstrata essencial e a exterioridade post festum (pauper). Em: DUSSEL, Enrique D. **A Produção Teórica de Marx**: Um comentário aos Gundrisse, 2012.

⁵⁴² DUSSEL, Enrique D. **A Produção Teórica de Marx**: Um comentário aos Gundrisse, 2012, p. 323.

⁵⁴³ DUSSEL, Enrique D. **A Produção Teórica de Marx**: Um comentário aos Gundrisse, 2012, p. 139.

atual que o povo mantém através de um existir com alteridade, num sistema caracterizado pela dominação eticamente injusta”⁵⁴⁴.

O momento positivo é o de afirmação da vida, sendo esta vida entendida como a origem de todo o valor e riqueza, daí sua positividade, a subjetividade do/a trabalhador/a, a pessoa, sua corporalidade, o trabalho vivo, é a fonte de toda a riqueza, o trabalho é a fonte da vida, “uma objetividade não separada de sua pessoa, somente uma objetividade que coincide com sua imediata corporalidade”. É a partir dessa positividade que podemos compreender agora a primeira negação como “alienação ontológica”, isto é, como um pressuposto do capital é o fato de as pessoas viventes serem privadas das riquezas que suprem as necessidades humanas de vida se elas são, justamente, a fonte das riquezas: o trabalho como pobreza, isto é, absoluta negatividade.

O “ser” em sua exterioridade não tem nada além de sua corporalidade pessoal vivente, sua materialidade empírica. A subsunção do processo de trabalho é o conceito que descreve a alienação como negação real para além da ideológica: “a pessoa do trabalhador é colocada como meio e o meio (processo de valorização do capital) como fim”:

O conceito de “subsunção” indica o momento ético por excelência da ‘alienação’ ou ‘transubstanciação’ – (...) – do trabalho vivo como trabalho assalariado (a totalização a partir da exterioridade da subjetividade do trabalhador), negação originária da vítima do capital, como in-corporação (intra-totalização) da ‘exterioridade’ do trabalho vivo na ‘totalidade’ do capital.⁵⁴⁵

O valor é vida humana feita realidade, é a partir daí que Marx elabora a essencial categoria “mais-valia”, não sendo apenas um “valor” produzido, mas um “valor-não-pago”, a vítima sofre em seu não-pagamento todas as riquezas acumuladas pelos capitalistas beneficiários do sistema de eticidade vigente:

O tema da mais-valia permite ‘situar’ dentro do sistema das categorias da economia política burguesa o ‘lugar’ onde se produz a ‘morte’ da vítima, de maneira essencial, abstrata, iniludível para a argumentação racional científica de sua época (e válida para a nossa).⁵⁴⁶

⁵⁴⁴ LUDWIG, Celso Luiz. **Para uma filosofia jurídica da libertação**: paradigmas da Filosofia, Filosofia da Libertação e Direito Alternativo, 2006, p. 216.

⁵⁴⁵ DUSSEL, Enrique D. **Ética da libertação**: na idade da globalização e da exclusão, 2012, p. 327

⁵⁴⁶ DUSSEL, Enrique D. **Ética da libertação**: na idade da globalização e da exclusão, 2012, p.327

É nesse sentido que Marx pretende afirmar que a economia, embora pareça ter apenas um aspecto mundano, é uma *ciência moral*, a mais moral de todas as ciências. A acumulação como trabalho não-pago é passível agora de juízo crítico-ético negativo pela comunidade das vítimas, o capital tomado a partir da reprodução da vida dos operários é ineficaz para produzir a vida de suas vítimas.

A partir de então pode-se buscar outra “validade” para além da “validade do sistema de dominação”. A busca por essa “nova validade” é justamente o exercício criativo, imaginativo e racional, de construção de alternativas ao sistema capitalista vigente.

Já a percepção de Dussel acerca da totalidade deriva das construções de Emmanuel Levinas, para quem a exterioridade é a exclusão do outro numa totalidade. Os *outros* são as vítimas do sistema político vigente porque não podem viver plenamente⁵⁴⁷. O “outro” é conceituado a partir uma forma de exterioridade histórica, concreta, não meramente metafísica ou cósmica, mas inclui a relação homem-natureza⁵⁴⁸. É a existência e manifestação do *Outro* num dado horizonte da realidade, partindo sempre da vida concreta dos sujeitos.

Apesar de o oprimido ser fundamento da própria existência da totalidade e das relações de poder, através da *alteridade* busca-se uma lógica da libertação exterior à totalidade vigente, um novo lugar. Por isso, não é uma teoria simplesmente da *emancipação*, não se situa no interior da totalidade opressora, terá indispensavelmente que se fundar como nova pelos oprimidos, romper brutalmente com a injustiça⁵⁴⁹.

A potencialidade dos movimentos populares, em Dussel, é justamente a *vontade-de-viver* dos oprimidos, gerada por uma exclusão ou negação, que se transforma em “impulso vital extraordinário”⁵⁵⁰, e recoloca a exterioridade na história, pois a partir de suas lutas deixa de ser o *nada* ao capital e irrompe em afirmação⁵⁵¹. É a potência que pode “mover, arrastar, impulsionar” para garantir a sobrevivência. A vontade-de-vida do povo⁵⁵² é que conforma o conteúdo e a motivação do poder⁵⁵³, sendo, portanto, sua determinação material fundamental⁵⁵⁴.

⁵⁴⁷ DUSSEL, Enrique. **20 teses de política**, p. 98.

⁵⁴⁸ DUSSEL, Enrique D. **Filosofia da libertação**, 1977, p. 114

⁵⁴⁹ LUDWIG, Celso Luiz. **Para uma filosofia jurídica da libertação**: paradigmas da Filosofia, Filosofia da Libertação e Direito Alternativo, 2006, p. 175.

⁵⁵⁰ DUSSEL, Enrique. **20 teses de política**, 2007, p. 26.

⁵⁵¹ DUSSEL, Enrique. **20 teses de política**, 2007, p. 98.

⁵⁵² Delineado no ponto 3.3 deste trabalho.

⁵⁵³ Dussel denomina como *potentia* a capacidade popular de desenvolver o genuíno poder político, o qual pode ser delegado à *potestas*, o poder político institucional. DUSSEL, Enrique. **20 teses de política**, 2007, p. 32.

⁵⁵⁴ DUSSEL, Enrique. **20 teses de política**, 2007, p. 26.

Neste sentido, a exterioridade se coloca como negação originária empírica das vítimas, gerando o sofrimento como efeito da dominação, exclusão ou exploração; mas também se põe como afirmação por meio da luta pelo viver bem dos oprimidos, numa negação da negação de sua vida pelo capital e na afirmação de outro modo de viver coletivo e baseado na alteridade⁵⁵⁵.

Todavia, como viu-se, a exterioridade dos trabalhadores e das trabalhadoras latino-americanas tem especificidades e seria simplista apenas referir-se à classe de modo homogêneo ou desconsiderando recortes fundamentais, como a questão racial e a formação patriarcal do Estado dependente. Além disso, vê-se a mudança de potenciais sujeitos críticos e transformadores a depender também das mudanças no seio das relações de produção.

Se há alterações no cenário dependente do capitalismo periférico e mudanças significativas em relação ao panorama econômico e político latino-americano, isso também se reflete nas formas de organização social, de denúncia e de reivindicações. Cabe, pois, esboçar os novos sujeitos sociais que emergem nesse panorama e as articulações a partir dos movimentos populares na consolidação de um bloco popular de libertação brasileira e quiçá latino-americana.

3.2. Os novos sujeitos no Neodesenvolvimentismo: a transversalidade dos movimentos populares e descoloniais.

*Quiero una huelga donde vayamos todos.
Una huelga de brazos, piernas, de cabellos,
una huelga naciendo en cada cuerpo*⁵⁵⁶.

Neste último período neoliberal e em especial com o viés neodesenvolvimentista, novas formas de organização social foram percebidas, muito em razão da reestruturação produtiva e das formas de gestão e flexibilização do trabalho. Essas novas formas de organização serão aqui percebidas como movimentos sociais, passando de uma perspectiva análise dos “velhos” movimentos sociais - como é vislumbrado o movimento sindical - para a abrangência dos chamados “novos movimentos sociais”, considerados como aqueles que reivindicam e pensam pautas antes

⁵⁵⁵ DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**: Na idade da globalização e da exclusão, 2012, p. 308.

⁵⁵⁶ Gioconda Belli, **Huelga**, 1976.

não abordadas pelo tradicional movimento sindical, como questões identitárias, relacionadas à terra ou ao território, ambientais, etc⁵⁵⁷.

Fato é que a emergência dos denominados “novos movimentos sociais” também resguarda relação com o mundo do trabalho e o deslocamento de demandas ou de novas possibilidades de articulação social a depender dos espaços táticos e estratégicos de atuação popular em determinado momento histórico. Frisa-se também que não há contradição ou oposição entre os “velhos” e “novos” movimentos sociais, mas sim complementariedade, oscilação e rearticulação⁵⁵⁸ com base em novos cenários objetivos e subjetivos colocados. Isto é, se forjam com base no grau de desenvolvimento das relações sociais, nos momentos históricos e na tomada de consciência de determinadas questões candentes à esta época e ao lugar de exploração, opressão ou dominação.

Na década de 1990, por exemplo, assistiu-se a um desmonte das organizações sociais populares frente à ofensiva neoliberal que estava colocada. O avanço sobre as parcas conquistas dos trabalhadores brasileiros no momento de organização pré-constituente de 1987 e com a flexibilização da legislação trabalhista e o enfraquecimento dos sindicatos e da classe trabalhadora em geral, foi determinante para o arrefecimento do embate popular organizado e para a reconfiguração dos movimentos sociais neste período. Tanto é que é neste momento em que há a eclosão de ONGs (Organizações Não Governamentais) ou estratégias de atuação em Redes, sem necessariamente ter a consolidação na base popular, sendo uma espécie de interlocutores entre o Estado e demandas aparentes da sociedade civil na reivindicação de políticas públicas⁵⁵⁹. Ademais, não realizam embates e manifestações importantes que os movimentos sociais populares trazem. Neste momento, o sindicalismo também foi tomado por vertentes neoliberais⁵⁶⁰ ou de diálogo com a socialdemocracia por meio de acordos, convênios, parcerias e apoios financeiros com as entidades patronais e o governo⁵⁶¹.

Com a eleição de Lula, especialmente após o seu segundo mandato que inaugura o período neodesenvolvimentista propriamente dito, as lutas sindicais dos movimentos populares tradicionais se alteram significativamente. Com a Lei 11.648/2008, aprovou-se o financiamento das centrais

⁵⁵⁷ GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais**, 2016, p. 569.

⁵⁵⁸ PAZELLO, Ricardo Prestes. **Direito insurgente e movimentos populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito**, 2014, p. 32.

⁵⁵⁹ GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais**, 2016, p. 571.

⁵⁶⁰ Exemplificadas na eclosão da central sindical “Força Sindical”. Já a CUT é um exemplo de inflexão socialdemocrata por parte de setores em seu interior.

⁵⁶¹ ANTUNES, Ricardo. **A “engenharia da cooptação” e os sindicatos no Brasil recente**, 2011, p. 2.

sindicais com parte do recurso da contribuição sindical, expandindo o número das centrais no Brasil. Além da CUT (Central Única dos Trabalhadores), passaram a existir a Força Sindical, a CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), a UGT (União Geral dos Trabalhadores), a CSP CONLUTAS (Central Sindical e Popular), a INTERSINDICAL (Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora), a CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros), a NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores), a CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil), a CBDT (Central Brasileira Democrática dos Trabalhadores), a Central Unificada dos Profissionais Servidores Públicos do Brasil, a UST (União Sindical dos Trabalhadores) e a Central Pública. A expansão abrupta do número de centrais também revelou o caráter contraditório e ambíguo dos governos petistas, mediante o amplo leque de apoios pouco críticos e oposições à direita e à esquerda do governo⁵⁶². Essa ampliação de entidades de organização de cúpula sugere dois aspectos interessantes: se é uma forma de organização que almeja uma disputa das bases sindicais, gerando movimentação e articulação nacional de trabalhadores; de outra banda implica a acomodação e alinhamento ao governo de algumas centrais, também influenciadas pela legislação de financiamento por meio de parte do imposto sindical⁵⁶³.

Armando Boito Jr, Andréia Galvão e Paula Marcelino reafirmam as contradições que este período trouxe para a luta sindical. Se de um lado pode-se dizer que houve expansão do número de greves em relação à década de 1990, de outro não se pode afirmar que houve avanço qualitativo organizado de tais lutas. Isto é, houve lutas populares e operárias, mas que permaneceram acomodadas politicamente, representando mais reivindicações econômicas do que políticas. O governo petista “manteve e reformou o neoliberalismo, contribuiu para que essas lutas se mantivessem confinadas no nível reivindicativo e localizado, desviando-se do objetivo de uma luta política geral contra o próprio modelo neoliberal”⁵⁶⁴.

Conforme dados do DIEESE, houve aumento considerável do número de greves de trabalhadores no último período, com eclosão em 2013, em que se percebeu a movimentação de 2.050 greves. Vê-se um refluxo da movimentação paredista no início da década de 2000 e uma explosão em 2012 e 2013. Segundo o departamento intersindical, neste ano houve uma ampliação

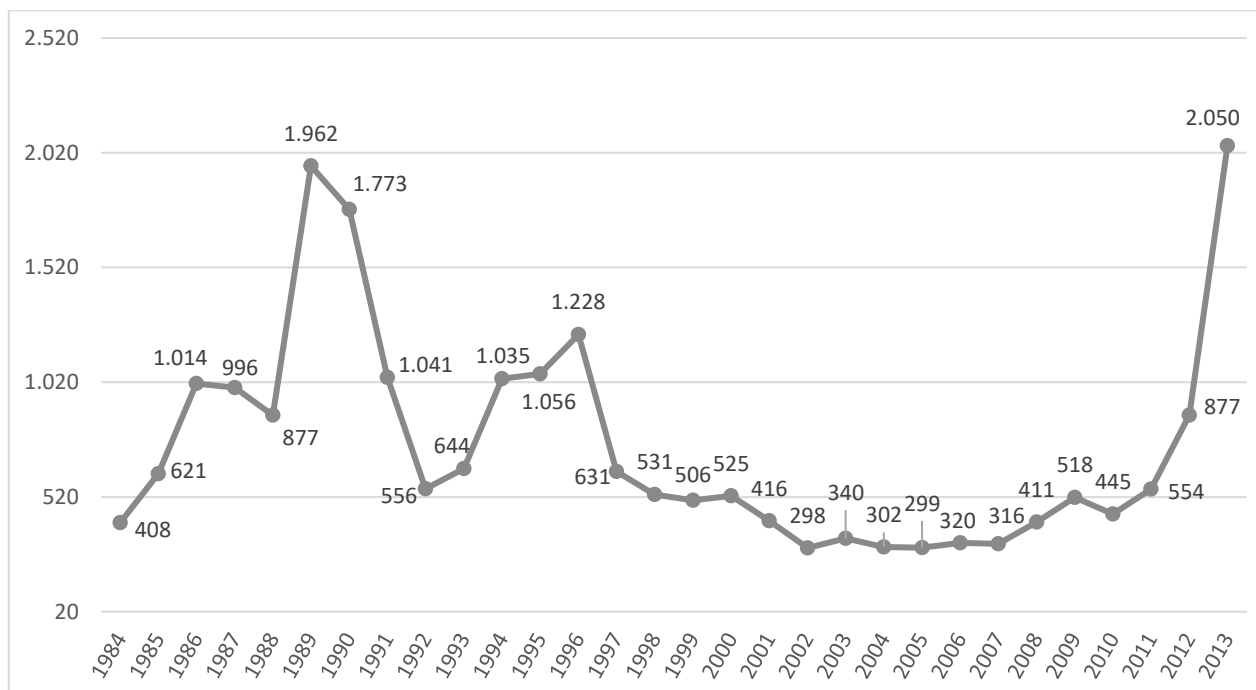
⁵⁶² GALVÃO, Andréia. **A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula**, 2012, p. 189-223.

⁵⁶³ BOITO JR, Armando; GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula. **Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000**, 2009, p. 45.

⁵⁶⁴ BOITO JR, Armando; GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula. **Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000**, 2009, p. 36-37.

das categorias que tradicionalmente entram em greve como os bancários, metalúrgicos, trabalhadores da construção civil e da educação⁵⁶⁵ para categorias não usuais no grevismo, como é o caso de trabalhadores da “indústria da alimentação, da limpeza urbana, vigilantes privados e funcionários das redes municipais de segurança pública”⁵⁶⁶.

Gráfico 5 - Número de Greve de Trabalhadores no Brasil (1984-2013).



Fonte: DIEESE, 2015.

As pautas que mais mobilizaram neste período foram o reajuste salarial, em primeiro lugar, as reivindicações relacionadas à alimentação, às melhorias nas condições de trabalho e o cumprimento ou implementação do plano de cargos e salários. Em geral, as pautas propositivas com ampliação de direitos permaneceram inferiores (57%) em comparação às reivindicações

⁵⁶⁵ Aqui se pode relembrar Bernard Edelman, em “A legalização da classe operária”, em que afirma que a greve também é instrumento de troca, de contrato, à medida em que fazer greve torna-se praxe para atingir pautas de reajuste salarial, por exemplo, estando dentro dos limites econômicos. A legalização da greve é sua limitação em si, circunscrevendo a pauta econômica e afastando o conteúdo político. Neste sentido, também a legalização do sindicato é uma forma de transformá-lo em aparelho ideológico de Estado, forçando-o a realizar greves nos estritos marcos do direito burguês. Nas palavras de Edelman, “se a greve deve ser analisada como um direito contratual, e, se, por isso, a greve política deve ser declarada abusiva em nome do contrato de trabalho, chegamos ao seguinte resultado político: a luta dos trabalhadores deve ser relegada ao ‘econômico’” (EDELMAN, Bernard. **A legalização da classe operária**, 2016, p. 50).

⁵⁶⁶ DIEESE. **Balanco das greves em 2013**, 2015.

defensivas (75%). No ano de 2013 também se percebe o caráter das greves encampadas: 49% das paralisações terminou no dia em que iniciou, apenas 16% das greves duraram mais que 10 dias e as paralisações com menos de 200 trabalhadores grevistas representaram 45% do total das greves⁵⁶⁷.

Baseando-se em tais informações pode-se chegar à conclusão de que houve realmente um aumento quantitativo do número de greves realizadas no começo da década de 2000 para o início da segunda década, especialmente a partir de 2012. A explosão dos movimentos paredistas também pode ser explicada pela significativa melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, com reajustes salariais acima da inflação, os quais veem as expectativas salariais não se concretizarem do mesmo modo a partir de 2012 e 2013, com o início dos efeitos da crise financeira do capitalismo mundial que se reflete no Brasil com mais intensidade neste período e eclode em 2015.

Reitera-se que não se pode afirmar que houve um aumento qualitativo das greves encampadas neste período, as quais assumiram um caráter predominantemente econômico, com pouco saldo político organizativo de enfrentamento e crítica da classe trabalhadora. Isto é, pouco se acumulou em termos de consciência de classe e mobilização para uma crítica estrutural ou pelo menos para a crítica política, haja vista a imobilização das massas trabalhadoras perante o Golpe de Estado institucionalizado perpetrado contra o mandato de Dilma Rousseff em 2016.

Não se despreza o quantitativo e a mudança significativa de mobilizações sindicais no período, como por exemplo a ampliação de greves nos setores privados. No neoliberalismo puro da década de 1990 o paredismo era predominante no setor público, com maior estabilidade. E este é outro fator determinante para aumento de greves: a relativa estabilidade no emprego, vez que no Neodesenvolvimentismo viu-se as taxas de desemprego despencarem com a diminuição do exército industrial de reserva, o que também deixou os trabalhadores menos desconfortáveis em participar das paralisações.

Todavia, é simplista afirmar que houve ascenso do movimento sindical neste momento, justamente pelo parco avanço qualitativo das greves, demonstradas em uma disseminação de paralisações de curta duração (a metade durou menos de um dia) e com poucos trabalhadores participantes.

Uma questão a ser levantada neste período é o movimento de cooptação ou de transformismo operado pelo governo Lula, que opera na absorção de quadros de intelectuais

⁵⁶⁷ DIEESE. **Balanço das greves em 2013**, 2015.

orgânicos e dirigentes políticos para dentro de cargos e setores estatais⁵⁶⁸. A reconfiguração do movimento sindical em termos das centrais sindicais não alterou a base do sindicalismo no Brasil, cujo modelo ainda é atrelado ao financiamento pelo imposto sindical e ao princípio da unicidade, construídos ainda na Era Vargas, o que acaba por gerar certo descolamento dos dirigentes com a base trabalhadora e algum comodismo.

Outro ponto central que deve ser aventado é o permanente engessamento do velho sindicalismo em relação às novas formas de organização do trabalho e a uma nova configuração da classe trabalhadora brasileira, especialmente neste período. Algumas categorias problematizadas por sociólogos do trabalho devem ser mencionadas à luz das políticas neodesenvolvimentistas⁵⁶⁹, redefinindo as dificuldades de organização sindical. Retoma-se que esta nova configuração da classe trabalhadora não significa que houve uma ascensão da classe trabalhadora para uma “nova classe média”, mas sim uma ampliação e ressignificação desta parcela.

Isto porque, como se destrinchou nos capítulos anteriores, houve a extensão da precarização do trabalho com a ampliação da intensificação do ritmo de trabalho e a generalização de postos flexíveis de empregos, como é o caso da terceirização, do fenômeno da pejetização, do aumento de trabalhos em tempo parcial, temporários, com prazo determinado, além da verificação de um alto índice de rotatividade nos empregos e da crescente ocupação destes postos por jovens de formação técnica e mulheres com remuneração reduzida.

Nesse novo panorama, Ricardo Antunes problematiza a própria complexificação da formação da classe trabalhadora, propondo a expressão classe-que-vive-do-trabalho como uma atualização da formulação marxiana de proletariado, a fim de englobar os trabalhadores improdutivos, alocados no setor de serviços, que não criam diretamente mais-valia, mas que vivem sob a mesma égide de exploração capitalista, incorporando a totalidade do trabalho social. Assim,

⁵⁶⁸ “Desde a eleição de Lula da Silva, em 2002, a relação do sindicalismo brasileiro com o aparelho de Estado modificou-se radicalmente. Nunca é demais rememorar alguns fatos. Em primeiro lugar, a administração de Lula da Silva preencheu aproximadamente metade dos cargos superiores de direção e assessoramento – cerca de 1.300 vagas, no total – com sindicalistas que passaram a controlar um orçamento anual superior a R\$ 200 bilhões. Além disso, posições estratégicas relativas aos fundos de pensão das empresas estatais foram ocupadas por dirigentes sindicais. Vários destes assumiram cargos de grande prestígio em companhias estatais – como, por exemplo, a Petrobrás e Furnas Centrais Elétricas –, além de integrarem o conselho administrativo do BNDES. O governo Lula promoveu, ainda, uma reforma sindical que oficializou as centrais sindicais brasileiras, aumentando o imposto sindical e transferindo anualmente cerca de R\$ 100 milhões para estas organizações”. SOARES, José de Lima. **As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula: reestruturação produtiva, flexibilização e precarização do trabalho**, 2013, p. 6-7.

⁵⁶⁹ Resgatando a menção realizada no item 1.3 desta dissertação.

é importante a atualização do conceito de classe trabalhadora no mundo do trabalho, especialmente no terceiro setor, em que há maior ocupação, e as novas formas de desconcentração produtiva e da crescente desindustrialização ou desproletarização decorrentes também do trabalho precarizado e de novos postos “flexíveis”. São trabalhadores e trabalhadoras vitais ao sistema capitalista e que, apesar de não se enquadrarem no critério de produtividade, “vivenciam as mesmas premissas e se erigem sobre os mesmos fundamentos materiais”⁵⁷⁰. Nas palavras do autor:

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, os assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho. Essa nação incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, *part time*, o novo proletariado dos McDonald's, os trabalhadores hifenizados de que falou Beynon, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas de que falou Juan José Castillo, os trabalhadores assalariados da chamada economia informal, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural⁵⁷¹.

Como visto, há outras formas de expressão da classe trabalhadora, como é o caso do “precariado”, que são aqueles trabalhadores alocados em postos de trabalho precários, os quais se generalizaram na última década. Isto é, empregos vulneráveis marcados pela rotatividade, por postos informais, por “carência de proteção social”, salários baixos e condições de trabalho degradantes, além dos/as trabalhadores/as por conta-própria ou familiares sem remuneração⁵⁷². A precarização generalizada também implica uma *tensão social*, esta como um fenômeno sociolaboral atual que é heterogêneo e desigual e significa o “estado de uma comunidade, grupo ou indivíduo social exposto à ação de forças opostas e agressivas, ou a uma situação hostil, latente, entre pessoas, grupos, classes sociais, nações e raças”. Pode-se dizer que é uma pressão e crise no mundo do trabalho entre forças antagônicas, seja pelos sindicatos, organizações, instituições ou regimes jurídico-políticos⁵⁷³. Enquanto em países de capitalismo central ainda se preservam certas estabilidades e direitos derivados de um contrato regular de trabalho advindos dos elementos fordistas do Estado de bem-estar social, no capitalismo periférico a hegemonia como regra tornou-

⁵⁷⁰ ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, 2009, p. 101-104.

⁵⁷¹ ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, 2009, p. 103-104.

⁵⁷² SOTELO VALÊNCIA, Ádrian. **Precariado ou Proletariado?**, 2016, p. 104.

⁵⁷³ SOTELO VALÊNCIA, Ádrian. **Precariado ou Proletariado?**, 2016, p. 77.

se a flexibilização, a informalidade, a desregulamentação, a precarização e a retirada de direitos sociais.

A força e o grau da precarização do trabalho dependem fundamentalmente do desenvolvimento econômico de cada país e da capacidade de organização dos trabalhadores em lutas trabalhistas e sindicais, seja em pautas defensivas pela manutenção de direitos frente à imposição flexibilizadora, seja por pautas ofensivas na busca de melhores condições de trabalho. Isto é, a heterogeneidade desigual dos processos de trabalho depende

dos processos estruturais determinados pelo nível de desenvolvimento da composição orgânica de capital e da incorporação de tecnologia; da estabilidade ou da crise do sistema econômico; das características do Estado e, finalmente, do grau de coesão, organização e luta dos trabalhadores e das classes exploradas da sociedade na defesa e melhora de suas condições de vida e de trabalho⁵⁷⁴.

O precariado no capitalismo dependente e na semiperiferia do capital central (Portugal, Espanha, Grécia, Leste Europeu) é uma “camada social da classe do proletariado tardio” que se manifesta como condição existencial de trabalhadores e trabalhadoras. Para Giovanni Alves o precariado tem o perfil predominante de jovens adultos escolarizados, desempregados ou com vínculos de emprego precário em postos subalternos em relação ao grau de qualificação profissional que possuem. Ou seja, são jovens “pobres e cultos”, que se distinguem da camada estável assalariada de trabalhadores com vínculo de emprego reconhecido, proteção trabalhista e organização sindical, de trabalhadores com baixa escolarização e qualificação em postos desvalorizados ou de adultos altamente qualificados e desempregados⁵⁷⁵.

Essa nova composição do precariado corresponde a uma juventude com expectativas e anseios de uma “classe-média” decomposta, “filhos de uma classe média” sem autonomia financeira e com dependência familiar. Com a falta de solidez e dificuldades objetivas de constituição e identificação enquanto classe, o precariado importa a condição de “sujeitos monetários sem dinheiro”⁵⁷⁶ e, portanto, têm dificuldades de organização e formação para um horizonte político, tornando-se massas ideologicamente instáveis com aspirações de consumo e estabilidade que não se concretizam facilmente.

⁵⁷⁴ SOTELO VALÊNCIA, Ádrian. **Precariado ou Proletariado?**, 2016, p. 79.

⁵⁷⁵ ALVES, Giovanni. **Dimensões da Precarização do trabalho**: ensaios de sociologia do trabalho, 2013, p. 199-200.

⁵⁷⁶ ALVES, Giovanni. **Dimensões da Precarização do trabalho**: ensaios de sociologia do trabalho, 2013, p. 200-201.

De outro lado, se situam os proletaróides, também parte da juventude alocada em postos ainda mais vulneráveis e precários, advindos de famílias de baixa renda com certa ascensão após o período neodesenvolvimentista, especialmente com elevação ao acesso ao consumo que introjetaram valores da denominada “classe média”. Esses valores estão imbuídos de aspirações de acessar espaços e produtos antes restritos a uma pequena parcela da população brasileira, como as mercadorias de vestuário de marcas caras ou importadas e eletroeletrônicos e impulsionados pelo *ethos* do fetichismo da mercadoria corroborado pela massificação da publicidade, do direcionamento midiático e do acesso à renda para o consumo em detrimento de outras prioridades.

E é neste ponto que reside o erro teórico de certas correntes econômicas considerarem a elevação ao consumo como uma ascensão de uma “nova classe média”, vez que se consideram apenas aspectos econômicos, como a aquisição de bens de consumo duráveis. O Data Favela⁵⁷⁷, em levantamento realizado em 2013 com 2 mil moradores de 63 favelas brasileiras, indicou que 65% dos habitantes desta periferia urbana se enquadrariam na classe média (na década anterior esse número era de 37%). Os indicativos se baseiam na média salarial de R\$ 910,00; no fato da metade das residências possuírem aparelhos televisores de plasma ou LCD, computador (31%) e microondas, e de 89% dos habitantes possuírem celulares (em contraposição aos 26% da década de 1990)⁵⁷⁸.

É quase evidente que tais dados são insuficientes para demonstrar a ascensão da classe trabalhadora proletária a uma “classe-média”, senão baseados estritamente em critérios econômicos de consumo. Tanto é que Jessé Souza critica frontalmente tal caracterização de ascenso da classe média ao mencionar as categorias de “ralé brasileira” e de “batalhadores brasileiros”⁵⁷⁹.

A ralé brasileira é condição estrutural na formação socioeconômica nacional e corresponde à classe explorada pelas classes alta e média brasileiras, servindo de mão de obra barata para os trabalhos mais pesados, subalternizados e mal pagos, e que sobrevivem, por vezes, de pequenos

⁵⁷⁷ Instituto de pesquisa de união entre o Instituto Data Popular e a empresa Favela Holding Participações, sob direção de Celso Athayde, ex- dirigente da Central Única de Favelas (CUFA).

⁵⁷⁸ Pesquisa disponível em: <http://datafavela.com.br/classe-media-dobrou-de-tamanho-nas-favelas/>, Acesso em: 27.01.2017.

⁵⁷⁹ Jessé Souza questiona a aplicação do termo “precariado” correlacionado aos “batalhadores”, vez que o termo precariado tem origem europeia. Segundo o autor “o precário se forma a partir da quebra das condições da classe trabalhadora clássica, industrial, que vem do compromisso social-democrata. Quem sai disso aí passa a ter relações precárias e passa a se chamar precariado”. Neste sentido seria uma aplicação deslocada para o cenário brasileiro, já que aqui “os batalhadores” estavam fora do mercado e obtiveram vínculos formais nos últimos anos, mas com exacerbada exploração do trabalho. Conforme entrevista concedida ao IPEA, disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3200&catid=30&Itemid=41, Acesso em 29.01.2017.

delitos, escolas, “bicos” de serviços pontuais. São pessoas desprovidas de qualquer capital cultural valorizado ou econômico, com poucas chances de elevação social pelas condições de adquirirem este capital. Reproduzem-se no abandono social e discutidos e focados por programas superficiais da “violência, segurança pública, problema da escola pública, carência da saúde pública, combate à fome, etc.”⁵⁸⁰. Em outros termos, são indivíduos ou grupos sociais vistos no binômio “carentes” ou “perigosos”⁵⁸¹. Para Jessé Souza, a ralé não se confunde com o lumpemproletariado ou o exército industrial de reserva de Marx, pois é uma classe que sequer tem a possibilidade de emprego em fases de crescimento econômico e aquecimento do mercado, fazem parte da parcela que sempre estará na margem “aceitável” do desemprego, mesmo no denominado “pleno emprego” econômico. São considerados meros “corpos” para o labor desqualificado ou bruto, como é o caso dos trabalhos domésticos, sexuais ou de força muscular⁵⁸².

No neodesenvolvimentismo não se pode negar a existência de programas sociais que alteraram consideravelmente a condição de vida da parcela da “ralé”, em especial à fome e à moradia, mas de modo algum alteraram o alicerce da configuração estrutural da ralé, isto é, não possibilitaram que a ralé deixasse de ser ralé. A mentalidade economicista, para Jessé Souza, de que a elevação da renda seria suficiente para ascender a ralé socialmente ignora as repartições desiguais de poder, prestígio e cultura arraigadas na sociedade brasileira.

Já os “batalhadores” compreendem parte da classe trabalhadora superexplorada formada em momento pós-fordista que tiveram que se adaptar ao mercado de trabalho flexibilizado, informal e sem garantias e direitos sociais. São parcelas emergentes da ralé que já não se confundem com ela e muito menos são equiparadas à classe média tradicional. São “batalhadores” aqueles que estudaram e estudam na escola pública, impescindem da saúde pública, laboram em dois empregos e ainda realizam faculdades privadas ou cursos técnicos à noite, batalham ativamente para emergir da ralé e almejam o papel da “pequena burguesia empreendedora e emergente”. Nas palavras de Jessé Souza, “ela é uma classe incluída no sistema econômico, como produtora de bens e serviços valorizados, ou como consumidora crescente de bens duráveis e serviços que antes eram privilégio das classes média e alta”⁵⁸³. Corresponde a quase uma “elite da ralé” e passou a ocupar um papel importante na dimensão produtiva do capitalismo financeiro

⁵⁸⁰ SOUZA, Jessé. A ralé brasileira: quem é e como vive, 2016, p. 27.

⁵⁸¹ SOUZA, Jessé. A ralé brasileira: quem é e como vive, 2016, p. 26.

⁵⁸² SOUZA, Jessé. A ralé brasileira: quem é e como vive, 2016, p. 28-29.

⁵⁸³ SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora?, 2012, p. 26.

brasileiro, possibilitando uma certa ascensão a partir de oportunidade de qualificação e inserção no mercado de trabalho concorrencial⁵⁸⁴.

A existência de políticas públicas voltadas a essa parcela significativa da população, como a escolarização, a tecnificação, a distribuição de renda, o acesso ao consumo, a redução do desemprego e o crédito facilitado para moradia somados ao considerável esforço pessoal e familiar, com duplas jornadas de trabalho exaustivas, o investimento do pouco tempo restante em alguma forma de qualificação profissional e a economia doméstica e acúmulo em poupança, possibilitaram a existência desta nova classe trabalhadora, adaptada ao capitalismo financeiro brasileiro.

Essas formas de categorização da classe trabalhadora brasileira enquadram-se todas numa mesma seara de reestruturação produtiva brasileira somada ao advento do neodesenvolvimentismo como conjunto de políticas adotadas no último período. Uma classe trabalhadora que passa a ser marcada pela flexibilidade laboral, pela rotatividade no emprego, pela fragmentação sindical, pela vigilância patronal e concorrencial entre os próprios trabalhadores e pelo extremo controle e monitoramento do trabalho. Somadas aos fatores de ausência de possibilidades e alternativas reais políticas que atraíam esses segmentos, visto que as organizações sindicais e partidárias brasileiras ainda encontram-se de certa forma engessadas a essas alterações cruciais da força de trabalho, a classe trabalhadora batalhadora, o precariado, a classe-que vive do trabalho, os infoproletários, são comumente atraídos pela ideologia das classes dominantes, pelo fetichismo da mercadoria adquirida e almejada e pelo discurso da ética da prosperidade neopentecostal.

Como lembra Jessé Souza, “as classes sociais não são nem libertárias nem conservadoras em si. É a luta política que implica convencimento e voz ativa na esfera pública que decide, em cada caso, que tipo de orientação política vai prevalecer”⁵⁸⁵. Sendo assim, esta nova classe trabalhadora poderia tanto abraçar um projeto político real de contestação, especialmente em períodos em que os ganhos da ascensão do neodesenvolvimentismo fosse perdido ou encampar um discurso conservador politicamente e liberal economicamente.

Como a propaganda, a extensão e a educação popular de um projeto de país socialmente transformador às classes trabalhadoras não foi prioridade nem do governo e nem de fortes organizações e movimentos sociais neste período, com quadros políticos e ideologias absorvidas

⁵⁸⁴ SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?**, 2012, p. 47.

⁵⁸⁵ SOUZA, Jessé. **Ralés, batalhadores e uma nova classe média**. Entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos, 2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/40345-rale-batalhadores-e-uma-nova-classe-media-entrevista-especial-com-jesse-de-souza>.

ou cooptadas, o que ganhou espaço foi a “ética do trabalho”⁵⁸⁶, a religiosidade conservadora da prosperidade baseada em conquistas individuais e a propaganda da mídia brasileira monopolizada.

Algumas menções são cruciais para entender a organização política neste período e devem ser apontadas, ainda que sinteticamente. Além da consideração sobre o número de greves, especificadas acima, o ano de 2013 é marcado por gigantescas manifestações populares, inéditas para a geração de jovens predominantes nas passeatas em diversas capitais brasileiras. As chamadas “jornadas de junho” principiaram com a manifestação contra o aumento das tarifas do transporte público em São Paulo a partir da mobilização do Movimento Passe Livre (MPL) e se espalharam para todo o Brasil, chegando a um auge de mais de 2 milhões de manifestantes nas ruas em dezenas de cidades. A pauta, que no início tinha caráter econômico, passou a adquirir caráter político, especialmente após a extrema e desproporcional violência policial que reprimiu os manifestantes em São Paulo. O fato do aumento das tarifas de ônibus ter impulsionado as grandes movimentações também tem explicações centrais: o aumento que afeta generalizadamente a classe trabalhadora que utiliza o transporte público, não apenas uma categoria de trabalhadores específica, e a expressividade da juventude e de estudantes. Além disso, é um aumento brutal, perceptível e é fácil de identificar uma autoridade responsável pela autorização da elevação, diferente da inflação dos produtos alimentícios, serviços e aluguel, que correm de forma fragmentada⁵⁸⁷.

Também pode-se dizer que havia um impulso reprimido na população desde a gestação neoliberal da década de 1990 que se irradiou para a década seguinte neodesenvolvimentista de descontentamento com a prestação de serviços estatais precários e com a diminuição de aparelhos públicos de qualidade, como é o caso do transporte privatizado, a educação básica precarizada, o sistema de saúde debilitado e contradição fundamental do choque com os grandes investimentos nacionais em obras monumentais como foram os estádios e as concessões realizadas à FIFA (Fédération Internationale de Football Association) para a Copa das Confederações de Futebol⁵⁸⁸.

Dessa forma, se de início as manifestações do MPL tinham caráter mais homogêneo, articuladas por jovens da esquerda, ao longo do crescimento dos levantes as manifestações assumiram um caráter heterogêneo, polimorfo e polissêmico, mas que demonstravam claramente o direcionamento para uma insatisfação generalizada: a insuficiência da representação política

⁵⁸⁶ SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?**, 2012, p. 51.

⁵⁸⁷ BRAGA, Ruy. **As jornadas de junho no Brasil: Crônica de um mês inesquecível**, 2013, p. 53.

⁵⁸⁸ ANTUNES, Ricardo. **As rebeliões de junho de 2013**, 2013, p. 38-39.

tradicional e a ojeriza aos moldes do sistema político nacional⁵⁸⁹, retratado especialmente nos poderes legislativo e executivo federal e estaduais, não necessariamente voltado a um partido, mas “contra todos”. Tanto é que, com a incapacidade de politização das esquerdas dentro das manifestações, as mesmas assumiram pautas contraditórias, superficiais ou mesmo conservadoras como é o caso do combate à corrupção - sem a crítica ao capitalismo em si que é inerentemente corrupto - e da reivindicação pela ausência de bandeiras ou partidos nas marchas.

Havia, portanto, uma vazão de indignação que tomou rumos de baixa politização em geral, mas que reflete um panorama de insuficiência dos caminhos tomados na redefinição do neoliberalismo a partir da aplicação de políticas neodesenvolvimentistas. Basta perceber o caráter majoritário da composição das marchas, massificadamente de jovens do precariado, batalhadores e proletaróides, os quais buscam a concretização de promessas mínimas de direitos sociais não cumpridos, mas sem questionar o cerne da debilidade na prestação de tais direitos.

Resta evidente que o ascenso da juventude precarizada também demonstra um déficit no potencial de mobilização das entidades sindicais, em outros termos, houve uma nova configuração do público e das formas das reivindicações que foram levantadas, as quais o “velho” sindicalismo não conseguiu acompanhar. Tanto é que emergiram movimentos de juventude e do movimento estudantil, especialmente o secundarista. Isso representa modificações fulcrais na composição da força de trabalho e na potencialidade de mobilização, a que o movimento sindical deve atentar-se.

O que fica cada dia mais claro é que não haverá futuro para o atual ciclo de mobilizações se uma articulação orgânica entre os setores mais jovens, mais precarizados, desorganizados e politicamente inexperientes dos trabalhadores e os setores tradicionais da classe operária não lograr ser construída. Assim, é necessário escancarar as portas dos sindicatos para que essa massa de jovens precarizados em suas condições de vida e de trabalho possa entrar⁵⁹⁰.

Do mesmo modo, o sindicalismo tradicional brasileiro ainda é extremamente engessado no que tange à composição de mulheres e à paridade de gênero. As entidades sindicais ainda se mostram hostis à participação feminina, tendo pouca representatividade de mulheres nos cargos diretivos e com práticas e métodos masculinizados de gestão⁵⁹¹. Segundo Elisabeth Souza-Lobo,

⁵⁸⁹ ANTUNES, Ricardo. **As rebeliões de junho de 2013**, 2013, p. 40.

⁵⁹⁰ BRAGA, Ruy. **As jornadas de junho no Brasil**: Crônica de um mês inesquecível, 2013, p. 58.

⁵⁹¹ A última pesquisa quantitativa sobre a participação das mulheres nas estruturas sindicais é datada de 2001 e realizada pelo IBGE. Nessa data as mulheres representavam cerca de 38% do total de associados nos sindicatos, porém apenas 9% da média nacional do total de diretoras em exercício. 35% dos sindicatos tinha diretoria apenas composta por homens e apenas 10% dos sindicatos eram presididos por mulheres. (IBGE, **Sindicatos**: indicadores sociais 2001).

com base em pesquisas empíricas na organização sindical brasileira, dois fatores ressaltam-se na baixa participação de mulheres no mundo sindical: a percepção das trabalhadoras de que o sindicato é um espaço masculino e resistente à participação feminina; e a própria rotina de maior exploração das mulheres trabalhadoras, sobre as quais recai a dupla jornada de trabalho e a responsabilização desigual pelo trabalho doméstico, pelos trabalhos de cuidado e pela educação dos filhos⁵⁹². Soma-se a esses apontamentos o fato das mulheres ocuparem os postos mais precários e com menores garantias sociais e dificuldade na representatividade sindical laboral, como é o caso de empregos temporários, empregos em tempo parcial, trabalhos domésticos, empregos terceirizados ou subcontratados.

Neste sentido, o movimento sindical também não logrou êxito em acompanhar as movimentações feministas na última década, as quais cresceram abruptamente e voltaram a ocupar o espaço público das ruas que tinham abdicado. Viu-se o feminismo ser debatido de forma inédita no país, ainda que com dificuldades de atingir as camadas de mulheres trabalhadores e pauperizadas. Se nas décadas de 1980 e 1990 a militância de mulheres no Partido dos Trabalhadores trouxe um acúmulo considerável ao feminismo classista no Brasil, com a chegada do partido no poder político, há uma alteração significativa no que concerne à institucionalização formal e a mudança das reivindicações com o enfoque na concretização de planos e programas de políticas públicas para mulheres, através das eleições em grande escala pelo partido nos postos legislativos e executivos do país. Os principais quadros feministas foram absorvidos ao Estado e a tensão entre movimento e governo pareceu apaziguar-se com o não enfrentamento e a mudança de posição de reivindicatória para responsável de execução pelas feministas.

Essa conjuntura mostrou, entretanto, um abalo nos últimos anos com a retomada de organizações de mulheres e com o ascenso dos movimentos feministas (a exemplo da Marcha Mundial das Mulheres, Movimento de Mulheres Camponesas, Marcha das Vadias, União Brasileira de Mulheres e diversos coletivos e organizações regionais e locais) e LGBT frente à expansiva onda conservadora religiosa que ameaça violentamente as conquistas travadas até então. O governo foi chamado a assumir uma postura ativa, condizente com seu discurso e os planos do passado, mas em grande parte exime-se de aprovar projetos e ações importantes a esses movimentos, acentuando a tensão entre partido, movimentos populares e Estado e ressaltando as

⁵⁹² SOUZA-LOBO, Elisabeth. **Masculino e feminino na prática e nos discursos sindicais no Brasil**, 2011, p. 77.

diferenças essenciais entre eles⁵⁹³. Tanto é que as expressões de mulheres trabalhadoras têm modificado a forma como os sindicatos percebem e encampam as pautas relacionadas à desigualdade de gênero, tanto pela ocupação de mulheres no meio sindical vislumbrando como um espaço ainda estratégico de disputa dentro de suas categorias, como pela elucidação de que as mulheres são a maior parcela da classe trabalhadora pobre no Brasil. Assim, se faz necessário questionar a homogeneidade nas “relações sindicato-classe” que “se traduz em práticas reivindicatórias diferenciadas e autônomas, desfazendo a centralização e a hierarquização que tornam invisíveis as formas de resistência de uma parcela da classe operária”⁵⁹⁴.

Além das organizações de juventude e de mulheres, podemos dizer que outra forma de resistência popular ganhou fôlego no último período e que deve ser memorada. É o caso dos movimentos populares de luta por moradia, nos quais se destaca o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), também com base numa alteração de enfoque de políticas públicas e recursos para gestão do espaço urbano e pelo deslocamento de trabalhadores rurais atraídos pelo emprego – precário, porém com mais chances de formalização – nas cidades.

Pode-se dizer que houve uma priorização de alocação de recursos para a política urbana e habitacional financeirizada em detrimento da distribuição fundiária por meio de reformas agrária e urbana populares. No neodesenvolvimentismo, com o objetivo de conciliação de classes e aquecimento do mercado e da burguesia interna, os Programas de Aceleração do Crescimento e o Programa Minha Casa Minha Vida⁵⁹⁵ tinham o condão de garantir o acesso à moradia às classes trabalhadoras em ascensão (o precariado ou os batalhadores) por meio do crédito facilitado, mas perpetuando o processo de especulação imobiliária urbana, as favelizações e segregação espacial da classe trabalhadora mais pobre no país ao mesmo tempo em que repassava montantes extraordinários para grandes empreiteiras nacionais na realização de grandes obras e moradias populares inflacionadas e deficitárias.

⁵⁹³ O cenário do golpe político-institucional no Brasil evidenciou uma cultura misógina, patriarcal que pretende subcolocar as mulheres no ambiente privado, retirando seu papel de protagonismo na política. O ideário de “beleza, recato e do lar” evidencia o ódio à mulher no espaço público e reforça a sub-representação feminina nos três poderes da República e retoma o conceito da família tradicional patriarcal. A luta das mulheres pela democracia tem sido, neste contexto, fundamental para negar o modelo neoliberal “puro sangue” que se pretende retomar, em rechaço às privatizações para os setores capitalistas internacionais, a diminuição dos direitos trabalhistas, a quase extinção de programas sociais e financiamento popular, além do aumento do conservadorismo no Congresso, que retrocede nos direitos das mulheres, principalmente em relação à autonomia sobre o próprio corpo e a representatividade política.

⁵⁹⁴ SOUZA-LOBO, Elisabeth. **Masculino e feminino na prática e nos discursos sindicais no Brasil**, 2011, p. 79.

⁵⁹⁵ Instituído pela Lei 11.977/2009.

Mas esse cenário possibilitou a ascensão da luta pela moradia no país, que se encontrava de certo modo restrita às ocupações de edificações ociosas, de territórios privados periféricos com baixíssimas chances de conquistas de políticas de moradia e a luta pela regularização de territórios ocupados há décadas sem garantia formal. A partir do momento em que se cria uma possibilidade de acesso à moradia, ainda que na lógica de uma política anticíclica que visa favorecer o capital privado das construtoras, também se pode emular uma trincheira de luta e reivindicação dos movimentos populares, a depender das táticas e estratégias destes movimentos. Foi o que resultou em 2009 na criação do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades⁵⁹⁶, como uma viabilidade de coletivização da luta pela moradia voltada para uma gestão coletiva do espaço⁵⁹⁷ a partir de “cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos”⁵⁹⁸.

O MTST se fortalece nesse contexto, com uma política de enfrentamento e reorganização coletiva dos trabalhadores com base no território urbano, também pensando numa forma de articulação dos novos setores de trabalhadores “desempregados, temporários, terceirizados, trabalhadores por conta própria, etc.), a partir de transformações ocorridas no próprio processo produtivo, que tornaram as relações trabalhistas mais complexas e diversificadas”, as quais o movimento sindical não tem conseguido acompanhar⁵⁹⁹.

Simultaneamente, no campo não interessava intensificar o prometido processo de reforma agrária e distribuição de terras. Focou-se em políticas públicas agrárias, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), mas desapropriou-se menos e

⁵⁹⁶ Aprovado a partir da Resolução nº 200 do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social em agosto de 2014 e regulamentado pela Instrução Normativa nº 39 do Ministério das Cidades em dezembro de 2014.

⁵⁹⁷ Importante mencionar que este espaço não deixou de ser periférico, distante dos centros urbanos, segregado e com pouca disponibilidade de equipamentos públicos

⁵⁹⁸ Segundo o objetivo do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades delineado na Instrução Normativa nº 39 do Ministério das Cidades.

⁵⁹⁹ Segundo a descrição na página oficial do MTST: “O MTST é um movimento que organiza trabalhadores urbanos a partir do local em que vivem: os bairros periféricos. Não é nem nunca foi uma escolha dos trabalhadores morarem nas periferias; ao contrário, o modelo de cidade capitalista é que joga os mais pobres em regiões cada vez mais distantes. Mas isso criou as condições para que os trabalhadores se organizem nos territórios periféricos por uma série de reivindicações comuns. Criou identidades coletivas dos trabalhadores em torno destas reivindicações e de suas lutas. Ao mesmo tempo, a organização sindical, no espaço de trabalho, tem tido enormes dificuldades em organizar um segmento crescente de trabalhadores (desempregados, temporários, terceirizados, trabalhadores por conta própria, etc.), a partir de transformações ocorridas no próprio processo produtivo, que tornaram as relações trabalhistas mais complexas e diversificadas. Assim, o espaço em que milhões de trabalhadores no Brasil e em outros países tem se organizado e lutado é o território. É aí que o MTST se localiza: Somos um movimento territorial dos trabalhadores”. Disponível em: <http://www.mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst/>, Acesso em: 31.01.2017.

assentou-se menos do que na década anterior, visto que o pacto com o agronegócio era essencial na manutenção de políticas neodesenvolvimentistas na consolidação do Brasil como economia exportadora de commodities. Desta forma, não houve grandes enfrentamentos em relação aos pacotes tecnológicos das empresas transnacionais como o monopólio de sementes, insumos, agrotóxicos e variedades transgênicas – diferente do exemplo do enfrentamento à Monsanto no neodesenvolvimentismo argentino - e reforçou-se a “modernização” agrícola, com permanência dos latifúndios empresariais rurais, advindos da denominada Revolução Verde⁶⁰⁰ na década de 1970.

O maior movimento popular brasileiro, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), criado em 1984, diante do impasse e das contradições que vislumbrava diante dos governos petistas, assumia pautas de acesso às políticas públicas e de não enfrentamento direto à política agrária de valorização do agronegócio brasileiro. Fez-se a crítica, mas sem incidência combativa radical, em decorrência de uma compreensão da dificuldade da recomposição e organização da classe trabalhadora pós-neoliberalismo “puro”, criminalização violenta e intensificação da superexploração da força de trabalho, ao mesmo tempo em que havia clareza pelo MST da impossibilidade da conciliação de classes, da ausência de um projeto político popular de reforma agrária brasileira e da impossibilidade de composição da bancada ruralista⁶⁰¹ com os movimentos sociais do campo⁶⁰².

Assim, vários quadros do movimento também foram atraídos pelas possibilidades de melhoras conjunturais de acesso à políticas públicas de comercialização agrícola, crédito rural e elevação de renda, mas sem a alteração da estrutura agrária brasileira de concentração de terras⁶⁰³ que superexplora os trabalhadores rurais de diversas formas: seja pela pauperização pela ausência

⁶⁰⁰ A Revolução Verde é o processo de elevação tecnológica no campo com vistas à obtenção de maior produtividade por meio de técnica artificiais, massificadas e de produção em escala de sementes modificadas geneticamente, insumos, fertilizantes, grandes maquinários, mascarado pelo discurso de “combate à fome” pela larga produção. No entanto, consolidou a divisão internacional do trabalho com especialização dos países dependentes na produção agrícola de *commodities* para exportação ao capitalismo central, sendo a maior parcela dos produtos não destinadas à alimentação humana.

⁶⁰¹ O auge da política de alianças com o agronegócio no Brasil foi representado pela nomeação da então senadora ruralista Kátia Abreu para o Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento (MAPA) no ano de 2014, sendo a mesma uma das grandes vozes dos interesses do latifúndio, proprietária de milhares de terras destinadas à pecuária ou que estão improdutivas. Em 2008 chegou a ser presidenta da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), uma das principais entidades patronais agrícolas do país.

⁶⁰² TRASPADINI, Roberta Sperandio. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas**, 2016, p. 290-291.

⁶⁰³ O II Plano Nacional da Reforma Agrária de 2003 a 2007 cumpriu apenas 29,6% da meta para assentamentos de famílias rurais e apenas 22,6% da meta para regularização fundiária.

de terra para o labor familiar, seja pela concorrência desleal e avassaladora do agronegócio, seja em trabalhos precários e superexplorados (temporários, sazonais, boias-frias, avulsos) e não raro em regimes análogos ao de escravo.

Deste breve panorama dos movimentos sindicais e sociais feministas, estudantis, de juventude, de luta pela moradia e pela reforma agrária, sem o objetivo de esgotar os inúmeros segmentos de movimentos sociais neste período - como os ambientais, indígenas, LGBT, movimento negro ou de luta pela igualdade racial, movimentos de cooperativismo e associação popular, de economia solidária, de luta contra megaprojetos ou dos atingidos por barragens, movimentos pela liberdade religiosa e laicidade do Estado, movimentos da população em situação de rua e pela democratização das comunicações e da mídia – se pode compreender que houve uma mudança significativa de reposicionamento social, ainda que seja débil em termos de massificação da organização popular e de elevação de consciência da exterioridade ou do trabalho-vivo, enquanto possibilidade revolucionária, veja-se o excerto assertivo de Boito, Galvão e Marcelino:

A política social do governo repercutiu nos movimentos populares de urgência, como os sem-teto e sem-terra, e no movimento estudantil. O social-liberalismo do Governo Lula enxerta no capitalismo neoliberal uma ampla gama de políticas compensatórias, como a bolsa família, os programas de crédito bancário para a população pobre e o financiamento das mensalidades escolares para estudantes universitários oriundos de famílias de renda insuficiente. São medidas paliativas que não alteram a situação crítica do desemprego, da concentração da renda e da privatização da educação, mas que produzem o impacto político de angariar simpatia e apoio difuso para o Governo Lula junto à população empobrecida pelo próprio modelo capitalista neoliberal. As direções dos movimentos de sem-terras também foram contempladas com verbas públicas para seus programas educacionais e culturais, induzindo tais dirigentes a assumirem uma postura de neutralidade favorável ao Governo Lula⁶⁰⁴.

Diante de tais redefinições também é importante pontuar as diferenças que os movimentos populares assumem em relação aos movimentos sociais, estes com um leque ampliado não correspondente necessariamente a uma concepção de classe, de exterioridade, de potencialidade do trabalho-vivo. Referir-se a essas disparidades é importante porque neste período, especialmente após 2013, com intensificação nos anos de 2015 e 2016, viu-se uma eclosão de marchas ou organizações sociais com viés claramente conservador, reacionário ou elitista.

⁶⁰⁴ BOITO JR, Armando; GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula. **Brasil:** o movimento sindical e popular na década de 2000., 2009, p. 37.

Os movimentos sociais, em geral, são dinâmicas geradas pela sociedade civil que visam à consolidação de interesses específicos, pautas aglutinadoras que questionam “estruturas de dominação” de modo fragmentário ou absoluto. Isto é, também existem formas organizativas ou reivindicativas da sociedade civil que são burguesas ou que representam setores dominantes no capitalismo⁶⁰⁵, no patriarcado ou no racismo, grupos de interesses hegemônicos que visam a reproduzir, perpetuar ou acirrar a ordem econômica-política-social existente.

É o que se percebeu nas movimentações geradas no final deste ciclo neodesenvolvimentista que culminou no Golpe Institucional de Estado travestido de *impeachment* em 31 de agosto de 2016, visando o retorno do modelo neoliberal “puro sangue” alinhado abertamente ao capital internacional e aos centros imperialistas. A partir de 2013 disseminaram-se grupos de matriz econômica liberal e política conservadora no Brasil, exemplificados nas manifestações “verde e amarelas” de 2015 e 2016 com o lema de “combate à corrupção” e o objetivo de destituir a Presidenta eleita Dilma Rousseff a partir de pautas de rechaço à ascensão e distribuição de renda, de exaltação à meritocracia liberal e inclusive com pedidos de intervenções militares. Foram grupos animados pela FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), partidos políticos conservadores ou do espectro político da direita, figuras religiosas neopentecostais, personalidades midiáticas elitistas e a própria cobertura minuciosa e propagandeadora das grandes emissoras de televisão e demais meios de comunicação monopolizados. Tanto é que neste período se articulou o MBL (Movimento Brasil Livre), o EPL (Estudantes pela Liberdade), o “Movimento Vem Para a Rua!” e outras organizações de ataque aos movimentos populares.

Por isso é preciso repontuar, os movimentos sociais são um leque, no qual estão inseridos os movimentos populares, estes últimos compostos por setores sociais que sofrem com a dominação ou exploração. Isto é, o *povo*, que é amplo, mas que impreterivelmente tem referência à classe, a um povo que trabalha e sofre com as consequências da distribuição desigual de poder derivadas da imbricação estrutural entre o capitalismo, o racismo e o patriarcado, os quais se acentuam nas economias periféricas.

Os sujeitos dos recortes de classe, gênero e raça questionam a exterioridade que se situam através da negação que o sistema capitalista, racista e patriarcal os inferiu, e, para tanto, afirmam-se na organização política para enfrentar as estruturas de dominação que os exterioriza. Formam, portanto, os movimentos sociais populares que expressam as contradições e tensões internas da

⁶⁰⁵ CAMACHO, Daniel. **Movimentos sociais**: algumas discussões conceituais, 1987, p. 216-217.

sociedade civil e do Estado⁶⁰⁶. Os movimentos sociais populares se constituem na passagem de lutas corporativas às lutas políticas, contestando a ordem social de opressão posta e o Estado, para transformá-los. E, por isso, há uma radicalidade intrínseca na atuação destes movimentos, questionam a raiz que origina os processos excludentes e lutam por alterações substanciais nessas relações de poder⁶⁰⁷.

São os movimentos sociais populares os responsáveis pela práxis da libertação, de construção do novo a partir de um horizonte político de libertação e de igualdade substancial. E justamente por esse horizonte comunitarista, seu processo organizativo e transformador é necessariamente coletivo⁶⁰⁸. Não é feito de líderes populistas ou uma única vanguarda revolucionária, é uma organização coletiva que assume o protagonismo histórico, como seu sujeito de transformação, de um projeto político novo⁶⁰⁹.

Entretanto, a atuação isolada dos diversos movimentos sociais (sindicalistas, de trabalhadores desempregados, feministas, negro, indígenas etc), apesar de essencial para denunciar as práticas opressivas e munir os sujeitos para a transformação, não determina uma alteração estrutural, que é composta por transversalidades de dominações para se perpetuar. É necessário que os movimentos sociais convirjam num movimento pautado na unidade popular, com centralidade nas classes trabalhadoras e represente um contraponto concreto à hegemonia do poder dominante. Para Camacho, “a unidade e o projeto comum encontram sua amálgama no reconhecimento de uma identidade; e esta, por seu turno, se constrói quando todo o movimento popular assume como sua a história de cada um dos movimentos”⁶¹⁰. Assim, passam de reivindicações particulares a uma reivindicação hegemônica, fundada na totalidade que as engloba⁶¹¹.

Segundo Dussel, o diálogo, a tradução das propostas e pautas dos múltiplos movimentos e da práxis militante compartilhada lentamente constituem um *hegemón analógico* que unifica as reivindicações, mas também estabelece centralidades em sua pauta. Assim, os movimentos

⁶⁰⁶ CAMACHO, Daniel. **Movimentos sociais**: algumas discussões conceituais, 1987, p. 219.

⁶⁰⁷ CAMACHO, Daniel. **Movimentos sociais**: algumas discussões conceituais, 1987, p. 221-223.

⁶⁰⁸ Aqui não se pretende renegar o papel essencial do partido, de forma que não se afirma que os movimentos sociais são substitutivos destes. Pelo contrário, o partido é organização vanguarda na luta política, com caráter formativo e teórico de atuação e direcionamento político. A relação entre partidos e movimentos sociais é tênue, sendo diversa conforme o caráter e o momento histórico vigente. No Brasil, por exemplo, o processo de democratização demandou que um partido de massas unificasse nacionalmente as escalas locais dos movimentos sociais e gerou um acúmulo para classe trabalhadora indiscutível no período das décadas de 80 e 90.

⁶⁰⁹ DUSSEL, Enrique D. **20 teses de política**, 118-119.

⁶¹⁰ CAMACHO, Daniel. **Movimentos sociais**: algumas discussões conceituais, 1987, p. 223.

⁶¹¹ DUSSEL, Enrique D. **20 teses de política**, 2007, p. 90

populares e os setores críticos da comunidade política constituem um *bloco popular*, em que a categoria *povo* se transforma em um ator político coletivo de unidade de lutas sociais⁶¹².

O povo, neste sentido, não se refere ao populismo e muito menos à multidão ou massa amorfa, é um sujeito coletivo histórico definido, com cultura, memória, continuidades e rupturas, que se conecta historicamente nas identidades dos blocos sociais anteriores⁶¹³. *Povo* é uma categoria política, que geralmente se apresenta ativa em situações de instabilidade ou crise das camadas dirigentes do poder. Sendo um bloco origina-se dos conflitos materiais, passando da sociedade civil à sociedade política a fim de desestabilizar as relações de dominação e exploração para fundar um novo momento histórico⁶¹⁴.

O povo é uma substância de uma formação social histórica concreta. Nas épocas de opressão, em sua “nudez absoluta”, em sua “pobreza absoluta”, na “objetividade não

⁶¹² DUSSEL, Enrique D. **20 teses de política**, 2007, p. 90-91.

⁶¹³ DUSSEL, Enrique D. **A Produção Teórica de Marx**: Um comentário aos Grundrisse, 2012, p. 387.

⁶¹⁴ Fidel Castro, em seu texto escrito no cárcere “A história me absolverá”, tem uma exímia caracterização ao “pueblo” que se refere na luta revolucionária cubana. Ainda que extensa, a transposição é necessária:

“Cuando hablamos de pueblo no entendemos por tal a los sectores acomodados y conservadores de la nación, a los que viene bien cualquier régimen de opresión, cualquier dictadura, cualquier despotismo, postrándose ante el amo de turno hasta romperse la frente contra el suelo. Entendemos por pueblo, cuando hablamos de lucha, la gran masa irredenta, a la que todos ofrecen y a la que todos engañan y traicionan, la que anhela una patria mejor y más digna y más justa; la que está movida por ansias ancestrales de justicia por haber padecido la injusticia y la burla generación tras generación, la que ansía grandes y sabias transformaciones en todos los órdenes y está dispuesta a dar para lograrlo, cuando crea en algo o en alguien, sobre todo cuando crea suficientemente en sí misma, hasta la última gota de sangre. La primera condición de la sinceridad y de la buena fe en un propósito, es hacer precisamente lo que nadie hace, es decir, hablar con entera claridad y sin miedo. Los demagogos y los políticos de profesión quieren obrar el milagro de estar bien en todo y con todos, engañando necesariamente a todos en todo. Los revolucionarios han de proclamar sus ideas valientemente, definir sus principios y expresar sus intenciones para que nadie se engañe, ni amigos ni enemigos.

Nosotros llamamos pueblo si de lucha se trata, a los seiscientos mil cubanos que están sin trabajo deseando ganarse el pan honradamente sin tener que emigrar de su patria en busca de sustento; a los quinientos mil obreros del campo que habitan en los bohíos miserables, que trabajan cuatro meses al año y pasan hambre el resto compartiendo con sus hijos la miseria, que no tienen una pulgada de tierra para sembrar y cuya existencia debiera mover más a compasión si no hubiera tantos corazones de piedra; a los cuatrocientos mil obreros industriales y braceros cuyos retiros, todos, están desfalcados, cuyas conquistas les están arrebatando, cuyas viviendas son las infernales habitaciones de las cuarterías, cuyos salarios pasan de las manos del patrón a las del garrotero, cuyo futuro es la rebaja y el despido, cuya vida es el trabajo perenne y cuyo descanso es la tumba; a los cien mil agricultores pequeños, que viven y mueren trabajando una tierra que no es suya, contemplándola siempre tristemente como Moisés a la tierra prometida, para morir sin llegar a poseerla, que tienen que pagar por sus parcelas como siervos feudales una parte de sus productos, que no pueden amarla, ni mejorarla, ni embellecerla, plantar un cedro o un naranjo porque ignoran el día que vendrá un alguacil con la guardia rural a decirles que tienen que irse; a los treinta mil maestros y profesores tan abnegados, sacrificados y necesarios al destino mejor de las futuras generaciones y que tan mal se les trata y se les paga; a los veinte mil pequeños comerciantes abrumados de deudas, arruinados por la crisis y rematados por una plaga de funcionarios filibusteros y venales; a los diez mil profesionales jóvenes: médicos, ingenieros, abogados, veterinarios, pedagogos, dentistas, farmacéuticos, periodistas, pintores, escultores, etcétera, que salen de las aulas con sus títulos deseosos de lucha y llenos de esperanza para encontrarse en un callejón sin salida, cerradas todas las puertas, sordas al clamor y a la súplica. ¡Ése es el pueblo, cuyos caminos de angustias están empedrados de engaños y falsas promesas, no le íbamos a decir: “Te vamos a dar”, sino: “¡Aquí tienes, lucha ahora con toda tus fuerzas para que sean tuyas la libertad y la felicidad!” (CASTRO, Fidel. **La historia me absolverá**, 2007, p. 33-35).

separada da pessoa, em sua “imediata corporalidade”, esse povo é a “possibilidade universal da riqueza”, capacidade explorada pelo capital como classe assalariada e outros grupos dominados, capacidade autoprodutora num futuro modo de apropriação comunitário mais racional ou justo⁶¹⁵.

O povo, como bloco social dos oprimidos, deve, portanto, incluir as discriminações de classe, raça, gênero e todo e qualquer indivíduo subalternizado pela dominação, pela imposição, formando um sujeito histórico e social voltado para a transformação, para a revolução social. Toda exterioridade ao capital como totalidade, mediante conscientização e organização, cumpre o papel de questionar, criticar e alterar o *status quo* vigente de opressão e desigualdade. Utilizar da sua negação pelo sistema, como afirmação de uma utopia, de uma possibilidade emancipadora que garanta a justiça social e efetive a igualdade de sujeitos materialmente. A condição de existência para a alteridade como ética só será refletida com luta e participação social, numa sociedade igualitária.

Mas é possível a práxis do povo enquanto exterioridade? Qual seria essa práxis? Como se posicionaria o povo a partir de um projeto comum? Haveria um projeto político popular? E em relação ao direito, como é possível a práxis popular libertária, tendo em vista a inerência do fenômeno jurídico como garantidor das trocas de mercadorias e da força de trabalho? Há horizonte de atuação popular frente ao direito?

3.3. Entre a tática e a estratégia: a insurgência contra a superexploração da força de trabalho nos âmbitos jurídico e político.

*Eu quero é botar meu bloco na rua...*⁶¹⁶

O povo latino-americano, ou o povo brasileiro a partir de nosso recorte espacial, encontra-se na exterioridade, sendo um bloco comunitário que está além da totalidade do sistema que constitui os oprimidos, os dominados, os marginalizados. O povo heterogêneo, formado por um bloco, possibilita o estabelecimento de relações comunitárias por meio da cultura, da solidariedade, da comunicabilidade, da convivência e da alteridade. Isso não implica inexistência de conflitos ou

⁶¹⁵ DUSSEL, Enrique D. **A Produção Teórica de Marx**: Um comentário aos Grundrisse, 2012, p. 386.

⁶¹⁶ Sérgio Sampaio, **Eu quero é botar meu bloco na rua**, 1973.

contradições no seio da organização popular⁶¹⁷. A ambiguidade é intrínseca e a luta se faz na própria dialética dos movimentos, ideologias, organizações e pautas, tendo o diálogo ou a discussão como centrais para a consolidação de um objetivo tático ou estratégico comum a partir das várias exterioridades.

Um exemplo da necessidade de diálogo e troca entre as exterioridades são avanços em relação à democratização dos espaços políticos e abertura de pontes para a redefinição do interior dos próprios movimentos, que trocam práticas e experiências comuns e possibilitam o avanço da organização e do bloco em si. É o que se aponta para imprescindibilidade de avanço do movimento sindical com base na experiência e nas demandas de outros movimentos sociais, como é o caso dos movimentos feministas, de juventude, de luta por moradia e pela terra. Segundo Antunes, uma inspiração das entidades sindicais em relação aos movimentos sociais é a concepção mais horizontalizada, democrática, menos cupulista ou burocratizada, que sintonize a base com a direção política⁶¹⁸. Do mesmo modo, os movimentos sociais bebem no histórico das lutas sindicais e na relação de classe e resistência no mundo do trabalho.

É neste sentido de diálogo que se deve pensar numa descolonização da prática popular e na própria caracterização de povo. Isto é, o povo latino-americano é diverso do povo europeu, do povo estadunidense, do povo africano ou asiático. O povo latino-americano é marcado pelo sistema moderno/capitalista/colonial/patriarcal definido como um “todo histórico-estrutural heterogêneo dotado de uma matriz de poder específica” que afeta todas as dimensões da existência social, tais como a sexualidade, a autoridade, a subjetividade e o trabalho⁶¹⁹. Outros serão os métodos e táticas, e, principalmente, outros serão os sujeitos que encamparão o processo de transformação. Sendo assim, os que guardam exterioridade devem mirar uma composição mais plural que tenha lugar num projeto popular de descolonização comum. Um projeto que siga o exemplo zapatista de “um mundo em que caibam vários mundos”⁶²⁰ a partir da exterioridade, ou mesmo a aliança bolivariana para a América Latina concretizada na ALBA (Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América), com as experiências concretas – sempre contraditórias – de Venezuela, Bolívia e

⁶¹⁷ DUSSEL, Enrique D. *Ética Comunitária*, 1986, p. 98-99.

⁶¹⁸ ANTUNES, Ricardo. *As rebeliões de junho de 2013*, 2013, p. 43.

⁶¹⁹ GROSGUÉL, Ramón. *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*, 2008, p. 123.

⁶²⁰ MIGNOLO, Walter. *El pensamiento des-colonial, desprendimiento y apertura: un manifiesto*, 2014, p. 71.

Equador, ou mesmo a revolução cubana como resistência popular perante a insistente ofensiva imperialista.

Embora um projeto popular brasileiro atual, em oposição aos modelos capitalistas analisados do neoliberalismo puro e do neodesenvolvimentismo, somente se concretize na formulação e na prática da congregação dos movimentos sociais e sindicais brasileiros, pode-se apontar algumas questões históricas candentes da formação socioeconômica nacional que se apresentam como pautas fundamentais a serem colocadas. Se a América Latina está posta historicamente na condição de dependência e não há a possibilidade real de um desenvolvimento do capitalismo periférico, somente uma ruptura com a ordem econômica dada poderia ensejar uma libertação de fato da superexploração da força de trabalho.

No entanto, mesmo as revoluções são processos, e processos que passam por transições econômico-políticas traduzidas nas demandas populares e nas batalhas travadas para a superação da fase ou do paradigma anterior com base em posicionamentos táticos e estratégicos.

A chilena Marta Harnecker, a partir de Lenin, utiliza o conceito político de estratégia como a visão à concretização do objetivo final, qual seja, a extinção do capitalismo dependente e das mazelas que traz ao povo, e por consequência os caminhos que devem ser trilhados para tanto. Nesse sentido, identifica-se os adversários principais estratégicos e os mediatos a fim de elaborar planos com base na correlação de forças e classes⁶²¹. Já a tática determina uma ação específica a ser empreendida para atingir a estratégia de acordo com circunstâncias históricas concretas e não a partir de simples interesses subjetivos. Há mudança da tática quando há alteração da correlação de forças e da postura dos adversários. Por exemplo, as táticas mudam se o regime político vigente é ditatorial ou democrático ou de ascenso ou descenso das movimentações populares. Assim, são táticas: as formas de atuação dos movimentos populares, os métodos e reivindicações empregados, o aproveitamento concreto das contradições dentro de um programa político ou econômico e formas como a propagação das pautas populares será travada⁶²².

Por isso, é preciso pensar em um Projeto Popular advindo das camadas populares brasileiras com vistas à atuação tática frente ao capitalismo dependente na edificação de uma possibilidade de transição como plataforma política popular. Uma plataforma, inclusive, que se mostra inviável

⁶²¹ HARNECKER, Marta. **Estratégia e Tática**, 2012, p. 65-70.

⁶²² HARNECKER, Marta. **Estratégia e Tática**, 2012, p. 109-114.

dentro dos marcos do capitalismo dependente, mas que possibilita a convergência concreta do *povo brasileiro* em torno de pautas representativas.

Algumas das propostas trazidas pelos movimentos populares brasileiros perpassam: pela realização de grandes reformas estruturais (não apenas a implementação de políticas públicas no ciclo do capital financeiro), como a reforma agrária com vistas a minar a concentração de terras e o latifúndio monocultor para garantir um projeto de soberania alimentar e nutricional nacional; a reforma urbana com democratização do espaço público, a vedação da especulação imobiliária, a disponibilização de moradias populares adequadas, o IPTU progressivo e a extinção dos imóveis vazios sem cumprimento da função social; a reforma tributária, a fim de taxar grandes fortunas, monopólios e consumo de bem suntuários; a reforma política, extinguindo o financiamento privado de campanha em prol do financiamento público e a estabelecendo critérios de representatividade real do povo brasileiro; a democratização dos meios de comunicação, especialmente as grandes mídias monopolizadas; a estatização de setores industriais e energéticos nacionais estratégicos; a auditoria, renegociação ou não pagamento da dívida pública que aprisiona as políticas de desenvolvimento nacional; as políticas de incentivo à produção científico-tecnológica nacional; a restrição à deslocalização empresarial e à implementação de empresas transnacionais ou a restrição das remessas de lucros na intervenção estatal sobre o fluxo de capitais; a alteração da matriz energética de forma a substituir os combustíveis fósseis por meios seguros à biodiversidade, com monopólio estatal; o desenvolvimento da integração latino-americana equânime como proposta de resistência ao imperialismo global, fomento à ALBA; no que tange à superexploração da força de trabalho – a garantia de estabilização do emprego, freando as flexibilizações edificadas, a redução da jornada de trabalho, a diminuição das tarifas públicas, a expansão de direitos sociais, a igualdade salarial, a expansão de creches, restaurantes, lavanderias e hospitais, todos públicos.

São todas medidas e pautas que geram a articulação popular e que, se efetivadas com amplo apoio das massas, transcendem o próprio capitalismo dependente, passando para uma nova forma de transição político-econômica. Pois bem, mas onde está o jurídico neste panorama? Há possibilidade de atuação tática jurídica? O direito é um fenômeno essencialmente capitalista, como viu-se, garantindo as trocas de mercadorias e regulando o contrato da venda da força de trabalho. No entanto, descartar o direito, enquanto tática, não parece a solução popular mais assertiva, tendo em vista a regulação jurídica e a presença do fenômeno jurídico nas mais diversas facetas nas reivindicações e nas limitações ao avanço das conquistas sociais. Isto é, a atuação perante as

ambiguidades e contradições da forma jurídica é imprescindível neste tempo em que há a juridificação da política ao extremo – vide o golpe de estado de 2016 em que o judiciário assumiu claro protagonismo.

Para o jurista e advogado popular mexicano Jesus António de La Torre Rangel, a necessidade de pensar o direito a partir das classes populares é fundamental, haja vista a mentalidade legalista estar arraigada na população, em suas palavras tal orientação aparenta até mesmo um “fetichismo jurídico”:

El pueblo latinoamericano es muy legalista. Exige sus derechos si tiene conciencia de que obra conforme a Derecho, esto es, de acuerdo con la ley. Sin embargo, la exigencia del pueblo de sus derechos, de acuerdo con el Derecho, no necesariamente se hace con base en el derecho vigente o positivo. El pueblo puede manejar también conceptos jurídicos basados en un sentimiento de justicia que deviene como consecuencia del conocimiento que adquiere por su experiencia e historia de pueblo explotado⁶²³.

Com as menções acima não se pretende creditar papel demasiado central ao direito, ao revés, como delineado no capítulo II, o direito tem a especificidade e temporalidade capitalista e, conforme Pachukanis, “o desaparecimento das categorias do direito burguês significará, nestas condições o desaparecimento do direito burguês em geral, isto é, o desaparecimento do momento jurídico das relações humanas”⁶²⁴.

Sánchez Vásquez, utilizando-se dos escritos de Pachukanis, afirma que o “Direito subsistirá na nova sociedade comunista enquanto não for superada definitivamente a troca de equivalentes”⁶²⁵. Deste modo, não é possível a existência de um direito proletário, mas sim da desaparecimento do momento jurídico das relações humanas na sociedade pós-capitalista⁶²⁶. Frisa-se que na América Latina as relações jurídicas dependentes assumem formas mais severas oriundas das trocas desiguais, igualando sujeitos hiperdesiguais, sendo que a legislação garante “a reprodução ampliada do capital central em face do periférico (gerando o subdesenvolvimento em escala global) e ainda só protege debilmente o físico e o espiritual do povo (quicá, só uma parcela do físico)”⁶²⁷.

⁶²³ DE LA TORRE RANGEL, Jesús Antonio. *El derecho que nace del pueblo*, 2004, p. 19-20.

⁶²⁴ PASUKANIS, Eugeny Bronislavovich. *A Teoria Geral do Direito e o Marxismo*, 1989, p. 26.

⁶²⁵ SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. *O direito na transição ao socialismo*, 2010, p. 79.

⁶²⁶ SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. *O direito na transição ao socialismo*, 2010, p. 81.

⁶²⁷ PAZELLO, Ricardo Prestes. *Direito insurgente e movimentos populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito*, 2014, p. 477.

Se as relações jurídicas são formas específicas das relações sociais, na América Latina estas relações são fundadas na história dos povos colonizados e dominados, marcados pelo escravismo e pela exploração de sua força de trabalho e de controle do poder pelos países centrais⁶²⁸. Por este pensamento colonial e o ímpeto de absorver os países colonizados ao domínio das metrópoles, há quase uma transposição do direito europeu fundado no liberalismo, contratualismo, positivismo ou jusnaturalismo, ainda que com alguma cautela e adaptação para legitimar os processos de conquista⁶²⁹.

Ao passo que nos países europeus as lutas são travadas na função do Estado de bem-estar social, como redistribuidor de riquezas e serviços, para reequilibrar tal desigualdade; nos países do sul global a realidade é outra. O processo de construção do direito parece incompreensível pelas oscilações entre a ideologia europeia e a formatação para a exploração dos povos latino-americanos⁶³⁰.

Sendo assim, teria sentido a incidência dos movimentos populares nas relações jurídicas, em sua forma aparente legislativa ou interpretativa, se estas estão essencialmente atreladas ao desenvolvimento capitalista? Não seria esta uma contradição performativa? Pois bem, o que se busca demonstrar é que ainda que o direito esteja embutido ao capital, não disputá-lo seria não enfrentar na realidade e nas possibilidades de lutas e avanços populares dentro da própria ordem burguesa. Utilizar o direito hoje, mais do que uma utilidade, é uma necessidade. A questão é usá-lo como lança para o caminho do próprio definhamento do direito burguês, desvelando seus paradoxos para a transição revolucionária.

Contudo, não se pauta aqui o uso vazio de qualquer direito, mas sim de um direito insurgente que questione seu próprio fundamento, “o (des)uso tático do direito a partir do crivo geopolítico latino-americano”, o uso político da forma jurídica “dependente”⁶³¹.

Enquanto o direito não tem seu fim, cabe forçá-lo em benefício do interesse da classe trabalhadora. Isto porque afirmar a possibilidade de um direito desigual por natureza - como teria de ser em uma sociedade comunitária - seria a negação do direito em si. Como o próprio Estado terá seu fim, assim também o terá o Direito⁶³². Sanchez Vásquez posiciona-se no sentido de disputa

⁶²⁸ PRESSBURGER, T. Miguel. **Direito Insurgente**: o direito dos oprimidos, 1991, p. 10.

⁶²⁹ PRESSBURGER, T. Miguel. **Direito Insurgente**: o direito dos oprimidos, 1991, p. 11.

⁶³⁰ PRESSBURGER, T. Miguel. **Direito Insurgente**: o direito dos oprimidos, 1991, p. 12.

⁶³¹ PAZELLO, Ricardo Prestes. **Direito insurgente e movimentos populares**: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito, 2014, p. 472.

⁶³² SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. **O direito na transição ao socialismo**, 2010, p. 84.

do direito a fim de imputar-lhe novo conteúdo, alinhado aos interesses populares, na fase de transição capitalista. Isto porque o velho direito não atenderá a nova fase social construída pelo povo. Poder-se-á conferir-lhe novo conteúdo, ainda que esteja fadado a desaparecer⁶³³. E é aí que se acredita situar o direito insurgente: na posição tática de combate popular, e não estratégica do direito como fim em si mesmo.

E é neste ponto que reside a diferença do Direito Insurgente para outras teorias críticas do direito brasileiras. Ainda que neste momento seja preciso resgatá-las como um todo, é no direito insurgente que se vê claramente a compreensão do fenômeno jurídico sem expectativas transformistas ou esperançosas na aposta no direito. Reconhece-se a importância das teorias do Direito Alternativo⁶³⁴, do Pluralismo Jurídico⁶³⁵, do Direito Achado na Rua⁶³⁶; do Humanismo Dialético⁶³⁷, entre outras, mas credita-se ao Direito Insurgente a tarefa tática de seu (des)uso sem olvidar da estratégia de seu definhamento, a partir das lutas e demandas populares.

O direito insurgente, como retoma a própria nomenclatura, refere-se à insurreição, à resistência, à revolta e à revolução⁶³⁸, é “um direito que é pensado a partir das necessidades e formulações dos trabalhadores, e que se insurge contra a ideologia jurídica que o Estado faz passar por Direito”⁶³⁹. Isto porque, de fato, o direito insurgente tem suas raízes na práxis dos movimentos sociais, nasce da dialética da relação entre o povo e advogados populares que edificam sua prática jurídica ao caminhar junto com o popular e não para o popular. Rompe-se com a tradição de pensar

⁶³³ SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. **O direito na transição ao socialismo**, 2010, p. 87.

⁶³⁴ Pode-se citar como seus propulsores Edmundo Lima de Arruda Jr. e o magistrado Amilton Bueno de Carvalho, além de outros que procuravam o edificar nas práticas decisórias dos tribunais. Carvalho identifica três possibilidades de atuação jurídica: a) o uso alternativo do direito, b) a positividade combativa e c) o direito alternativo em sentido estrito. Arruda Jr. traz a seguinte tipologia: a) plano no instituído relido; b) plano do instituído sonogado e c) plano do instituinte negado.

⁶³⁵ Destacam-se Boaventura de Sousa Santos e Antonio Carlos Wolkmer, que questionam o monismo jurídico edificado pela cultura burguesa-capitalista, em que o Estado, e o sistema jurídico emanado dele, é fonte única de organização do poder, sendo a fonte legítima de produção normativa, entendendo-se a vigência no mesmo território de mais de um ordenamento jurídico.

⁶³⁶ Lançado em 1987 na Universidade Nacional de Brasília (UnB). Foi denominada de Nova Escola Jurídica Brasileira (NAIR) e reunia intelectuais através da práxis da universidade vinculada aos movimentos sociais pela justiça numa leitura dialética do fenômeno jurídico. Seu principal precursor é o professor Roberto Lyra Filho, e hoje seu expoente é José Geraldo de Sousa Junior. Para esta corrente, o direito surge das ruas, dos espaços de organização das classes populares. A rua é lugar público, do protesto, do trabalho popular, é a reivindicação da cidade para o povo, numa terminologia simbólica, mas que reflete o real.

⁶³⁷ Nomenclatura criada por Roberto Lyra Filho, o qual considerava o Direito como um processo dialético de dominação-libertação e, assim, critica o pensamento marxista ortodoxo ao afirmar que o desaparecimento do Estado numa sociedade comunista, por exemplo, não implicaria o desaparecimento do Direito. Para o autor, o Direito autêntico é ligado ao povo, e ou se subordina a ele ou “se degrada em veículo da dominação ilegítima”.

⁶³⁸ PAZELLO, Ricardo Prestes; RIBAS, Luiz Otávio. **Direito Insurgente: (Des)uso tático do direito**, 2015, p. 145.

⁶³⁹ PRESSBURGER, T. Miguel. **Direito Insurgente**, 1987-1988.

o direito na redoma dos muros universitários, para refleti-lo por meio da real *práxis* com os oprimidos. Nesta seara identificam-se como os nomes centrais os advogados populares T. Miguel Pressburger, Miguel Lanzellotti Baldéz e Jacques Távora Alfonsin.

O desenvolvimento do Direito Insurgente é uma constante e árdua tarefa de “traduzir” as armadilhas ideológicas do sistema jurídico e junto ao povo construir um direito que se insurja à dominação classista através das formas organizativas populares, devido à própria impossibilidade ou insuficiência das formas “legais”, as normas na ordem jurídica vigente⁶⁴⁰.

De acordo com Baldéz, no direito capitalista, “homens e coisas ficam subsumidos na vontade geral (vontade da lei), generalizada e universalizada pela abstração da realidade”⁶⁴¹. Assim, de mero objeto que possibilita o exercício da produção, o/a trabalhador/a passa a ser sujeito de direito, livre em sua contratualidade, cujas mediações se dão pelo Estado, o que gera a proposição jurídica e ideológica de que há uma igualdade perante a lei. Entretanto, acaba por desmedir as forças reais entre a classe trabalhadora e a burguesa, entre o operário e o patrão. O direito, por isso, não é só ideologia⁶⁴². A norma jurídica, além de finalística (dever-ser), é obrigatória, e, portanto, implica uma imposição material.

Diante do quadro histórico brasileiro de acirramento da luta de classes, elevação da superexploração da força de trabalho e novas formas de apresentação e organização das classes populares, vê-se a necessidade de buscar novos instrumentos de resistência coletiva que representem não somente uma violação ao capitalismo como organização econômica, mas ao direito, que ergue a propriedade como valor supremo de salvaguarda⁶⁴³.

“Os deserdados da sociedade, os que foram lançados na periferia ou jamais permitidos ingressar na modernidade modelada pelo sistema, construíram e desenvolveram culturas paralelas, para eles revestidas de todas as prerrogativas legais”⁶⁴⁴. Ou seja, o direito surge na prática do trabalhador e da trabalhadora, nascido das contradições sociais, que no concreto confronta a ordem burguesa⁶⁴⁵. Novos laços e percepções de relações políticas desmascaram as relações jurídicas,

⁶⁴⁰ PRESSBURGER, T. Miguel. (coord.). **Direito Insurgente**, 1987-1988, p. 03.

⁶⁴¹ BALDEZ, Miguel Lanzellotti. **Sobre o papel do Direito na sociedade capitalista**. Ocupações coletivas: Direito Insurgente, 1989, p. 02.

⁶⁴² BALDEZ, Miguel Lanzellotti. **Sobre o papel do Direito na sociedade capitalista**. Ocupações coletivas: Direito Insurgente, 1989, p. 04.

⁶⁴³ BALDEZ, Miguel Lanzellotti. **Sobre o papel do Direito na sociedade capitalista**. Ocupações coletivas: Direito Insurgente, 1989, p. 09.

⁶⁴⁴ PRESSBURGER, T. Miguel. (coord.). **Direito Insurgente**, 1987-1988.

⁶⁴⁵ BALDEZ, Miguel Lanzellotti. **Sobre o papel do Direito na sociedade capitalista**. Ocupações coletivas: Direito Insurgente, 1989, p. 17.

baseados na solidariedade, na coletividade, na resistência à imposição da forma mercadoria aos sujeitos da exterioridade e se formam a partir da insurgência popular ao sistema jurídico posto. Um direito que nasce das necessidades de justiça e dos inconformismos das classes subalternas, por isso o caldo do Direito Insurgente é o próprio conflito social que emana da dialética de classes e das estratégias das organizações populares. A práxis do povo na exterioridade fornece indicativos metodológicos para uma nova epistemologia jurídica⁶⁴⁶.

Nesta toada, ressalta-se as diferenças substanciais, ao nível das discussões internas às teóricas críticas do direito, da teoria do direito insurgente para as teorias do direito alternativo e do pluralismo jurídico. Isto porque reconhece os limites absolutos de uma hermenêutica jurídica fundada na justiça social⁶⁴⁷, dado o fato de que o direito hegemônico é incompatível com a transformação social, não se pensa na insurreição a partir do direito capitalista e também nem se admite como horizonte a coexistência dos direitos populares e do direito estatal. Afirma, ao contrário, que hoje já existe uma coexistência de direitos, mas que a estratégia política é a construção de princípios políticos e de direito que estarão em vigor numa sociedade fundada na igualdade e sem a existência de classes antagônicas. Reconhece, ainda, a importância do processo de lutas na formação de consciências e organização do povo, de novos sujeitos que encarnem um novo existir, que não se pode apenas construir após um processo revolucionário, mas que se funda permanentemente para que tal processo se efetive e tenha condições de permanecer.

O direito Insurgente percebe que a luta de *dentro das formas de direito*, de sua racionalidade e estrutura lógica de conciliação de interesses individuais e coletivos, é crucial e que se deve pensar numa alternativa que exponha as contradições e que proponha um novo projeto jurídico, para além da crítica. Dessa forma, “não se trata de desprezar as conquistas legislativas, e sim, combiná-las com novas formas de avanços políticos, explorar as contradições do Estado burguês em seus limites últimos, impedir desta forma a dissociação entre a representação jurídica e o conflito social”⁶⁴⁸.

Para o marxismo esquemático (que divide super e infraestrutura em momentos distintos) o direito é apenas um aparelho ideológico da dominação de classe. O direito Insurgente vai além, não esquece que o próprio direito burguês é produto de um processo revolucionário, e que não se

⁶⁴⁶ PRESSBURGER, T. Miguel. **Direito à alternativa**, 1995.

⁶⁴⁷ “Os limites de uma nova hermenêutica (ou positivismo de combate) ficam patentes com as constantes reformas que os tribunais superiores impõem às sentenças dos juízes mais progressistas, o que, de maneira alguma, invalida o esforço de reformulação jurisprudencial”. Em: PRESSBURGER, T. Miguel. **Direito à alternativa**, 1995.

⁶⁴⁸ PRESSBURGER, Miguel T. Direito do Trabalho, um direito tutelar?, 1993, p. 187-188.

pode olvidar da importância da herança das lutas pelo Estado de Direito que marcaram esses séculos capitalistas.

Desta feita, “o direito insurgente se concretiza com uso e não como sistema, tendo por finalidade permitir o seu próprio desaparecimento”⁶⁴⁹, é “tática transitória de uso das relações sociais jurídicas no caminho que vai da forma jurídica à sua negação, ou seja, do uso tático (porque independente do voluntarismo anticapitalista) ao desuso estratégico (porque necessário para um horizonte anticapitalista) do direito”⁶⁵⁰.

Ricardo Pazello e Luiz Otávio Ribas propõem algumas táticas de uso do direito: a) tática de uso combativo do direito; b) tática do uso relido do direito; c) tática do uso assimétrico do direito; d) tática do uso dual do direito, todas em rumo à extinção do direito com base na estratégia do uso negativo do direito.

A tática do uso combativo do direito consiste na aplicação dos instrumentos jurídicos já existentes, normatizados, como por exemplo a previsão dos direitos e garantias fundamentais e dos direitos humanos, se assemelhando ao “uso alternativo do direito”⁶⁵¹ ou ao “instituído sonogado”⁶⁵² das linhas do direito alternativo.

O uso relido do direito depende do esforço interpretativo no “uso defensivo da legalidade para o ofensivo”⁶⁵³, isto é, é fruto de uma hermenêutica crítica e criativa.

Já o uso assimétrico do direito refere-se à pluralidade normativa já existente. No entanto, não é mero pluralismo jurídico, vez que há assimetria extremamente desproporcional de poder entre as culturas jurídicas criadas pela prática popular nas organizações, favelas, acampamentos, nas ruas e o poder jurídico normativo estatal, por isso uma apropriação normativa do povo, ainda que de forma desigual neste momento conjuntural do capital⁶⁵⁴.

A tática dual do direito relaciona-se diretamente com a estratégia do uso negativo do direito. A primeira refere-se a um momento posterior à assimetria do direito, ou seja, um momento de transição, de conflito aberto, em que o horizonte revolucionário que não se relacionaria com o momento atual do capitalismo dependente latino-americano. É dual porque haveria disputa de

⁶⁴⁹ PAZELLO, Ricardo Prestes; RIBAS, Luiz Otávio. **Direito Insurgente: (Des)uso tático o direito**, 2015, p. 147.

⁶⁵⁰ PAZELLO, Ricardo Prestes; RIBAS, Luiz Otávio. **Direito Insurgente: (Des)uso tático o direito**, 2015, p. 147.

⁶⁵¹ Ver: CARVALHO, Amilton Bueno de. **Teoria e Prática do Direito Alternativo**. Porto Alegre: Síntese, 1998.

⁶⁵² Ver: ARRUDA JR, Edmundo Lima de. **Direito Alternativo – Notas sobre as condições de possibilidade**. Em: ARRUDA JR, Edmundo Lima de. (org). **Lições de Direito Alternativo**. São Paulo: Acadêmica, 1991.

⁶⁵³ PAZELLO, Ricardo Prestes; RIBAS, Luiz Otávio. **Direito Insurgente: (Des)uso tático o direito**, 2015, p. 149.

⁶⁵⁴ PAZELLO, Ricardo Prestes; RIBAS, Luiz Otávio. **Direito Insurgente: (Des)uso tático o direito**, 2015, p. 150-151.

poder real, não mais em latência ou sobreposição. É o momento que possibilita a concretização da estratégia do uso negativo do direito, o seu (des)uso ou sua negação com direção ao definhamento das relações jurídicas assim como o definhamento da forma-valor⁶⁵⁵.

Dussel problematiza a luta com base no sistema de direito ou nos direitos humanos enquanto tática política, nunca como um fim em si mesmo. É uma luta histórica dos movimentos sociais que tem como base a denúncia da injustiça ou desigualdade e o um anúncio por meio de uma reivindicação. Os direitos humanos como processo são, portanto, sempre um caminho, nunca uma chegada, que têm nesse momento histórico capitalista e neste espaço geopolítico dependente racista e patriarcal uma possibilidade de enfrentamento e tradução em demandas jurídicas. Conforme Dussel nos indica:

Os “direitos humanos” não podem ser contabilizados a priori, como pretendia um possível direito natural. Por natureza, os direitos humanos são históricos. Isto é, eles se estruturam historicamente como “direitos vigentes” e são considerados com base na consciência ético-política dos “novos” movimentos sociais que lutam pelo reconhecimento de sua dignidade negada. Não pode haver a priori, no começo da história, uma “lista” dos direitos humanos. No final da história, quando tivesse lutado pelo reconhecimento de todos os direitos possíveis que o ser humano pudesse potencialmente descobrir em seu longo caminhar, poder-se-ia obter tal “lista”, mas seria então a posteriori⁶⁵⁶.

Mas é somente na luta que se forma a consciência e é na prática política que se descobre um direito insurgente nascente que constrói novos sujeitos protagonistas de suas histórias⁶⁵⁷. Ou seja, para que tais direitos sejam criados e legitimados não basta refletir na teoria, mas sim ir a práxis da ação popular.

Se pautamos uma concepção descolonial, histórica e construtiva dos direitos humanos a partir da América Latina, é claro perceber os sujeitos que encarnam os processos de contestação, reivindicação e transformação desse sistema: os movimentos sociais populares. A exterioridade, para Dussel, ou também o que ele denomina de “os sem-direitos”, são

as gerações futuras diante dos crimes antiecológicos das gerações presentes; é o caso da mulher na sociedade machista, das raças não brancas na sociedade racista ocidental, dos homossexuais nas estruturas heterossexuais, dos marginais, das classes exploradas por uma economia do lucro, dos países pobres e periféricos, dos imigrantes e ainda

⁶⁵⁵ PAZZELO, Ricardo Prestes; RIBAS, Luiz Otávio. **Direito Insurgente: (Des)uso tático o direito**, 2015, p. 152-153.

⁶⁵⁶ DUSSEL, Enrique. **Direitos Humanos e ética da libertação**, p. 129.

⁶⁵⁷ BALDEZ, Miguel Lanzellotti. **Sobre o papel do Direito na sociedade capitalista**. Ocupações coletivas: Direito Insurgente, 1989, p. 18.

dos Estados nacionais debilitados pela estratégia do capital global nas mãos de corporações transnacionais⁶⁵⁸.

Daí a importância do papel dos movimentos sociais populares no embate e expressão das contradições e tensões da sociedade civil, do Estado e do próprio direito, que na condição de exterioridade percebem e questionam o velho lugar da exploração e da dominação. No momento em que as lutas táticas que visam a combater a superexploração da força de trabalho são encampadas, como é o caso da redução da jornada de trabalho, a luta por melhores condições de trabalho, o fim das modalidades de contratos precários, a estabilização no emprego, aumento salarial, entre outros, os trabalhadores e trabalhadoras percebem a insuficiência e a impossibilidade que existe dentro dos marcos do capitalismo dependente, de forma a mirar em luta estratégicas mais profundas.

A práxis da libertação, para Enrique Dussel, exige dois momentos significativos⁶⁵⁹: uma luta negativa, de negação do sistema dado, que pretende destruir as estruturas de dominação e um momento positivo, de formação do novo⁶⁶⁰. A práxis da libertação ou práxis anti-hegemônica impescindiria de certos “níveis” de enfrentamento ao sistema de poder posto. O primeiro é situar um nível utópico, um horizonte que indique a possibilidade de uma mudança, depois deve-se delinear um paradigma de transformação possível baseados nos critérios materiais, formais e de factibilidade. Além do projeto crítico factível, deve-se ter clareza estratégica na ação transformadora com a projeção de táticas eficazes aliadas a meios apropriados que garantam sua efetivação⁶⁶¹.

Destrinchando esses dois momentos (afirmação e negação), pode-se subdividir o processo de afirmação e criação do novo pelas vítimas a partir de três níveis e dez percursos, todos baseados nos critérios material, formal e de factibilidade. O primeiro nível subdivide-se em quatro momentos: 1) a negação real das vítimas pela exclusão, dominação e exploração; 2) a afirmação radical da vida negada dos oprimidos e a luta pela vida ; 3) a percepção de si como o *outro* com a formação de uma consciência ético-crítica; 4) a formação de uma juízo ético-crítico negativo em relação às instituições injustas.

⁶⁵⁸ DUSSEL, Enrique. **Direitos Humanos e ética da libertação**, 2015, p. 128.

⁶⁵⁹ A práxis, para Dussel, é a atuação dos sujeitos no mundo. A práxis política é a presença no campo político. Já a práxis da libertação coloca em xeque as estruturas do sistema político hegemônico. Em: DUSSEL, Enrique D. **20 teses de política**, 2007, p. 115.

⁶⁶⁰ DUSSEL, Enrique D. **20 teses de política**, 2007, p. 116.

⁶⁶¹ DUSSEL, Enrique D. **20 teses de política**, 2007, p. 117-118

O segundo nível compreende quatro processos: 5) a interpelação de outras vítimas que ainda não tomaram consciência; 6) a interpelação de outras pessoas que podem solidarizar-se; 7) a análise progressiva e científica das causas de dominação das vítimas; 8) a construção de alternativas factíveis como exercício da razão utópica. O último nível corresponde a 9) negação real e empírica do sistema e 10) a construção de novos momentos de libertação propriamente ditos⁶⁶².

A construção destes momentos de negação e afirmação é que se colocam como desafios reais à exterioridade, ao trabalho vivo, aos movimentos populares e às novas configurações do povo brasileiro, na formação de um bloco de contestação e transformação não apenas das relações jurídicas dependentes, mas do próprio capitalismo dependente brasileiro que perpetua as barbáries da superexploração da força de trabalho. Vislumbrar os limites da construção de modelos de desenvolvimento nos marcos do neoliberalismo é condição basilar para repensar as táticas e estratégias da libertação e da autonomia do *povo* brasileiro em prol de um projeto realmente popular.

⁶⁶² DUSSEL, Enrique D. **Ética da Libertação**: Na idade da globalização e da exclusão, 2012, p. 308-309.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Hermano[a] dame tu mano vamos juntos a buscar
una cosa pequeñita que se llama libertad
esta es la hora primera este es el justo lugar
abre la puerta que afuera la tierra no aguanta más⁶⁶³.*

Propôs-se nesta dissertação a tarefa complexa de relacionar temas com grande aprofundamento independentes, mas com pouca articulação e conexão entre si: a superexploração da força de trabalho a partir da Teoria Marxista da Dependência e da Colonialidade do Poder, a teoria marxista do direito, os debates econômicos e políticos acerca do neoliberalismo e do neodesenvolvimentismo, a filosofia da libertação e a sociologia do trabalho para pensar as novas morfologias das configurações da classe trabalhadora e do povo latino-americano.

Tem-se a clareza da inesgotabilidade dos temas e dos limites da pesquisa na amarração dos nós e destrinchamento de todos os pontos propostos. Este trabalho cumpre, em verdade, a contribuição para um pontapé inicial no cavar de uma filosofia ou de uma teoria crítica do direito, em especial do direito do trabalho, situando as especificidades latino-americanas das relações jurídicas dependentes em um tempo e um espaço bem definidos: o Brasil no período neodesenvolvimentista.

Como objetivo primordial tinha-se a coleta de dados, informações, pesquisas e análises acerca do trabalho e do direito nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff que pudessem ensejar uma compreensão do impacto (avanços e entraves) que as políticas econômicas adotadas implicaram à superexploração da força de trabalho no Brasil e a configuração do estágio das relações jurídicas laborais dependentes.

Com o percurso metodológico fincado nas teorias citadas, chegou-se à síntese de algumas conclusões fulcrais:

I. A América Latina, constituída como tal na modernidade, traz em seu seio as marcas da ferida ou da diferença colonial em razão da exploração do território, dos recursos naturais, e, fundamentalmente, dos povos originários indígenas, dos povos transplantados e escravizados africanos e posteriormente dos imigrantes pobres dos países centrais. Os reflexos desta ferida são vistos na colonialidade do poder e do saber latino-americanos e no controle econômico, da natureza, do trabalho, do gênero, da sexualidade, da consciência e da subjetividade.

⁶⁶³ J. Sánchez; J. Sosa. **Hermano dame tu mano**. Gravada por Mercedes Sosa, 1973.

II. A dependência, embora tenha estreita relação com a colonização, não se confunde com ela, edificando-se pós industrialização que consolida a divisão internacional do trabalho, cabendo à América Latina a exportação de matéria-prima bruta ou parcamente manufaturada ou as etapas inferiores da segmentação produtiva. O Brasil assume uma posição de vantagem em comparação a outros países latino-americanos ao lado de outras nações como Argentina, México, Uruguai, Chile e Colômbia, vez que já possuía um processo de industrialização em expansão no período pós grandes guerras mundiais.

III. Para compensar as concorrências desleais das trocas desiguais e da transferência de valor do capitalismo periférico ao central, lançou mão da superexploração da força de trabalho na América Latina, combinando a extração da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa por meio de três mecanismos fundamentais desenhados por Marini: o prolongamento da jornada de trabalho, a intensificação do ritmo de trabalho e a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor de reprodução.

IV. O direito a partir da fundamentação teórica marxista e pachukaniana é compreendido como relação jurídica vinculada à forma-valor, que garante a circulação de mercadorias, criando a figura do “sujeito de direito” como indivíduo capaz de realizar negócios jurídicos. O direito do trabalho, neste condão, chancela a exploração do trabalho ao igualar por meio do contrato de trabalho, sujeitos desiguais – trabalhador e patrão -, legalizando a venda da força de trabalho, ocultando a mais-valia e autorizando a subordinação. Todavia, apresenta-se como ambivalente, ambíguo, bipolar, ao passo que, em que pese garanta a venda da força de trabalho, também a limita, sendo, portanto, um espaço de luta, com maior ou menor limitação da exploração a depender da correlação de forças entre as classes.

V. Na América Latina, as relações jurídicas assumem caráter específico, sendo também dependentes, de forma a reproduzir trocas ainda mais desiguais, igualar sujeitos hiperdesiguais e limitar pouco a superexploração. A “tutela” é extremamente débil, a legislação é paulatinamente inaplicada e as decisões judiciais altamente flexibilizadoras. O histórico da edificação da legislação laboral e da Justiça do Trabalho no Brasil evidenciam o caráter de relações que garantem trocas desiguais a partir da importação de um modelo de forma jurídica europeu, paternalista, autoritário, intervencionista e cerceador da livre atuação sindical.

VI. Com as crises cíclicas do capital e as reestruturações produtivas há alterações na exploração e na regulação do trabalho. O neoliberalismo e a financeirização do capital salientaram

a desterritorialização produtiva, a desregulamentação e flexibilização trabalhista com arrochos e perda de garantias, estendendo a superexploração de forma generalizada aos países de capitalismo central. Todavia, na América Latina a superexploração permanece com especificidades, compensando ainda de forma mais severa as remessas de lucros e as trocas desiguais que se ampliam. O neoliberalismo no Brasil abre as comportas para a privatização das poucas empresas nacionais, para a fixação de empresas transnacionais e para a reprimarização da economia. Os reflexos foram estrondosos: elevação do desemprego, diminuição do poder aquisitivo dos trabalhadores, elevação da dívida externa, aumento da concentração de renda e da pobreza e desmobilização sindical.

VII. O neodesenvolvimentismo brasileiro, com início na década de 2000, apresenta-se como uma proposta de desenvolvimento do capitalismo periférico sem romper com o neoliberalismo e com a dependência. Trata-se de um conjunto de políticas econômicas adotadas, que não consiste necessariamente num projeto, mas que é protagonizado por uma frente que agrega setores da burguesia interna e parcelas da classe trabalhadora, apresentando como uma conciliação de propostas que melhoram a condição de vida do povo brasileiro, especialmente a população miserável, com políticas heterodoxas e anticíclicas de elevação de renda e aquecimento do consumo, que favorecem o mercado nacional. Há continuidade na conciliação e abertura às transnacionais, mas com políticas de incentivo e financiamento de grandes projetos e empreendimentos de construção por empresas da burguesia interna, em especial o ramo da construção civil e naval, mineração e dos grupos de educação superior privada. A política agrária de fomento ao agronegócio exportador permanece, com ascensão do setor sucroalcooleiro, com manutenção do latifúndio monocultor e concentração de terras, implicando inclusive desindustrialização e especialização no envio de grãos, mas com ampliação dos parceiros comerciais asiáticos.

VIII. Em termos da superexploração da força de trabalho é inegável que houve melhorias significativas à produção e reprodução da vida da classe trabalhadora no neodesenvolvimentismo em comparação ao neoliberalismo “puro”. Contudo restou impossível o rompimento da superexploração ao mesmo tempo em que se reafirmaram as relações jurídicas dependentes. Não há dúvidas que a elevação do emprego formal (criação de 20,5 milhões de novos postos) foi impressionante, contudo é essencial ressaltar que a maioria foram postos de remuneração de no máximo 3 salários-mínimos, sendo que 33,5% dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras recebe

salário menor que o mínimo. É fato que a remuneração dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros aumentou com a elevação do salário-mínimo legal, mas ainda esteve aquém do valor necessário para a reprodução da força de trabalho, sendo o salário legal cerca de quatro vezes menor que o necessário (na década de 1990 chegou a ser sete vezes menor). Houve a construção de políticas que complementaram a renda, e de acesso à educação, moradia e alimentação, mas sem alterar o fundamento da pauperização no Brasil e sem deixar de realizar contrapartidas aos capitalistas com base nestes próprios programas. A jornada de trabalho permaneceu sendo executada acima da determinação legal de 44 horas semanais por quase 35% da população (na década de 1990 chegava a 40% da população), sendo que cerca de 20% dos trabalhadores e trabalhadoras labora mais de 48 horas semanais. Quanto à intensificação do ritmo de trabalho, indicadores como o aumento de postos precarizados, como os terceirizados (que conformam quase 27% dos postos formais), a alta rotatividade no emprego, com cerca de 65% dos contratos de trabalho encerrados com menos de um ano; e o número de acidentes de trabalho chegou a mais de 700 mil casos em 2014.

IX. O direito do trabalho brasileiro no período neodesenvolvimentista apesar de não aprofundar as mazelas arrefecedoras de direitos do neoliberalismo, também não melhora o cenário da limitação da superexploração, trazendo inclusive modificações legislativas sérias quanto à precarização do trabalho, o maior exemplo é a pejotização intensificada com a Lei 11.196/2005. Percebe-se avanços, como a extensão dos direitos trabalhistas constitucionalizados às trabalhadoras e trabalhadores domésticos, o fomento à ampliação da licença maternidade, a regulamentação da lei do estágio, a regulamentação do trabalho à distância e a ampliação do aviso-prévio proporcional. Em contrapartida, possibilitou a contratação sem anotação da CTPS de trabalhadores rurais por trabalhos temporários de 2 meses, autorizou o trabalho aos domingos no setor de comércio e diminuiu a contribuição do FGTS e encargos previdenciários às microempresas. Mesmo assim, a legislação já flexibilizada teve pouca eficácia, com baixa fiscalização dos órgãos de verificação das condições de trabalho como o MTE e MPT, num déficit de orçamento e pessoal. Assim, vê-se que o descumprimento da legislação é endêmico e estrutural no Brasil, chegando ao ápice do empresariado realizar cálculos de gestão que percebem a ineficácia da fiscalização, o parco número de ingresso de demandas trabalhistas e a indulgência de um judiciário elitista e de ideologia patronal.

X. O neodesenvolvimentismo no Brasil, somado à reestruturação produtiva toyotista dependente, apresentou uma nova realidade no panorama das configurações do povo que vive de

seu trabalho, criando potencialidades de novos movimentos sociais, redefinindo práticas do movimento sindical e abrindo novos segmentos de trabalhadores e trabalhadoras precarizados. De um lado, houve maior mobilização sindical, com aumento do número de greves; expansão do número de centrais sindicais; explosão dos movimentos urbanos de luta por moradia; aumento das mobilizações feministas, LGBT e de juventude. De outro lado, houve entraves nas lutas camponesas; o crescimento do conservadorismo político e religioso; a ausência de educação popular que viabilizasse a consciência de classe e a organização popular qualificada; a formação de guetos de trabalhadores ultra precarizados; a ânsia pelo consumo em detrimento aos direitos sociais sólidos; e um saldo de esgotamento da frente neodesenvolvimentista que culminou num golpe institucional em 2016.

XI. Tais redefinições acarretaram em repensar a configuração do povo brasileiro, com as interseccionalidades de classe, raça e gênero na formação de um bloco atualizado, com novas práticas dialógicas e novas formas de intervenção política construídas para a transformação social radical. Perceber os limites da defesa de um “projeto” neodesenvolvimentista é fundamental para qualificar a práxis na edificação de um projeto realmente popular, que perpassasse pela realização de grandes reformas estruturais e apontem para o fim do ciclo do capitalismo dependente brasileiro e da superexploração da força de trabalho que gera. O projeto popular é, neste sentido, tática para percorrer o caminho rumo à estratégia socialista latino-americana do século XXI.

XII. A tática e estratégia também se coloca no campo jurídico. Se almeja-se a extinção do direito burguês como horizonte, disputá-lo e traduzi-lo no presente é tarefa que não pode ser descartada, vez que imprescindível no combate popular. Reconhece-se, portanto, a imprescindibilidade de atuação por meio do direito insurgente, com a clareza de seus limites de relações jurídicas dependentes.

De forma geral, o panorama que se colocou nesta dissertação foi o da reflexão crítica para o agir. No decorrer do percurso enfrentou-se a ofensiva direta da articulação do imperialismo do capital central e os setores colonializados elitistas nacionais que minaram o neodesenvolvimentismo com a retomada do neoliberalismo dependente forte. A pesquisa evidencia, de algum modo, a limitação da reivindicação do neodesenvolvimentismo como projeto político ou como horizonte a ser retomado. Os tempos sombrios de ofensiva mostram que é preciso renascer, reinventar, rearticular, criar novos espaços, estabelecer novos laços e blocos.

É preciso mudar formas e firmar conteúdos, é preciso empatia, alteridade e solidariedade que só tem razão de ser na exterioridade do povo, da face dos trabalhadores e trabalhadoras, das mulheres, dos negros e negras, dos camponeses e camponesas, dos indígenas, da população LGBT, dos quilombolas, da juventude, dos migrantes, daqueles que moram nas ruas, dos sem-teto e sem-terra, dos estudantes indignados, dos atingidos por grandes projetos capitalistas, do povo pobre e explorado, dos que sentem na pele, no coração ou no estômago as injustiças cotidianas. É tempo de unir as mãos, porque não se faz uma ciranda sozinha/o.

Con tu puedo y con mi quiero
vamos juntos compañero
compañero te desvela
la misma suerte que a mí
prometiste y prometí
encender esta candela

con tu puedo y con mi quiero
vamos juntos compañero
la muerte mata y escucha
la vida viene después
la unidad que sirve es
la que nos une en la lucha

con tu puedo y con mi quiero
vamos juntos compañero
la historia tañe sonora
su lección como campana
para gozar el mañana
hay que pelear el ahora

con tu puedo y con mi quiero
vamos juntos compañero
ya no somos inocentes
ni en la mala ni en la buena
cada cual en su faena
porque en esto no hay suplentes

con tu puedo y con mi quiero
vamos juntos compañero
algunos cantan victoria
porque el pueblo paga vidas
pero esas muertes queridas
van escribiendo la historia

con tu puedo y con mi quiero
vamos juntos compañero.

Mário Benedetti, Vamos juntos compañero,

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. Crise do neodesenvolvimentismo e Estado neoliberal no Brasil: elementos de análise de conjuntura do capitalismo brasileiro. Em: CORSI, Francisco Luiz; CAMARGO, José Marangoni; SANTOS, Agnaldo dos (orgs). **A Conjuntura econômica e política brasileira e argentina**. Marília: Cultura Acadêmica, 2015, p. 25-48.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Precarização do Trabalho**: ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Canal 6, 2013.

ALVES, Giovanni. **Terceirização e Neodesenvolvimentismo no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2014. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2014/08/11/terceirizacao-e-neodesenvolvimentismo-no-brasil/>

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Projeto Práxis Editorial; Canal 6, 2014.

AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. Em: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs). **Padrão de Reprodução do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 87-102.

ANTUNES, Ricardo. **A ‘engenharia da cooptação’ e os sindicatos no Brasil recente**. Em: Jornal dos Economistas do Rio de Janeiro, n. 268, novembro de 2011.

ANTUNES, Ricardo. **A nova morfologia do trabalho no Brasil**. Reestruturação e precariedade. Em: Revista Nueva Sociedad. Edição Trabalho hoje: fronteiras e horizontes (em português). Volume 1. Junho, 2012, p. 44-59.

ANTUNES, Ricardo. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. Em: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A. Moraes (org.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 13-24.

ANTUNES, Ricardo. **As rebeliões de junho de 2013**. Em: OSAL – Observatório Social de América Latina. Año XIV, nº 34. Buenos Aires: CLACSO, Noviembre de 2013, p. 37-50.

ANTUNES, Ricardo. **O Continente do labor**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os modos de ser da informalidade**: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? Em: Revista Serviço Social e Sociedade. Número 107. São Paulo, setembro de 2011, p. 405-419.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed., rev., ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARIZA SANTAMARÍA, Rosembert. Descolonização jurídica nos Andes. Tradução de Débora Ferrazzo Em: WOLKMER, Antonio Carlos; LIXA, Ivone Fernandes Morcilo (orgs.). **Constitucionalismo, descolonización y pluralismo jurídico en América Latina**. Aguascalientes: CENEJUS; Florianópolis: NEPE-UFSC, 2015, p. 165-179.

ASSUMPÇÃO, Tatiana Berringer de. **Bloco no Poder e política externa nos governos FHC e Lula**. Campinas: Programa de Pós-Graduação (Doutorado) em Ciência Política Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.

AYERBE, Luis Fernando. **Neoliberalismo e Política Externa na América Latina**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BALDEZ, Miguel Lanzellotti. **Sobre o papel do Direito na sociedade capitalista. Ocupações coletivas: Direito Insurgente**. Petrópolis: Centro de Defesa dos Direitos Humanos, 1989.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Tradução de Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. Florianópolis: Insular, 2012.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **As políticas neoliberais e a crise na América do Sul**. Em: Revista Brasileira de Política Internacional. Volume 45, número 2, 2002, p. 135-146.

BARBAGELATA, Hector Hugo. **El derecho del trabajo en America Latina**. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad social, 1985.

BARBOSA, Attila Magno e Silva; ORBEM, Juliani Veronezi. **“Pejotização”**: precarização das relações de trabalho, das relações sociais e das relações humanas. Em: Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, v. 10, n. 2 / 2015, p. 839-859. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/20184/pdf#.V_fBbigrLIU

BOITO JR, Armando. **A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia**. Em: Revista Crítica Marxista, número 42, maio de 2016. Pp. 155-163.

BOITO JR, Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV. São Paulo. Disponível em: <http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%20%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>.

BOITO JR, Armando. **Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder.** Em: Boito Jr, Armando & Galvão, Andréia. Política e classes sociais no Brasil nos anos 2000. São Paulo: Editora Alameda, 2012.

BOITO JR, Armando; BERRINGER, Tatiana. **Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma.** Em: Revista de Sociologia Política. Vol. 21, nº 47. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Sept. 2013.

BOITO JR, Armando; GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula. **Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000.** Em: OSAL, Ano X, Nº 26. Buenos Aires: CLACSO, outubro de 2009.

BRAGA, Ruy. **As jornadas de junho no Brasil:** Crônica de um mês inesquecível. Em: OSAL – Observatório Social de América Latina. Año XIV, nº 34. Buenos Aires: CLACSO, Noviembre de 2013, p. 51-62.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação anual de Informações (RAIS):** empregos formais. Brasília, 2015. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico.** Em: Revista de Economia Política. Volume 36. Número 2 (143). Abril-junho, 2016, p. 237-265.

BUHSE, Ana Paula; PEREIRA, José Maria Dias. **O novo-desenvolvimentismo:** uma construção inacabada. In: VII Encontro de Economia Catarinense, 2013, Florianópolis. VII Encontro de Economia Catarinense, 2013, p. 01-22.

CAMACHO, Daniel. Movimentos sociais: algumas discussões conceituais. Em: SCHERRER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 219.

CAMARGO NETO, Rubens Bordinhão. **O lugar do Direito do Trabalho na periferia do capitalismo.** Curitiba: Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Direito da Universidade Federal do Paraná, 2015.

CARCANHOLO, Reinaldo A. (org). **Capital: essência e aparência.** Volume 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CARCANHOLO, Reinaldo A. **Sobre o conceito de mais-valia extra em Marx.** Anais do V Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política, 2000.

CARDOSO, Adalberto; LAGE, Telma. **As normas e os fatos:** desenho e efetividade das instituições de regulação do mercado de trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. A divisão internacional do trabalho como categoria central da análise de Ruy Mauro Marini. Em: NEVES, Lafaiete Santos. **Desenvolvimento e dependência: atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini**. Curitiba: CRV, 2012, p. 07-16.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. **Subdesenvolvimento e mercado de trabalho: uma análise a partir do pensamento latino-americano**. Em: Revista Sociologias. Volume 12. Número 25. Porto Alegre, setembro-dezembro, 2010.

CASTELO, Rodrigo. **A questão do neodesenvolvimentismo e as políticas públicas**. Entrevista realizada por Raquel Raichelis em novembro de 2013. Em: Revista Serviço Social e Sociedade. Número 119. São Paulo, julho-setembro, 2014, p. 583-591.

CASTELO, Rodrigo. **O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro**. Em: Revista Em Pauta. Edição Crise e Desenvolvimento. Número 31. 1º semestre, 2013, p. 119-138.

CASTELO, Rodrigo. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro**. Em: Revista Serviço Social e Sociedade. Número 112. São Paulo, outubro-dezembro, 2012, p. 613-636.

CASTRO, Fidel. **La historia me absolverá**. Ciudad de La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007.

CÉZAR, Frederico Gonçalves. **O processo de elaboração da CLT: histórico da consolidação das leis trabalhistas brasileiras em 1943**. Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros – Ano 3 – Edição Nº 07. Disponível em: <http://institutoprocessus.com.br/2012/wp-content/uploads/2012/07/3%C2%BA-artigo-Frederico-Gon%C3%A7alves.pdf>

CHONCHOL, Jacques. Neoliberalismo e Dependência. Em: SIDEKUM, Antonio; WOLKMER, Antonio Carlos; RADAELLI, Samuel Manica (orgs). **Enciclopédia Latino-americana dos Direitos Humanos**. Blumenau: Edfurb, Nova Petrópolis, Nova Harmonia, 2016, p. 581-586.

CORREAS, Oscar. **Introducción a la Crítica del Derecho Moderno** (esbozo). México: Universidad Autónoma de Puebla, 1986.

CORSI, Francisco Luiz. A Conjuntura e a Política Econômica no governo Dilma (2011-2014). Em: CORSI, Francisco Luiz; CAMARGO, José Marangoni; SANTOS, Agnaldo dos (orgs). **A Conjuntura econômica e política brasileira e argentina**. Marília: Cultura Acadêmica, 2015, p. 93-104.

COUTINHO, Aldacy Rachid. **Direito capitalista e democrático do trabalho nos marcos do estado providência: 70 anos da consolidação das Leis do Trabalho brasileira**. Em: Estudos do Século XX, v. 13. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 167-180.

DE LA TORRE RANGEL, Jesús Antonio. **El derecho que nace del pueblo**. Bogotá: FICA; ILSA, 2004.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estadística e Estudos Socioeconômicos. **Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**. Janeiro de 2016. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estadística e Estudos Socioeconômicos. **Os números da rotatividade no Brasil: um olhar sobre os dados da Rais 2012-2013**. Brasil: DIEESE; FAT; MTE; 2013. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notaaimprensa/2014/numerosRotatividadeBrasil.pdf>

DIEESE, Departamento Intersindical de Estadística e Estudos Socioeconômicos. **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos, Salário mínimo nominal e necessário 1994 a 2016**. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estadística e Estudos Socioeconômicos; CUT, Central única dos Trabalhadores. **Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha. Dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos**. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014.

DIEESE. **Balanço das greves em 2013**. Caderno Estudos e Pesquisas, Nº 79 - dezembro de 2015. Disponível em <http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.pdf>

DUARTE, Adriano Luiz. A CLT na construção do capitalismo no Brasil. Em: SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **O Mito - 70 anos da CLT: um estudo preliminar**. São Paulo: Ltr, 2015, p. 65-70.

DUSSEL, Enrique D, **Filosofia da Libertação: crítica à ideologia da exclusão**. São Paulo: Paulus, 1995.

DUSSEL, Enrique D. **1492: el encubrimiento del outro - hacia el origen del mito de la modernidad**. La Paz: UMSA; Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación; Plural Editores, 1994.

DUSSEL, Enrique D. **20 teses de política**. Buenos Aires; São Paulo: CLACSO: Expressão Popular, 2007.

DUSSEL, Enrique D. **A Produção Teórica de Marx: Um comentário aos Grundrisse**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DUSSEL, Enrique D. **Direitos Humanos e ética da libertação: Pretensão política de justiça e a luta pelo reconhecimento de novos direitos**. Revista InSURgência. Brasília, ano 1, v. 1, n. 1, jan/jun, 2015.

DUSSEL, Enrique D. **El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana**: un comentario a la tercera y a la cuarta redacción de “El capital”. México: Siglo Veintiuno Editores; Iztapalapa, 1990.

DUSSEL, Enrique D. **Ética Comunitária**. Tradução de Jaime Clasen. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

DUSSEL, Enrique D. **Ética da Libertação**: Na idade da globalização e da exclusão. Tradução de Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen e Lúcia M.E. Orth. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

DUSSEL, Enrique D. **Filosofia da libertação**. São Paulo; Piracicaba: Loyola: Ed. UNIMEP, 1977.

DUSSEL, Enrique D. **Hacia un Marx desconocido**: un comentario de los Manuscritos del 61-63. México: Siglo Veintiuno Editores; Iztapalapa, 1988.

EDELMAN, Bernard. **A legalização da classe operária**. Tradução coordenada por Marcus Orione. São Paulo: Boitempo, 2016.

GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. Em: GALVÃO, Andréia; BOITO JR, Armando (orgs). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012, p. 189-223.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Cooperativas de Trabalho**: a Lei 12.690/2012 e o Direito do Trabalho. Rev. TST, Brasília, vol. 78, no 3, jul/set 2012. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/documents/1295387/6051320/Cooperativas+de+trabalho>

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais. Em: SIDEKUM, Antonio; WOLKMER, Antonio Carlos; RADAELLI, Samuel Manica. **Enciclopédia Latino-Americana dos Direitos Humanos**. Blumenau: Edifurb; Nova Petropolis: Nova Harmonia, 2016, p. 568-576.

GONZALEZ, Roberto; GALIZA, Marcelo; AMORIM, Bruno; VAZ, Fábio; PARREIRAS, Luiz. Regulação das relações de trabalho no Brasil: o marco constitucional e a dinâmica pós-constituente. Em: IPEA. **Políticas sociais - acompanhamento e análise**: vinte anos da Constituição Federal. Edição especial, n. 17, v. 2. Brasília: Ipea, 2009. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_17_vol02_trabalho_renda.pdf

GORENDER, Jacob. **A Burguesia Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GROSFOGUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais**: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Tradução de Inês Martins ferreira. Em: Revista Crítica de Ciências Sociais. Volume 80. Edição epistemologias do Sul, 2008.

GROSFOGUEL, Ramón. **Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, março 2008.

HARNECKER, Marta. **Estratégia e Tática**. 2ª ed. Tradução de Aton Fon, Adilson Oliveira Lucena, Ângela Telma Oliveira Lucena e Geraldo Martins de Azevedo Filho. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HINKELAMMERT, Franz. **A maldição que pesa sobre a lei: as raízes do pensamento crítico em Paulo de Tarso**. Tradução de Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Paulus, 2012.

HINKELAMMERT, Franz. **Mercado versus Direitos Humanos**. Tradução de Euclides Luiz Calloni. São Paulo: Paulus, 2014.

IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais. **Sindicatos: indicadores sociais 2001–Rio de Janeiro: IBGE, 2003.**

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Departamento de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais 2002**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1882.pdf>.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Brasil: IBGE, 2016. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default_comentarios_sinteticos.shtm

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas, 08 de março de 2010**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf.

ILO. International Labour Organization. **Conditions of work and employment programme**. 2011. Disponível em: http://www.ilo.org/dyn/travail/travmain.sectionReport1?p_lang=en&p_structure=2&p_sc_id=1006&p_sc_id=1045&p_countries=REG5

ILO. International Labour Organization. **Working Conditions Laws Database**, 2012. Disponível em: www.ilo.org/travdatabase.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A necessidade de auditores-fiscais do trabalho no Brasil: uma análise contemplando o grau de descumprimento da legislação trabalhista**. Relatório final do acordo de cooperação técnica IPEA/SINAIT Nº 25/2010. 2012. Disponível em: http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2014/06/Rel_final_IPEA.pdf

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; ONU MULHERES, Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres; SPM, Secretaria de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça e Cidadania. **Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça.** Indicadores - Pobreza, distribuição e desigualdade de renda de 1995 a 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_pobreza_distribuicao_desigualdade_renda.html

KATZ, Cláudio. **Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016, 473 p.

KREIN, José Dari. **A reforma trabalhista de FHC:** análise de sua efetividade. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Campinas, n. 24, 2004. Disponível em: http://www.trt15.jus.br/escola_da_magistratura/Rev24Art14.pdf

LEE, Sangheon; McCANN, Deirdre; MESSENGER, Jon C. **Duração do Trabalho em Todo o Mundo:** Tendências de jornadas de trabalho, legislação e políticas numa perspectiva global comparada. Secretaria Internacional de Trabalho. Brasília: OIT, 2009. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/work_hours/pub/duracao_trabalho_284.pdf

LUCE, Mathias Seibel. **Brasil:** nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? Em: Revista Trabalho, Educação e Saúde, v. 11 n. 1. Rio de Janeiro, 2013, p. 169-190. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v11n1/a10v11n1.pdf>

LUDWIG, Celso Luiz. **Para uma filosofia jurídica da libertação:** paradigmas da Filosofia, Filosofia da Libertação e Direito Alternativo. Florianópolis: Conceito, 2006.

MARINI, Ruy Mauro. **Desenvolvimento e Dependência.** Em: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs). Ruy Mauro Marini – vida e obra. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 213-216.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência.** Em: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs). Ruy Mauro Marini – vida e obra. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 131-186.

MARINI, Ruy Mauro. **La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo.** Em: Centro de Estudios Latinoamericanos (CELA) “Justo Arosemena”, Cuaderno Universitario n. 2, Panamá, septiembre de 1981. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/043_acumulacion_superexplotacion.html

MARINI, Ruy Mauro. Proceso e tendencias de la globalización capitalista. Em: MARTINS, Carlos Eduardo (org). **América Latina, dependencia y globalización.** Bogotá: CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Tradução de Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. Florianópolis: Insular, 2013.

MARINI, Ruy Mauro; ARTEAGA GARCÍA, Arnulfo; SOTELO VALENCIA, Adrián. **Análisis de los mecanismos de protección al salario en la esfera de la producción**. México, D.F.: Secretaría del Trabajo y Previsión Social; Fondo Nacional de Estudios y Proyectos, 1983.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. **O governo Lula e a contra-reforma previdenciária**. Em: Revista São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 3, p. 3-15. São Paulo, setembro de 2004.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Flexibilização das Condições de Trabalho**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel** (1843). Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858, esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer, Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach (1845). Em: MARX, Karl. **A ideologia alemã**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do Direito**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

McCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial; raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

MIGNOLO, Walter. El pensamiento des-colonial, desprendimiento y apertura: un manifiesto. Em: MIGNOLO, Walter. **Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014.

MIGNOLO, Walter. **La Idea de América Latina**: La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007, p 116-168.

MIGNOLO, Walter. **Una concepción descolonial del mundo**: conversaciones de Francisco Carballo con Walter Mignolo. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Carta de intenção referente à terceira revisão do acordo “stand-by” do Brasil com o FMI**, 2003.

MTPS, Ministério do Trabalho e Previdência Social; INSS, Instituto Nacional do Seguro Social; DATAPREV, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social. **Anuário Estatístico da Previdência Social**: Suplemento Histórico (1980 - 2014). Brasília: AEPS, 2014. Disponível em: http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/aeps2014_suplemento.pdf

NAVES, Márcio Bilharinho. **A questão do direito em Marx**. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2014.

NAVES, Márcio Bilharinho. **Marxismo e Direito**: um estudo sobre Pachukanis. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo. **A introdução do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Jornada de Trabalho**. Brasília: Escritório da OIT no Brasil, 2008. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/employment/doc/jornada_brasil_70.pdf.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. Formação do Mercado de Trabalho no Brasil. Em: Marco Antonio de Oliveira. (Org.). **Economia & Trabalho**: Textos Básicos. Campinas: UNICAMP / Instituto de Economia, 1998, p. 113-127.

OSÓRIO, Jaime. América Latina: o novo padrão de especialização produtiva – estudos de cinco economias da região. Em: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs). **Padrão de Reprodução do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 103-134.

OSÓRIO, Jaime. Fundamentos da superexploração. Em: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.

OSÓRIO, Jaime. **Fundamentos de la superexplotación**. En: Centro de Estudios e Investigación en Ciencias Sociales. Revista Razón y Revolución, número 25 – debate sobre la superexplotación. Buenos Aires: Ediciones RYR, 1er. semestre de 2013, p. 9-34.

OSÓRIO, Jaime. O marxismo latino-americano e a dependência. Em: SEABRA, Raphael Lana (org). **Dependência e Marxismo**: contribuições ao debate crítico latino-americano. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2016, p. 105-136.

OURIQUES, Nildo Domingos. Por uma teoria marxista da dependência. Em: SEABRA, Raphael Lana (org). **Dependência e Marxismo**: contribuições ao debate crítico latino-americano. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2016, p. 137-156.

PASUKANIS, Eugeny Bronislavovich. **A Teoria Geral do Direito e o Marxismo**. Tradução. por Paulo Bossa. Rio de Janeiro: Renovar, 1989.

PAZELLO, Ricardo Prestes. **Contribuições metodológicas da teoria marxista da dependência para a crítica marxista ao direito**. Revista Direito e Práxis, v. 7, n.13. Rio De Janeiro: UERJ, 2016.

PAZELLO, Ricardo Prestes. **Direito insurgente e movimentos populares**: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito. Curitiba: Programa de Pós-Graduação (Doutorado) em Direito da Universidade Federal do Paraná, 2014.

PAZELLO, Ricardo Prestes; RIBAS, Luiz Otávio. **Direito Insurgente**: (Des)uso tático o direito. Em: KASHIURA JR, Celso Naoto; AKAMINE JR, Oswaldo; MELO, Tarso de (ogs). Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas. São Paulo: Outras expressões, Editorial Dobra, 2015, p. 145-164.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil; CEPAL, Comissão Econômica para América Latina e Caribe; OIT, Organização internacional do Trabalho. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente**: a experiência brasileira recente. Brasília: CEPAL/PNUD/ OIT, 2008. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/pub/emprego_desenvolvimento_299.pdf

POCHMANN, Márcio. **A Retomada do Desenvolvimentismo**. Revista Interesse Nacional. Ano 6, número 21, abril-junho, 2013. Disponível em: <http://interessenacional.com/index.php/edicoes-revista/a-retomada-do-desenvolvimentismo/>

POCHMANN, Márcio. **O mito da grande classe média**: capitalismo e estrutura sócia. São Paulo: Boitempo, 2014.

POHLMANN, Juan Carlos Zurita; MALISKA, Marcos Augusto. A precarização das relações de trabalho e o estado constitucional. Em: RAMOS FILHO, Wilson (coord.). **Trabalho e regulação**: as lutas sociais e as condições materiais da democracia. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 179-202.

PRESSBURGER, Miguel T. **Direito do Trabalho, um direito tutelar?** Em: CARVALHO, Amílton Bueno de (org.). Revista de Direito Alternativo nº 2. São Paulo: Editora Acadêmica, 1993. p. 181 – 189.

PRESSBURGER, T. Miguel. (coord.). **Direito Insurgente**. Anais de Fundação: Instituto Apoio Jurídico Popular, 1987-1988.

PRESSBURGER, T. Miguel. **Direito a alternativa**. Em: OAB/RJ, Perspectivas Sociológicas do Direito: 10 anos de pesquisa. Rio de Janeiro: OAB/RJ, Universidade Estácio de Sá, 1995.

PRESSBURGER, T. Miguel. Direito Insurgente: o direito dos oprimidos. Em: ARRUDA JR, Edmundo Lima de. (org). **Lições de Direito Alternativo**. São Paulo: Acadêmica, 1991.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad-racionalidad, Em: PALERMO, Zulma; QUINTERO, Pablo (comp). **Aníbal Quijano: textos de fundación**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014, p. 59-69.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. Em: PALERMO, Zulma; QUINTERO, Pablo (comp). **Aníbal Quijano: textos de fundación**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014, p. 110-160.

QUIJANO, Aníbal. **El trabajo al final del siglo XX**. Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Os fantasmas da América Latina. Em: NOVAES, Adauto (org.). **Oito visões da América Latina**. São Paulo: SENAC, 2006, p. 49-85.

RAMOS FILHO, Wilson. A terceirização do Trabalho no Brasil: perspectivas e possibilidades para uma revisão. Em: RAMOS FILHO, Wilson (coord.). **Trabalho e regulação: as lutas sociais e as condições materiais da democracia**. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 327- 360.

RAMOS FILHO, Wilson. **Direito Capitalista do Trabalho: História, Mitos e Perspectivas no Brasil**. São Paulo: LTr, 2012, 480 p.

RENAULT, Emmanuel. Trabalho alienado e filosofia da prática. Em: DUMÉNIL, Gerárd; LOWY, Michel; RENAULT, Emmanuel. **Ler Marx**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

RUIZ ACOSTA, Miguel A. **Devastación y superexplotación de la fuerza de trabajo en el capitalismo periférico: una reflexión desde América Latina**. En: Centro de Estudios e Investigación en Ciencias Sociales. Revista Razón y Revolución, número 25 – debate sobre la superexplotación. Buenos Aires: Ediciones RYR, 2013.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. **O direito na transição ao socialismo**. Tradução de Leila Escorsim Netto. Em: SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. O valor do socialismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y dependencia**. Caracas, Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011, p. 1-553.

SARTORI, Vitor Bartolleti. **Direito e Fetichismo**: forma jurídica, forma-mercadoria e alienação na sociedade civil burguesa. Em: Cadernos de pesquisa marxista do direito, v.1, n.1. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 169-188.

SEVERO, Valdete Souza. O atual governo e o direito do trabalho. Em: SOUTO MAIOR, Jorge Luiz (coord.). **O Mito**: 70 anos da CLT: um estudo preliminar. São Paulo: Ltr, 2015, p. 214-220.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; RENAUT, Michel. **Por que novo-desenvolvimentismo?** Em: Revista de Economia Política. Volume 27. Número 4 (108). Outubro-dezembro, 2007, p. 507-524.

SILVA, Luciana Romão da; CARVALHO, Huana Assanuma Ota de. **O novo desenvolvimentismo na produção do espaço**: perspectivas latino-americanas. Anais do Encontro Nacional da ANPUR. Desenvolvimento, planejamento e governança. V. 15. Recife, 2013.

SOARES, José de Lima. **As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula**: reestruturação produtiva, flexibilização e precarização do trabalho. Em: Revista Sociedade e Estado. Volume 28, Número 3. Brasília: setembro/dezembro, 2013.

SOTELO VALENCIA, Adrián. **Precariado ou Proletariado?** Tradução de Diógenes Moura Breda. Bauru: Canal 6, 2016.

SOTELO VALENCIA, Adrián. **Teoria da Dependência e Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina**. Tradução de Fiorella Macchiavello. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2008.

SOTELO VALENCIA, Adrián. Trabalho precário. Em: SIDEKUM, Antonio; WOLKMER, Antonio Carlos; RADAELLI, Samuel Manica. **Enciclopédia Latino-Americana dos Direitos Humanos**. Blumenau: Edifurb; Nova Petropolis: Nova Harmonia, 2016, p. 707-711.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **O dano social e sua reparação**. Revista LTr, São Paulo, SP, v. 71, n.11, nov. 2007, pp. 1317-1323.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

SOUZA, Jessé. **Em defesa da Sociologia**: o economicismo e a invisibilidade das classes sociais. Em: Revista Brasileira de Sociologia. Edição Modos de Pensar: a Sociologia como artesanato intelectual. Volume 1. Número 01. Janeiro-julho, 2013, p. 129-158.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. Masculino e feminino na prática e nos discursos sindicais no Brasil. Em: SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 70-79.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina**: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação (Doutorado): Conhecimento e Inclusão Social em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. **A teoria da (inter) dependência de Fernando Henrique Cardoso**. 2ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

TRASPADINI, Roberta Sperandio; MANDARINO, Thiago Marques. **Desenvolvimentismo x Neodesenvolvimentismo na América Latina**: continuidade e/ou ruptura? Em: Anais do 37º Encontro anual da ANPOCS. ST 02 - O pensamento social latino-americano e os desafios do século XXI. Águas de Lindóia, setembro de 2013.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs). **Ruy Mauro Marini – vida e obra**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 213-216.

UCHIMURA, Guilherme Cavicchioli. **A Justiça do Trabalho e a repetição da forma-valor**. Revista Direito e Práxis. Dossiê Pensamento Crítico Latino-americano, pesquisa militante e perspectivas subversivas dos direitos, v. 7, n. 13. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2016, p. 145-175.